

Adoptada nas escolas publicas
do Estado do Rio Grande do Sul

94 Francisco Mantuquin
95 Francisco Galvão
96 Furlan Estafan

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

MANUELA CICONETTO BERNARDI

PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM ANTÔNIO PRADO – RS
(1886-1920): CULTURAS E SUJEITOS

CAXIAS DO SUL

2020

Relação
1. João
2. João
3. João
4. João
5. João
6. João
7. João
8. João
9. João
10. João
11. João
12. João
13. João
14. João
15. João
16. João
17. João
18. João
19. João
20. João
21. João
22. João
23. João
24. João
25. João

Informa
rem bons
bieri.
Ao thea

Lê-se n
seguinte r
« O int
sr. Christ
tem, no p
do ao dr.
ções daqu
é de 18:0
Existen
blicas.
O inter
praga de
a lavonra
licitava a
auxilio pa
das de rod
do e Cax
O dr.
attender a
allegações
As aula
fevereiro.

Nomeou-se o cidadão Florencio José da Silva para reger interinamente, nos termos do artigo 36 do re-

E's pall
proveni
ço-lhe
seis me

Este estabelecimento de ensino, dirigido pelas Irmãs de São José, tem por fim :
Dar às jovens uma educação verdadeiramente christã e uma instrução solida em relação á sua posição social, inculcando-lhes amor á virtude, ao trabalho á docilidade e á modestia.



MANUELA CICONETTO BERNARDI

**PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM ANTÔNIO PRADO – RS (1886-1920):
CULTURAS E SUJEITOS**



Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª: Dr^ª Terciane Ângela Luchese

CAXIAS DO SUL

2020





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

B523p Bernardi, Manuela Ciconetto
Processo de escolarização em Antônio Prado - RS (1886-1920) [recurso eletrônico] : culturas e sujeitos / Manuela Ciconetto Bernardi. – 2020.
Dados eletrônicos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.
Orientação: Terciane Ângela Luchese.
Modo de acesso: World Wide Web
Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>
1. Educação - História - Antônio Prado (RS). I. Luchese, Terciane Ângela, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37(816.5ANTÔNIO PRADO)(091)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Paula Fernanda Fedatto Leal - CRB 10/2291





**PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM ANTÔNIO PRADO – RS (1886-1920):
CULTURAS E SUJEITOS**

Manuela Ciconetto Bernardi
Bolsista PROSUC/CAPES

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 09 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Terciane Ângela Luchese (presidente - UCS)

Dra. Eliana Rela (UCS)

Dra. Cristine Fortes Lia (UCS)

Participação por vídeoconferência

Dr. Alberto Barausse (Univ. degli Studi del Molise)

Participação por vídeoconferência

Dra. Tatiane de Freitas Ermel (Univ. de Madrid)





AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul pela escolha realizada ao decidirem conceder a bolsa do Programa PROSUC/CAPES. Procurei no tempo em que estive vinculada ao Mestrado me empenhar ao máximo nas ações do Programa, cumprir as exigências e desenvolver uma produção adequada ao benefício que me foi concedido, me dedicando exclusivamente aos trabalhos acadêmicos.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Profa. Dra. Terciane Ângela Luchese, os ensinamentos e orientações ampliaram meus horizontes e permitiram uma pesquisa aprofundada na linha da História e Filosofia da Educação. Seu rigor e conduta foram essenciais, sendo o resultado desta dissertação uma produção em conjunto.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha banca, Alberto Barausse, Cristine Fortes Lia, Eliana Rela e Tatiane de Freitas Ermel. Suas sugestões e considerações foram fundamentais para a realização do estudo.

Agradeço aos meus pais, Celita Ciconetto, Bento Bernardi e ao restante da família, que me estimularam e incentivaram a continuar estudando. Este trabalho é a titulação máxima academicamente conquistada dentre o meu núcleo familiar, desta forma estou orgulhosa e honro os mestres que me antecederam.

Agradeço ao meu esposo, Caio Vinícius Torques, pela paciência neste percurso, pelos dias que dispendeu da minha companhia para que eu pudesse escrever e estudar, pelas trocas de conversas sobre a parte genealógica do estudo e pelo auxílio no deslocamento aos locais para a coleta dos dados da pesquisa. Sua paciência e cuidado foram fundamentais.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, ao ingressar não imaginaria que aprenderia tanto, foram aprendizagens, desconstruções, problematizações nas disciplinas realizadas, levarei esse período com carinho em meu coração. Agradeço pela possibilidade de ter feito intercâmbio na disciplina História Cultural do Programa de Pós-Graduação em História, que enriqueceu meu conhecimento para poder desenvolver este trabalho.

Agradeço aos meus colegas da turma iniciada em 2019, pela convivência, força e estímulo. Considero que a formação acadêmica não é nada sem os pares e troca de experiências, cada um enriqueceu à sua maneira a minha caminhada.

Por fim, agradeço ao divino e minhas diversas crenças que me possibilitaram seguir com fé e perseverança neste estágio da minha caminhada e me orgulho do que foi realizado, fruto do conhecimento atual que possuo.





Como numa oficina ou num laboratório, os objetos produzidos por uma pesquisa resultam de seu aporte, mais ou menos original, no campo onde ela se tornou possível.

Michel De Certeau





RESUMO

A presente dissertação narra o processo de escolarização na localidade de Antônio Prado – RS– entre os anos de 1886 a 1920. O estudo é vinculado à Linha de Pesquisa História e Filosofia da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). O recorte temporal inicial, 1886, refere-se a criação da colônia e estabelecimento dos primeiros imigrantes, enquanto 1920 corresponde ao início das atividades escolares dos Irmãos Maristas, por se tratar de uma outra etapa no processo escolar do município. Os pressupostos teórico-metodológicos que orientam a pesquisa advêm da História Cultural e da História da Educação, a partir das contribuições de Certeau (1982, 1995), Febvre (1989), Le Goff (1990a, 1990b), Burke (1992, 2004, 2008), Chartier (1991a, 1991b, 2002a, 2002b, 2009, 2019) e Hall (2006) para a compreensão da investigação histórica-documental, dos sujeitos e das representações; enquanto o entendimento de culturas escolares, práticas e modos de escolarização baseia-se em Viñao Frago (1993, 1995, 2000 e 2005), Viñao Frago e Escolano (1998), Julia (2001), Faria Filho (2002, 2008), além de pesquisadores que dialogam com a temática proposta. As categorias analisadas foram culturas escolares, sujeitos, práticas e representações. Metodologicamente, a investigação apoiou-se na análise documental e os documentos utilizados provêm dos seguintes acervos: Arquivo Histórico de Antônio Prado, Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Museu Padre Schio, jornais da Hemeroteca Digital, sendo os principais *A Federação*, *Stafetta*, *Il Colono* e *Panorama Pradense*, jornal local de Antônio Prado e também relatórios consulares e bibliografias que abordam a temática na localidade. A pesquisa realizada permitiu o entendimento da emergência do ensino, realizado predominantemente pelas famílias - por meio da educação familiar -, concomitante emergem aulas particulares e subvencionadas pelo Governo Italiano, além da presença de um Colégio mantido por uma instituição religiosa. No que se refere ao ensino público, até a emancipação do município em 1899, ele contava com até três aulas quando ocorre expansão, todavia até 1912 não há mudanças permanentes, mas rodízio de professores, criação, estabelecimento e deslocamento das aulas frequentemente. A situação muda com a emergência do Decreto Estadual nº 1895/1912 que forneceu subsídios para a escolarização pública do interior que atingisse sujeitos de origem estrangeira, assim até 1920 quadruplicam as aulas no local e as escolas públicas se caracterizam como a base da escolarização do município. No que tange aos sujeitos, foi possível verificar inúmeras iniciativas realizadas pela comunidade, ademais, pela medição da *taxa de alfabetização*, conclui-se que em sua maioria possuíam algum nível de alfabetização e atuaram no desenvolvimento da escolarização da localidade. Os indícios também mostraram que existiam muitas diferenças a depender da modalidade de escolarização e do local no qual a escola estava situada, refletindo nas práticas, que no caso das escolas públicas – mais discutidas em virtude da documentação disponível – foi apoiada na disciplina, ordem e adoção de valores, marcando as culturas de cada aula, discutidas em diálogo com o contexto e os elementos que as compõem.

Palavras-chave: Escolarização. História da Educação. Sujeitos escolares. Culturas escolares. Antônio Prado.





ABSTRACT

The present dissertation narrates the schooling process in Antônio Prado - RS between 1886 and 1920. The study is linked to the History and Philosophy of Education Research Line Of the Graduate Program in Education at the University of Caxias do Sul. The initial time frame, 1886, refers to the creation of the colony and the establishment of the first immigrants, while 1920 corresponds to the beginning of the school activities of the Marist Brothers, as it is another stage in the school process of the municipality. The theoretical and methodological assumptions that guide the research come from Cultural History and the History of Education, from the contributions of Certeau (1982, 1995), Febvre (1989), Le Goff (1990a, 1990b), Burke (1992, 2004, 2008), Chartier (1991a, 1991b, 2002a, 2002b, 2009, 2019) and Hall (2006) for the understanding of historical-documentary research, of subjects and representations. While the understanding of school cultures, practices and modes of schooling it is based on Viñao Frago (1993, 1995, 2000 and 2005), Viñao Frago and Escolano (1998), Julia (2001), Faria Filho (2002, 2008), in addition to researchers who dialogue with the proposed theme. The categories analyzed were school cultures, subjects, practices and representations. Methodologically, the investigation was supported by documentary analysis and the documents used come from the following collections: Antônio Prado Historical Archive, João Spadari Adami Municipal Historical Archive, Padre Schio Museum, newspapers from Digital Hemeroteca, being the main ones A Federação, Stafetta, Il Colono and Panorama Pradense, local newspaper of Antônio Prado, in addition to consular reports and bibliographies that approach the theme in the locality. The research made allowed the understanding of the emergence of teaching, used predominantly by families - through family education, private and subsidized classes emerge from the Italian Government, in addition to the presence of a College maintained by a religious institution. Regarding to public education, until the emancipation of the municipality in 1899, it had up to three classes, when expansion occurs, however until 1912 there are no permanent changes, but rotation of teachers, creation, establishment and displacement of classes frequently. The situation changes with the emergence of State Decree nº 1895/1912, which provided subsidies for public schooling in the countryside that affected subjects of foreign origin, so until 1920 quadruple classes in this place and public schools are characterized as the basis of schooling in the municipality. Regarding the subjects, it was possible to verify numerous initiatives carried out by the community, in addition, by measuring the literacy rate, it was possible to conclude that most of them had some level of literacy and acted in the development of schooling in the locality. The evidence also showed that there were many differences depending on the type of schooling and the location in which the school was located, reflecting on the practices, which in the case of public schools - more discussed due to the available documentation - were supported by discipline, order and adoption of values, marking the cultures of each class, discussed in dialogue with the context and the elements that compose them.

Keywords: Schooling. History of Education. School subjects. School cultures. Antônio Prado.





LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização de Antônio Prado	35
Figura 2 - Linhas e lotes de Antônio Prado	37
Figura 3 – Moradores e funcionários da Comissão [ca. 1887-1888].....	41
Figura 4 – Sede de Antônio Prado [ca. 1887-1888]	45
Figura 5 - Construção da Igreja [ca. 1895]	48
Figura 6 - Sede da colônia [1896]	50
Figura 7 – Sede de Antônio Prado [ca. 1899]	53
Figura 8 – Intendente e funcionários	56
Figura 9 – Reunião da Pia União das Filhas de Maria [ca. 1900]	58
Figura 10 - Festa em honra a Santo Antônio [15 de agosto de 1906]	61
Figura 11- Visão panorâmica da sede de Antônio Prado [ca. 1913]	64
Figura 12 – Inauguração da Società del Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele III	66
Figura 13 - Cerimônia da construção da cooperativa agrícola [1911]	68
Figura 14 - Praça central de Antônio Prado [1918].....	70
Figura 15 - Arredores da sede de Antônio Prado [17 de Julho de 1911]	70
Figura 16 - Hotel dos viajantes [ca. 1910]	72
Figura 17 - Professor José Victor de Castro e os seus alunos [ca. 1905]	101
Figura 18 - Relatório do Estado sobre o ensino em Antônio Prado [1913]	105
Figura 19 - Frequência da aula da Linha Almeida do professor Lysippo Lisboa	146
Figura 20 – Colégio das Irmãs de São José [ca. 1935].....	149
Figura 21 – Localização das aulas – 1899.....	153
Figura 22 - Localização das aulas - 1903	155
Figura 23 - Localização das aulas – 1915.....	157
Figura 24 - Professora Josephina Bernardi em frente à escola [1920]	172
Figura 25 - Alunos no Colégio das Irmãs de São José [1915-1920]	177
Figura 26 - Alunos de um Colégio de Antônio Prado [ca. 1917].....	178
Figura 27 - Professor Florêncio José da Silva e seus alunos [19-?]	180





LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos livros e objetos requeridos	91
Quadro 2 - Decreto nº 233 de 28 de fevereiro de 1899	100
Quadro 3 - Quadro estatístico do ensino primário público e particular [1915].....	108
Quadro 4 - Disposição das aulas no território de Antônio Prado	118
Quadro 5 - Alunos do professor Sérgio Inácio de Oliveira - 1890.....	123
Quadro 6 - Mapa anual de 1912 da 13ª escola pública.....	125
Quadro 7 - Relação dos professores de Antônio Prado 1890-1910.....	132
Quadro 8 - Relação dos professores de Antônio Prado 1911-1920.....	135
Quadro 9 - Matrícula e frequência escolar de algumas aulas da localidade.....	144
Quadro 10 - Objetos da 5ª aula pública mista de 1907 a 1910.....	160
Quadro 11 - Processo de escolarização	185





LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População da localidade	73
Tabela 2 - Nacionalidades presentes nos registros	83
Tabela 3 - Assinaturas totais.....	83
Tabela 4 - Assinaturas por sexo.....	84
Tabela 5 - Assinaturas por nacionalidade.....	85
Tabela 6 - Taxa de analfabetismo 1890-1920	87
Tabela 7 - Gráfico de assinaturas por ano de nascimento	88
Tabela 8 - Quantidade de escolas públicas no período 1899-1920	111
Tabela 9 - Matrícula e frequência escolar do município para a década de 1910.....	143





LISTA DE SIGLAS

AHMAP	Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado
AHMJSA	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami
BICE	Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ECIRS	Programa Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul
IMHC	Instituto de Memória Histórica e Cultural
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PROSUC	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior
UCS	Universidade de Caxias do Sul





SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
2	ANTÔNIO PRADO: UM OLHAR PARA O CONTEXTO HISTÓRICO (1886-1920)	31
2.1	ANTÔNIO PRADO ‘COLÔNIA’ (1886-1899): PRIMEIRA FASE.....	36
2.2	A EMANCIPAÇÃO E ANTÔNIO PRADO COMO MUNICÍPIO (1899-1910): SEGUNDA FASE	53
2.3	ANTÔNIO PRADO NA DÉCADA DE 1910: TERCEIRA FASE	63
3	PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM ANTÔNIO PRADO (1886-1920)	76
3.1	MAPEANDO OS HABITANTES: A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO.....	80
3.2	EMERGÊNCIA E INICIATIVAS DE ESCOLARIZAÇÃO EM ANTÔNIO PRADO.....	90
3.3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO PRIMÁRIO	99
3.4	DIFERENÇAS NA ESCOLARIZAÇÃO: NACIONALIDADES E MODALIDADES	112
4	A ESCOLARIZAÇÃO E OS SUJEITOS.....	122
4.1	RELAÇÕES DA ESCOLA COM A COMUNIDADE LOCAL.....	128
4.2	DEMARCANDO OS TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	141
4.3	PRÁTICAS, SABERES ESCOLARES E REPRESENTAÇÕES.....	159
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
	REFERÊNCIAS	188





1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No ano de 1890, duas aulas particulares eram ministradas dentro do barracão dos imigrantes na sede de Antônio Prado – RS, uma aula feminina, em italiano pela professora Genoveva Scotti e outra masculina, pelo professor Sérgio Inácio de Oliveira. Passados quatro anos de criação da colônia de Antônio Prado, o espaço ainda abrigava e recebia imigrantes e ao mesmo tempo era destinado à escolarização.

Este cenário corresponde ao início da colônia e as primeiras iniciativas da escolarização no local. O espaço improvisado e a delonga na instalação de aulas públicas mudariam nos anos posteriores, algumas aulas públicas emergiriam no território, a expansão do ensino ocorreria lentamente após a colônia virar município, mas a “história” da escolarização não seria linear, mas fragmentada, especificidades em cada uma das mais de 30 escolas que emergiram no período temporal investigado.

A proposta deste estudo foi analisar o processo de escolarização e os elementos advindos dele no território de Antônio Prado – RS – entre os anos de 1886 e 1920, compreendendo a emergências das escolas, práticas e representações envolvidas neste limite territorial e período temporal proposto, e para a investigação, ênfase os sujeitos e as culturas escolares.

O fluxo migratório e a demanda por novas terras fizeram a localidade de Antônio Prado – RS – receber um grande contingente populacional a partir de 1886, em sua maioria imigrantes italianos¹ (PETROCCHI, 1904). A ocupação territorial se deu de forma acelerada na primeira década, diversas nacionalidades assentaram residência, houve movimentos de expansão, como a instalação de estabelecimentos de primeira necessidade, seguido de atividades agrícolas e posteriormente comerciais e industriais, que contaram com a articulação política, econômica e social de toda a comunidade.

O rápido desenvolvimento da colônia, até então pertencente ao município de Vacaria – RS – resultou na autonomia administrativa, pois em 1899 foi emancipada (BIAVASCHI, 2011). A exploração do território, melhoria de acesso, instalação de novos bens e serviços, indicando um município próspero ocorreu concomitante a um contexto, além-fronteiras, de crise financeira e guerra já em meados da década de 1910, fazendo-o estagnar e retroceder em muitos aspectos, com características ambivalentes a depender do prisma assumido e esta

¹ Assumo a orientação e utilização do termo feita pelos autores Ascenzi et al. (2019, p. 228) em que explicam que o termo “imigrante italiano” facilita uma compreensão, e que, todavia, entendem que a identidade não é determinada pelo nascimento, mas de forma dinâmica, construída pelo sujeito ao longo de sua vida.



situação permanece latente até a entrada da década de 1920, quando de forma lenta, o município volta a se recuperar.

Estudos e trabalhos memorialísticos sobre Antônio Prado – RS –, sobretudo acerca das temáticas catolicismo, arquitetura e revolta de 1936² foram realizados. Ciente da quantidade de obras, selecionei alguns estudos, priorizando os enfoques dados pelos autores em busca de um panorama histórico da localidade, alguns deles são Barbosa (1980), Grazziotin e Ferreira (1984), Prefeitura (1988), Posenato (1989), Costa (2007) e Encontro (2008).


As obras de Barbosa (1980) e Costa (2007) são as principais fontes de informações bibliográficas da história de Antônio Prado, sendo utilizadas posteriormente e de forma contínua. A pesquisa realizada por Prefeitura (1988), vinculada à Administração Pública, traz uma síntese do local com um breve histórico da fundação, analisando aspectos geográficos, demográficos, econômicos e administrativos. Já Posenato (1989) contribuiu com investigações do local apesar do seu objeto ser o patrimônio arquitetônico e a obra Encontro (2008) é uma coletânea proveniente de uma reunião de vários autores, pesquisadores e interessados que discorreram sobre aspectos históricos e recentes da localidade, apoiados principalmente em estudos de história e memória.

No que se refere à escolarização, os dados são escassos, com exceção do trabalho realizado por Grazziotin e Ferreira (1984) que trata da temática e se situa entre os anos de 1900 e 1984, a mais extensa investigação localizada da História da Educação em Antônio Prado. Resultado de um trabalho acadêmico para uma disciplina do curso de Pedagogia da Universidade de Caxias do Sul, as autoras apresentam fontes do Arquivo Histórico de Antônio Prado e entrevistas para embasamento.

Com outros objetos de pesquisas, trechos da história da escolarização de Antônio Prado podem ser encontrados nos trabalhos³ de Barbosa (1980), Prefeitura (1988), Costa (2007), Panozzo (2016) e Pazuch (2015). Destes é possível concluir que em sua maioria são compostos por listas com nomes (dos professores e alunos) e datas, bem como elencam as primeiras escolas da localidade, caso especificamente de Barbosa (1980) e Costa (2007), sendo que o último reproduz diretamente o trabalho do primeiro. Prefeitura (1988), por sua

² O catolicismo é a prática religiosa predominante entre os imigrantes italianos, sendo uma característica marcante nas primeiras décadas da localidade, quanto a esta, exploro na seção 2 suas especificidades; a arquitetura é pesquisada em virtude do município possuir o maior conjunto arquitetônico típico da imigração italiana no Brasil, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1990 com 48 casas de alvenaria e madeira; a revolta ocorrida no ano de 1936 foi um conflito trágico que ocorreu no centro de Antônio Prado entre alguns habitantes e o Poder Público. Cf., Guzzo e Dotti (1998) e Guzzo (2013).

³ Devido a quantidade de pesquisas sobre a história de Antônio Prado, elenco alguns dos historiadores e memorialistas que investigaram a história do local e que trazem, mesmo que de forma breve, informações sobre a escolarização.



vez, salienta a organização do Órgão Municipal de Educação, posterior ao meu período investigativo, apesar de trazer breves indícios da escolarização no período anterior. Já Panozzo (2016) pesquisou a região de Nova Roma⁴ e levanta informações sobre o surgimento das escolas, e Pazuch (2015), embora seu objeto seja outro, foi o único estudo acadêmico localizado que dá atenção para a escolarização dedicando um capítulo inteiro – com ênfase na educação familiar e princípios religiosos envolvidos na educação. Desta forma, há breves informações e muitas lacunas, assim, penso na importância de historicizar devidamente a escolarização, proposta da presente investigação.

A escolha do objeto pelo pesquisador “é tangenciada pelas dimensões objetivas e subjetivas do contexto de vida e das experiências construídas” (RECH; LUCHESE, 2018, p. 65), deste modo, como os autores também expõem, é necessário assumir um caminho, que trará marcas de quem o faz. Portanto, exponho alguns fatores pessoais envolvidos neste estudo. Sou natural de Antônio Prado; a minha avó paterna era professora e a materna, agricultora e analfabeta, meus bisavós paternos, Antônio Tondello e Josephina Bernardi, eram professores subvencionados (sujeitos deste estudo), desta forma inquietava-me a compreensão da escolarização para além do meu círculo familiar; além disso, realizo há doze anos pesquisas sobre a árvore genealógica dos imigrantes que se estabeleceram em Antônio Prado, por isso me é comum a história do local e tenho familiaridade com investigações documentais-históricas. Por fim, sou graduada em Biblioteconomia, formação que dialoga com a educação.


Pensando nas questões norteadoras, reflito sobre a seguinte afirmativa:

Se não há problemas, não há história. Apenas narrações, compilações. Lembrem-se: se não falei de <<ciência>> da história, falei de estudo cientificamente conduzido [...] A fórmula cientificamente conduzido implica duas operações, as mesmas que se encontram na base de qualquer trabalho científico moderno: pôr problemas e formular hipóteses. (FEBVRE, 1989, p. 31-32)

À vista disso, a questão que coloco como norteadora deste estudo é ‘como se desenvolveu o processo de escolarização em Antônio Prado – RS – entre os anos de 1886 e 1920?’ E, tendo em vista que ele ocorre dentro de um espaço e tempo específicos, envolvendo vários fatores, a partir dele coloco como questões do estudo: realizar o levantamento da taxa de alfabetização dos habitantes dentro do recorte temporal de 1895 a 1920 a partir dos registros civis; compreender o processo de emergência e constituição das escolas e suas

⁴ O município de Nova Roma do Sul foi distrito de Antônio Prado até ser emancipado em 1987. Desta forma, o território que compõe a localidade também foi pesquisado neste estudo.







especificidades, bem como dialogar a nível regional e nacional acerca desse processo; pesquisar quem foram os sujeitos envolvidos no processo de escolarização (professores, estudantes, inspetores, entre outros) e suas culturas.

O recorte temporal da investigação refere-se à criação da colônia e estabelecimento de imigrantes na localidade (1886) e o término ao ano em que os Irmãos Maristas iniciaram as atividades letivas no município (1920), momento no qual a escolarização assume outro viés com a instalação do Colégio Marista. A decisão do recorte foi realizada tendo em vista a impossibilidade de investigação de um longo período temporal, inclusive para não adentrar na nacionalização do Ensino e pela tentativa de compreender a emergência e primeiras iniciativas escolares, priorizando assim as primeiras décadas.

A realização deste estudo se justifica pelo ineditismo do tema na área científica e ausência de estudos com profundidade analítica sobre a escolarização no local, além de buscar incentivar pesquisas análogas, principalmente as que emergem com o objetivo de destacar as peculiaridades de pequenas localidades. Quanto ao fato de ser uma abordagem histórico-local, Gonçalves Neto (2018) alerta que este tipo de pesquisa, há muito criticada, é necessária tendo em vista a possibilidade do estudo ou de futuras investigações que relacionem local, regional e nacional, além da revalorização do olhar para especificidades de um espaço antes não analisado, e eu acrescentaria, incorporado aos dados de municípios maiores, distorcendo as suas singularidades. Ainda, de acordo com Barausse e Luchese (2019), a análise de um processo de escolarização a nível local não pode ser separada do seu contexto nacional já que o último não é delimitado pela fronteira territorial investigada, mas articulado a partir de uma escala maior, “onde as relações são formadas dialeticamente” (BIAVASCHI, 2011, p. 172), desta forma, há nesta pesquisa a proposta de um diálogo “além fronteiras”.

Ciente de que recortes e escolhas são necessários e considerando o objeto e período escolhido e em virtude do lugar social que me coloco (CERTEAU, 1982) para realizar a operação historiográfica, os pressupostos que assumo são ligados à História da Educação e História Cultural, mobilizados pelas contribuições dos historiadores Certeau (1982, 1995), Febvre (1989), Le Goff (1990a, 1990b), Burke (1992, 2004, 2008), Chartier (1991a, 1991b, 2002a, 2002b, 2009, 2019) e Hall (2006) com a compreensão dos *sujeitos, práticas, representações* de uma investigação a nível histórico. Já ligado à História da Educação, busco compreender as *culturas escolares, práticas e modos de escolarização* através dos autores Vinão Frago (1993, 1995, 2000, 2005), Viñao Frago e Escolano (1998), Julia (2001) e Faria Filho (2002, 2008).







A História Cultural ganhou expansão nas últimas décadas, os estudos começaram com o questionamento acerca do conhecimento científico iniciado nas primeiras décadas do século XX, em que emergiu a necessidade de uma visão crítica quanto à veracidade do conhecimento científico (LE GOFF, 1990b), passando pelo movimento dos *Annales*, virada linguística e após 1970 ampliou os objetos e as possibilidades de investigação (BURKE, 1992; CERTEAU, 1982). Agora sob este novo olhar, sua produção se dá através de uma representação histórica, articulada à análise do social e da posição do pesquisador (CERTEAU, 1982), além do que se encontra nas entrelinhas (BURKE, 1992) e de elementos que agora são vistos ou revistos, mas sob outra ótica “ressignificando e produzindo novos matizes historiográficas” (LUCHESE, 2014). Chartier (2002a) mostra a ênfase na realidade social quando define que o objeto da História Cultural é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002a, p. 16-17).

O crescimento nas pesquisas também foi observado no campo da História da Educação, apesar dos estudos já existirem em termos científicos desde a década de 1950 (GATTI JÚNIOR; GATTI, 2018), ganhando maior visibilidade nacional nas últimas décadas através dos Programas de Pós-Graduação. Porém, no contexto europeu desde a década de 1980 é possível verificar um deslocamento de investigação, perpassando a história das ideias, instituições e história social quantitativa (BARAUSSE; LUCHESE, 2019), desta forma a temática agora é analisada sob outra perspectiva (ARRIADA; TAMBARA; TEIXEIRA, 2012) a exemplo da investigação na *circulação, apropriação, representação, saberes e culturas escolares* e “a procura por fontes muito diversas daquelas utilizadas pelos historiadores tradicionais seria inevitável, urgindo também novas reflexões metodológicas, como, por exemplo, acerca do tempo e de suas múltiplas dimensões” (LIMA E FONSECA, 2008, p. 49).

De todo o modo, evidenciam-se semelhanças entre as abordagens para um diálogo que Nunes e Carvalho (1993) situam no deslocamento do historiador do campo das “ideias” da educação para as “representações” do processo educativo, “representações que os agentes determinados fazem de suas práticas, das práticas de outros grupos, da escola, dos agentes escolares, da sociedade, do papel que a escola deve ter na sociedade, do livro [...]” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 48). Ademais, com uma tendência de uma história problematizadora, diversificando fontes e buscando analisar o objeto de várias perspectivas é possível uma investigação que inclua a atuação dos sujeitos envolvidos na escolarização através de diversos elementos, buscando a compreensão do cotidiano escolar (ERMEL, 2011).






Assumindo este tipo de investigação também é possível “articular, descrever e analisar, de uma forma muito rica e complexa, os elementos-chave que compõem os fenômenos educativos os quais sejam *os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares*” (FARIA FILHO, 2007, p. 16-17). O autor se debruça na explicação da “*escolarização social*” e coloca como elemento importante a ser incluído nas investigações a “cultura escolar”. Porém, antes de pesquisadores brasileiros se debruçarem no estudo e conceito desta temática, no contexto europeu já emergiam apontamentos a este respeito, sobretudo na segunda metade da década de 1990 (VIÑAO FRAGO, 2000).


O conceito proposto por Julia (2001), ainda na década de 1990, é um dos mais reconhecidos, estabelecendo cultura escolar como um conjunto de *normas e práticas* definidoras de modos de transmissão e incorporação de conhecimento. Viñao Frago (1995, p. 69, tradução nossa) explica que “a cultura escolar pode ser toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, decidir e fazer”.

Outros autores, simultaneamente e posteriormente, apresentaram seus entendimentos do conceito, porém como não tenho a intenção de estender esta análise, tomo a liberdade de priorizar os dois autores citados, pois apesar das diferenças nos enfoques é possível constatar semelhanças através de um tensionamento por estudos que investiguem o meio e os elementos envolvidos no contexto escolar. Estas vertentes trouxeram novas possibilidades de pesquisa no que tange a cultura escolar, e no contexto brasileiro, estas reflexões produziram uma ênfase dos estudos na cultura como a investigação do tempo e espaço escolar (FARIA FILHO et al., 2004).

No que se refere ao termo “cultura escolar”, Viñao Frago (1995, 2000) pontua ser preferível falar no plural, explicando que para uma pesquisa com viés histórico seria mais produtivo pensar nas singularidades, levando em conta continuidades e persistências. O alerta foi assumido por diversos autores brasileiros, como o estudo de Ermel (2011) que explica a necessidade de desconstruir a visão de uma “cultura” como permanência, visto que ela se transforma continuamente, e este enérgico processo escolar, estudado na região investigada também foi pontuado por Belusso (2016) quando explica que “os sujeitos são vida às culturas escolares, próprias de cada instituição, apropriando-se, mas também produzindo novos sentidos na dinâmica da interação e da vida” (BELUSSO, 2016, p. 77).

Diante dos conceitos, empregos e expansão de relações possíveis para a investigação da cultura escolar, trago também outro apontamento realizado pelo autor Faria Filho (2008), que alerta para a completude da investigação sobre cultura escolar, sendo necessária a investigação de outras culturas como a familiar e a religiosa, a fim de que se pense nas relações






estabelecidas entre elas, afinal, “a história da escola e da escolarização, da forma e culturas escolares não poderá jamais significar apenas a história da instituição escolar” (FARIA FILHO, 2008, p. 95). Em face deste entendimento, realizei a investigação do contexto e de elementos que dialogam com a escolarização, assumidos neste estudo como fundamentais para a compreensão do processo de escolarização.

E pensando no desenvolvimento conceitual de “culturas escolares” e suas variações, alguns autores brasileiros apropriaram-se destas para a exploração de temáticas convergentes, como é o caso de Faria Filho. Dele utilizo o conceito de escolarização, que recebe duas acepções:

[...] o estabelecimento dos processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis, seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. [...] Em outra acepção, estamos entendendo por escolarização o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados. (FARIA FILHO, 2002, p. 16)

Analisando o processo de escolarização como um conjunto contínuo de medidas, pode-se pensar que se constitui como tal, através de inúmeros fatores que estão interligados, Faria Filho (2002) deixa estes aspectos evidentes em ambas as acepções. Na primeira, a escolarização como o estabelecimento de organizações educativas que são impositivas, definidoras de regras e princípios, impelindo o ensino e em alguns casos a moral, sendo que essas políticas e processos são envoltos de fatores para a sua constituição. Já na segunda acepção, o processo de escolarização é visto de forma interacionista, em que os sentidos e significados são criados através das relações entre os sujeitos, que se constituem como atores do processo haja vista produzirem referências para isso.

Ainda, tratando-se dos conceitos trazidos por Faria Filho (2002), o processo de socialização, descrito na segunda acepção, corresponde à cultura escolar, mostrando elementos análogos com os de Viñao Frago (1995) e Julia (2001). Porém, para compreender as culturas e a escolarização é necessária a análise dos sujeitos envolvidos neste processo de socialização e produção de conhecimento. Nesta perspectiva, cada qual possui suas particularidades, agem à sua maneira, mudam com o tempo e as sociabilidades do meio, com uma identidade que é constituída com base nas relações entre as representações impostas (CHARTIER, 1991b) e marcadas pelas relações de poder (HALL, 2006). Desta forma, o sujeito não é um ser individual, mas sim social, “formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 2006, p. 11). A



noção de sujeito é centrada em uma identidade produzida pela construção coletiva, formada pelas representações que eles produzem.

Quanto à representação, Chartier utiliza dois sentidos, “como dando a ver uma coisa ausente [...] por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém” (2002a, p. 20). O conceito de representação mostra o processo de significação do mundo e a constituição de sentidos pelos sujeitos, sendo que ele é a interpretação de um fato ocorrido apropriado pelo sujeito. Faria Filho (2002) expõe que a criação da representação na escolarização é constituída a partir da ação educativa dos sujeitos envolvidos neste processo.


As representações neste estudo podem ser percebidas através do que os documentos possibilitam, seja na leitura deles, na problematização sobre produção, circulação, e nos elementos que emergem nas entrelinhas. Sendo os documentos o *corpus* principal deste estudo, me debruço em conceituá-lo. Otlet (2018) define como tal o que retrata por sinais gráficos os objetos, feitos e as ideias, assim tudo poderia ser considerado um documento.

O conceito datado da década de 1930 assemelha-se ao movimento ocorrido de forma concomitante na História Cultural por meio da ampliação das fontes para toda e qualquer produção humana e sobre a utilização deles através da ótica da História Cultural é possível pensar que “ela substituiu a história [...] fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos [...]” (LE GOFF, 1990b, p.28), isto é, muito além do que está escrito para a investigação, um documento se constitui da mesma forma que outros objetos também podem ser considerados documentos.

Deste modo, independente da produção, o pesquisador poderá produzir história desde que problematize o documento para o fim que deseja (FEBVRE, 1989). Mas é preciso considerar que os documentos carregam marcas de um ponto de vista, ou seja, não são neutros e retomando a representação, suas marcas ficam impressas ou subentendida neles, e que:

[...] produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa dos outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, essa investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação (CHARTIER, 2002a, p. 17).

Por certo, as questões que permeiam as relações entre os sujeitos escolares são complexas e em virtude da imposição de regras, o próprio convívio para o seguimento dessas diretrizes conduz à criação de representações que se sustentam, com rupturas ou não, mas que são continuadas nas ações educativas do cotidiano. Neste estudo, principalmente pela





emergência de escolas e período temporal, foi preciso levar em consideração a relação existente entre a escolarização e as medidas visando ordem e civilidade.

Veiga (2008) aconselha o pesquisador a questionar o caráter das normatizações para entender os mecanismos, “podemos interrogar o campo de disputas que se estabeleceram entre professores, poderes locais e famílias, observando procedimentos e as estratégias desenvolvidas para produzir a legitimação da escolarização na sociedade” (p. 43-44). A problematização da questão civilizatória diz respeito tanto à análise ampla como às regras do interior da escola, conforme apontado por Veiga (2008) e no estudo foi analisado com fontes como relatórios da fiscalização do trabalho executado pelo professor e outros materiais localizados que trazem vestígios.

Para Viñao Frago (1993), ainda que escola se torne uma forma de controle, as possibilidades que se criam em uma sociedade alfabetizada devem ser levadas em consideração. A função social que o processo de escolarização desempenhou, mesmo pela imposição de regras direta ou indiretamente, contribuiu para a difusão e ampliação da alfabetização de uma população que à época – em torno de 1890, sofria com o analfabetismo em um país que contava com um índice de 85% de analfabetos (VEIGA, 2007). Viñao Frago analisando outros autores expõe que o analfabetismo é atribuído “à escolarização e assistência escolar deficientes” (1993, p. 30), e destaca que as pesquisas que investigam esta temática buscam identificar nos processos de alfabetização os “interesses e bases ideológicas que o motivavam e o legitimavam, dos agentes que o impulsionavam ou freavam, de seus modos e procedimentos, e à análise de sua difusão temporal, espacial e social” (VIÑAO FRAGO, 1993, p. 31).

No que tange à análise ampla, considerando as elites, Faria Filho explica que “imbuídas de um discurso civilizatório e salvacionista dirigido a amplas parcelas da população [...] quiseram fazer-nos crer nos poderes quase ilimitados da escola em garantir o nosso progresso dentro da mais perfeita ordem, imperial ou republicana” (2002, p. 25). Ênfase que o discurso permeia várias esferas e que não é uma característica isolada em Antônio Prado, apesar de supor que um município recém-emancipado seria marcado por um acentuado interesse nela visando ordem e progresso. A escola brasileira no período da Primeira República foi caracterizada pelo entusiasmo e otimismo com vista a ser a “solução” para todos os problemas e a análise dos discursos caminha em conjunto com o desenvolvimento das instituições escolares, fato que como veremos, se mostrará potencialmente aparente ao desenvolvimento do processo de escolarização de Antônio Prado – RS.





Tendo em vista a discussão precedente sobre a temática, linha investigativa e pressupostos assumidos neste estudo, discorro sobre a maneira como foi realizada a investigação propriamente dita, explicando as suas etapas. Para os autores Toledo e Gimenez (2012), o pesquisador deve delimitar o assunto, eleger as fontes e separar a literatura de apoio para sustentar a sua interpretação.

Após a delimitação da temática, realizei a revisão de literatura. Elencar estes estudos se torna fundamental para contribuir e enriquecer a pesquisa, abrindo novas possibilidades. Desta forma, a investigação ocorreu em busca de fontes pertencentes inicialmente a três grandes grupos temáticos, sendo o primeiro, o contexto histórico da localidade, o segundo, o processo migratório e o terceiro a escolarização de imigrantes italianos. Os locais pesquisados foram as bases de dados: BDTD⁵, CAPES⁶ e SciELO⁷, além de periódicos, monografias e livros físicos pertencentes ao acervo da Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul (BICE), Biblioteca Pública Municipal Dr. Demétrio Neiderauer de Caxias do Sul e Biblioteca Pública de Antônio Prado, Hildo da Costa Guillox.

A busca dos estudos referentes ao contexto histórico de Antônio Prado obteve diversos resultados, já as que exploram a escolarização do local são limitadas, porém todos os autores que contribuíram com investigações são memorialistas ou são apoiados por estes, como é possível verificar nos estudos explorados no início deste capítulo, que em sua maioria, apropriaram-se de fontes documentais, memórias e entrevistas, realizando uma discussão ligando estas fontes, e que na maioria das vezes não é confrontada, questionada e referenciada, desta forma reforço a necessidade de pesquisas do meio acadêmico que possam embasar e sistematizar o processo de escolarização de forma consistente.


Sobre o processo migratório, obtive extensos resultados na revisão de literatura, tanto no meio acadêmico como fora dele, pois muitas foram as pesquisas desenvolvidas com ênfase nesta temática, sobretudo concomitante ao período investigado por ser o cerne da imigração. Não pretendendo restringir o assunto as obras subcitadas, mas devido à necessidade de destacar algumas, escolhi investigações que são referências para a compreensão do processo migratório de italianos e poloneses – duas nacionalidades presentes no local investigado, sendo frequentemente citadas em pesquisas mais recentes.

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Brasil). Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. 2019. Página inicial. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: dez./jan. 2019.

⁶ CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portal de Periódicos. 2019. Página inicial. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: dez./jan. 2019.

⁷ BIBLIOTECA ELETRÔNICA CIENTÍFICA ONLINE. SciELO. Página inicial. Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: dez./jan. 2019.







Quanto à imigração italiana no país e primeiras décadas, as obras de Bertaso e Lima (1950) e Cinquentenario (2000) se aprofundam no estudo dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, retratando os locais fundados e a cooperação dos imigrantes italianos, já De Boni (1987) é uma coletânea de vários autores que aborda de uma maneira ampla a imigração e Frosi e Mioranza (2009) é uma obra proveniente de estudos vinculados ao meio acadêmico que dá ênfase aos processos de formação da comunidade ítalo-brasileira no nordeste do Rio Grande do Sul. Tratando-se do papel da Igreja no processo migratório italiano e escritos produzidos por eles, D'Apremont e Gillonay (1976) e Scalabrini (1979) aprofundam a temática do ponto de vista religioso, e por fim Franzina (1995) e Villa (1997) são autores que exploram o ponto de vista da Itália como a emigração ocorreu.

A imigração de poloneses é objeto de estudo das pesquisas de Gardolinski (1958) e Stawinski (1976), que são os primeiros no estudo desta nacionalidade no Estado do Rio Grande do Sul e levantam elementos para a análise do fluxo migratório, descendentes e sua contribuição demográfica, cultural, econômica e religiosa. A historiografia dos imigrantes poloneses é um campo a ser mais explorado, e apesar de existirem estudos atuais, estes são em pequeno número comparado com a migração de outras nacionalidades, e foi o que levou Marin (2014) a produzir a obra, buscando informações precisas sobre os poloneses na região no Nordeste do Rio Grande do Sul.

No que concerne à escolarização de imigrantes italianos, na Serra Gaúcha, destacam-se as pesquisas de Luchese (2008), Rech (2009), Rech; Luchese (2018), Timm (2013) e Thoen (2011), todas ligadas ao meio acadêmico, que exploram a região, municípios, questões étnicas e relações da escola com a comunidade, sempre ligadas à escolarização, já Adami [197-] é um manuscrito que visa compreender o início do magistério no município de Caxias do Sul. Os autores Gardolinski (1977) e Malikowski (2014) trazem informações que auxiliam na compreensão da chegada de poloneses e do processo de escolarização relativo a esta nacionalidade. O primeiro, como um dos primeiros estudos da escolarização dos imigrantes poloneses e o segundo através da dissertação.

Destaco que muitos são os estudos na última década com esta temática, e assim como a expansão das investigações ligadas à História da Educação, a pesquisa da escolarização de imigrantes cresce constantemente, principalmente no meio acadêmico, desta forma foi necessária a seleção de apenas alguns estudos, mas muitos foram concluídos recentemente e estão em andamento, principalmente ligados aos Programas de Pós-Graduação.





Com a revisão da literatura, a pesquisa foi direcionada para as fontes e documentos arquivísticos. O motivo da prioridade dada aos arquivos pode ser respondido através da incursão na arquivologia pela explicação de Nunes e Carvalho (1993, p. 26):


[...] não só porque é com relação a eles que o problema das fontes é mais complexo, mas também por que contém informações inestimáveis (muitas vezes inéditas!), necessárias ao cotejo e crítica de informações provenientes de outras fontes e da própria historiografia educacional já produzida. Sem a pesquisa arquivística, essa historiografia, no limite, inexistente. Sucumbe ao risco de girar ao redor de ideias mal esclarecidas e estereótipos cristalizados que se reproduzem em artigos e livros.

De fato, nesta perspectiva arquivística é possível afirmar que o documento se põe como importante fonte de informação ao problema do pesquisador e que de acordo com Nunes e Carvalho (1993), sua verificação é fundamental para uma pesquisa consistente. Porém muitos obstáculos põem-se diante desta pesquisa, sendo um deles a compreensão de que a investigação é algo seletivo já que o pesquisador decide o que irá pesquisar (CHARTIER, 1991b; BURKE, 2008). Assumir essa acepção concomitante ao entendimento de que a fonte mostra um ponto de vista é outro obstáculo, aqui se retomam outras questões para lembrarmos como as marcas e representações. Le Goff (1990a) afirma:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (1990a, p. 547)

Desta forma, mesmo antes da inferência do pesquisador, há uma seletividade e o pesquisador faz uma escolha da seleção já existente, sendo necessário questionar o porquê o documento chegou até os dias atuais, considerando o fato de outras fontes serem apagadas pelo tempo. Ainda de acordo com Burke (2008), os pesquisadores devem olhar as fontes com criticidade, questionando o que está posto para que elas não sejam tidas como uma verdade, pois “não há realidade histórica acabada, que se entregaria por si própria ao historiador” (LE GOFF, 1990b, p. 32)

É preciso tomar cuidado com esta visão positivista da supremacia e veracidade documental, que ainda se encontra presente nos estudos da área (TOLEDO; GIMENEZ, 2012). Porém cabe a atenção que “a busca da verdade e da autenticidade pelos traços que subsistiram do passado deve continuar, porque faz parte de nós e de nossa cultura” (SALIBA, 2009, p. 325), mas tendo o pesquisador ciência que este caminho não é único nem produzido



por um ponto de vista, como uma árvore que se ramifica, devem ser elencadas as diversas “verdades” do objeto investigado.


Já Chartier (1991b) nos situa que as fontes produzidas são marcadas de representações do sujeito que a produziu, assim é uma “verdade” consciente ou inconsciente de um indivíduo (LE GOFF, 1990a), existindo portanto, diversas versões de um mesmo acontecimento ou fenômeno. Os documentos são produzidos para um determinado fim, sendo necessário ao pesquisador entender o contexto, o autor e a natureza da fonte.

Quanto a esta, não deve ocorrer a transcrição do que está escrito no documento e muito menos a interpretação pela paráfrase (TOLEDO; GIMENEZ, 2012), a indagação deve ser feita pelo pesquisador (FEBVRE, 1989) do que a fonte diz, não diz e por quê diz, sendo que o entendimento advém da problematização realizada, até porque “se não há problemas, não há história” (FEBVRE, 1989, p. 31) e como os registros “não falam por si” (TOLEDO; GIMENEZ, 2012, p. 116), o resultado da investigação deve ser uma produção realizada a partir do questionamento do *corpus* que evidencie as várias facetas possíveis do objeto investigado. Le Goff (1990a) também sinaliza a postura que o pesquisador deve ter perante a documentação quando explica:

É preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as suas lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos. (LE GOFF, 1990, p. 110a)

A história a partir dos documentos conforme apontado pelo autor deve ser vista do plural, pois muitas são as histórias, entre elas a história administrativa, política, biográfica, intelectual, religiosa e econômica já que a produção discursiva resultante da investigação destas histórias mostra o caráter multifacetado da investigação (NUNES; CARVALHO, 1993). Os autores Gomes e Hansen (2016) também alertam que ao contrário de copiar, a função de um pesquisador é por meio das inferências realizadas se tornar um mediador, que imprime no resultado da pesquisa as suas ideias sobre os fatos.

Tendo ciência destas questões, explico que a pesquisa ocorreu nos seguintes acervos: Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado (AHMAP), Paróquia de Antônio Prado, Sociedade Pradense de Mútuo Socorro, Museu Municipal Centro Cultural Padre Schio (Antônio Prado), Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami de Caxias do Sul (AHMJA), Hemeroteca Digital Brasileira, manuscritos do cartório do Registro Civil de Antônio Prado e Acervo do Programa Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS) do Instituto de Memória Histórica e Cultural (IMHC) da



Universidade de Caxias do Sul (UCS). Os acervos listados foram verificados de forma minuciosa e o contato físico com o material baseou-se no cuidado no manuseio, levando em conta que grande parte das fontes “seriam” primárias ou secundárias⁸.

Com as fotografias dos materiais, a organização foi realizada pela leitura de cada documento, assim, analisei o conteúdo e realizei o fichamento. Foram coletadas as informações em ordem cronológica para a compreensão do período, extraindo para um arquivo de texto o descritor⁹, tipologia, data e uma frase transcrita que sintetizasse o conteúdo do documento. Todo o acervo coletado foi transcrito dessa forma. Posteriormente utilizei um programa de gerenciamento de tabelas e foram inseridas as categorias e agrupados os documentos em classes de acordo com a categoria que o representasse. A redução do *corpus* se deu a *posteriori* no momento da produção do trabalho.

Já para a coleta e sistematização da taxa de alfabetização, foram catalogadas as informações de um a um dos matrimônios civis de Antônio Prado entre os anos de 1895 a 1920, e por meio da leitura de cada registro, foram inseridos em um programa de gerenciamento de tabelas e planilhas a organização do ano de registro, sexo, proveniência, idade e se o indivíduo assinou ou não assinou o registro. Ao término, foram produzidos gráficos para a análise dos resultados da taxa.

Destaco que apesar das fontes exploradas neste estudo serem em sua maioria compostas por informações oficiais - que foi o que o período e local investigado me permitiram, busquei muito além de um estudo da história política da escolarização, pois mesmo limitada a estas fontes, através das abordagens escolhidas investiguei os motivos, os sujeitos, o cotidiano e os vestígios para compreender o processo de escolarização em sua complexidade não resumindo-o a instalação e políticas de escolarização.

Nunes e Carvalho (1993, p. 33) explicam que os “documentos para a educação precisam ser tomados, portanto, na sua mais ampla acepção: escritos, ilustrados, transmitidos pelas imagens, pelo som ou de qualquer outra maneira”, desta forma para além das fontes escritas, também utilizo imagens e entrevistas. Sobre a utilização de ilustrações e imagens, conforme Burke (2004), as mesmas possibilitam a rememoração do passado de uma forma intensa. Para Ermel (2017), o uso quando não há problematização de práticas e representações

⁸ Classificação trazida por Toledo e Gimenez (2012), utilizada principalmente na Biblioteconomia, diferindo dos autores da História Cultural que consideram complexa a classificação das fontes em virtude da existência de marcas do autor, local, tempo, visão e perspectiva assumida pelo pesquisador. Não entrei na discussão dos termos nesta pesquisa, pois busquei investigar fontes que fossem ligadas à temática independente da categorização, ou não, porém deixo clara que existe esta segmentação conforme a área.

⁹ Descritor, ou palavra-chave, irá designar o conteúdo do documento. Para o trabalho foi criado um vocabulário controlado através de um tesouro. Essa atividade biblioteconômica permite a representação das informações com uma padronização e agrupamento de classes semelhantes, assim a recuperação da informação é facilitada.



se apresenta apenas como ilustração e que para o questionamento seja da produção, recepção, práticas e outros elementos, ela deve ser entendida como documento, desta forma as imagens e ilustrações utilizadas neste trabalho são consideradas documentos.

Sobre as entrevistas¹⁰, de acordo com Belusso (2016) estas fontes contribuem com indícios das práticas e normas e por vezes, ficam somente registradas na memória, além da mesma autora sinalizar que é valiosa a avaliação do ambiente escolar através das lentes dos sujeitos escolares. O alerta vem também das autoras Menin e Rela (2015, p. 898) quando explicam que “dar voz à memória individual é, antes de tudo, dar voz a experiências cotidianas de sujeitos que construíram de forma coletiva a cultura que os cerca e as raízes que compõe a história de um local”, portanto considero importante trazer ao longo deste trabalho os relatos registrados, que apesar de poucos, são ricos em informações, sendo produzidos diretamente por estes sujeitos sociais.

Sobre o mesmo assunto, neste estudo, tive a grata surpresa de conseguir testemunhos de uma ex-aluna do Colégio das Irmãs de São José e ex-alunos de escolas públicas do local, o que contribuiu para a produção desta investigação. Admito limitações quando me coloco frente aos vestígios existentes de um período temporal relativamente antigo de pesquisa e que embora limitado, trouxe inúmeras possibilidades com as informações coletadas.

Concomitante à busca nos acervos citados, realizei a medição da “taxa de alfabetização”, o que de acordo com Viñao Frago (1993) traz muitas informações sobre a alfabetização do local investigado. A sua medição foi realizada através das assinaturas e registros civis de matrimônios e a considero um meio para chegar ao entendimento do processo de escolarização, tendo em vista que ela propicia uma outra forma de olhar o decurso escolar do local, e que aqui não é vista isoladamente, mas se constitui como uma das peças que compõe este quebra-cabeça.

A utilização da matemática, de modo geral, é um desafio para o pesquisador em educação, porém “é impossível estudar o processo de escolarização sem o trabalho sistemático com números e com as estatísticas escolares” (FARIA FILHO; RESENDE, 1999, p. 199). Apesar dos autores focarem em matrículas, transponho para a “taxa de alfabetização” a mesma proposta, sendo esta abordagem e material (registro civis) já utilizados por outros pesquisadores em períodos e locais distintos, além de serem mobilizadas por Estados, ainda no

¹⁰ As entrevistas utilizadas são provenientes, a primeira do IMHC (projeto ECIRS), gravada na década de 1980 por Liane Beatriz Moretto Ribeiro e posteriormente transcrita por Tranquila Brambina Moresco Brando, assim a utilização dela parte da transcrição de Tranquila. Já a segunda entrevista, foi arquivada no AHMAP, sendo transcrita como trabalho final dos alunos da professora Jaqueline Terezinha Borella no projeto “História da Educação no município – Linha Paranaguá – Poente” realizado no município de Antônio Prado.

-século XX, com o intuito de buscar a compreensão dos índices para a aplicação em campanhas de alfabetização, conforme apontado por Vincent (2014).

Acerca do acesso aos registros civis de matrimônios, a pesquisa foi realizada por meio do acervo da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que possui o maior acervo genealógico do mundo, disponível para a pesquisa de qualquer indivíduo a depender do local pesquisado *online* ou de forma presencial em centros físicos. Neste caso, as informações foram obtidas *online*, através do *site*, e os livros fonte com os manuscritos estão no cartório de registros civis de Antônio Prado onde foram digitalizados pela Igreja entre os anos de 1984 e 2003, sendo guardados em rolos de microfimes de 35mm e 16mm e disponibilizados *online* na última década.

Quanto ao período e tipologia analisados neste estudo, as informações correspondem aos cinco primeiros livros² de registros de matrimônios civis da localidade, de 1895 a 1920. Eles foram analisados um a um, com a leitura das informações constantes no ato completo, sendo deles compiladas as informações no que tange ao ano, sexo, nacionalidade, idade e se o indivíduo assinou ou não assinou o documento.


Ao término da coleta da “taxa de alfabetização” foram obtidas informações de 3.068 indivíduos, sendo 1.534 matrimônios, organizados pela produção de uma planilha com informações das assinaturas e o encerramento da coleta do *corpus* documental nos acervos supracitados resultou nas informações de 1.979 imagens de documentos (documentos escritos, fotografias e jornais) e transcrição de duas entrevistas.

Na sequência, foi necessária a organização deste material que para Pimentel significa “processar a leitura segundo critérios da análise de conteúdo, comportando algumas técnicas, tais como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes, criação de códigos para facilitar o controle e manuseio” (2001, p. 184). Desta forma, de cada documento foi extraído: descritor (por meio de um vocabulário controlado¹¹ - Apêndice I), tipologia, data, uma frase recortada do texto e sua localização na pasta de arquivamento, esta organização ocorreu em um editor de planilhas. A organização¹² resultou em 411 documentos (mais a transcrição das duas entrevistas e planilha de assinaturas), sendo a sua redução realizada conforme a escrita do estudo em desenvolvimento.

Certeau (1982, p. 81) afirma que a pesquisa deve isolar os documentos e transformá-los em “peças que preenchem lacunas de um conjunto”. Tendo em vista esta afirmação, este

¹¹ Vocabulário controlado é uma linguagem composta de termos organizados por uma estrutura relacional de um ou vários campos do conhecimento. Objetiva precisão e padronização na representação da informação.

¹² Não foi possível transcrever o trabalho de organização devido à quantidade de informações constantes no editor de planilhas que correspondem a 85 páginas A4.




estudo foi realizado com investigações bibliográficas, escolhas teóricas e junção do *corpus* documental, crendo que a triangulação destas “peças” se constituiu como a maneira mais assertiva para uma investigação científica, sem buscar uma essência, mas indícios de uma história da escolarização, até porque como explica Burke (2004) é impossível estudar a história sem uma rede de intermediários.

E tendo em vista que a pesquisa sobre o processo de escolarização faz parte de um intrincado mecanismo que envolve vários fatores, permanências e rupturas, produzindo elementos que devem ser levados em consideração, optei pela análise crítica e analítica dos vestígios localizados procurando expor “as verdades” conforme acepção de Certeau (1995), abordando o momento presente e o desenvolvimento do processo de escolarização de Antônio Prado entre os anos de 1886 a 1920. Diante do exposto, apresento a organização realizada dos capítulos deste estudo, sistematizado em capítulos e subcapítulos.

No *primeiro capítulo* denominado *considerações iniciais*, introduzo meu objeto de pesquisa, explico o contexto envolvido, as possibilidades de investigação e meu interesse pela temática, exponho as questões de estudo (principal e específicas), o recorte utilizado, justificativa, as principais ênfases de investigação, pressupostos teórico-metodológicos, a investigação propriamente dita e encerro com a explicação estrutural do estudo.

No *segundo capítulo* denominado *Antônio Prado: um olhar para o contexto histórico (1886-1920)*, investigo o contexto de Antônio Prado entre os anos de 1886 a 1920 a nível político, econômico, cultural, social e educacional, separando-o em três subcapítulos para a discussão. Entendendo que as abordagens assumidas fazem com que seja necessário um olhar direcionado aos elementos que compõem este meio social, em *Antônio Prado ‘colônia’ (1886-1899): primeira fase*, busquei os vestígios de como “ocorreu” a criação da colônia, estabelecimento dos imigrantes, desenvolvimento do local, já em *A emancipação e Antônio Prado como município (1899-1910) segunda fase*, discuto a sua emancipação e primeira década do século XX e em *Antônio Prado na década de 1910: terceira fase*, exploro um período conturbado de crise, Guerra e estagnação, até o ano de 1920, período do meu recorte temporal.

No *terceiro capítulo* denominado *Processo de escolarização em Antônio Prado (1886-1920)* adentro no meu objeto de pesquisa. Inicialmente busco informações sobre a educação regional e nacional, para em diálogo entender a escolarização dentro do limite territorial Antônio Prado. Então parto para o primeiro subcapítulo *Mapeando os habitantes: a taxa de alfabetização* que traz o resultado da “taxa de alfabetização” dos habitantes em discussão aos elementos do contexto para compreender se os habitantes do local eram em sua maioria



alfabetizados, com este conhecimento, sigo para *Emergência e iniciativas de escolarização em Antônio Prado*, onde exploro as primeiras fontes e formas de escolarização desenvolvidas, principalmente as referentes ao ensino particular. Passo então para o próximo subcapítulo *As políticas públicas do ensino primário*, dedicado principalmente à compreensão da escolarização a nível político e de forma pública, em um período que vai da emancipação até o ano de 1920, assim tem-se diversas vieses do processo de escolarização e é nele que focalizo. No subcapítulo denominado *Diferenças na escolarização: nacionalidades e modalidades*, investigo as diferenças de escolarização entre as nacionalidades presentes na localidade como a presença específica de escolas étnicas e os diferentes modos de escolarização como o familiar, subsidiado, particular e público.

No *quarto capítulo* intitulado *A escolarização e os sujeitos*, procuro explorar quem eram os agentes do processo educativo, vinculados direta ou indiretamente, iniciando pela identificação deles e suas relações, implicando na compreensão e reflexão do estabelecimento da cultura escolar, um dos fatores de destaque deste estudo. Sigo com o subcapítulo *Relações da escola com a comunidade local*, investigando as relações cotidianas que se estabeleciam entre os sujeitos e a comunidade. No subcapítulo *Demarcando os tempos e espaços escolares*, investigo os tempos destinados ao processo escolar tanto de ordem social como institucional, tais como horários de estudo, quantidade, ausências na escola, já nos espaços, discuto a disposição dentro do limite territorial como as diferenças entre a posição das escolas na trama urbana. Em *Práticas, saberes escolares e representações*, busco discutir de forma teórica alguns elementos da escolarização através do que as fontes me possibilitaram identificar, ligando o cotidiano e as práticas nas representações que os sujeitos escolares realizavam, os saberes transmitidos pelos professores nas diferentes modalidades, a forma que eram dados relacionando a aprendizagem, e como os professores eram preparados e instruídos para a sua “transmissão” e para o trabalho docente.

No *quinto capítulo* denominado *Considerações finais*, discorro sobre a busca, os pontos relevantes que encontrei, retomo as reflexões produzidas e questões propostas, bem como as lacunas deixadas para novos estudos, finalizando assim a investigação. Por último, cito as *Referências* do trabalho. Com as considerações iniciais realizadas e estrutura explicada, proponho daqui em diante uma imersão na história do local e da escolarização, e convido o leitor a acompanhar a tessitura narrativa produzida, lembrando que a mesma não é única, não é definitiva, mas produzida através de um trabalho acurado e com as possibilidades que surgiram ao longo da trajetória investigativa.





2 ANTÔNIO PRADO: UM OLHAR PARA O CONTEXTO HISTÓRICO (1886-1920)

Este capítulo tem como objetivo discorrer acerca da história de Antônio Prado no período entre os anos de 1886 a 1920. Priorizei o debate dos acontecimentos na ordem cronológica, já que “ela é a condição de possibilidade do recorte em períodos” (CERTEAU, 1982, p. 97), porém traço relações ao longo do texto mediando de forma discursiva os elementos (CERTEAU, 1982), buscando entender o local do ponto de vista econômico, social, cultural, político e educacional, este último por ser meu objeto de pesquisa é rapidamente mencionado neste capítulo e será explorado nas discussões seguintes deste estudo.


O capítulo foi dividido em três subcapítulos. Neste primeiro trecho, explico o contexto anterior ao da criação da colônia, adentro na questão imigratória que é fundamental à compreensão da fundação de Antônio Prado e em seguida penso no território que compreende a localidade. Sigo para o primeiro subcapítulo em que utilizo o recorte temporal de 1886 a 1899 por Antônio Prado ainda ser uma “colônia” de Vacaria, nele explico como ocorreram os primeiros estabelecimentos e as iniciativas para que a localidade se desenvolvesse até chegar à emancipação da mesma, que marca o início do segundo subcapítulo, referente ao período de 1899 a 1910, onde exploro como foram as bases para a administração local e o desenvolvimento do então município.

Os recortes temporais destes subcapítulos não foram escolhidos em virtude da virada das décadas, mas são compreendidos concidentemente como fases da localidade, já que a mesma possuía especificidades ao ser uma colônia, depois adquiriu outra configuração ao ser município e após 1910 passa uma década de dificuldades, retrocessos e alguns avanços, sendo possível assim realizar estes três recortes para as discussões. Por fim, o terceiro subcapítulo refere-se aos anos de 1910 a 1920, que conforme mencionado ficou caracterizado por ser um período de grande apreensão em diversos setores da localidade.

Início a discussão sobre o contexto histórico expondo que a sua explanação é essencial em uma pesquisa apoiada na ótica da História Cultural e História da Educação, sendo que a sua investigação deve buscar elencar os vestígios das práticas, representações, identidades e pertencimentos do local investigado. Eles se constituem como elementos na compreensão do processo de escolarização ao qual me proponho.

Para entender a história de Antônio Prado é necessário, mesmo que de forma breve, retornar antes de 1886, que é a época da chegada dos imigrantes no local. A história oficial do






município não recua antes desta data (SOUZA, 2008), como se nada houvesse na localidade, indicando representações de um imigrante “desbravador”, “trabalhador”, com orgulho da “origem”, uma visão que sujeitos da pesquisa e descendentes carregavam/carregam, sendo esse um elemento para a construção da identidade do local. Hall (2006) afirma que essas representações irão significar e dar importância às vidas e mostrar as experiências do grupo, cabe destacar que o pioneirismo e a força do italiano parecem ser importantes nas narrativas deste e após este período. Sem dúvida, elas estão atreladas aos pertencimentos e processos que foram sendo construídos e denotam o estabelecimento da identidade deste grupo.


O território que compreende a localidade de Antônio Prado pertencia à jurisdição de Santo Antônio da Patrulha desde 1809 (BARBOSA, 1980), passando então em 22 de Outubro de 1850, pela lei nº 185 à Vacaria (KRAMER et al., 1996), quando esta foi instituída como município, sendo um dos locais mais antigos da história do Rio Grande do Sul, marcado pelo fornecimento de produtos primários para o restante do Brasil, conforme apontado por Lima (2019) e poderíamos incluir a localização como uma rota dos tropeiros para o acesso à Santa Catarina.

Ainda, Kramer et al. (1996) afirmam que os registros de assentamento no território de Vacaria remontam ao século XVIII. Porém, pensando no espaço territorial deste estudo, o memorialista Barbosa (1980) explica que apesar da ocupação antiga de Vacaria, Antônio Prado permaneceu habitado por autóctones até a década de 1880. Neste período, índios viviam no local, fato registrado por meio da oralidade, registros de contato, confronto e vestígios encontrados posteriormente (SOUZA, 2008; BARBOSA, 1980), assim o território de Antônio Prado possui a ocupação recente “comparada com a antiguidade da ocupação pré-histórica na região em que ele se fundou” (SOUZA, 2008, p. 38).

As colônias Dona Isabel e Conde D’Eu foram criadas em 1870 e a partir de 1875 inicia-se o povoamento. De Boni (1987) explica que movimentos do governo imperial eram executados para o preenchimento de vários locais no Estado antes não habitados, um deles localizado no nordeste do Rio Grande do Sul, área que passou a ser chamada posteriormente de região colonial italiana, sendo que as outras localidades escolhidas pelo governo foram a Depressão Central e sul da Região do Planalto Médio do Estado (FROSI; MIORANZA, 2009).

No nordeste do Rio Grande do Sul, os estabelecimentos foram iniciados nos locais denominados Conde d’Eu e D. Isabel, sobretudo por imigrantes italianos que chegavam em grandes quantidades (MANFROI, 1975). Os autores Frosi e Mioranza (2009) frisam as diferenças no que tange ao perfil profissional de imigrantes alemães e italianos, sendo os






primeiros agrupados de acordo com as habilidades, qualificados em uma determinada profissão e com capital disponível, já os segundos, agricultores, sem bens, marcados pelas condições de vida que tinham como *contadinos* (agricultores).


A ênfase em italianos neste estudo é dada em virtude da maior parte dos imigrantes estabelecidos em Antônio Prado serem provenientes da península itálica, assim busco discutir as condições de vida na Itália e os motivos que deram início ao processo migratório. E já que “a imigração italiana, por sua vez, pode ser melhor entendida se for considerada a conjuntura da Itália no século XIX” (CORSETTI, 1998, p. 36), pode-se compreender que a Itália passava por um aumento do capitalismo e crise agrícola a partir da metade do século XIX, resultantes de divisões histórico-políticas, e simultaneamente ocorre a Unificação em 1870, o que resulta no agravamento do problema (FROSI; MIORANZA, 2009). As dificuldades eram encontradas principalmente no meio rural, assim a imigração surgiu como condutor para estabilizar economicamente o seu desenvolvimento (FACHIN, 2016).

De acordo com Manfroi (1975), o governo italiano flutuava entre uma política em favor da emigração para o equilíbrio e uma política de prestígio nacional para eliminar a miséria que estava instaurada, sendo um local para “poucos” e que não entraria no “conceito de povo” (VILLA, 1997, p. 14). O autor expõe que ao final deste movimento, 1/3 da população italiana emigrou para o exterior, situando o período de maior fluxo entre 1881 a 1901 (FRANZINA, 1995), e após o início do século XX, a imigração no Estado do Rio Grande do Sul diminuiu drasticamente (BOLLETTINO, 1906).

Do ponto de vista dos imigrantes é possível compreender a esperança posta quando se encontravam diante deste contexto nacional e também, além fronteiras, como apontado por Villa (1997) quando destaca que é necessário levar em consideração a grande migração do continente europeu na época, citando fatores como o aumento da população, extinção de terras comuns, início da industrialização e de grandes sociedades agrícolas, facilitando assim políticas imigrantistas.

Já no contexto brasileiro, o objetivo de um branqueamento da população e terras devolutas que poderiam ser habitadas no sul do País (RECH, 2009; THOEN, 2011) fez com que ambos países, Itália e Brasil, se beneficiassem do processo migratório. Giolo (1997) adiciona que no Estado do Rio Grande do Sul a imigração serviria para preencher núcleos urbanos, o mesmo explica que a depender da região do País, o imigrante seria dedicado a atividades diversas, no sul, como agricultor e proprietário de terras, no sudeste, como mão de obra assalariada. É possível também notar outra motivação para que o Brasil tivesse interesse no processo migratório, referida por Tambara (1995, p. 115-117), que é a ótica positivista





para que ocorresse uma transformação social da população, para além do “branqueamento”, a possibilidade de um incremento da população traria “novas formas de pensar”, sendo o processo migratório ideal para isso.

Desta forma, iniciou-se no Brasil uma onda de atos, autorizações e políticas migratórias para estimular a ocupação do País por imigrantes e especificamente no Rio Grande do Sul, Fachin (2016) explica que no início, devido à falta de recursos que subsidiassem a imigração, a província aderiu parceria a empresas privadas. Foi o caso da empresa Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia, mas, devido ao fluxo e função de estabelecer os imigrantes, foi necessária atenção do governo principalmente no que tange aos estabelecimentos (RECH, 2009). Para Giolo (1997, p. 54), “a colonização estrangeira no Rio Grande do Sul foi obra da iniciativa estatal, conjugada à iniciativa privada”. O movimento migratório proveio de várias regiões da Itália (PANTANO, 1904), porém o Estado do Rio Grande do Sul recebeu grande parte de imigrantes oriundos da região do Vêneto.

A partir de 1875, Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Silveira Martins foram os centros da colonização italiana, rapidamente ocupados (DE BONI, 1987). O mesmo autor afirma que, em 1884, Caxias já possuía mais de 10.000 habitantes e em 1890 foi elevada à categoria de município. Com o grande fluxo em Caxias, foi necessária a expansão e criação de novos núcleos, e Antônio Prado foi um deles (CINQUANTENARIO, 2000), sendo “a sexta e última das chamadas antigas colônias da imigração italiana” (BIAVASCHI, 2011, p. 174) a ser criada.

Hoje, Antônio Prado é um município do Nordeste do Rio Grande do Sul, na Serra Gaúcha, cuja altitude é de 770 metros, distante 50 quilômetros de Caxias do Sul e 182 quilômetros de Porto Alegre. Os municípios limítrofes são Ipê, ao norte; São Marcos e Vacaria ao leste; Nova Prata, Veranópolis e Vila Flores a oeste e ao sul Flores da Cunha, Nova Pádua e Nova Roma do Sul, conforme é possível verificar no mapa a seguir.




Figura 1 - Mapa da localização de Antônio Prado



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Destaco que conforme já mencionado, a localidade à época se encontrava isolada de outros municípios, como Caxias do Sul e Vacaria. Todavia, hoje os municípios mais próximos

são Ipê, distante 3 quilômetros e Nova Roma do Sul, distante aproximadamente 30 quilômetros, que na época o primeiro era distrito de Vacaria e o segundo tornou-se um distrito de Antônio Prado após este ser emancipado. A localização se mostrará importante ao compreendermos o contexto da localidade, conforme exploro adiante, assim passo para o primeiro subcapítulo, onde narro a criação da colônia de Antônio Prado até sua respectiva emancipação.

2.1 ANTÔNIO PRADO ‘COLÔNIA’ (1886-1899): PRIMEIRA FASE

A primeira fonte documental relativa à criação da colônia é o documento da Comissão de Medição de Terras, datado de 29 de abril de 1885, em que fica estabelecido que durante o exercício de 1886-1887, fosse criado o núcleo de colonização à margem direita do Rio das Antas. Em 14 de maio de 1886, o engenheiro-chefe da Comissão de Medição de Terras, Manuel Barata Góis, emitiu um ofício com o orçamento e permissão para o nome da nova colônia ser “Antônio Prado”¹³, conforme segue:

Exmo. Sr., tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.^a, o incluso orçamento provável das despesas a fazer com a Comissão de medição de lotes para estabelecimento de imigrantes na nova colônia, que será fundada em terras à margem direita do rio das Antas [...] Outrossim rogo a V. Ex.^a que solicite de S. Ex.^a o Sr. Ministro da Agricultura permissão para que seja denominada a nova colônia “Conselheiro Antônio Prado”, por ter no Parlamento pugnado pelos meios de desenvolver a imigração para este País, que de S. Ex.^a, ainda se espera em prol dos interesses da colonização. [...] O Engenheiro-chefe da Comissão, Bacharel Manuel Barata Góis. (COMISSÃO DE MEDIÇÃO DE LOTES, 1886 apud COSTA, 2007, p. 14, grifo nosso)¹⁴.

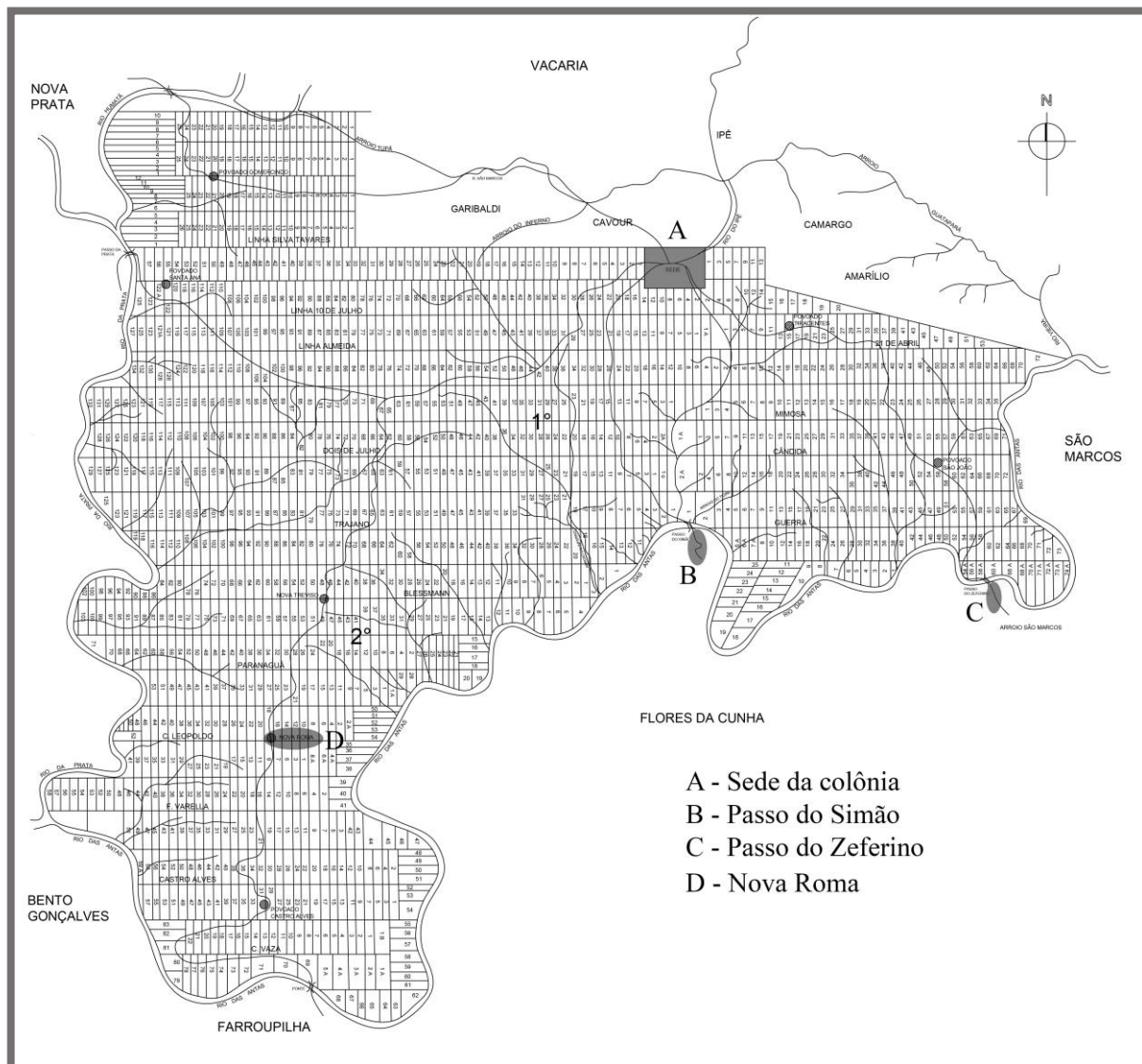
A escolha do território e divisões das colônias era realizada pelo governo do Estado, o trabalho da divisão dos lotes por funcionários engenheiros e as colônias possuíam uma sede, onde posteriormente se encontraria o centro comercial, e dentro desse planejamento alguns lotes eram reservados para Igreja, escolas e prédios da administração pública. De Boni (1987) frisa que a escolha da sede, às vezes, era posterior ao início da colonização, que foi ao que

¹³ Antônio da Silva Prado nasceu em 25 de Fevereiro de 1840 em São Paulo, filho de Martinho da Silva Prado e Veridiana da Silva Prado. Tornou-se Bacharel em Letras no Rio de Janeiro, posteriormente formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1861, no ano seguinte, cursou Direito em Paris, retornando a São Paulo, no ano de 1863 (ARANHA, 1929). Ao longo da vida, exerceu as funções de delegado, vereador, jornalista, agricultor, pecuarista. À época da criação da colônia atuava como Ministro da Agricultura, promovendo a vinda de imigrantes e principalmente tratando da instalação destes nos núcleos coloniais. (COSTA, 2007).

¹⁴ Todos os documentos transcritos neste estudo foram adaptados para o acordo ortográfico vigente, a decisão ocorreu para facilitar a interpretação do leitor.

tudo indica, o que ocorreu em Antônio Prado. Abaixo um mapa com a divisão das linhas e lotes de Antônio Prado.


Figura 2 - Linhas e lotes de Antônio Prado



Fonte: Adaptado de Secretaria do Planejamento – Prefeitura de Antônio Prado¹⁵

Na localidade, a divisão foi realizada em 20 Linhas e em 1291 lotes de 302.500 m². Nele, destaco que Passo do Simão é relativamente perto da sede em comparação com o Passo do Zeferino, e que a sede se encontra na divisa com o município limítrofe. O 2º distrito, localizado no extremo sul é Nova Roma, com as Linhas Gustavo Vaz, Castro Alves, Fagundes Varela.

¹⁵ No mapa é possível verificar os nomes atuais dos municípios limítrofes.



Sobre a divisão das linhas, Pazuch (2015, p. 48) explica que “as linhas foram divididas em travessões e traçadas sobre mapas com divisas retas, paralelas e perpendiculares e, por isso, não respeitaram os acidentes geográficos do relevo”, este é um fato pertinente para compreender casos de abandonos de lotes, que além de difícil acesso e estabelecimento, eram terras inviáveis para as atividades agrícolas. Foi possível verificar que alguns donos dos lotes mudavam constantemente, isso mostra que o fluxo não era apenas de chegada, como de saída. Porém, cabe o destaque que para além dessa estrutura em lotes, a conexão dos imigrantes girava em torno dos núcleos, as chamadas Capelas, que contava geralmente com igreja, comércio, cemitério e escola, estes núcleos eram criados para a vida comunitária, configuração que Kreutz (2004) explica nos alemães e estende para os outros imigrantes das mais diversas regiões. Para Kreutz “[a capela] era uma estrutura física indispensável para a rede de organizações socioculturais e religiosas a animar toda a dinâmica da vida comunitária” (KREUTZ, 2000, p. 159).

Os lotes eram vendidos pelo governo, estabelecidos pela Lei de 19 de janeiro de 1867, fixando também a venda a crédito com prazo de 5 a 10 anos para pagamento (CIAPELLI, 1903) e subsídios para a alimentação por trabalho remunerado de 15 dias por mês na construção de estradas, já as sementes e ferramentas eram distribuídas sempre de maneira inconstante¹⁶ (DE BONI, 1987).

Em notícia publicada na Federação (1903)¹⁷, afirmava-se que além de parte do trabalho pela alimentação, o valor restante da porcentagem da abertura das estradas era utilizado na quitação da dívida dos lotes. Regime de trabalho ao qual não somente os imigrantes de Antônio Prado, mas o restante das colônias era submetido, conforme apontado por Trombini (2016). Os primeiros anos, assim como em outras colônias, podem ser definidos pelo trabalho de derrubada de estradas, construção de casas e tarefa de abertura das estradas (DE BONI, 1987).

Quanto ao estabelecimento, apesar de algumas exceções, houve uma separação entre as nacionalidades. Nova Roma foi colonizada principalmente por poloneses e a sede de Antônio Prado e entorno por italianos. Na pesquisa, não localizei uma separação intencional por parte da Comissão de Terras na distribuição, acredito que uma possibilidade seja em virtude do direcionamento de fluxos migratórios conforme as chegadas com vista ao

¹⁶ Em Antônio Prado, Pazuch (2015) explica que o governo disponibilizou ferramentas aos imigrantes.

¹⁷ CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS. A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 94, p. 2, 23 abr. 1903.



preenchimento do território, o que explicaria em parte italianos da mesma região chegados em agrupamentos permanecerem em lotes próximos, como é o caso dos *cimbros*¹⁸.

Em 14 de maio de 1886¹⁹, emergiu o primeiro núcleo colonial. Porém, infere-se que os primeiros habitantes foram Simão David de Oliveira, proveniente de São Paulo, acompanhado de seu sobrinho Joaquim, que por volta de 1880, construíram duas casas na foz do Rio Leão e do Arroio Tigre onde passaram a cultivar milho, feijão, mandioca, entre outros produtos (BARBOSA, 1980). Em homenagem à Simão, o local passou a ser chamado de Passo do Simão - local do núcleo colonial.

Os primeiros imigrantes italianos estabelecidos em 1886²⁰ eram oriundos das províncias de Vicenza, Treviso, Mântua e Pádua, corroborando com a proveniência provincial de parte dos imigrantes italianos estabelecidos em outras colônias do Rio Grande do Sul (FROSI; MIORANZA, 2009). Há de se levar em conta que uma parte dos imigrantes de Antônio Prado estava estabelecida em Caxias e região, decidindo reimigrar para a nova colônia fundada (POSENATO, 1989; GASTAL, BEBER; SÁ, 2017). Sabe-se²¹ que a primeira forma de ingresso para a sede foi realizada através do Rio Inferno, afluente do Rio das Antas, subindo a encosta pelo Passo do Simão, até fixar residência definitiva na atual sede da localidade.

Conforme apontado por Barbosa (1980) em dezembro de 1886, Agostino Dalla Giovanni realizou contrato para o transporte de bagagens, em fevereiro de 1887 foi construída uma balsa provisória e em março, Camilo Marcantônio²² foi designado para a construção de um barracão com 20x6 metros e altura de 2,5 metros, seguido de uma casa canônica e um cemitério. Na mesma época, existem registros da construção de outro barracão, porém na sede da colônia²³ terminado em dezembro do mesmo ano (BERTASO; LIMA 1950), “essa casa na época servia a todas as necessidades do imigrante” (GRAZZIOTIN; FERREIRA, 1984, p.7). Em julho de 1887, ocorreu o transporte do material para a medição dos lotes e suprimentos para os trabalhadores. No ano de 1887, Antônio Prado e Caxias do Sul receberam 906

¹⁸ Grupo minoritário, 32 famílias estabelecidas em Antônio Prado, oriundas dos alpes vicentinos, possuíam como língua um antigo alemão e estabeleceram no entorno da Capela São Roque.

¹⁹ A data é estipulada e transcrita em diversos documentos e fontes de memorialistas.

²⁰ AHMAP. Carta resposta ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil por A. Gomes de Barros. n. 4. p. 19-20. In: Livro Registro de Correspondência da Intendência Municipal Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913.

²¹ Id. Respostas dadas pela Prefeitura Municipal de Antônio Prado aos quesitos formulados pelo Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística do Serviço Nacional de Recenseamento. 28 mar. 1942.

²² Camilo Marcantonio é considerado o “pioneiro” da localidade. Há um quadro atualmente com sua fotografia na Prefeitura, o indicando como tal e Bertaso e Lima (1950) também o indicam como “precursor”.

²³ AHMJS. Ofício de 20 jul. 1887.

imigrantes e até maio de 1888 mais 641 imigrantes chegaram (RODRIGUES, 1889), fluxo alto em comparação com os 8003 imigrantes entrados no Rio Grande do Sul no período.

Passo do Simão foi o local de estabelecimento inicial, mas principalmente uma passagem dos imigrantes até chegarem à colônia. Este trajeto²⁴ era difícil, sendo formado por estreitas picadas e paredões de pedra. Apesar das dificuldades de uma região acidentada e de terras de difícil cultivo, os italianos estabelecidos na localidade, em sua maioria agricultores, ansiavam por emancipação, a fortuna (*cucagna*) aqui se representa na possibilidade de ter a sua própria terra e era o sentido de conquistar a América (*far l'America*). A Comissão de Medição de Lotes de Antônio Prado orientava que os imigrantes escrevessem aos parentes na Europa convidando para estabelecerem-se na localidade de Antônio Prado²⁵, fato repetido em outras localidades, conforme os dados fornecidos por Ministero (1895) explicando que muitas das entradas de imigrantes ocorreram em virtude do chamado de parentes já residentes.

Com o território de Caxias já povoado, a Comissão informava que a concessão dos locais e abonos só aconteceria em Antônio Prado²⁶, isto explica o grande fluxo e rápido preenchimento dos lotes. O trabalho desenvolvido pela equipe recebeu críticas da própria Comissão, em virtude do serviço prestado²⁷, mas em contraponto, estes reclamavam²⁸ da falta de materiais para o cumprimento do trabalho e orientações sobre o que fazer com os recém-chegados. Por parte dos imigrantes, as reclamações²⁹ eram do péssimo suporte dado, comparado com outras colônias. A seguir uma fotografia do que é reconhecido como o escritório da Comissão de Terras de Antônio Prado, onde se veem moradores locais e funcionários.

²⁴ Uma das memórias sobre este trajeto e o trabalho na construção de estradas até a sede é de Giuseppe Gelain. Cf. BARBOSA (1961, p. 28-30).

²⁵ AHMJSA. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Ofício de 02 ago. 1889.

²⁶ Id. Ofício de 15 fev. 1890.

²⁷ Id. Ofício de 14 fev. 1891.

²⁸ Id. Ofício de 09 mar. 1891.

²⁹ Id. Ofício de jan. 1891.

Figura 3 – Moradores e funcionários da Comissão [ca. 1887-1888]



Fonte: Álbum de recordações das Colônias Conde D’Eu, Dona Isabel, Alfredo Chaves, Garibaldi e Antônio Prado. AHMJSA.

Inspirada em Chartier (2002b), a fotografia apresenta a Comissão que se constitui como representantes que assumem o poder, simbolicamente retratado na fotografia pelos trajes e postura diante dos imigrantes, o que também permite diferenciar ambos. Essa questão é importante para não assumir o pensamento de um local homogêneo. Existem diferenças, especificidades, configurações múltiplas, representações que constituem por si próprias a complexidade do grupo ao qual chamamos de sociedade, inserida neste espaço e tempo.

Dos livros de correspondências arquivados, sintetizo reflexões sobre as práticas da Comissão de Terras: suponho que o pagamento de trabalhos realizados na abertura de estradas era postergado; lotes eram cedidos mesmo já preenchidos por outras famílias, o que ocasionava revolta nos envolvidos³⁰; havia constante reclamação³¹ de superiores pela falta de envio dos dados estatísticos e de entrada de imigrantes, que deveriam ser feitos pela Comissão

³⁰ AHMJSA. Livro de correspondências expedidas para os escritórios das Colônias São Marcos e Antônio Prado - 07/02/1891 a 29/12/1891. Correspondência de 27 fev. 1891.

³¹ Id. Correspondências de 10 out. 1891 e 04 dez. 1891.

periodicamente, e que mesmo sendo substituído o encarregado, permaneciam as práticas citadas.

Se o objetivo da Comissão era ocupar a colônia rapidamente, o dever foi cumprido, porém a forma de acolhida e suporte aos imigrantes é questionável. Infelizmente não foram encontrados seus relatos, motivo pelo qual as informações pesquisadas partem apenas de registros oficiais, que já indicam características díspares da Comissão dentro deste curto período. A má administração no processo de imigração e assentamento de imigrantes não é um fato isolado em Antônio Prado, como discutido brevemente por Malikoski (2014) em que explica os problemas enfrentados e conflitos entre imigrantes e autoridades provinciais em outros locais.

Apesar de um período conturbado, os anos de 1887 a 1890³² foram marcados pela ocupação do território em Antônio Prado. Em 1888, há o requerimento da construção de 24 pequenos barracões nas Linhas com o apoio da Comissão de Medição de Terras para a instalação provisória dos imigrantes. Em janeiro de 1889, foram acordados trabalhos de construção de estradas - possivelmente o melhoramento da Estrada Passo do Simão até a sede da colônia, além das estradas para as Linhas 2 de Julho, Trajano de Medeiros, Blessmann e Barata Góis. Em maio de 1890, ocorreu a derrubada de matas e abertura da estrada pelo Rio da Prata em direção a Alfredo Chaves (BARBOSA, 1980). Aqui, observam-se os primeiros movimentos da abertura e estabelecimento de imigrantes no território que corresponde a Nova Roma³³.

Nova Roma é formada por oito das dezenove Linhas da localidade de Antônio Prado, sendo o berço dos imigrantes poloneses, que ocuparam as Linhas Gustavo Vaz³⁴, Castro Alves, Fagundes Varela, Carlos Leopoldo e Paranaguá. Alguns trabalhos (BARBOSA, 1980; COSTA, 2007; PAZUCH, 2015), afirmam que o estabelecimento de imigrantes poloneses ocorreu por volta de 1880, já documentos do Arquivo de Antônio Prado³⁵ datam a chegada ao final de 1886. As datas são questionadas por Panozzo (2016), apesar de no seu estudo, não conseguir apresentar fontes do estabelecimento tardio destes imigrantes e sim, uma pista em torno da data de abertura das Linhas de Nova Roma, que seriam apenas em 1888 e 1889. Já

³² As datas e anos são respectivos as providências solicitadas pela Inspeção e arquivadas nos Arquivos da Comissão de Lotes, sendo seu fichamento entendido como uma forma importante de resgate histórico relativo ao período.

³³ A emancipação política de Nova Roma do Sul aconteceu em 30.11.1987.

³⁴ O nome da Linha remete à Gustavo Vasa, rei da Suécia de 1523 a 1560. Cf: Panozzo (2016).

³⁵ AHMAP. Respostas dadas pela Prefeitura Municipal de Antônio Prado aos quesitos formulados pelo Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística do Serviço Nacional de Recenseamento. 28 mar. 1942.

Stawinski (1976, p. 54) afirma que “a afluência de imigrantes poloneses aconteceu entre 1890 e 1894”.

Essa questão necessita de análise criteriosa, que aqui não cabe ao objeto de pesquisa, mas questiono a chegada em 1880. Analisando o recenseamento³⁶ de 1890, 184 poloneses encontravam-se estabelecidos nas Linhas Castro Alves e Gustavo Vaz e constam como chegados ao Brasil em 1890. Confrontando nomes e sobrenomes dos registros do barracão dos imigrantes em Caxias, é possível afirmar que houve uma grande leva destes para Antônio Prado no ano de 1890, fato apoiado também pelas pesquisas de Marin (2014) em que relata anotações de poloneses aguardando a demarcação de lotes em Antônio Prado e São Marcos no ano de 1890.

O levantamento da entrada de imigrantes no Estado, trazido por Gardolinski (1958)³⁷, mostra a inexistência de famílias chegadas antes de 1890, sendo que a maioria ingressou no Estado em 1890 e 1891. Relativo à quantidade, o autor, em outra tabela³⁸ indica que entre 1890 e 1894 cerca de 1000 poloneses estabeleceram-se em Antônio Prado, e outros autores, confirmam a quantidade estimada declarando ser por volta de 200 famílias polonesas, suecas e francesas (PAZUCH, 2015; COSTA, 2007). Esta quantidade correspondia a cerca de 2/5 da população do território de Antônio Prado (GARDOLINSKI, 1958).

Outro ponto importante na história do local é a falta de aporte a essas famílias. Os registros arquivados na Comissão de Medição de Lotes, datados de 1891 e 1892 mostram a falta de subsídios. No primeiro semestre de 1891, os relatos³⁹ são dos imigrantes na miséria e passando fome, uma das comunicações arquivadas explica a falta de cumprimento pelo Fiscal encarregado, exonerando-o. De todo o modo, de maio de 1891 a fevereiro de 1892, houve ondas migratórias dos poloneses para a região de Alfredo Chaves e Alto Uruguai.


Entre os fatores para explicar a saída de Antônio Prado, Stawinski (1976), explica que o motivo do êxodo foi a impossibilidade de expansão e por estarem cercados de imigrantes italianos, apoiado também pelo fato de eles terem inicialmente se estabelecido em território íngreme e de difícil cultivo. Já Pazuch (2015, p. 37) conclui que “O Estado Brasileiro e seus representantes não deram atenção aos poloneses” explicando ser em virtude desse grupo ser minoria. Panozzo (2016, p. 87-88) transcreve a carta de Carl Johan Andersson, sueco,

³⁶ AHMJSJA. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Recenseamento de imigrantes poloneses da colônia de Antônio Prado – Linha Castro Alves e Gustavo Vaz. 1890.

³⁷ Cf: Imigração e colonização polonesa. p. 7 – Gardolinski (1958).

³⁸ Cf: Ibid. p. 21.

³⁹ AHMJSJA. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Ofício de 14 fev. 1891.



residente na Linha Barata Goes em 1892, em que relata o êxodo das famílias devido às dificuldades financeiras e falta de subsídios. Das 200 famílias polonesas, as décadas seguintes seriam de muitas migrações, Marin (2014) cita que no início de 1900 em Antônio Prado, 90 famílias polonesas estavam estabelecidas, continuando o êxodo até que permanecessem somente algumas no local. Quanto aos lotes, no início da migração, conforme foram desocupando, eram cedidos às famílias italianas recém-chegadas ou reemigradas.

Cabe uma reflexão acerca da situação em que se encontravam esses imigrantes, em sua maioria agricultores, abrindo matas, construindo as casas, realizando o trabalho de abertura de estradas para o pagamento dos lotes e obtenção da alimentação, aguardando as primeiras colheitas. Um fato que chama a atenção, conforme apontado por Pazuch (2015), é a característica das pesquisas que abordam as memórias do período, citando os desafios, porém retratando-os sempre como superados, retomando o já citado imigrante “desbravador”, “trabalhador”, mostrando a construção das memórias⁴⁰ coletivas do grupo, mas também indicando um silenciamento de lembranças traumatizantes.

Em se tratando do meio, pensando nos assentamentos realizados na área rural, os registros oficiais expõem dados, porém existe um distanciamento das ações realizadas, que parecem ser acompanhadas da sede e deste mesmo local descritas, o que também transmite uma certa prioridade com as ações da sede. Não foram encontrados registros fotográficos do interior no período. A fotografia seguinte tirada por Giovanni Battista Serafini é a primeira que mostra de forma ampla a sede da colônia e por se encontrar no mesmo álbum que a anterior, possui as mesmas características, possivelmente retirada no mesmo dia.

⁴⁰ Estas memórias definem, reforçam pertencimentos e fronteiras que a identidade social do grupo quer recordar (POLLAK, 1989), pensamento semelhante produzido por Barausse (2019a), onde coloca que a investigação dos elementos encontrados nas memórias utiliza-se do recorte e fortalece identidades, omitindo fatos, mas também deixando vestígios para pensar os problemas e tensões do período.



Figura 4 – Sede de Antônio Prado [ca. 1887-1888]



Fonte: Álbum de recordações das Colônias Conde D'Eu, Dona Isabel, Alfredo Chaves, Garibaldi e Antônio Prado. AHMJA.

Esta imagem, constitui-se como evidência histórica (BURKE, 2004). Os sujeitos da fotografia nos mostram algumas práticas que estavam realizando, como as mulheres ao fundo no mesmo serviço, o que simboliza a necessidade da união em prol de objetivos comuns, a vivência no meio social requer relações sustentadas na coletividade, e pensando especialmente nos primeiros anos, foi crucial manter essas relações para a organização e desenvolvimento do local. Sobre o trabalho exercido por elas, permeia na oralidade um fato que é confirmado pela fotografia, a construção da Praça teria sido realizada pelas mulheres (BARBOSA, 1980; CARTA, 1985).

A fotografia também mostra as primeiras casas de madeira⁴¹, que é uma característica típica do local. Ao final de 1887,⁴² a localidade já possuía 486 habitantes, sendo 6 barracões de madeira, 60 estabelecimentos rurais, uma área cultivada de 302 hectares, com produção

⁴¹ Antônio Prado possui casas de madeiras tombadas pelo IPHAN, e em sua maioria são localizadas dentro da sede, sendo construídas nas primeiras décadas da localidade. Das casas desse retrato, nenhuma permanece até aos dias atuais.

⁴² ANNUARIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL para o anno de 1889. Porto Alegre: Gundlach & Cia, p. 219, 1888.

principalmente de aves e suínos, e apesar do nome “Antônio Prado”, a colônia era chamada pelos italianos de *Paese Nuovo*⁴³ (POSENATO, 1989).

Após os assentamentos e construção de bens de primeira necessidade, é possível verificar o aparecimento nos registros de elementos relacionados à religiosidade, Pazuch (2015, p. 16) a situa como “o centro da vida dos imigrantes, controlando a moral e o comportamento da comunidade”, de acordo com Lia (2012) o próprio termo religião remete a um conjunto de regras para a organização de um grupo por meio do divino, reforçando ainda que a característica “foi e é comum a todas as sociedades” (LIA, 2012, p. 553).

Em 12 de março de 1888, Alexandre Pelegrini foi nomeado⁴⁴ para assumir o cargo de Pároco da localidade, sendo também imigrante, ordenado em 15 de outubro de 1854 em Verona e trabalhado anteriormente auxiliando os imigrantes da Linha Jansen e Nova Trento⁴⁵ (BARBOSA, 1980). Sua chegada⁴⁶ na colônia de Antônio Prado ocorreu em outubro de 1888, sucedida pela realização da 1ª missa no Barracão dos Imigrantes, local em que seriam realizadas as missas até a construção de uma Igreja (CINQUANTENARIO, 2000).

Padre Alexandre Pelegrini proferiu uma frase que ficou conhecida e se encontra registrada hoje na lateral da Igreja Matriz: “Homens livres do mundo. Eis aqui a terra da promessa! Somente com os braços conquistareis o pão e liberdade!”⁴⁷. Infere-se, pelas suas palavras, que a fortuna estaria posta naquele próspero local e somente pelo trabalho árduo é que eles seriam merecedores de um futuro digno, caracterizando os valores prescritos para uma vida normatizada, dedicada ao trabalho⁴⁸. Sobre este assunto, Pazuch afirma:

Na Colônia de Antônio Prado, a italianidade e catolicidade eram duas dimensões intrínsecas e inseparáveis da vida dos colonos, e a religião era fator de coesão para o grupo que organizava tanto religiosa quanto socialmente em torno das capelas rurais e urbanas. A religião católica era a base da sustentação dos valores dos imigrantes italianos, orientando sua vida particular e social expressa através dos ritos religiosos, das orações e das festas. Os imigrantes entendiam sua vida como o cumprimento de uma vocação pessoal, que em tudo deveria cumprir a vontade de Deus para que merecessem a salvação de sua alma. (PAZUCH, 2015, p. 124)

⁴³ “País novo” em português, em alusão à nova etapa de vida e expectativas formadas.

⁴⁴ AHMJA. Ofício de 12 mar. 1888.

⁴⁵ Hoje, Linha Jansen faz parte do município de Farroupilha e Nova Trento é o município de Flores da Cunha.

⁴⁶ ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ANTÔNIO PRADO. Livro “Tombo da Paróquia 21.04.1907”.

⁴⁷ MONUMENTO AO PADRE ALEXANDRE PELLEGRINI. Explicação sobre a origem e vida de Alexandre Pellegrini. Localizado na Igreja Paroquial de Antônio Prado.

⁴⁸ O discurso iria ao encontro de valores dos imigrantes para serem inseridos na sociedade e da premissa fundamental positivista de ordem e progresso, que somente seria alcançada com a valorização do trabalho árduo. (CONSTATINO, 2002)

A chegada do Padre Alexandre Pelegrini foi precedida por atividades para a construção da Igreja, registrado na concorrência⁴⁹ das obras e simultaneamente à sua chegada com o projeto e orçamento⁵⁰ da mesma, que foi concluída em 1891. Movimentos que sinalizam a importância que a população dava ao catolicismo conforme apontado por Pazuch (2015), pois eram necessários meios para exercer e concretizar a fé.

Nos anos concomitantes, no território de Nova Roma, sabe-se, através de memorialistas que o Pe. Josué Bardin atendia o local, tendo aprendido polonês⁵¹ para comunicar-se com os imigrantes estabelecidos. Conforme Barbosa (1980), o povoado de Castro Alves seria, a princípio, o local destinado à Paróquia principal do distrito⁵². Já outra fonte destaca que em 16 de setembro de 1891, Pe. Alexandre Pellegrini rezou a primeira missa no distrito de Nova Roma (CINQUANTENARIO, 2000). Um ano depois, foi inaugurada a capela de Nossa Senhora do Caravaggio na Linha Cândia e em 1893, a capela de Santa Ana foi fundada por imigrantes poloneses.

Em 1894, em Nova Roma foi construída uma capela em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus. No mesmo ano, a Comissão de Terras fez um projeto com praça e ruas, incluindo 120 lotes urbanos (PANOZZO, 1996). É possível pensar se não seria esse um indício da Comissão em querer desenvolver melhor a colônia e estabelecer mais imigrantes neste local, tendo em vista a proporção do projeto, porém Castro Alves possuía Igreja e não faria sentido desviar a atenção para Nova Roma.

Há registros de disputas, em virtude do estabelecimento de um Padre, entre Nova Roma, Nova Treviso e Castro Alves (PANOZZO, 1996). Um dos fatos ocorreu na década de 1890, conta Barbosa (1980) que moradores de Nova Roma inconformados, depositaram dinheiro ao Bispo para a vinda de um sacerdote, ao que tudo indica, sem comunicá-lo, e após um tempo, insatisfeitos remeteram uma carta insultando o Bispo, o que se mostrou infrutífero para o objetivo, pois o Bispo devolveu o dinheiro e prometeu não mover mais esforços para eles conseguirem um Pároco. Nova Roma contou posteriormente com a presença de Pe. Alexandre Pellegrini, que em virtude da saída de Pe. Josué Bardin, em novembro de 1897, decide mudar-se do Curato de Antônio Prado, fixando-se na Linha Carlos Leopoldo para auxílio dos moradores.

⁴⁹ AHMJSA. Op. cit. Ofício de 24 set. 1888.

⁵⁰ Id. Ofício de 25 out. 1888.

⁵¹ Os autores D'Apremont e Gillonay (1976, p. 85) explicam que os imigrantes José Reschke e José Hamerski ensinaram o Pe. Josué Bardin a falar polonês, pois o último se comoveu com "o abandono espiritual em que viviam".

⁵² Linha localizada ao sul de Nova Roma, próximo a divisa de Bento Gonçalves.

Na sede de Antônio Prado, a Igreja permaneceu poucos anos no local. Com a mudança da Praça, foi decidido que ela deveria ficar de frente a esta. A nova foi construída em alvenaria e a invocação mudada de Nossa Senhora do Rosário para Sagrado Coração de Jesus, conforme indicação do Padre Alexandre Pelegrini. A seguir podemos verificar uma fotografia da sua construção.

Figura 5 - Construção da Igreja [ca. 1895]



Fonte: Reprodução Foto Bernardi Ltda

Pode-se perceber pela fotografia o tamanho imponente da nova Igreja diante das pessoas que se encontravam à sua frente. Ela levou anos para ser concluída, sendo finalizada apenas após a chegada do Padre Carmine Fasulo, em 1897. Possivelmente foi à época o maior edifício da localidade, envolvendo a comunidade tanto financeiramente⁵³ quanto manualmente para a sua construção.

Outro ponto que se destaca ainda neste período diz respeito à escolarização. No ano de 1888, ocorre a primeira menção à construção de uma escola, este é o primeiro registro

⁵³ Il colono. Ano 1, n. 1, Caxias do Sul, 01 jan. 1898.

encontrado referente à escolarização na localidade, localizado em um escritório⁵⁴ que explica o extravio da planta e orçamento da escola bem como o das casas de administração, farmácia e do capelão. Apesar não ter encontrado outros indícios sobre o desenrolar da construção, nota-se que em 1890⁵⁵, duas aulas estavam em funcionamento, ambas na sede, sendo uma do sexo masculino, com o professor Sérgio Inácio de Oliveira e outra do sexo feminino, em língua italiana, com a professora Genoveva Scotti, ambos considerados por pesquisadores e memorialistas (BARBOSA, 1980; GRAZZIOTIN; FERREIRA, 1984; COSTA, 2007) como os primeiros professores da localidade.

Entre 1888 e 1891, diversos serviços foram criados, sendo que relativo à saúde, em 1887 atendia a região o Dr. Angelo Dourado⁵⁶, em 1889, Edmundo Jubim de Savoia foi nomeado⁵⁷ para trabalhar como médico da colônia, no mesmo ano Martino Tedoldi⁵⁸ foi nomeado para trabalhar como enfermeiro, onde ficou até 1891⁵⁹. Em 1890, José Bechtinger foi chamado⁶⁰ como médico para atender várias localidades, incluindo Antônio Prado.

Os gêneros eram fornecidos pela Inspetoria⁶¹ que enviava o material para o tratamento dos enfermos no Barracão⁶², porém esses medicamentos faltavam frequentemente e eram de péssima qualidade⁶³, a Inspetoria explicava que a causa de tantas doenças se dava pela falta de asseio e má alimentação dos imigrantes. Houve preocupação da Inspetoria e tentativa de fechamento temporário da estrada entre Antônio Prado e Vacaria para que os imigrantes não pegassem varíola⁶⁴. Com o tempo e pela quantidade de habitantes, tornou-se necessária a criação de casas comerciais que fornecessem esses suprimentos.

Na localidade, cerca de 90 % das atividades girava em torno da agricultura, a maior parte da população vivia nas áreas rurais, já na sede da colônia, o comércio impulsionou as trocas e aumentou o poder econômico, apoiados, em grande parte por gêneros primários fornecidos pela agricultura do interior. Na sede em 1891, a Agência Postal foi criada, juntamente com a Coletoria Federal e em virtude do rápido desenvolvimento, a localidade foi

⁵⁴ AHMJS.A. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Ofício de 25 out. 1888.

⁵⁵ Id. Ofício de 03 jul. 1890.

⁵⁶ Relatório apresentado ao Ilm. E Exm. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça 3º Vice-Presidente por S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova 2º Vice-Presidente. p. 82, 27 out. 1887.

⁵⁷ AHMJS.A. Op. cit. Ofício de 17 jan. 1889.

⁵⁸ Id. Carta de 17 jul. 1889.

⁵⁹ Id. Livro de correspondências expedidas para os escritórios das Colônias São Marcos e Antônio Prado - 07/02/1891 a 29/12/1891. Correspondência de 16 fev. 1891.

⁶⁰ Id. Ofício de 20 fev. 1890.

⁶¹ Id. Ofício de 29 set. 1889.

⁶² Id. Demonstrativo de 05 dez. 1889.

⁶³ Id. Ofício de 03 jul. 1890.

⁶⁴ Id. Ofício 20 ago. 1888 e 30 ago. 1888.

denominada distrito de paz de Vacaria em 22 de outubro 1892⁶⁵, sendo erroneamente nomeado de 4º e corrigido em 26 de setembro de 1894 para 5º distrito. E apesar de pertencer à jurisdição de Vacaria, para o controle do governo italiano no que diz respeito à imigração, Antônio Prado pertencia a circunscrição consular de Bento Gonçalves (PETROCCHI, 1905).

Neste período, o local ainda recebia imigrantes⁶⁶, tendo aproximadamente 6.000 habitantes, apesar de algumas fontes como Ministero (1895) excederem esta quantidade, chegando a citar 10.000 indivíduos. A fotografia a seguir mostra um panorama da sede em 1896.

Figura 6 - Sede da colônia [1896]



Fonte: Museu Municipal Centro Cultural Padre Schio

A imagem se encontra no Museu Padre Schio de Antônio Prado, mas o seu escrito informa que foi doado pelo Jornal de Antônio Prado e que seria possível ver os vestígios do barracão dos imigrantes, questiono porém o ano de 1896 que se encontra escrito na fotografia

⁶⁵ AHMAP. Cópia da ata n.372 de 22.10.1892. Criação do distrito de paz na colônia de Antônio Prado e n.66 de 26.09.1894 alteração do ato n.372. [s.d.].

⁶⁶ AHMISA. Mapa estatístico de imigrantes entrados durante o 1º trimestre de 1892 em Caxias e no núcleo de Antônio Prado.

impressa, pois localizei um registro de nascimento⁶⁷ realizado em 1896 em que a criança consta como nascida no barracão da sede, então a fotografia deve ser do final desse ano ou logo após, levando em conta que só existia um barracão na sede.

Ainda, é possível ver aos fundos o centro da sede, com uma grande quantidade de casas, esta visão não é mostrada em outras fotografias. Neste período, pelos registros da administração, o local já apresentava autonomia administrativa para em breve ser emancipado⁶⁸. O local contava com 3.926 italianos, por volta de 3.000 filhos de italianos, poloneses em número de 618, 22 suecos, 40 austríacos, 6 franceses e 14 espanhóis (ANTONELLI, 1899). A produção agrícola de 1896, que era a atividade da maioria dos habitantes de Antônio Prado era composta por milho, trigo, feijão, cereais diversos, vinho, aves domésticas, uva, banha de porco, salame (CIAPELLI, 1905).

Houve a criação do Cartório de Registro Civil em 06 de fevereiro de 1895, apesar de seu requerimento ser ainda em 1888⁶⁹, motivado pela dificuldade dos habitantes em dependerem de Vacaria, ao qual pertencia e estava distante 60 quilômetros. Mesmo assim, o local possuía uma forte ligação com Vacaria que se estendeu ao longo das primeiras décadas e comercializava objetos e alimentos com o município (PESCIOLINI, 1914) em parte por ser longe de portos, acesso fluvial e cidades próximas (PETROCCHI, 1904). É possível afirmar que a presença de brasileiros⁷⁰ em Antônio Prado se deve ao comércio, mas o estabelecimento deles na localidade deu-se em virtude da ocupação para cargos político-administrativos ou por matrimônios, sendo provenientes de Ipê⁷¹ ou Vacaria.

Sobre esta ligação, Letti (2008, p. 49) explica “o italiano de Antônio Prado logo se tornou gaúcho [...] comprou campo em Vacaria [...] casaram entre si [...] o camponês veio se abastecer, veio ao colégio, veio ao médico, veio casar”. Todavia, é necessário cuidado na simplicidade de “tornar-se gaúcho”, pois os processos identitários envolvem complexidade e “são forjados entre as experiências e modos de pensar e viver de um país para outro. Nem italianos, nem brasileiros. Tornam-se outros. Sujeitos híbridos em seus processos identitários,

⁶⁷ ANTÔNIO PRADO (RS). Cartório de Registro Civil de Antônio Prado. Certidão de nascimento de Emílio Sostizzo. Registro em: 05 maio 1896. In: ANTÔNIO PRADO. Cartório de Registro Civil de Antônio Prado. Microfilme de registros de 1895-2003, FamilySearch. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-365G-P?i=136&cc=1582573>. Acesso em: 16 abr. 2020.

⁶⁸ AHMAP. Respostas dadas pela Prefeitura Municipal de Antônio Prado aos quesitos formulados pelo Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística do Serviço Nacional de Recenseamento. 28 mar. 1942.

⁶⁹ AHMJS. Op. cit. Ofício de 06 nov. 1888.

⁷⁰ Considero neste estudo por brasileiros, pessoas com sobrenome de origem portuguesa e/ou espanhola, nascidos no Brasil.

⁷¹ Na época 4º distrito do município de Vacaria, possuindo uma sólida relação comercial com Antônio Prado devido a sua localização próxima de Antônio Prado e entre este e Vacaria.

que recriam tradições, adaptando-se e reinventando modos de viver [...]” (BARAUSSE; LUCHESE, 2019, p. 117).

Silva (2000) pontuaria esse mesmo processo como “hibridização forçada” já que irá envolver relações conflituosas entre grupos. É possível pensar que as transferências culturais foram necessárias à subsistência e ocorreram de forma gradual havendo “uma transformação cultural e social por influência recíproca de ambas as partes” (DE BONI, 1987, p.186). Este processo se refletia não só em Antônio Prado, mas na região devido ao período temporal marcado pela intensa movimentação migratória, estabelecimento e consolidação das colônias cruzando “os limites entre os territórios das diferentes identidades” (SILVA, 2000, p. 88). Por fim, sobre esta discussão, cabe a reflexão que

Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (HALL, 2006, p. 88-89)

No contexto brasileiro, após a Proclamação da República, já em 1891, foi promulgada a constituição brasileira, vigorando durante todo o período da Primeira República, até 1930. Ela dava maior autonomia aos municípios e antigas províncias, tinha como características o federalismo, presidencialismo e representativismo (DESTRO, 1994). No Sul do Brasil, o período foi marcado por disputas e tensões, duas correntes entraram em conflito nesse período, republicanos e federalistas, o que culminou na Revolução Federalista de 1893 a 1895, consolidando o poder do Partido Republicano Rio-Grandense no Estado.

Porém, Ermel (2011) afirma que as disputas políticas e ideológicas permaneceram ao longo de todo o período da Primeira República, mesma explicação de Giolo (1997) quando constata que “a Revolução Federalista causou tal impacto na história política do Rio Grande que seus resultados, ao dividir a população em duas facções inconciliáveis, permaneceram até, pelo menos, 1930” (GIOLO, 1997, p. 96) e em Antônio Prado, de forma subjetiva fica perceptível apesar de documentalente velada, uma constante tensão gerada entre partidos, seja por meio de eleições suspeitas, por constantes brigas e até mortes devido a discussões políticas.

A fotografia a seguir, com a vista parcial da sede da localidade, mostra ao centro, a atual Avenida dos Imigrantes, onde se localiza a Igreja (1), estimo que tenha sido tirada por

volta de 1899, pois existe a nova Igreja e não foi construído o Colégio das Irmãs de São José, datado de 1900.

Figura 7 – Sede de Antônio Prado [ca. 1899]



Fonte: Museu Municipal Centro Cultural Padre Schio

A construção dos edifícios da sede seguiu inicialmente as duas ruas principais, como é possível ver pela numeração 2 e 3, e sendo uma localidade essencialmente agrícola, as construções do centro pertenciam geralmente à Administração, Igreja ou ao comércio, os habitantes que em sua maioria eram residentes no interior, tinham origem italiana, ítalo-brasileira, brasileira, polonesa e polono-brasileira⁷². Até o momento, explorei a discussão sobre o contexto histórico de Antônio Prado como sendo uma colônia ainda não emancipada, com a criação dela, estabelecimento dos imigrantes e como foi seu desenvolvimento até início de 1899. No próximo subcapítulo trato do contexto histórico da localidade a partir do momento da emancipação em 1899 até o ano de 1910, evidenciando as primeiras iniciativas e movimentos pós-emancipação bem como seu desenvolvimento agora como município.

2.2 A EMANCIPAÇÃO E ANTÔNIO PRADO COMO MUNICÍPIO (1899-1910): SEGUNDA FASE

⁷² Consideração com base nos registros civis analisados para a taxa de alfabetização.

Em 1899, por meio do Decreto nº 220, de 11 de fevereiro de 1899, a localidade foi emancipada. A instalação da Intendência⁷³ ocorreu aos 25 de março do mesmo ano. Com a emancipação, houve a movimentação das bases do sistema administrativo-político, sendo designado para assumir como Intendente Innocencio de Mattos Miller (BIAVASCHI, 2011), em julho do mesmo ano, acontece a organização da mesa eleitoral. Em agosto, a instalação da junta apuradora e escolha dos Conselheiros.

Ainda, registram-se⁷⁴ a criação da Lei Orgânica finalizada em 12 de dezembro de 1899 e referente à escolarização, após 17 dias de emancipação, um Decreto⁷⁵ determina quais escolas devem funcionar, sendo quatro distribuídas ao longo do território, uma baixa quantidade como apontado posteriormente por Petrocchi (1904), explicando que não foi possível cobrir a necessidade da população.

As primeiras décadas da política em Antônio Prado foram marcadas pela presença dos republicanos no Poder, Intendente Innocencio de Mattos Miller⁷⁶ indicado pelo Governo, assumiria o município por 24 anos a partir de 1899, licenciando-se pelo curto período entre 1907 a 1910 em favor do seu vice, Cristiano Ziegler. Os Conselheiros Municipais que o assessoraram, em sua maioria, sempre permaneceram no cargo, sendo indicados por Innocencio e até tendo algum vínculo familiar com ele (BIAVASCHI, 2011). Dos sujeitos residentes em Nova Romaque possuíram ligações político-administrativas na sede de Antônio Prado, Panozzo (2016) destaca que Domingos Donida, Saule Pagnoncelli, José Valiati e Angelo Barea exerceram atividades na Intendência.

Apesar de Innocencio ficar um grande período no poder, isso não demonstra uma aceitação da população perante o líder, muito pelo contrário, desde a primeira eleição⁷⁷ há registros de oposição⁷⁸, escândalos nas eleições⁷⁹, e morte por brigas políticas⁸⁰. Fontes não vinculadas à Administração e ao partido incluem incitamento de que o Governo deveria obrigar os políticos locais a cumprir seus deveres “velando pelos interesses locais e tratando

⁷³AHMAP. Ata da instalação da Intendência da Vila de Antônio Prado. 25 mar. 1899. Os movimentos registrados neste parágrafo estão arquivados na ata da instalação.

⁷⁴ Id. Livro Registro de Correspondência da Intendência Municipal Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913.

⁷⁵ Id. Decreto nº 233 determina as escolas que devem funcionar durante o corrente exercício na 3ª região. 28 fev. 1899.

⁷⁶ Para um levantamento da biografia de Innocencio de Mattos Miller. Cf: BARBOSA, 1980, p. 34-38, e sobre esta e o seu trabalho BIAVASCHI, 2011.

⁷⁷ ANTONIO PRADO. A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 16, n. 186, p. 1, 15 ago. 1899.

⁷⁸ ANTONIO PRADO: A eleição – agressão – assassinato e ferimentos – civilismo assassino. A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 27, n. 61, p. 1, 14 mar. 1910.

⁷⁹ ANTONIO PRADO. Gazeta Colonial. p. 2, 13 fev. 1909.

⁸⁰ O BRAZIL. Ano 2, n. 74, p. 1, 03 set. 1910.

seus habitantes com justiça e respeito”⁸¹, de fato “ao nos situarmos na análise de relações políticas e sociais que são permeadas por interesses econômicos, partidários e religiosos, a existência de conflitos é indissociável desse ambiente” (SANTOS, 2018, p. 124).

Pazuch (2015) reforça a situação declarando que Innocencio consolidou o coronelismo em Antônio Prado⁸², já Biavaschi (2011, p. 175) que se debruçou nesse estudo, expõe cartas e fontes que de modo sucinto revelam uma “personalidade política dominante”, que utilizava o “clientelismo” e conclui que Innocencio “foi, com certeza, um dos maiores pedintes de favores a Borges [de Medeiros]” (BIAVASCHI, 2011, p. 176). A título de conhecimento, sua saída do Poder ocorre apenas em 1922 e

A decadência política do coronel Mattos Miller dá-se a partir de um constante processo de desprestígio, pois nem chegou a terminar o seu quadriênio. [...] O ano de 1922 representou a definitiva derrocada de Mattos Miller, na disputa pelo governo estadual entre Borges de Medeiros e Assis Brasil, com a vitória da oposição em Antônio Prado (único município do estado onde isso ocorreu). (BIAVASCHI, 2011, p. 180).

Como o mesmo autor pontua, Innocencio “deveria assumir o cargo até agosto de 1923, mas o entregou para o vice-intendente, ex-professor de Nova Roma, Caetano Reginatto [...] em dezembro de 1922” (BIAVASCHI, 2011, p. 181) como consequência do abandono do dever, residindo inclusive em Caxias do Sul há longo tempo, conforme telegrama do professor José Victor de Castro exposto em Franco (2008) e pontuado por Biavaschi (2011, p. 180).

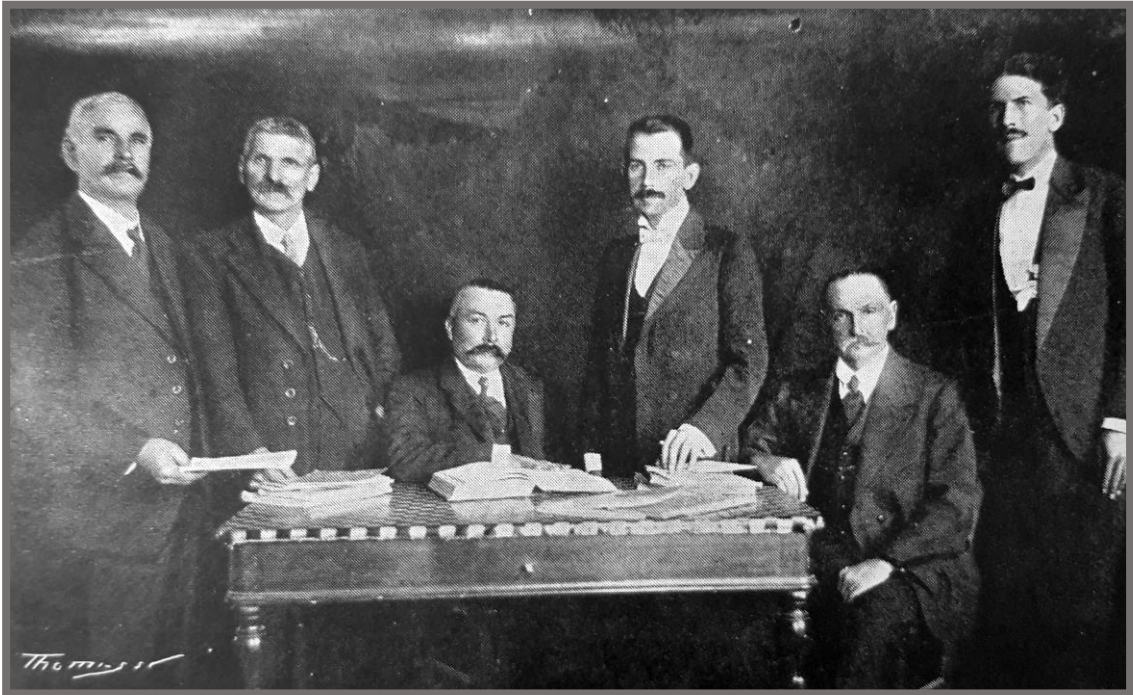
Estes, entre outros fatores, devem ser considerados para entender a imposição política e uma reflexão acerca das relações entre a população e a municipalidade do período. Não obstante, Guzzo e Dotti (1998) destacam o desenvolvimento ocorrido no período quando a municipalidade inaugurou estradas, escolas, pontes, e o município na época foi considerado polo regional. Todavia, temos que considerar o quão primordiais eram as atividades que foram realizadas e quanto a gestão trabalhou em prol destas e se ultrapassou o essencialismo realizando de fato ações que impactaram no desenvolvimento.

Na fotografia seguinte, ao centro da mesa, sentado, encontra-se o Intendente Innocencio de Mattos Miller e conforme a legenda, os funcionários municipais. Nota-se que a fotografia foi planejada devido à utilização de um pano de fundo, iluminação especial e da assinatura de um fotógrafo no canto inferior direito.

⁸¹ ANTONIO PRADO. A opinião pública. Pelotas, ano 12, n. 60, p. 1, 13 mar. 1908.

⁸² O estudo de Biavaschi é relevante para a compreensão do coronelismo em Antônio Prado. Cf. Biavaschi (2011).

Figura 8 – Intendente e funcionários




Fonte: Livro O Rio Grande do Sul Colonial (1918), p. 274.

A imagem foi localizada no Livro ‘O Rio Grande do Sul Colonial’ onde se encontram outras ilustrações da localidade e de municípios do Estado. Possivelmente o fotógrafo capturou o momento para a confecção do livro, as fisionomias dos sujeitos remetem à seriedade e os livros possivelmente representam o conhecimento e consequentemente poder. Os escritos que a complementam enaltecem as ações desenvolvidas pela Administração e neste caso, a fotografia é uma evidência da imagem “mental” (BURKE, 2004) dos sujeitos que “comandavam” o município.

Pazuch (2015) nos traz um outro ponto de vista interessante, explicando que desde a fundação de Antônio Prado, os laços de sociabilidade eram maiores com as autoridades civis, entre elas os agentes da imigração, funcionários da comissão de terras, mas elucida que é necessário levar em consideração que em um segundo momento a relação deles com a Igreja foi mais intensa, reiterando que a troca mútua entre imigrantes e Igreja beneficiou ambos os lados no que tange a estrutura física e administrativa, como era o caso da organização em torno das capelas do interior, com a organização da comunidade para as orações, festas religiosas, sendo elementos culturais bastante marcantes nos imigrantes.

O ponto de vista de Pazuch (2015) é apoiado nas condições iniciais, e seu enquadramento do primeiro laço entre imigrantes e autoridades é compreendido em virtude da disponibilidade dos recursos e meios, entretanto a religiosidade não deve ser relegada ao segundo plano. Eles estavam submetidos às autoridades e delas dependiam, mas a fé era quem



os movia até que houvesse recursos para, assim como explicado pelo autor, haver esta troca mútua com a Igreja, tanto é que anos posteriores, em termos político-administrativos a participação da comunidade, principalmente interiorana, era baixa, mas se houvesse uma festa religiosa na sede da colônia a maioria participaria. Logo, percebem-se laços de sociabilidades diferentes, sendo a religiosidade, e em específico o catolicismo, uma característica incrustada dos imigrantes italianos, neste sentido é possível refletir conforme nos explica Kreutz (2000, p. 168), “a Igreja teve profunda influência, que em nenhuma outra região houve poder maior sobre a vida cultural dos colonos. Ela não era apenas o lugar para o culto, mas o espaço para o qual convergiam as dimensões sociais, culturais e comerciais”.

De acordo com Lia (2012), conhecendo as manifestações religiosas é possível compreender como a própria população se via. Assim, uma reflexão a este respeito faz emergir como era a vida deste imigrante e descendente, a representação que criava, as apropriações que realizava e os processos culturais que circulavam. No cotidiano dos colonos⁸³, a prioridade era a fé e o trabalho, assim como apontado pelo discurso do Padre Alexandre Pelegrini, porém ele não é um cotidiano fixo, eterno (BURKE, 1992) que deve ser visto na totalidade destes sujeitos, a vida de grande parte dos colonos era a devoção à religião e o ardor pelo trabalho, mas existiam outras prioridades. Esses sujeitos ao mesmo tempo em que possuíam rituais religiosos e hábitos cotidianos também participaram de grandes acontecimentos de Antônio Prado.

Pensando no colono, excetuando o período de trabalho durante a semana no meio rural e as idas para sede (que eram raras para a compra de itens de subsistência), a convivência social dos grupos era na maioria das vezes no povoado da Capela em que habitava. Os autores por D’Apremont e Gillonnay (1976) explicam que a vida social do colono era composta pelo círculo familiar e o encontro social girava em torno da Igreja. Desta forma, o colono frequentava a missa e eventos religiosos, já que a religião era responsável pelas atividades sociais, que são marcadas dentro de um território cotidiano e que pelas trocas gerava a identidade dos sujeitos que a frequentavam (CHARTIER, 2002b), assim refletimos as características imagináveis de mais de 30 capelas de Antônio Prado, um universo de processos e manifestações sociais.

Ainda em se tratando de religião, e em especial o catolicismo, e pensando na sede, Padre Carmine Fasulo funda a Pia União das Filhas de Maria, uma confraria voltada ao caráter devocional, que incluía jovens da sede e algumas participantes do interior, que em

⁸³Termo que caracteriza “agricultores e artesãos rurais, ligados à terra que possuíam e exploravam” (AZEVEDO, 1982, p. 98)



1900 já contava com 100 participantes (D'APREMONT; GILLONAY, 1976). Com origem na Itália e se espalhando pelo mundo, diversas paróquias brasileiras fundaram grupos de Filhas de Maria. A fotografia seguinte é de uma reunião das Filhas de Maria de Antônio Prado.

Figura 9 – Reunião da Pia União das Filhas de Maria [ca. 1900]



Fonte: Reprodução Foto Bernardi

Na fotografia, tirada em frente à casa canônica, encontram-se sentados o Padre Carmine Fasulo e de preto, Genoveva Scotti, as roupas e posturas das associadas remetem aos objetivos da confraria, em que as participantes cultivavam valores como “humildade”, “devoção”, “castidade” a fim de “progredir na piedade cristã”. Cabe destacar pela fotografia as idades variadas das participantes, sendo que crianças eram admitidas e incentivadas nas práticas cristãs desde a tenra idade.

Possivelmente, ser uma Filha de Maria era visto com “bons olhos” pelo restante da comunidade. Destaque também pela ligação do catolicismo com a escolarização, através da presença da professora Genoveva Scotti. Quanto a esse elemento, percebe-se dentro da própria Igreja, através dos escritos do Livro Tombo, a necessidade da afirmação entre a Igreja e a escolarização, Kreutz (2000, p. 163) explica que “o professor ideal seria aquele com raízes no povo, vivendo com o povo, compromissado com os fundamentos da religião, imbuído de

santo respeito por sua missão, entendida como vocação e sacerdócio”, desta forma é possível refletir por que oralmente Genoveva permaneceu na memória da população como um exemplo de professora, estando ligada tanto ao ensino quanto a religião.

No início de 1900, Padre Carmine Fasulo decide doar o terreno da antiga Igreja para a construção do Colégio das Irmãs de São José de Moutiers que chegariam⁸⁴ em Antônio Prado em 08 de novembro de 1900. O terreno que era da Igreja foi cedido e escriturado somente em 1916⁸⁵. A população ansiava pelas Irmãs de São José, tendo em vista que foram recebidas pelos habitantes com muitos festejos. O funcionamento do Colégio iniciou com 160 alunos matriculados (POSENATO, 1989), e até o local não ficar pronto, Pe. Carmine Fasulo cedeu a canônica para as aulas iniciarem, ele, bem como os Padres seguintes, estariam diretamente relacionados, visitando semanalmente o Colégio, além deste promover atividades que fariam os alunos participarem cotidianamente do dia a dia da Igreja local.

Desde que assumiu, Padre Carmine Fasulo sofreu uma violenta oposição. Memorialistas destacam ser de um grupo de colonos carbonários anticlericais, o Pároco acaba pedindo transferência em 1904 – em virtude de ameaças - com a acusação contra a castidade das Filhas de Maria (GUZZO; DOTTI 1998). Quanto a este fato, existe a lenda da “maldição do padre”⁸⁶ do qual supostamente, ele teria praguejado que por 100 anos o município não iria progredir⁸⁷.

De toda forma, Carmine foi empreendedor, promoveu a elevação do Curato à categoria de Paróquia, foi correspondente consular do local (ANTONELLI, 1899) e ampliou a Igreja Matriz, apesar de após a sua saída retornar⁸⁸ com o objetivo de transferir a Paróquia para o município vizinho, intenção que foi rapidamente cessada pelo Intendente Innocencio, que anteriormente pediu à Borges de Medeiros o afastamento do Padre do local alegando que ele estaria envolvido na política de modo a afastar eleitores (BIAVASCHI, 2011). Carmine foi sucedido brevemente pelos padres⁸⁹ Angelo Donato, que assumiu em 26 de março de 1904, e Antonio Pertile que assumiu a Paróquia em 25 de fevereiro de 1906 (CINQUANTENARIO, 2000).

⁸⁴ Para a narrativa da chegada das Irmãs em Antônio Prado Cf: D’Apremont e Gillonay (1976, p. 171-174).

⁸⁵ ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ANTÔNIO PRADO. Livro “Tombo da Paróquia 21.04.1907”

⁸⁶ Cf. PAZUCH, 2015, p. 84.

⁸⁷ O município admite esta lenda e a conserva até hoje na memória coletiva, usando-a como justificativa para o atraso no seu desenvolvimento. E ela permanece tão viva, que ao findar os 100 anos, seu encerramento foi celebrado.

⁸⁸ PADRE CARMINE NO <FORMIGUEIRO>. Orgam do Partido Republicano (RS). Caxias do Sul, ano 2, n. 71, p. 1, 13 dez. 1903.

⁸⁹ ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ANTÔNIO PRADO. Livro “Tombo da Paróquia 21.04.1907”.

Em 1907, Pe. José Benini assumiu o controle da Paróquia, exercendo as atividades até 29 de novembro de 1937. Neste período, foram instalados o campanário, os sinos, os bancos, a escada e é de sua responsabilidade a construção do Colégio dos Irmãos Maristas (CINQUANTENÁRIO, 2000), José Benini também escrevia notícias do local⁹⁰ para “Italice Gens”⁹¹, em Antônio Prado na década de 1910. De sua personalidade enigmática, os levantamentos realizados trouxeram-me uma figura dicotômica, complexa a ser estudada, a exemplo, Guzzo e Dotti (1998, p. 32) explicam que ele “mais amedrontava do que transmitia paz a seus fiéis”, por outro lado Barbosa (1980) esforça-se para desmistificar a figura má de José Benini, que também se encontrou imerso nas responsabilidades pela revolta de 1936 na localidade. Já os Padres que atuaram em Nova Roma nesse período foram Mariano Rossi em 1900, Francesco Marotoli e Basilio Piria em 1902, Salvatore Zorgno em 1903, Antonio Pertile em 1905, Antonio Rizotto em 1908 e Henrique Compagnoni em 1913⁹², e em meados de 1920 o local recebeu auxílio de José Barea⁹³, sobre as suas atuações não foram encontradas maiores informações.

São perceptíveis os altos e baixos associados às relações de parte da população com os Padres que passaram nesse período pelo local, mas o catolicismo permaneceu inseparável da vida de parte⁹⁴ dos imigrantes, que se expressavam através das missas, festas e orações. Ainda no início do século XX, Petrocchi (1904) explica que no município existiam três missionários mandados por Scalabrini para auxiliar os colonos, fato que mostra a relação constante entre população e religião. A seguir, uma fotografia que mostra uma manifestação festiva em honra a Santo Antônio no dia 15 de agosto de 1906, na Praça da localidade.

⁹⁰ AHMAP. Italice Gens: federazione per l’assistenza degli emigrante transoceanici. Ano 3. n. 10-11, out-dez. 1912.

⁹¹ A Italice Gens era uma associação italiana que dava assistência aos emigrantes, sua ênfase deu-se no apoio aos processos de escolarização e valorização da italianidade no exterior. Cf. BARAUSSE (2018).

⁹² A carta de despedida de Pe. Henrique Compagnoni de Nova Roma se encontra transcrita no livro de D’Apremont e Gillonay (1976, p.132) em que ele desmente a má fama da Paróquia, sente pela sua saída em virtude de ordens superiores e expõe as dificuldades que o local teve com Padres anteriores.

⁹³ José Barea nasceu em 19 de Janeiro de 1893 em Nova Roma, e posteriormente foi o primeiro Bispo da Diocese de Caxias do Sul.

⁹⁴ Parte dos imigrantes tendo em vista os habitantes da localidade e preocupando-me com a complexidade de uma população, já que nem todos eram católicos, ou mesmo praticantes.

Figura 10 - Festa em honra a Santo Antônio [15 de agosto de 1906]



Fonte: Reprodução Foto Bernardi Ltda

Admirável é a quantidade de fiéis que em trajes de festa posam para este retrato. Não encontrei relatos sobre essa festa, mas dada a celebração e quantidade de fiéis parece ser de grande importância. Assim podemos ter noção do tamanho de outras festas que foram amplamente divulgadas. Trabalhando com a ideia de Hall (2006), do ser como um sujeito coletivo, a população que residia nessa época, no local identifica-se e molda-se de acordo com as suas relações e aqui como já exposto, a religião tem grande importância, sendo a fé o pilar de imigrante.

Sobre o cotidiano, os escritos do Arquivo Histórico de Antônio Prado afirmam que uma parte dos italianos se achava adaptada ao local, mantendo relações amistosas entre as diversas nacionalidades da localidade, e que havia um declínio gradual do dialeto, mas que o fervor ao catolicismo permanecia, conservando o hábito de ir à missa todos os domingos e dias santos. As distrações praticadas nos dias de descanso pelos moradores do interior eram cartas, bochas, comida, caça e pesca, cabendo aos dias de semana dar prioridade absoluta ao trabalho. A população de Antônio Prado era composta por cerca de 85%⁹⁵ de origem italiana, 7% polonesa e 5% de brasileira. Mas também cabe a compreensão que mesmo dentro do

⁹⁵AHMAP. Carta resposta ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil por A. Gomes de Barros. n. 4. p. 19-20. In: Livro Registro de Correspondência da Intendência Municipal Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913.

grupo “italiano”, a colônia foi constituída por imigrantes de várias regiões com vários dialetos, Paniz (2005, p. 24) classifica as colônias com essas características como “mistas do ponto de vista linguístico”, desta forma, como em outros municípios da região, houve a formação de um dialeto comum que é o *Talian* para a comunicação.

O trabalho era baseado no preparo de banha, farinha de trigo, milho, fabricação de cachaça, açúcar e rapadura. Há também registros da viticultura⁹⁶, mas devido às dificuldades de transporte, ela era utilizada apenas para consumo próprio. O comércio era intenso, negociantes, ferreiros, sapateiros e casas de negócios incluíam 50 estabelecimentos⁹⁷ no município.

Por ter um comércio intenso, as estradas sempre foram um tema recorrente nos relatórios da Administração, e em virtude do escoamento da produção agrícola, tornava-se primordial o melhoramento das vias para a ligação com os municípios limítrofes, disso dependeria o desenvolvimento da localidade. Neste período, a Intendência⁹⁸ concluiu duas estradas: Júlio de Castilhos⁹⁹ (inaugurada em 1902), e a estrada da sede do município ao Passo do Zeferino¹⁰⁰, que também necessitava da construção de uma ponte.

Quanto a esta, após a aprovação do Governo e durante a vinda da ponte metálica da Alemanha, aconteceram brigas políticas que a fizeram ser destinada para o Passo do Korff em 1907. Referente ao fato, Barbosa (1980) cita que esse foi o primeiro retrocesso de Antônio Prado, já Iphan (2009) explica que a localidade se tornaria um centro comercial se não tivesse sido isolada pela falta de infraestrutura de transporte, fato confirmado pelo relatório realizado por Petrocchi (1904) ao explicar previamente que o município dependeria das estradas para ser um grande centro de produção, porém há de se considerar a própria localização do município, em desvantagem em virtude da distância com outros municípios (PESCIOLINI, 1914).

Se para a sede de Antônio Prado a situação não era boa no tange ao transporte, para Nova Roma era pior ainda. Panozzo (2016) confirma que o motivo da estagnação da localidade foi devido à ausência das pontes e estradas e a grande distância com a sede de Antônio Prado, seguido da construção da Estrada Passo do Zeferino que fez o movimento ser

⁹⁶AHMAP. Carta resposta ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil por A. Gomes de Barros. n. 4, p. 19-20. In: Livro Registro de Correspondência da Intendência Municipal Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913. p. 19.

⁹⁷Id. Manuscrito de indústrias e profissões de 1900.

⁹⁸Id. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1905 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1906. Innocencio de Mattos Milller. [S.l.:s.n]

⁹⁹A Estrada Júlio de Castilhos ligava Farroupilha a Vacaria, passando por Nova Roma, Antônio Prado e Ipê.

¹⁰⁰Estrada que liga Antônio Prado a Flores da Cunha. Seu nome foi dado em homenagem ao primeiro balseiro do Rio que se chamava Zeferino.

desviado de Nova Roma, e é compreensível que apesar de ser ligada territorialmente a Antônio Prado, a distância de 27 km da sede era motivo de transtornos. Pesciolini (1914) a descreve como um lugar muito isolado, pobre e que a população conservou costumes da Itália, não conhecendo a língua portuguesa.

A discussão sobre o contexto até 1910 colocou em evidência como município que o local principiou e se desenvolveu de forma acelerada até o período. O recorte que realizei em três etapas da localidade também serve para uma separação de todo o contexto histórico, porém, não só, ele foi escolhido em virtude da compreensão de uma Antônio Prado “colônia”, Antônio Prado emancipação e primeiros anos, e de uma Antônio Prado com crise e dificuldades no desenvolvimento, ocorridos na década 10 do século XX, que é o que abordo no próximo subcapítulo. Não se trata de uma divisão estanque, pois história é processo, mas desta forma além da separação há uma intenção da minha parte de mostrar que existe um panorama com algumas especificidades em cada período que deve ser considerado ao pensar na configuração deste espaço e tempo, conforme ainda pontuado no início deste capítulo.

2.3 ANTÔNIO PRADO NA DÉCADA DE 1910: TERCEIRA FASE

O progresso ocorrido em Antônio Prado até meados de 1910 começou a sofrer impactos e inúmeros são os motivos que justificam esse cenário. Tentarei aqui traçar uma visão ampla do contexto. Em 1914 começa a Primeira Guerra Mundial, o Brasil entrava em uma crise econômica que impactaria o custo de vida, ao mesmo tempo em que o resultado chegou à localidade, baixou o poder aquisitivo e acentuou as dificuldades de escoamento de produção. Com uma população composta por 87% dos habitantes residentes na zona rural¹⁰¹, vivendo da agricultura¹⁰², em terreno de difícil cultivo, a abertura de novas frentes de migração fez com que se iniciasse um êxodo¹⁰³ de grandes proporções na localidade. A seguir é possível ver uma fotografia da sede nesse período.

¹⁰¹AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.

¹⁰² O Relatório do Estado situa a marca de 76,9 % de agricultores em 1914 no município de Antônio Prado. Cf. Relatório Apresentado ao Ex. Snr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice Presidente em Exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 1915. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/192415>. Acesso em 13 jun. 2020.

¹⁰³ No que se refere as frentes de colonização, o êxodo foi tão grande que municípios inteiros foram formados por pradenses, a exemplo de Sananduva.

Figura 11- Visão panorâmica da sede de Antônio Prado [ca. 1913]



Fonte: *Le colonie italiane nel Brasile meridionale*, 1914, p. 59.

Apesar de uma quantidade considerável de casas, o centro é um lugar pequeno, destinado ao comércio e edifícios da Administração, Igreja e Escola, o restante e maior da parte dos habitantes vivia no interior da localidade. Sobre o contingente populacional, cabe destacar que neste período a região inteira foi atingida pelo êxodo¹⁰⁴, mas que em Antônio Prado, ele teve grande impacto. Esta migração, no município e na região, inicialmente, aconteceu para “dentro do próprio Rio Grande e, posteriormente, para o Oeste de Santa Catarina e Norte do Paraná” (RELA; IOTTI, 2014, p. 38).

Para uma verificação em números, de acordo com Panozzo (1996), em 1902 havia em Nova Roma 362 famílias, já Pesciolini (1914) explica que no ano de 1914, apenas 250 famílias eram residentes no local, já os números relativos ao território inteiro apontam que em 1909 havia aproximadamente 10.000 habitantes em 1909¹⁰⁵ e em 1913 a quantidade se encontra em 7.974 habitantes¹⁰⁶.

O Intendente Innocencio traduz a apreensão trazida pela crise e dificuldades ao afirmar que “o momento é de trabalho, de ordem e de disciplina”¹⁰⁷. As consequências foram sentidas em todas as esferas, e lendo os escritos da época, é possível perceber a preocupação deste

¹⁰⁴ LA TRASMIGRAZIONE II. *La Libertà*. Garibaldi, ano 1, n. 50, p. 1, 19 fev. 1910.

¹⁰⁵ A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 26, n. 215, p. 1, 16 set. 1909.

¹⁰⁶ AHMAP. Recenseamento efetuado em 15 ago. 1913. Documento avulso.

¹⁰⁷ Id. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 5 de novembro de 1917 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1918. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’ A Federação, 1918.

período. O que ao longo dos anos foi dissipando-se com a melhora da situação econômica, mas em passos lentos, e de forma generalista, na próxima década, o Estado seria marcado por “transformações, movimentos e crises em diferentes âmbitos sociais, culturais, políticos e econômicos, após o fim da Primeira Guerra Mundial [...]” (ERMEL, 2017, p. 122) e em Antônio Prado, Innocencio destaca um ponto de auxílio na recuperação econômica Pós-Guerra, que seria a cotação que atingiu os produtos agrícolas, e “que, sem isso fosse penível”¹⁰⁸, conforme escreveu.

Mas, apesar das dificuldades, houve avanços e progressos nesse período. A vida social floresceu e em 1911 foi fundado o Clube União¹⁰⁹. A cidade também contava com o Clube Gaúcho, locais de lazer para as famílias. Têm-se ainda conhecimento de um cinema familiar¹¹⁰, inaugurado em 1912 por José Antoniutti.

Além desses, a Società del Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele III foi fundada em 22 de novembro de 1911, estimulada pelo apoio do Cônsul da Itália em Porto Alegre¹¹¹ e contava inicialmente com um grupo de imigrantes italianos que somavam 26 sócios. A presença de sociedades italianas é registrada em outros municípios do Estado desde muito cedo, Franzina (1995) expõe que em 1908 existiam já 53 sociedades reunindo 3.714 sócios. A próxima fotografia é da inauguração da sociedade em Antônio Prado.

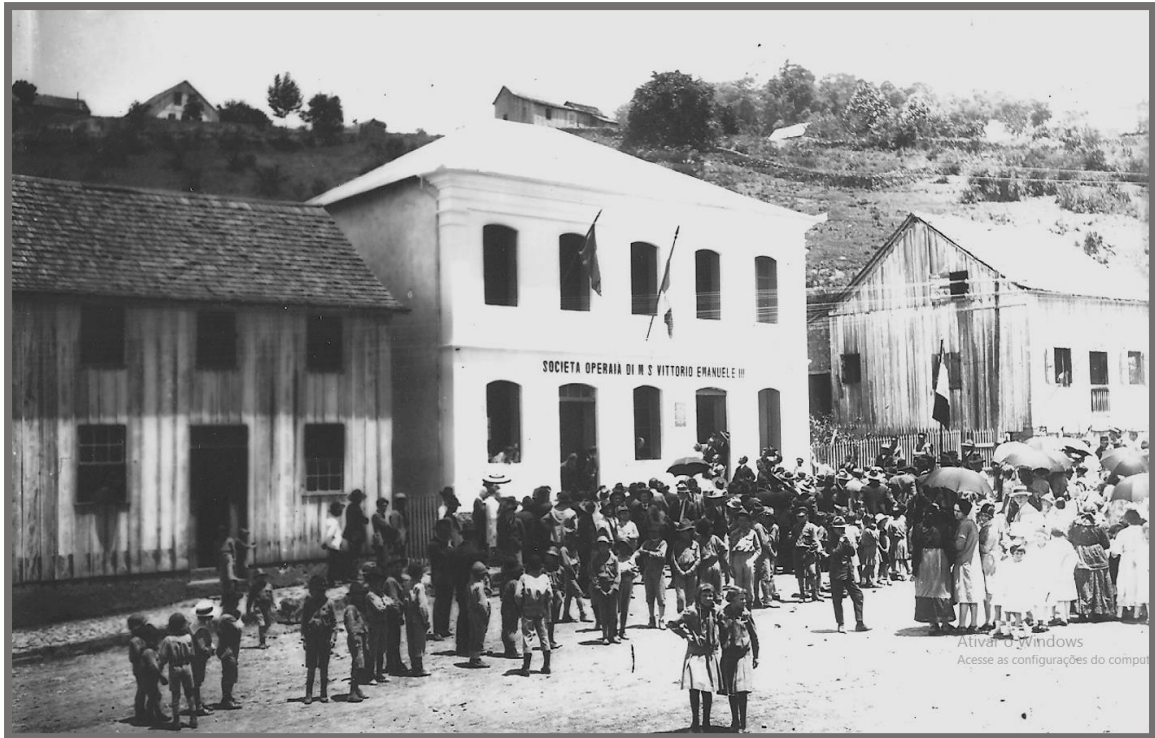
¹⁰⁸AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.

¹⁰⁹A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 28, n. 265, p. 4, 18 nov. 1911.

¹¹⁰IL CINEMATOGRAFO. Il colono. n. 37, p. 2, 23 nov. 1912.

¹¹¹COOPERATIVA AGRICOLA. Il colono. n. 41, p. 2, 16 dez. 1911.

Figura 12 – Inauguração da Società del Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele III



Fonte: Acervo da Sociedade Pradense de Mútuo Socorro

Ao que tudo indica, ela foi tirada durante a abertura. Chama a atenção a fila de meninos, uma possibilidade é serem de uma escola do município. Vê-se a presença de diversas bandeiras, possivelmente relacionadas à Itália e ao Brasil, já no prédio gravado se encontra o escrito “Societa Operaia di M. S. Vittorio Emanuele III” posteriormente, conforme o livro de atas, o escrito seria modificado e colocado em português para corresponder ao “sentimento brasileiro”.

A Sociedade foi bastante aguardada e sua inauguração comemorada, memorialistas explicam que ela proporcionou cultura, lazer, entretenimento, auxílio doença e funeral aos associados. Suponho pelo livro de atas, que a maior parte dos associados nos primeiros anos era residente na sede da localidade, estendendo-se aos associados moradores do interior nos anos seguintes. Ainda, de acordo com as anotações da Sociedade, eram ministradas aulas em italiano aos filhos de associados nos primeiros anos de inauguração, desta, não obtive maiores informações, mas podemos refletir que possivelmente incentivavam elementos da cultura italiana e manutenção do elo que ligava os filhos dos italianos ao país de origem de seus genitores, ou, como caracterizado por Luchese (2010) do sentimento de “italianidade”, complementando que as próprias associações de mútuo socorro possuíam a característica de preservar esses laços.

Conforme apontado pela mesma autora, mas em outros locais, possivelmente a aula foi descontinuada em virtude da dificuldade de manterem o investimento (devido ao número de filhos) e ampliação da oferta de aulas públicas, que em Antônio Prado coincide com o período. Ao final de 1919 e ao longo de 1920, os Irmãos Maristas utilizaram as dependências do prédio para dar início às aulas, até que o Colégio Marista ficasse pronto, na época a Sociedade já contava com mais de 100 sócios.

É possível notar a forte ligação que os italianos e descendentes mantiveram com a Itália, apesar de viverem em outra pátria assumiam-se como italianos e filhos de italianos no exterior, inclusive auxiliando o País quando era necessário, a exemplo das doações de 1915 quando ocorreu um terremoto de grande escala na Itália, 120 associados¹¹² da Sociedade de Mútuo Socorro de Antônio Prado doaram valores para o auxílio das vítimas. Porém, essa cena ao longo das primeiras décadas do século XX vai mudando lentamente com políticas impostas pelo Governo que valorizassem o patriotismo brasileiro, e no que tange ao processo escolar, um aluno falar em *Talian*¹¹³ na escola significava a partir de então punição.

Referente ao catolicismo, na década de 1910, o município contava com o Apostolado da Oração, reforçando a forte marca da religiosidade. Expressando em números, durante o ano de 1913¹¹⁴, foram distribuídas 16.527 comunhões, em 1915¹¹⁵ o número passou a 23.507 e em 1918¹¹⁶ chegou a 29.850, possuindo, a Paróquia, em 1915, 14 zeladores e 33 zeladoras, isto para uma população de 8.000 habitantes. Ainda nesta década, conforme o livro Tombo, a localidade recebeu a visita de Dom João Becker¹¹⁷, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre.

Outro fato marcante do período é que ao final de 1911, através de Stefano Paternò¹¹⁸, criou-se a Cooperativa Agrícola de Antônio Prado, precedida pela negociação de Stefano em conferências¹¹⁹ ao povo pradense. A Cooperativa iniciou com a exportação de banha de 2 e 20 quilos¹²⁰, seguindo com os trabalhos de cantina, leitaria, produção de gado suíno e bovino. Desde o período de negociação da sua instalação, os jornais a noticiavam, todo o passo a passo foi documentado, demonstrando a importância que o jornal e interessados davam a este

¹¹² SOTTOSCRIZIONE PRO-VITTIME DEL TERREMOTO DELL'ITALIA CENTRALE. Città di Caxias. 29 mar. 1915. Não paginado.

¹¹³ *Talian* é uma fala comum, *Koiné*, originária de vários dialetos e utilizada nos Estados do Sul do Brasil.

¹¹⁴ ANTONIO PRADO. Il colono. n.42, p.2, 08 jan. 1914.

¹¹⁵ Id. n. 43, p. 2, 13 jan. 1916.

¹¹⁶ ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ANTÔNIO PRADO. Livro "Tombo da Paróquia 21.04.1907", p. 22.

¹¹⁷ Ao verificar a sede da Paróquia, Dom João Becker percebeu que ela não possuía o Livro Tombo, assim, pediu para que P. José Benini escrevesse desde 1886 o que havia acontecido, o Padre assim o fez, bem como documentou a orientação e visita do Arcebispo no Livro.

¹¹⁸ Organizador do movimento cooperativista, atuou no Rio Grande do Sul no início do século XX.

¹¹⁹ Os discursos eram direcionados à população pradense, sendo realizados da sacada da Intendência Municipal e acompanhados por bandas de músicas.

¹²⁰ FUNZIONAMENTO DELLA COOPERATIVA. Il colono. n. 32, p. 2, 18 out. 1912.

momento. A sua aceitação pelos agricultores foi tão grande que no primeiro ano ela contava com 1.500 sócios¹²¹. A seguir, podemos verificar a fotografia da cerimônia de construção da cooperativa.

Figura 13 - Cerimônia da construção da cooperativa agrícola [1911]



Fonte: acervo do AHMJSA

Na fotografia, à frente, aparecem o Sr. Letti (comerciante de Nova Trento), Stefano Letti, João Grazziotin, José Dotti, Ricieri Tergolina, Padre José Benini, Olímpio Dotti, Armando Miller, Cel. Inocêncio de Matos Miller, Narciso Barison, Prof. Dal Cortivo, João Furlin, Domingos Grazziotin e Dr. Stefano Paternó, em sua maioria são comerciantes da sede de Antônio Prado ou figuras públicas, como o idealizador Stefano Paternò, o Padre, Intendente e funcionários públicos, ao fundo é possível ver que há um grande número de pessoas que acompanhavam a cerimônia, datada de 21 de outubro de 1911.

A Cooperativa viu o seu auge entre 1911 e 1913, ano que precedeu a Primeira Guerra, concomitante a crise financeira, declínio e diversos problemas que o município passou a enfrentar, logo impactando suas atividades. Ao final de 1913, ela contava com 900 sócios, muitos com débito bancário¹²². Por fim, de acordo com o Panorama Pradense (1972), entre 1914 e 1929 o Cooperativismo foi praticamente nulo no município.

¹²¹O BRAZIL. Ano 2, n. 74, p. 1, 03 set. 1910.

¹²²Stefano Paternò publica no jornal uma chamada aos colonos associados de Antônio Prado para que quitem as suas dívidas. Cf. IL COLONO, n. 33, p. 1, Garibaldi (Conde D'Eu), 06 nov. 1913.

Além da crise enfrentada pelo município na década de 1910, outros problemas assolavam o local, como é o caso da escolarização, que é retratada¹²³ nos relatórios oficiais seguidamente como um problema a ser resolvido. Entre deficiência na quantidade de aulas e professores considerados como desqualificados o tempo passou até que a emergência do Decreto nº 1.895, de 23 de novembro de 1912 fez a quantidade de aulas aumentar exponencialmente nos anos seguintes.

Ao final de 1919, o município já contava¹²⁴ com 21 aulas municipais subvencionadas, 2 aulas estaduais e o Colégio das Irmãs de São José, já no ano seguinte recebia os Irmãos Maristas para a instalação do Colégio. Porém, contando a sede, interior e Nova Roma, é possível verificar que a quantidade de aulas era irrisória pensando na cobertura do atendimento gratuito a toda população. Então, a maior parte das famílias ficou desamparada até o final do período pesquisado. Em contraponto, o município, após 1920, foi um dos locais do Estado que apresentava mais elevado coeficiente de matrículas escolares relativas à população, tendo de 100 a 150 alunos a cada 1000 habitantes¹²⁵.

A década de 1910, apesar das dificuldades, também foi marcada por novidades e ampliações, como o surgimento do jornal “O Pradense”¹²⁶, impresso semanalmente e que contribuiu para difusão da língua portuguesa e notícias do local (COSTA, 2007). A linha telefônica em 1915 ligou a cidade aos seus distritos e municípios limítrofes e também era utilizada para o policiamento. Em 1919, o Esporte Clube Pradense foi inaugurado. Quanto às dificuldades de escoamento da produção agrícola, ela se resolve parcialmente em 1918 com o término das estradas, a morosidade na sua construção é explicada em virtude da baixa diária paga aos trabalhadores¹²⁷. Na sede, continuava a expansão no entorno da Praça com construções¹²⁸ e seu melhoramento por meio do plantio de árvores. A fotografia seguinte diz respeito à Praça da sede da localidade.

¹²³AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de novembro de 1911 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1912. Innocencio de Mattos Miller. Caxias do Sul: Typ. Mendes & Filho, 1912.

¹²⁴ Id. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 19 de outubro de 1919 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1920. Innocencio de Mattos Miller. Caxias do Sul: Typ. Mendes & Filho, 1919.

¹²⁵Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros na 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura, em 20 de setembro de 1922. p. 5

¹²⁶ FACTOS E OCORRÊNCIAS: Imprensa. O exemplo: jornal do povo (RS). p. 2, 03 dez. 1916.

¹²⁷ A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 57, p. 4, 07 mar. 1912.

¹²⁸ Datam das primeiras décadas do século XX a maior parte das casas tombadas existentes hoje no centro da Praça de Antônio Prado.

Figura 14 - Praça central de Antônio Prado [1918]



Fonte: O Rio Grande do Sul Colonial (1918), p. 274.

Com chão batido, nenhum sujeito, árvores crescendo¹²⁹, a figura indica um local pacato, mas que na época completava quase duas décadas de emancipação. A sede era movimentada por atividades comerciais, mas possivelmente um lugar calmo, o que se supõe da representação.

Figura 15 - Arredores da sede de Antônio Prado [17 de Julho de 1911]



Fonte: Cartão Postal – Fundo AHMJS A

¹²⁹De acordo com os relatórios da Intendência elas foram plantadas em 1914 ao redor da Praça, mas pelos jornais já é registrada a arborização ainda em 1912. Cf.: ANTONIO PRADO fa progressi da gigante. **II colono**. n. 42, p. 2, Caxias do Sul, 28 dez. 1912.

De outro ângulo, através desta fotografia¹³⁰ é possível conferir aos fundos a Igreja e a Praça central alguns anos antes da fotografia anterior. Mulheres e crianças posam para a fotografia, e nos oferecem uma visão ampla da sede, onde as casas são aglomeradas no entorno da Praça central e as proximidades ainda se encontram com a vegetação nativa.

A representação é de um local pequeno e em desenvolvimento, já com ruas delimitadas e expansão de terrenos no seu entorno. Cabe salientar também que todas as casas possuem um padrão trazido pelos imigrantes italianos, e que posteriormente criaria a “identidade” do local por meio da arquitetura dos prédios, esta representação consolida a “tradição inventada”¹³¹ (HOBSBWAN; RANGER, 2008) que é um processo de referência ao passado e neste caso estabelece uma coesão simbólica representativa do grupo social.

Em uma síntese sobre Nova Roma, concluo que existem muitas divergências no que tange às duas primeiras décadas, como o ano de estabelecimento de poloneses, o motivo de a sede ser Nova Roma e os primeiros movimentos deste local. As pesquisas de diversos estudiosos contemplam informações a respeito, porém todas trabalham com ênfase em um período temporal posterior, faltam informações, e nos registros localizados os vestígios se encontram em meio às informações da sede, todavia é compreensível que por ser Capela de Antônio Prado, sua história esteja relatada neste, mas por ser um local com características próprias, há uma escassez de informações.

A história registrada de Nova Roma do período gira em torno de dois assuntos, o estabelecimento dos imigrantes e questões religiosas. Das temáticas mostra-se um local onde famílias polonesas se estabeleceram, iniciam-se brigas e divergências para o local da sede e de estabelecimento de Padres, imigrantes que não recebem auxílio ocasionando um êxodo de grandes proporções e que é lentamente substituído pela fixação de italianos no local.

Trazendo outros elementos deste meio social, no que tange à saúde, ela se manteve em boas condições no período. Foram removidos¹³² os curtumes para fora dos limites urbanos. Desde 1906, o Dr. Vicente Palombini possuía uma farmácia. Vários médicos atuaram pontualmente na cidade, mas ela carecia de um fixo, que chegaria apenas em

¹³⁰Fotografia de um cartão postal arquivado. Lê-se no verso “As três meninas e o menino são: A morena, Zezinha, Edih e Mauro Castro. Lembrança da praça de Antônio Prado”.

¹³¹Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 9)

¹³²AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 2 de dezembro de 1913 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1914. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’ A Federação, 1914.

1915¹³³. Dr. Oswaldo Hampe iniciou as atividades em parceria com Vicente Palombini, e atuou como cirurgião¹³⁴. Além deles, o município contou também com práticos como Bortolo Bernardi¹³⁵, que atendia principalmente o interior. Do período, existem registros¹³⁶ das seguintes doenças: varicela, febre tifóide e disenteria. Em 1917, a cidade foi infestada¹³⁷ por gafanhotos que prejudicaram as plantações e necessitou de intervenção da municipalidade para o seu controle.

O intenso movimento e melhoria das condições econômicas pós guerra fez com que cinco agências bancárias atuassem na cidade (BARBOSA, 1980), e para suprir a demanda do comércio existiram nada menos que 10 hotéis na sede, até 1920. Quanto a eles, Costa (2007, p. 90) afirma que “Antônio Prado gozava a fama de possuir os melhores hotéis da região colonial italiana”, já Barbosa (1980) explica que no ano de 1914 o movimento dos hotéis na vila correspondia a um total de 1.139 pessoas, um movimento considerável para os 8.000 residentes. Abaixo é possível verificar a fotografia de um deles.

Figura 16 - Hotel dos viajantes [ca. 1910]



Fonte: Reprodução de Foto Bernardi Ltda

¹³³ A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 32, n. 39, p. 6, 16 fev. 1915.

¹³⁴ A Farmácia de Vicente Palombini continua atendendo até hoje a população. Já Oswaldo Hampe atuou a vida inteira como médico, tendo também participação ativa na política.

¹³⁵ Bortolo tinha a permissão do Dr. Oswaldo Hampe para realizar o atendimento aos necessitados no interior. Cf. ENCONTRO, 2008, p. 260-263.

¹³⁶ AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 12 de outubro de 1918 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1919. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação. 1919.

¹³⁷ Id. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 5 de novembro de 1917 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1918. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' A Federação, 1918.

O hotel dos viajantes era de propriedade de João Tergolina (BARBOSA, 1980). Quanto à localização¹³⁸, uma das fontes¹³⁹ explica que seria em frente à Praça Garibaldi, sendo mais tarde, adquirido e instalado outro de nome Hotel Rio Grandense. Na fotografia, é possível ver muitas pessoas, incluindo mulheres e crianças próximas à escada, os hotéis da localidade em sua maioria eram geridos pelas próprias famílias, onde as mulheres e filhas realizavam os serviços domésticos do estabelecimento. O local possuía uma extensão do lado direito, possivelmente construída para abrigar a cozinha, prática comum em casas de imigrantes, haja vista o perigo de incêndio em virtude do fogão (FILIPPON, 2007). Sobre o contingente populacional até 1920, elaborei uma tabela com base nas fontes pesquisadas, com vistas a refletir sobre a oscilação da população ocorrida entre 1886 e 1920.

Tabela 1 - População da localidade

Ano	Quantidade de habitantes
Início de 1887	486
1887	1.372
1896	7.375
1900	8.331
1905	10.000
1909	10.000
1913	7.974
1915	8.502
1917	8.950
1918	9.100
1920	9.430

Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base em Anuario (1888), Estatística Demografica (1918), A Federação 16 set. 1909, Relatório de Repartição (1919), Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros [...] (1920).

Por meio dela, é possível confirmar o rápido estabelecimento de imigrantes nos primeiros anos da localidade e o declínio da população à época de crise e êxodo. De toda forma, para uma localidade bastante isolada neste espaço e tempo - tendo em vista que os municípios mais próximos se encontravam a 50 km aproximadamente de distância, a quantidade de habitantes é considerável, Caxias do Sul a exemplo, que era o polo da região foi elevada à categoria de município em 1890, tendo no período pesquisado uma média de 20.000 a 60.000 habitantes (RECH, 2009).

¹³⁸ Há divergências com relação a sua localização a depender da fonte pesquisada.

¹³⁹ NOSSO PASSADO HISTÓRICO. Panorama Pradense. Antônio Prado, n. 114, p. 4, fev. 1984.

Desta forma inicia-se a década de 1920 e apesar das dificuldades, o município progredia visivelmente, tanto do ponto de vista do contexto como do objeto de estudo escolarização. Para conhecimento, em 1922 termina o governo municipal de Innocencio de Mattos Miller e assume o ex-professor Caetano Reginato.

Dali em diante, a historiadora Ângela Velho infere que Antônio Prado entra na segunda fase histórica, que contará com um novo declínio da população, revolta política, altos impostos (VELHO, 2008). O período culmina na revolta de 1936¹⁴⁰, que colocou os habitantes contra o Governo, em um conflito, com prisões e mortes, mas não só, imprimiu marcas que dali em diante impactaram a vida da localidade em todos os aspectos.

Diante desse panorama, decidi não entrar neste período no meu estudo, e por ser o meu objeto a escolarização, fixei a busca por um marco do tema para encerrá-lo. Em 1920, os Irmãos Maristas iniciaram o Colégio Marista, logo o cenário educacional muda, o acesso à escolarização é disseminado e toma outro viés.

Dos sujeitos que passaram por instâncias administrativas e religiosas deste período e local, é possível pensar que muitos permaneceram um longo período de tempo no cargo que ocuparam, ou exerceram alguma atividade de tal forma que sua marca fosse registrada na história da localidade, tanto de forma positiva como negativa. Existiram conflitos, perturbações externas e internas que influenciaram o desenvolvimento do local, fazendo com que altos e baixos ocorressem e sob diversas circunstâncias e fatores, a localidade conseguir progredir com permanências e rupturas dentro deste período temporal investigado de 34 anos.

No que concerne às questões político-administrativas, percebe-se uma estagnação no desenvolvimento quando as atitudes precisavam ser tomadas por parte da municipalidade (não digo aqui que dependiam única e exclusivamente de uma pessoa, entendendo que existem fatores externos que devem ser considerados). Mas a dúvida que fica é se a demora na execução das atividades viria de uma burocracia administrativa para o seu cumprimento ou de uma postura reativa da municipalidade e ainda, se as mesmas ações teriam atrasado o desenvolvimento do local (como é o caso do desvio da Ponte do Korff, ocorrida em virtude de questões políticas) impedindo o município de ser¹⁴¹ um polo regional¹⁴².

Não é possível comparar a forma de gestão dos diversos Intendentes, mesmo Innocencio de Mattos Miller tendo se licenciado em favor do vice Cristiano Ziegler por 3 anos, ao longo de todo o período, ambos auxiliavam-se, mantendo a mesma forma de gestão,

¹⁴⁰ A revolta de 1936 é tema central da obra de Guzzo e Dotti (1998).

¹⁴¹ Ou continuar, já que Guzzo e Dotti (1998) a consideram à época um polo regional.

¹⁴² Conforme anteriormente citado por IPHAN (2009).

exaltada por alguns jornais da época, criticada pela maioria dos memorialistas e estudiosos, digna de investigação como fez Biavaschi (2011), e infelizmente sem muitas fontes que sobrevivessem ao tempo para que hoje soubéssemos com profundidade a posição dos habitantes perante a municipalidade.

De uma perspectiva teórica, as reflexões iniciais sobre a localidade de 1886 a 1920 nos mostram uma história cheia de representações e práticas (Chartier 2002a) peculiares, recheadas de informações, com disparidades. Em síntese, Antônio Prado possui uma ocupação iniciada em 1886 com a chegada de um grande fluxo de imigrantes, em sua maioria italianos. Seu rápido desenvolvimento impulsionado pela necessidade de itens de subsistência seguido pelo aparecimento de casas comerciais, indústrias e aulas fez com a autonomia possibilitasse a sua emancipação em 1899. Com uma ampla extensão de terras e distância considerável de locais vizinhos, como Caxias, distante 50 quilômetros, e Vacaria, distante 60 quilômetros, a maior dificuldade no desenvolvimento foi em virtude do escoamento da produção e vias de acesso, associado ao contexto de crise econômica e política na década de 1910 causando estagnação em todos os setores, até que ao final do quinquênio de 1910 recupera paulatinamente as atividades.

Deixei por fim o fechamento sobre as primeiras informações da escolarização na localidade trazendo alguns apontamentos. Foi possível verificar que as iniciativas de escolarização iniciaram pelos próprios habitantes, com o conhecimento posterior do Governo e ficaram estagnadas na fase em que a localidade pertencia à Vacaria, não se expandindo de forma pública e havendo, no máximo, 3 aulas no local.

Logo, ou existiram processos escolares particulares e familiares nesta localidade para a escolarização destas crianças, ou os mesmos careceram de meios de acesso, o que me leva a expandir brevemente a reflexão para o contexto brasileiro, conforme apontado pelo estudo de Machado (2011), que em período análogo mostra a existência dos debates sobre a necessidade de gratuidade, obrigatoriedade e disseminação da escolarização, mas que a realidade era diferente, havendo muita demanda e o processo escolar cabendo às próprias famílias. As ocorrências encontradas em Antônio Prado condizem com essa realidade do “além fronteiras” investigado e pressupõe essa maneira de escolarização.

Mas para compreendê-la melhor é necessário nos debruçarmos na sua discussão, sendo o próximo capítulo sobre o tema, e já que estamos familiarizados com o contexto histórico, passamos para o foco deste estudo, na compreensão de como ocorreu o processo de escolarização de Antônio Prado entre os anos de 1886 a 1920.





3 PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO EM ANTÔNIO PRADO (1886-1920)

Este capítulo aborda a escolarização em Antônio Prado. Inicialmente exponho um panorama sobre a escolarização a nível nacional e regional, depois inicio os subcapítulos buscando compreender a instrução dos habitantes da localidade, seguido pelos primeiros movimentos de escolarização ocorridos desde a criação da colônia até a sua emancipação, com outro subcapítulo dedicado às políticas públicas de 1899 a 1920, encerrando na busca pelas diferenças da escolarização entre as nacionalidades, modos e espaços de escolarização.

Quando pensamos em escolarização de um determinado local e período, é necessário não limitá-la territorialmente ao que o estudo se propõe, pois a escolarização é desenvolvida por fatores internos, mas também externos que influenciam diretamente na sua efetivação, desta forma, exploro o contexto deste período buscando além fronteiras compreender como era o seu desenvolvimento neste período.

A escolarização da Primeira República foi antecedida por um período caracterizado por falta de incentivos e o acesso como privilégio de poucos (RECH; LUCHESE, 2018), localizados em sua maioria nos grandes centros do País. As memórias produzidas emergem em um “manto de representações negativas” conforme caracterizado por Schueler e Magaldi (2009), como a precariedade e a ineficiência do sistema escolar (RECH, 2009), que permaneceram ao longo de todo o período monárquico, porém essa situação não foi somente resultado da falta de discursos para a elaboração de projetos educacionais no país, mas sim, da falta de aplicação devida destes, relegados aos constantes debates e leis criadas, além da própria desorganização e mecanismos do sistema público escolar que era ineficiente (GIOLO, 1997), mas conforme apontado pelos autores, o resultado na prática foi bem diferente do ideal perseguido.

O regime republicano foi consolidado no País em 1889 com o fim da monarquia e início da República, e este marco ficou caracterizado pela (re) invenção da representação de uma nação (SCHUELER; MAGALDI, 2009), vista também nos discursos dos responsáveis por este novo regime político (BENCOSTTA, 2001), porém cabe destacar que as mudanças que emergiam não eram limitadas ao território nacional, sendo baseadas em experiências de outros países (BENCOSTTA, 2005).

Outro ponto de discussão é analisar cuidadosamente o panorama escolar a nível nacional do período, pois conforme alertado por Schueler e Magaldi (2009), o “princípio federativo fundamentava a determinação de que cabia aos estados e municípios a tarefa de



criar e desenvolver o ensino primário e secundário e à União cabia a responsabilidade pelo ensino superior [...]” (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 40), decisão tomada na Constituição de 1891, sendo que o Distrito Federal e São Paulo por serem os primeiros a adotarem as reformas, serviram de padrão aos demais Estados do País, como é o caso da criação dos Grupos Escolares¹⁴³, que estabeleciam modificações na didática, currículo e distribuição espacial (BENCOSTTA, 2005). Mesmo que para fins comparativos, é preciso ter ciência de que a descentralização e autonomia dada aos Estados e municípios criavam especificidades e formas de desenvolver a escolarização primária diferentes a depender do local ao longo do território nacional, e é nesta questão que reside a “dificuldade e [...] diversidade historicamente construídas no ensino brasileiro” (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 40), apresentadas e verificadas através das diversas pesquisas produzidas na temática por pesquisadores das diversas regiões do País.

Com relação ao Rio Grande do Sul, a expansão do ensino seguiu as diretrizes da política educacional dos dirigentes republicanos, configurando a escola pública de acordo com seus interesses (CORSETTI, 1998), e conforme apontado pela autora Luchese “as políticas públicas educacionais estaduais estiveram intrinsecamente relacionadas à influência positivista” (2008, p. 137). Souza (1998, p. 15) explica que “os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança da consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação” e essa influência positivista¹⁴⁴ aliada a “outras, pertencentes a grupos e instituições civis de diversas matizes (católico, protestante, maçom, anarco-sindicalista, socialista) esteve na base da significativa expansão tida pelo sistema escolar gaúcho, durante a Primeira República” (GIOLO, 1997, p. 20).

Quatro pilares foram articulados no Estado, conforme apontado por Corsetti (1998), são eles: a intervenção da bancada gaúcha no parlamento nacional; atuação do governo gaúcho a nível estadual; mediação com a Igreja; e construção de um imaginário republicano criador da consciência nacional. A educação se tornaria um instrumento de modernização do Estado e dela partiram algumas atitudes posteriormente efetivadas como a necessidade de expansão do ensino, verbas públicas com essa finalidade, ao mesmo tempo a contenção das despesas que ocorreria por meio das subvenções escolares, envolvendo as municipalidades (CORSETTI, 1998).

¹⁴³ Para aprofundamento na temática dos Grupos Escolares neste período Cf. Souza (1998).

¹⁴⁴ O positivismo é uma corrente filosófica surgida na França idealizada por Augusto Comte e John Stuart Mill que opõe-se ao racionalismo e idealismo. Chegou ao Rio Grande do Sul em 1899 com a fundação do Centro Positivista. Cf. GIOLO (1997), segundo tópico, p. 218-253.

Luchese (2008) expõe em seu estudo diversos registros acerca da escolarização feita por representantes do Estado do Rio Grande do Sul, todos mostram um propósito imbuído que é a adoção de políticas públicas para a expansão da educação com vista a “reestruturação da sociedade gaúcha” (LUCHESE, 2008, p. 138). Inácio Filho e Silva (2011) explicam que não é possível falar em políticas públicas sem levar em conta as iniciativas e objetivos do Governo à época da Primeira República, diversas reformas e novas propostas eram organizadas no período, que objetivavam essa “nova” nação, sendo notório utilizar a escolarização para esse fim (THOEN, 2011). E se nos voltarmos aos registros produzidos por agentes ligados ao Governo da época, em um dos relatórios esta visão fica claramente registrada

A unidade de orientação do ensino primário é idéia vencedora, pois invariavelmente sustentam os pensadores modernos que o ensino primário deve ser uniforme na direção, orientação e método, e que sistema tal de educação racionalmente aplicado pode, dentro de certos limites, modificar as condições sociais de um povo e alterar sensivelmente o curso e seguimento de sua história.¹⁴⁵

Entre as várias características, vê-se a questão da padronização e do discurso da educação para a construção da nação e do seu futuro, apontados por pesquisadores, discutidos anteriormente e vistos agora também nos discursos dos sujeitos produtores do período. Da mesma forma, ao longo dos relatórios do Intendente de Antônio Prado, Innocencio de Mattos Miller, como é o caso do trecho abaixo:

[A educação] é um dos públicos serviços indispensáveis à solidez do alicerce social. Das boas bases em que foi instituída a escola é que depende o futuro da sociedade [...] sendo certo que os benefícios decorrentes do progresso material, mal poderão ser aproveitados por um povo constituído de analfabetos.¹⁴⁶

A frase registrada em um dos relatórios mostra uma perspectiva fortemente positivista, da utilização da educação como “instrumento de desenvolvimento intelectual e moral necessários para se obter o progresso dentro da ordem” (INÁCIO FILHO; SILVA, 2011, p. 231). Porém podemos retornar um pouco na reflexão e pensar na relação do Estado com os indivíduos, sendo necessário “considerar que enquanto animal social, o ser humano necessita do Estado para sua sobrevivência e de certa maneira há entre o ente estatal e os membros que o

¹⁴⁵Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de setembro de 1906. p. 343. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175167>. Acesso em: 17 jun. 2020.

¹⁴⁶AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, p.7-8, 1916.

compõe certos contratos sociais que são necessários” (OLIVEIRA; COSTA, 2019, p. 50), os autores ainda definem que a política pública é uma forma do Estado estar presente nas necessidades daqueles que o compõem e referente à educação, estabelece agir diretamente na implementação da mesma através de um modelo educacional.

Modelo que definirá os objetivos que o Estado quer para os indivíduos, retornando os ideais da época, explicitamente mostrados pelo discurso supracitado do Intendente Innocencio de Mattos Miller, desta forma a escola primária neste período se tornou fundamental para a formação da nação (ERMEL, 2017) e esta intenção, ao contrário dos anos anteriores em que ficou basicamente na esfera da “retórica vazia, [neste período] os positivistas rio-grandenses estimularam e investiram na expansão do aparato escolar” (GIOLO, 1997, p. 316), liberando um orçamento bastante alto para a instrução. Giolo (1997) ainda traça algumas marcas deixadas pelo positivismo na educação gaúcha, entre elas, a centralização administrativa principalmente através da Lei. 89/1897 que organizou a estrutura administrativa; os conteúdos programáticos carregados de formação cívica, moral e científica; e a abolição de diplomas para provimento de cargos.

Do período estudado no que se refere a Antônio Prado, após a instalação da infraestrutura com a emancipação em 1899, a municipalidade local foi paulatinamente responsável pela tomada de decisões para a escolarização, sendo composta principalmente pelo Intendente, funcionários públicos e posteriormente pelo auxílio do Inspetor Escolar, que deliberavam acerca da criação das aulas, localização, supressão, além de participarem ativamente do cotidiano escolar através da supervisão na aplicação dos exames finais. Porém essa estrutura seguiu principalmente de forma financeira vinculada ao Estado, conforme explorado no subcapítulo de políticas públicas, todavia, cabe salientar que conforme apontado por Luchese (2008) as intendências municipais de todo o Estado tiveram maior participação na educação de forma progressiva, principalmente após o Decreto nº 874 de 1906, que deu maior participação às Intendências (LUCHESE, 2008).

Encerrando esta introdução com a exploração do contexto envolvido do período, inicio a seguir a discussão sobre a instrução dos habitantes, buscando compreender se os imigrantes e primeira geração estabelecidos em Antônio Prado eram em sua maioria analfabetos e também através da medição da taxa de alfabetização verificar se a instrução de forma geral foi mantida, relacionando as fontes encontradas para entender melhor o processo de escolarização.

3.1 MAPEANDO OS HABITANTES: A TAXA DE ALFABETIZAÇÃO¹⁴⁷

Inicialmente ao falar sobre a instrução dos habitantes, entro na problematização realizada por Ferraro e Kreidlow (2004) que trazem o termo a ser escolhido nas pesquisas da temática, “analfabetismo” ou “alfabetização”. Para os autores, há um amplo desacordo sobre o reconhecimento dos termos e dificuldade na escolha do estudo da problemática “analfabetismo” ou da solução “alfabetização”. Para fins comparativos, Ferreira (1999) situa que analfabeto é quem não sabe ler e escrever, já alfabetização define a ação de alfabetizar, porém prefiro utilizar as duas acepções, em alguns casos, priorizando a utilização do termo “analfabetismo” quando me refiro à baixa “taxa de alfabetização”¹⁴⁸, além de pensá-la em contraponto ao estudo do processo ao qual o educando é alfabetizado (alfabetização).

Passo então a reflexão sobre o analfabetismo na localidade de Antônio Prado. Das investigações realizadas, Petrocchi (1904)¹⁴⁹ é a principal fonte, o autor infere que “o analfabetismo atinge 90% não podendo os pobres habitantes a permitir-se o luxo de uma escola” (PETROCCHI, 1904, p. 16, tradução nossa), posteriormente autores o referenciam e a localidade no que diz respeito ao analfabetismo fica com esse ponto de vista.

É necessário levar em consideração outros fatores, sendo o primeiro deles a oralidade com a representação do “colono analfabeto”, imigrante agricultor que teria chegado com pouca ou nenhuma instrução, os seus vestígios - que abordam a sustentação ou rejeição, são encontrados tanto no meio acadêmico e em fontes memorialísticas, como exemplo¹⁵⁰ os autores Piazza e Ribeiro (2005) e Pazuch (2015) explicam uma maioria de imigrantes italianos analfabetos, Tambara (1995, p. 315) explica que “no caso dos italianos, é preciso ter em mente que vindos ao Brasil apresentavam um índice de analfabetismo bastante elevado”, De Boni e Costa (1984) pontuam o alfabetismo como inferior a 50%, e autores como Luchese (2008), Timm (2013) e Possamai (2005) sustentam que a maioria dos imigrantes eram alfabetizados, mesma interpretação de Gardelin e Costa (1993) apesar de alertarem para um empobrecimento cultural nas primeiras gerações.

¹⁴⁷O subcapítulo serviu como base para a produção do artigo ‘A taxa de alfabetização de Antônio Prado, Rio Grande do Sul, (1895-1920)’, publicado na Revista Educação em Questão. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/20030>.

¹⁴⁸Utilizo o termo “taxa de alfabetização” a partir das discussões produzidas por Chartier (1991a), vendo na proposta da produção, quem saberia escrever o nome, conforme as fontes possibilitam, mas entendo que na sua especificidade, o analfabetismo não se resume somente às questões técnicas. Cf. Viñao Frago (1993).

¹⁴⁹A produção deu-se através de um relatório consular.

¹⁵⁰Os autores citados não utilizam como objeto o analfabetismo, apenas citam em trechos de suas obras a temática.

O segundo fator é ligado ao contexto¹⁵¹. Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2003) situam a marca no início do século XX em 65,3 % de jovens e adultos analfabetos, Kreutz (2000) expõe que na última década do século XIX é possível situar em 80% o analfabetismo, já de acordo Ferraro e Kreidlow (2004) de 1890 até 1920 o Estado do Rio Grande do Sul foi um dos que apresentou uma das maiores quedas na taxa de analfabetismo, da mesma forma a população escolar subia devido ao esforço conjunto do poder público e iniciativa particular (GIOLO, 1997).


A queda no analfabetismo é verificada em outros locais do contexto brasileiro pela análise dos censos demográficos, porém de forma gradativa ao longo dos anos (FERRARO, 2002). A embora o Estado do Rio Grande do Sul em conjunto com outros liderarem os índices mais baixos de analfabetismo do período (FERRARO; KREIDLOW, 2004), Ermel (2017) alerta que ao longo de todo o período da Primeira República apesar das melhorias nos índices de analfabetismo, a diminuição não foi tão significativa.

Relacionando a inferência de Petrocchi (1904), a oralidade do “colono analfabeto” e contexto em que o Estado e o País se encontravam, é possível pensar em um retrato desfavorável à alfabetização em Antônio Prado, no entanto é necessário olhar com mais cuidado os vestígios e de forma segura ter elementos para uma conclusão, desta forma realizei a medição da “taxa de alfabetização” através de assinaturas em registros civis de matrimônios para associá-la às fontes coletadas a fim de entender a instrução dos habitantes da localidade. Do ponto de vista teórico, Chartier (1991a, p. 144) aborda a sua produção com uma ressalva:

As porcentagens de assinaturas pacientemente coletadas [...] são: indicadores culturais macroscópicos, compósitos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa.

Com a advertência e utilizando o termo “taxa de alfabetização” do autor com a finalidade de obter um quantificador amplo, retomando como já explorado, busco vestígios das nuances da escrita e de seu uso/disseminação em Antônio Prado, sem adentrar na especificidade da alfabetização pela quantificação do aprendizado adquirido. Pensando nesta relação, trago o autor Ragazzini (2001, p. 19) que declara “as assinaturas dos registros matrimoniais, estudadas com o objetivo de determinar os níveis de analfabetismo [...] são fontes [...] para a história da escola e da educação”, já Ferraro e Kreidlow (2004, p. 180) explicam que “por menor que seja o ganho representado pela alfabetização, medida pelo

¹⁵¹Elenco informações do Brasil e do Rio Grande do Sul, porém pontuo a nível global que o aumento do letramento iniciou séculos antes com a expansão de livros precedido pela invenção da imprensa.



critério de saber ler e escrever um bilhete simples, ele representa o primeiro passo – decisivo – no processo de escolarização”. Desta forma, a taxa produzida segue uma perspectiva ampla, conforme explanado, objetivando verificar o primeiro acesso, ou não, à escolarização.

Tenho sapiência de pontos negativos e positivos da escolha da fonte, um deles, conforme citado por Chartier (1991a) é a impossibilidade de análise do grau de leitura e escrita e o outro é a limitação por idade, já que por ser registros civis de matrimônios, a fonte contempla indivíduos casando. Mas dos pontos positivos surgem as questões norteadoras da análise da taxa como: quem eram os indivíduos alfabetizados (ao menos em um nível básico) da localidade e período? O quão alfabetizadas as mulheres eram em comparação com os homens? Existem diferenças nos níveis de alfabetização entre as nacionalidades que compõem o quadro estatístico da população? Em virtude da obtenção de informações anuais, seria possível levantar a questão da alfabetização através das porcentagens obtidas, pensando em imigrantes e primeiras gerações, produzindo assim uma análise “transnacional”?

Para entender a produção e finalidade da fonte utilizada, busco brevemente um histórico da execução dos registros civis de matrimônios no território nacional, principalmente no que tange à obrigatoriedade da assinatura dos cônjuges. A normativa que sancionou o recenseamento da população no Império foi a Lei nº. 1.829/1870, e no Art. 2º se encontra a criação da Diretoria Geral de Estatística, responsável pela organização dos quadros de nascimentos, casamentos e óbitos. Com base nessa Lei, e mais especificamente no Artigo supracitado, emergiu o Decreto nº. 9.886/1888, que trouxe as diretrizes de como deveria ser executado o registro civil, sendo que o Art. 11º do Decreto define a obrigatoriedade de assinatura dos cônjuges e, se necessário, das testemunhas. Já o Decreto nº. 10.044/1888 determinou como sendo 01 de janeiro de 1889 a obrigatoriedade da execução do registro civil em todo o Império.

No caso de Antônio Prado, os registros iniciaram apenas em 1895, seis anos após a emancipação do município e da obrigatoriedade da efetivação do registro, antes dessa data a responsabilidade era da jurisdição ao qual pertencia, Vacaria – RS. Com relação às assinaturas, todos os registros de Antônio Prado contemplam o/a cônjuge ou testemunha, assim, apesar do início tardio da execução dos registros no local, foram seguidas as orientações do Decreto nº. 9.886/1888 e suas diretrizes. A coleta das assinaturas compreendeu os anos de 1895 a 1920, sendo descrita no primeiro capítulo em conjunto com os procedimentos metodológicos. Das 3.068 assinaturas possíveis dos indivíduos, as análises constam a seguir. No que tange à nacionalidade da população analisada, foram obtidas as informações:



Tabela 2- Nacionalidades presentes nos registros

Nacionalidade	Total
Brasileiros	195
Italianos	1301
Ítalo-Brasileiros	1438
Poloneses	83
Polono-Brasileiros	23

Fonte: Organização da autora a partir dos dados obtidos dos registros civis de matrimônios (2019)

Além destes grupos, existem minorias¹⁵² pertencentes à: Alemanha, Espanha, França, Portugal, Síria, Suécia e Uruguai ou descendentes destas nacionalidades nascidos no Brasil. O contingente populacional da localidade é corroborado no que diz respeito aos estudos de pesquisadores e fontes consultadas como Barbosa (1980) e Pazuch (2015) quando se trata da declaração de uma localidade composta principalmente por italianos e ítalo-brasileiros, seguido de brasileiros, poloneses e polono-brasileiros, além de outras fontes oficiais como é o caso de cartas da Intendência¹⁵³ explicando que aproximadamente 85% eram italianos e descendentes, 7% poloneses e descendentes e 5% brasileiros. No que concerne às assinaturas totais, obtive os seguintes resultados:

Tabela 3 - Assinaturas totais

Assinaram	Não assinaram
60,85 %	39,15 %

Fonte: Organização da autora a partir dos dados obtidos dos registros civis de matrimônios (2019)

A maior parte da população assinou o registro, resultado que contrapõe em parte a afirmação de Petrocchi (1904) sobre 90% da população ser analfabeta, porém associado às fontes pesquisadas, o autor não estava de todo o modo errado quando busca explicar esta alta porcentagem associando a escola como um luxo restrito à poucos. Nessa época, o local ampliava a uma dezena a quantidade de aulas públicas subvencionadas e claramente o sistema escolar da localidade não conseguia atender à demanda da população. Ademais, destaca-se que o aumento das escolas no período republicano teria como uma das finalidades erradicar o analfabetismo do país (JACQUES, 2015).

Então a explicação para um nível tão elevado de assinaturas pode ser justificado de duas formas: o acesso a um processo formal, não ligado à subsídios governamentais, que

¹⁵² Obtive menos de 10 indivíduos por grupo, assim optei por não incluir na análise final esses resultados.

¹⁵³ AHMAP. Carta resposta ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil por A. Gomes de Barros. n. 4. p. 19-20. In: Livro Registro de Correspondência da Intendência Municipal Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913.

poderia ser desenvolvido através das aulas particulares e escolas étnicas ou por meio de um processo informal de ensino, desenvolvido através dos próprios familiares e conhecidos. O que se torna um dado interessante para entender a escolarização de Antônio Prado, pois nenhuma forma de registro oficial cobriria essa informação, tenhamos isso em mente para as análises e discussões seguintes. Separando as assinaturas de acordo com o sexo¹⁵⁴, o resultado foi:

Tabela 4 - Assinaturas por sexo¹⁵⁵

Porcentagem que assinou	
Homens	Mulheres
72,03%	49,67%

Fonte: Organização da autora a partir dos dados obtidos dos registros civis de matrimônios (2019)

É consensual a ausência das meninas nas escolas entre o final do século XIX e início do século XX (SILVA, 2010), sendo excluídas do ensino, e em sua maioria não recebendo a instrução fazendo com que as poucas que tivessem fossem educadas dentro das suas próprias casas (PAIVA, 2003), porém não só a nível nacional, Chartier (1991a, p. 118) explicou que

Por toda parte, os homens sempre assinam mais que as mulheres e às vezes com uma vantagem que pode chegar a 25% ou 30%. Se esta diferença atesta claramente que as mulheres participam menos do mundo da escrita, não devemos porém tomá-la como a medida exata de uma desigual capacidade de leitura. De fato, nas sociedades antigas a educação das meninas inclui a aprendizagem da leitura, mas não a da escrita, inútil e perigosa para o sexo feminino.

Em Antônio Prado, os números não indicam algo diferente, o percentual de homens que assinava é notoriamente maior que o das mulheres. As fontes do local nos trazem alguns vestígios do motivo das diferenças entre os sexos:

Se não há verba para um professor do sexo masculino, o que é mais necessário, visto que a mulher colona não faz tanta falta a leitura como ao homem, ao menos declara-se a aula que já existe – mista [...] Ou forneça-se livros italianos para a professora italiana ensinar os menores filhos dos colonos que precisam aprender a ler, ou forneça-se livros brasileiros e nomeie-se professor brasileiro para ensinar a língua nacional (AHMJS, 1890, p. 1, grifo nosso).

¹⁵⁴ A separação por sexo na medição não se dá apenas para a verificação entre homens e mulheres, mas é pautada na História Cultural pela inclusão de uma investigação histórica que inclua narrativas de pessoas comuns, e no caso de mulheres inscreve-las na mesma, já que anteriormente pouco era estudado e investigado sobre o sexo feminino.

¹⁵⁵ A utilização do termo “sexo” advém dos dados segundo a própria fonte. Apresento esse apontamento, pois não adentro na discussão de gênero, já que a fonte somente indica o “sexo” do cônjuge.

Da análise deste documento, focando nas diferenças de alfabetização entre os sexos - excetuando diversas questões que este documento levanta, vemos que assim como outros locais apontados por Silva (2010), o discurso “oficial” em Antônio Prado também era de uma alfabetização direcionada aos homens e como veremos adiante, as aulas masculinas foram implementadas em maior número do que as femininas no local, e sua respectiva “taxa de alfabetização” atesta uma passagem do discurso à real efetivação dessas ações. Temos ainda indícios na esfera nacional que corroboram para as diferenças de escolarização entre os sexos, discursos locais de representantes do Governo, aplicação de práticas e resultado delas em números, e pensando nesses discursos e diálogos das mais diferentes esferas que se ligam, podemos refletir que

Todos os discursos são emitidos por indivíduos que mantêm, cada um deles, com o universo social e intelectual da coletividade, relações mais ou menos distanciadas, dubitativas ou críticas[...] e os indivíduos, por mais simples que os imaginemos, não são jamais o bastante para não se situarem em relação à ordem que lhes designa um lugar: eles não exprimem a totalidade dela senão sob um determinado “ângulo””. (BENSA, 1998, p. 66)

Fica clara a posição do autor perante os discursos produzidos, podemos inclusive vinculá-lo aos estudos da História Cultural e a indagação e análise do *corpus*. Levanto esta discussão, pois à primeira vista o desenvolvimento da escolarização poderia não ter uma ligação “direta” com os discursos produzidos, mas o que notaremos a frente é não só este elo, mas um processo em desenvolvimento da escolarização em virtude dos discursos, o que de todo o modo pode ser ligado ao registro anterior produzido pela Comissão de Terras sobre as diferenças entre os sexos, já que o mesmo incita a criação de aulas de um determinado modo e para um fim. Seguimos com a análise das assinaturas por nacionalidades, que representam:

Tabela 5 - Assinaturas por nacionalidade

Nacionalidade	Total
Brasileiros	58,46%
Italianos	64,57%
Ítalo-Brasileiros	60,57%
Poloneses	13,25%
Polono-Brasileiros	47,83%

Fonte: Organização da autora a partir dos dados obtidos dos registros civis de matrimônios (2019)

As menores taxas de alfabetização foram encontradas nos poloneses (13,25%) e polono-brasileiros (47,83%), os números chamam a atenção, o autor Malikoski (2014) explica em trechos do seu estudo que vários motivos devem ser considerados, entre eles a denominação de “poloneses”, dada também aos imigrantes de outras localidades como Rússia,

Prússia e Áustria, e a segunda, pensando na Polônia, explica que o regime de partições do território polonês influenciou nos baixos índices de alfabetização encontrados.

Mas pensando em imigrantes poloneses e filhos, eles triplicaram o número em Antônio Prado, e apesar deste estar aquém para contemplar a maior parte dos indivíduos, o índice cresceu consideravelmente, desta forma apesar de em grande parte analfabetos, houve algum meio de acesso à educação aos polono-brasileiros do local.

Italianos e ítalo-brasileiros, que são a maior parte da população no local, ficaram na mesma dezena, com a “taxa de alfabetização” entre 60% a 70%, um número alto, mas que se assemelha a dois estudos da região, um deles é da autora Luchese (2008) que através do recenseamento das Colônias Conde D’Eu e Dona Isabel obtém o resultado de 74% de homens alfabetizados em 1883 e o outro é da autora Giron (1977), pelo Mapa Estatístico de Caxias do Sul infere 63% de homens alfabetizados entre 1875 e 1886. Os números fornecidos por Ministero (1895) levam a crer que aproximadamente 50% dos imigrantes que ingressaram no Estado em 1893 sabia ler e escrever (com crianças em idade não escolar incluídas), o que também elevaria esse número para um indicador próximo ao encontrado em Antônio Prado. Ao que tudo indica, este padrão de alfabetização segue nos imigrantes italianos da região Nordeste do Estado.

No que se refere aos brasileiros, 58,64% são alfabetizados, o que explica a necessidade da leitura e escrita para a atividade profissional¹⁵⁶ que a maioria exercia, esse nível de alfabetização é apontado por Chartier (1991a) quando expõe que se analisarmos os ofícios que os sujeitos exerciam, iremos verificar diferenças na capacidade de assinar já que ela “está estreitamente correlacionada com a atividade econômica e a condição social dos diferentes grupos” (CHARTIER, 1991a, p. 118).

Dos números da Tabela 5, é possível inferir que existem diferenças entre as nacionalidades em Antônio Prado e supõe-se haver movimentos de escolarização para a manutenção e incremento da alfabetização tendo em vista que os índices não diminuíram em indivíduos declarados nascidos no Brasil. Cabe a reflexão que “essas múltiplas diferenciações no acesso à escrita sem dúvida determinam grandes variações no processo de privatização [...] [da escolarização/escola]. O desenvolvimento (desigual) da alfabetização o mostra de várias maneiras” (CHARTIER, 1991a, p. 199). Em um valor comparativo entre o local, regional e nacional, podemos estabelecer as seguintes informações:

¹⁵⁶Como apontado no capítulo “Antônio Prado: um olhar para o contexto histórico”, os brasileiros executavam em sua maioria alguma atividade relacionada ao serviço público ou privado.

Tabela 6 - Taxa de analfabetismo 1890-1920

Ano	Brasil	Rio Grande do Sul	Antônio Prado
1890	82,6 %	69,7%	X
1900	65,3%	X	67,11 %
1920	65%	53,8%	63%

Fonte: Elaborado pela autora através de fontes¹⁵⁷ (2020)

Primeiramente é necessário dois alertas: existem diferenças no cálculo dos índices, alguns não explicitam a idade mínima estabelecida, outros contabilizam a população a partir dos 5 anos e 15 anos. Além disso, Ferraro e Kriedlow (2004, p. 185) alertam que os índices de 1900 não são parâmetros seguros, pois o “sub-recenseamento de extensas áreas rurais em 1900 resultou em subestimação no analfabetismo”, por este motivo não foram incluídas as informações do Estado de 1900 e não localizadas informações de fontes confiáveis para um comparativo.

Apesar das muitas lacunas, percebe-se que a entrada dos imigrantes no Estado do Rio Grande do Sul teria diminuído a média de analfabetos e levando em conta que possivelmente no País de origem tiveram acesso a algum nível de escolarização, provavelmente ao se estabelecerem buscaram implementar alternativas para que os filhos também tivessem algum conhecimento escolar, e podemos pensar que a mesma sistemática pode ter acontecido em Antônio Prado. Ainda, chama a atenção na tabela a baixa alteração ocorrida no período de 20 anos no Brasil, apenas 0,3% a menos de analfabetos. E finalizando o panorama comparativo de Antônio Prado, é possível verificar semelhanças com os índices do Estado e do País.

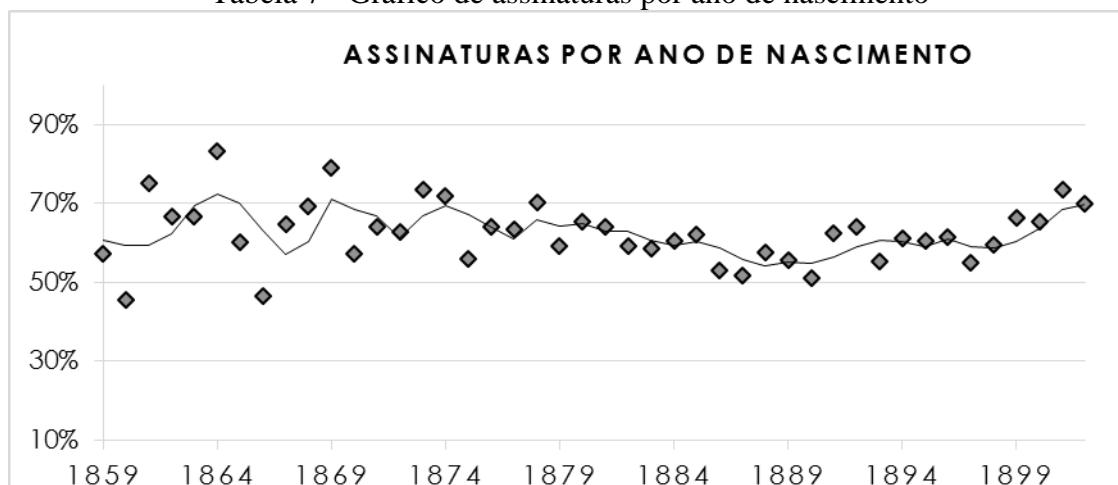
Seguindo a última análise fornecida pela medição da taxa de alfabetização, para verificar possíveis diferenças¹⁵⁸ entre imigrantes e nascidos no Brasil foram separadas as assinaturas de acordo com o ano de nascimento dos cônjuges e calculadas as porcentagens de cada ano. A montagem resultou na inclusão de indivíduos nascidos entre 1845 e 1904, com grande incidência nas décadas de 1870 e 1880. O gráfico seguinte é o resultado¹⁵⁹ desta análise, de dispersão com linha de tendência média móvel (período 3), tendo em vista a suavização da oscilação dos dados para mostrar a tendência com maior clareza.

¹⁵⁷Os índices utilizados são do INEP – Censo de 1920 (calculado na população de 15 anos ou mais), Ferraro e Kriedlow (2004) com os índices do censo de 1890 e 1920 no Rio Grande do Sul (sem informação das idades mínimas) e o índice de 1890 do Brasil (calculado na população de 5 anos ou mais).

¹⁵⁸A verificação é hipotética, pois existem diferenças na data de migração, ao mesmo tempo em que a declaração de nacionalidade não serviria para esta verificação já que existem imigrantes estrangeiros que foram alfabetizados no Brasil. Assim, os índices por ano de nascimento mostrariam possíveis diferenças já que porventura os primeiros e últimos anos mostrariam a alfabetização fora e dentro do Brasil.

¹⁵⁹Além das nacionalidades que são minorias, foram retirados desta análise os anos de nascimento que correspondem a menos de 10 indivíduos nascendo.

Tabela 7 - Gráfico de assinaturas por ano de nascimento



Fonte: Organização da autora a partir dos dados obtidos dos registros civis de matrimônios (2019)

Como é possível verificar, a porcentagem dos indivíduos alfabetizados variou de 51% a 70%, mas não possui discrepâncias constantes ao longo dos anos no período analisado, confirmado pela geração da linha de tendência e a temporalidade que corresponde a 43 anos é uma amostra considerável para a investigação da alfabetização de mais de uma geração e que se encontra no cerne do período migratório.

O resultado comporta a explicação de Viñao Frago (1993), inferindo que a medição da “taxa” independentemente do local possuiria uma evolução não linear e que apesar disso o pesquisador precisaria compreender as causas e efeitos. Quando pensamos nos fatores que envolvem essa inconstância, devemos refletir acerca do contexto e possibilidades, principalmente que “uma história transnacional da escola entre e/imigrantes italianos no Rio Grande do Sul sugere pensar em conexões, interações, uso de chaves interpretativas mais complexas e aprofundadas [...]” (BARAUSSE; LUCHESE, 2019, p. 197), como é o caso tanto da instalação inicial das escolas, como a língua de ensino, a adaptação a localidade, o contexto de crise financeira após os anos iniciais, estagnação das aulas seguido da sua expansão e tantos outros fatores que impactaram na inconstância da taxa.

Desta forma, entendo de uma forma generalizada, por meio da Tabela 7, que os indivíduos, em sua maioria, imigrantes e filhos conseguiram manter a “taxa de alfabetização” e que o processo migratório não impactou negativamente nos índices de alfabetização, o que é admirável se pensarmos nas condições adversas, passadas tanto ao longo da viagem e nos anos iniciais de estabelecimento, o que contrapõe, de certo modo, na localidade, as pesquisas enfatizadas em italianos, realizadas por Gardelin e Costa (1993) que sustentam a inexistência

de um ambiente de primeiras gerações equiparado culturalmente, explicando o alto analfabetismo.

Tambara (1995, p. 312) explica que “a preocupação com a instrução nunca consistiu numa prioridade na vida de imigrantes italianos, a ponto de se disporem a assumir esta tarefa”, constatação que parece equivocada neste caso de Antônio Prado, onde tem-se a falta de escolas públicas, percebe-se uma manutenção na “taxa de alfabetização” e existirão indícios de uma instrução realizada pelos mesmos, mostrando que os italianos tiveram interesse que seus filhos pudessem ter algum nível de instrução.

Para entender a instrução dos habitantes de Antônio Prado, foi necessário além do levantamento bibliográfico - que apontou um acentuado analfabetismo na população o estudo de diversos elementos, como o contexto, os registros da época e a medição da “taxa de alfabetização”, sendo que da relação entre eles foi possível inferir que apesar de um panorama desfavorável a nível nacional, estadual e também local, em sua maioria, os primeiros indivíduos chegaram no local alfabetizados, tendo independente do grau e profundidade, conhecimentos básicos de escrita, remetendo a um nível, mesmo que básico, de escolarização, o que me leva a concluir que esses imigrantes se preocuparam com a escolarização dos filhos, ou como apontado por Gardolinski que focaliza em poloneses, mas estendo aqui sua conclusão aos imigrantes de outras nacionalidades:

O imigrante compreendeu finalmente que, nas circunstâncias e situações em que fora colocado – realmente difíceis – somente poderia vencer e melhorar as condições de vida das gerações vindouras através de um melhor nível cultural. Tratou, portanto, desde logo, de fundar sociedades e escolas que, embora revelassem as características étnicas de sua procedência, foram construídas por sua livre e espontânea vontade. [...] [desta forma] tomava inteira iniciativa e o controle sobre a vida de sua comunidade e, particularmente, sobre a instrução de seus filhos, numa terra absolutamente estranha e que, no entanto, em breve, se tornaria sua nova Pátria. (GARDOLINSKI, 1977, p. 15).

A instrução em Antônio Prado, ao longo dos anos seguintes, apesar de ser priorizada para os meninos e raramente gratuita, se manteve, de forma que da confluência de informações supõe-se que os indivíduos criaram meios para o surgimento e manutenção de aulas ou escolas, o que também mostra que em sua maioria julgavam importante ter algum tipo de instrução, o que contradiz Adami [197-] em que explica que a população não julgava a escola como necessidade imediata.

A ausência da implantação das aulas através das políticas públicas não cobria a totalidade de indivíduos, o que não difere da situação a nível nacional e estadual conforme apontado por Jacques (2015), que apesar de melhor do que décadas anteriores, carregava

ainda resquícios de um discurso para a expansão que caminhava a passos lentos e que de acordo com Inácio Filho e Silva (2011), muitas vezes não se concretizava, já que a verba “era curta, as escolas continuavam sem estrutura física [não havendo também expansão] e o salário dos professores seguia baixo” (JACQUES, 2015, p. 51), porém cabe destacar também que o discurso que permeava os ideais republicanos se situava na alfabetização para o exercício da participação política e consequente consolidação deste poder (SOUZA, 1998).

Ao buscar a compreensão por meio de diferentes meios de como era a instrução de Antônio Prado, finalizei a análise com uma resposta surpreendente. Não há dúvidas que os vestígios que emergiram mudam o panorama do processo de escolarização de Antônio Prado. Apesar da oralidade e de fontes que indicam um analfabetismo predominante, vestígios indicam uma realidade diferente das histórias produzidas. Existe uma trama de processos estabelecidos, perdidos pelo tempo, com análise limitada pelo que restou, mas há sinais, elementos que denotam possibilidades, onde a comunidade seria a peça principal no desenvolvimento da escolarização, que de forma mútua desenvolveria processos, à sua maneira, para garantir o direito, mesmo que de forma básica ao processo de escolarização da localidade. No próximo subcapítulo, busco analisar o que os vestígios me trouxeram sobre as iniciativas de escolarização, desde a criação da colônia até a sua emancipação.

3.2 EMERGÊNCIA E INICIATIVAS DE ESCOLARIZAÇÃO EM ANTÔNIO PRADO

Optei neste subcapítulo por realizar a discussão da emergência e das iniciativas de escolarização desenvolvidas na localidade. Quando pontuo emergência, me refiro principalmente ao período de escolarização de Antônio Prado “colônia”, por serem iniciativas de escolarização que “surgiram” no local neste recorte temporal como a educação familiar, aulas particulares e subsidiadas. Além de expor as iniciativas, discuto-as pensando nos sujeitos, nas culturas e em todos os elementos que partem delas aos quais me propus a analisar neste estudo. Já como iniciativas, penso nas formas de escolarização que surgiram como as escolas de cunho religioso na localidade, das Irmãs de São José e dos Irmãos Maristas. A ênfase deste subcapítulo é trazer o “início da escolarização” no local e as iniciativas de escolarização que não estão vinculadas ao Poder Público.

O mais antigo documento encontrado sobre a escolarização em Antônio Prado data de 24 de setembro de 1888¹⁶⁰, em que a Inspeção de Terras solicita a abertura de editais para a

¹⁶⁰AHMJSA. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Ofício de 24 set. 1888.

construção da Igreja e escola, tendo já realizado projeto e orçamento para tal. Podemos situar que neste ponto havia movimentos precedentes, não documentados, mas subentendidos pelo fato de já terem realizado o projeto e orçamento. Movimentos que suponho ser de atividades do Governo para a construção de bens de primeira necessidade, dado que no mesmo ofício também é declarado o extravio da planta das casas da administração, farmácia e casa do capelão, de toda a forma cabe inicialmente pontuar que os movimentos de escolarização surgiram concomitantes à emergência da colônia.

Após um mês, um documento arquivado¹⁶¹ comunica o extravio da planta da escola. A situação permanece no limbo do ponto de vista dos escritos oficiais, até que em 1890¹⁶², a Inspeção de Antônio Prado envia uma lista de livros e objetos solicitados pelos professores das aulas do sexo masculino e feminino da localidade, abaixo transcritos:

Quadro 1- Relação dos livros e objetos requeridos

80	Sylabarios	De Abilio
60	Primeiros livros de leitura	De Abilio
40	Terceiros livros de leitura	De Abilio
40	Aritméticas	De Abilio
30	Gramáticas	De Abilio
8	Geografias	De Abilio
100	Cadernos negrados	
1	Resma de papel bom	
100	Canetas	
40	Lápis	
2	Caixas de penas Mallat	
2	Tinteiros	
80	Louças	
80	Penas de Pedra	
2	Garrafas de tinta preta	
2	Pedras gr.des e giz	
4	Mesas e Bancos	

Fonte: A autora (2020) com base no Ofício de 22 abr. 1890 (AHMJSA)

O que chama a atenção é que ao receber o pedido, o Superintendente em Porto Alegre encaminha ao Estado¹⁶³ o pedido da verba dizendo que não possui registro e orçamento para tal e responde¹⁶⁴ aos Inspectores em Antônio Prado que desconhece a existência das aulas públicas na localidade, não entendendo o motivo do pedido de livros por parte da Inspeção

¹⁶¹ Id. Ofício de 25 out. 1888.

¹⁶² Id. Ofício de 22 abr. 1890.

¹⁶³ AHMJSA. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Ofício de 01 maio 1890.

¹⁶⁴ Id. Ofício de 23 maio 1890.

local, exigindo o nome dos professores, quantidade de alunos e a informação se são aulas particulares ou mantidas pelos cofres do Governo.

Os Inspectores de Antônio Prado retornam o ofício explicando primeiramente que “funciona no barracão da sede deste núcleo colonial uma escola do sexo feminino dirigida por uma professora italiana”¹⁶⁵ e posteriormente citando um “professor brasileiro”, porém sem maiores detalhes. Por último, segue outro ofício com¹⁶⁶ uma lista de 47 alunos da aula masculina do professor Sérgio Inácio de Oliveira.

Sabe-se que os professores eram Genoveva Scotti e Sérgio Inácio de Oliveira (BARBOSA, 1980; GRAZZIOTIN, FERREIRA, 1984). Ambos são considerados os primeiros professores de Antônio Prado, e Genoveva é lembrada pela iniciativa tanto no que tange à atividade de professora como pela participação ativa que teve na comunidade (BARBOSA, 1980). O processo de escolarização se desenvolvia desta forma, mesmo sem o conhecimento inicial do Governo, o que indica que o primeiro movimento foi dos próprios imigrantes.

Porém, a ressalva que faço é que na literatura de apoio há uma certa confusão com a emergência destas aulas, partindo de Barbosa (1980) e tantos autores posteriormente que o citam, em que explica que a aula da professora Genoveva era particular e italiana, mas que a aula do professor Sérgio em 1890 seria pública, expondo inclusive a lista dos 47 alunos da aula “pública”. Cabe ressaltar que a lista foi feita com o pedido de recursos públicos para a aula, mas que até o momento o Estado não tinha conhecimento dela nem ela recebeu subsídios para a manutenção. A lista dos alunos não era para implantação, mas claramente mostrava que a aula já existia, sendo assim ambas (aula de Genoveva e aula do Sérgio) foram criadas e seguiram de forma particular até 1890.

Se elas tornam-se públicas não posso afirmar, apenas indícios posteriores sugerem a “nomeação” do professor¹⁶⁷ e um ano depois uma demonstração de despesa¹⁶⁸ onde consta uma “professora” nos pedidos, mas essas aulas supracitadas não surgiram como aulas públicas, principalmente a do professor Sérgio, conforme pontuado por Barbosa (1980). Para corroborar com essa questão transcrevo um trecho da carta, “não existem aulas públicas deste Estado funcionando no núcleo colonial Antônio Prado nem as ali criadas. Ignoro pois, quais sejam as aulas do sexo masculino e feminino daquele lugar para as quais a referida Inspeção

¹⁶⁵ Id. Ofício de 03 jul. 1890.

¹⁶⁶ Id. Ofício de 20 ago. 1890.

¹⁶⁷ AHMJS. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Ofício de 03 jul. 1890.

¹⁶⁸ Id. Ofício 12 jun. 1891.

pede fornecimento de livros [...]”¹⁶⁹, ademais após anos, em 1898 temos o relatório do Estado¹⁷⁰ que confirma duas aulas públicas, nenhuma delas ministradas pelos professores supracitados.

Há duas frentes de escolarização, uma subentendida por falta de documentação, mostrando que as aulas existiam possivelmente de forma particular com apoio das famílias e outra pela iniciativa do Governo em implementar uma aula na sede, mas que foi descontinuada ou interrompida um período, devido à confusão na troca das correspondências e extravios da planta da escola, fato possivelmente que retardou bastante a construção do prédio escolar, já que a Igreja, pedida concomitante a escola entrou em construção e foi concluída anos depois, e não há nenhuma menção nos documentos oficiais de uma construção destinada às aulas.

Tem-se até este ponto uma visão do andamento da escolarização a partir dos materiais, mas também podemos analisar esses vestígios do Quadro que são ricos em informações, sob um outro viés, que é do uso desses artefatos na produção da cultura escolar. Ressalvo que os materiais foram pedidos, porém não existe registro do seu recebimento muito menos da recusa. Supondo que o material seria recebido e utilizado, já que o foi requerido, entendo que o papel destes “objetos” está diretamente ligado às relações sociais as quais fazem parte do ambiente escolar, sendo pertinente afirmar que a cultura material contribui, mesmo não apresentando registros documentais, mas por meio de vestígios (VIDAL, 2005a) com as práticas escolares que compõem o espaço escolar (ERMEL, 2011), já que estes objetos irão permitir “o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola” (VIDAL, 2005a, p. 16).

Desta forma, percebemos através da Tabela que a maior quantidade de livros solicitada estava dirigida ao ano inicial através do pedido dos silabários seguido pelo primeiro livro de leitura de Abílio¹⁷¹, mostrando que grande parte dos alunos estava sendo introduzida ao mundo da leitura por meio do silabário, seguida pela consolidação da leitura e escrita com o primeiro livro de leitura. É importante salientar também que os materiais para a aprendizagem foram claramente direcionados e não seriam materiais de outros autores, pois

¹⁶⁹Id. Ofício de 23 maio 1890.

¹⁷⁰Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de julho de 1898. p. 520. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/163963>. Acesso em 15 jun. 2020.

¹⁷¹Abílio César Borges, barão de Macahubas foi um médico baiano que na segunda metade do século XIX dedicou-se aos estudos sobre a instrução no Império, ficando conhecido pelo “método Abílio”, em que adotou a silabação à substituição da introdução de abecedários nos livros didáticos. (VALDEZ, 2006).

aos professores de Antônio Prado no que concerne aos saberes, interessava a coleção de Abílio.

Apesar de todos os livros requeridos serem do autor Abílio e a coleção ser muito comum em todo o território nacional, sendo inclusive o autor um dos pioneiros na produção de livros para a infância brasileira (VALDEZ, 2006), em Caxias do Sul, por exemplo, havia professores que priorizavam outros autores, como é o caso da relação encontrada no manuscrito de Adami [197-] datada do mesmo período, feita pelo professor Tristão d'Avila, que prioriza livros do autor Hilário Ribeiro¹⁷². As obras de ambos os autores eram bastante conhecidas e disputavam a adoção dos professores neste período (PFROMM NETO, ROSAMILHA, DIB 1974).

Com relação aos saberes, de acordo com o próprio Abílio e conforme pontuado na investigação de Valdez (2006)¹⁷³, a aprendizagem dos primeiros livros seria por meio de uma leitura das sílabas em que o “mestre” ditaria até o “discípulo” decorar para só então eles passarem a olhar as palavras no livro, de forma que “ele os fazia ler com ‘os olhos’ o que haviam lido ‘pelos ouvidos’” (VALDEZ, 2006, p. 213), passando então ao acompanhamento sempre conjunto da leitura, “jamais” pulando lições sem que parte dos “discípulos” soubessem o que estava escrito e com os saberes “na ponta da língua”, havendo todo o dia retomada de lições já aprendidas “verificando se houve, de fato, a aprendizagem”.

Ainda, o tempo indicado por Abílio para a aprendizagem era “de duas a três sessões diárias de quarenta e cinco a cinquenta minutos cada” (VALDEZ, 2006, p. 213), totalizando o aprendizado em três a quatro semanas. A autora ainda pontua que o método era diferente do ensino mútuo já que o professor estaria sozinho com os alunos e o livro seria fundamental, trazendo também elementos da “pátria, família, bons costumes” (VALDEZ, 2006, p. 193) a serem adotados pelos alunos.

As informações produzidas por meio dos saberes e instruções contidas nos livros didáticos “permite inferir sobre algumas dessas possibilidades de fazer o ensino e a aprendizagem” (LUCHESE, 2008, p. 401), pensando também acerca das práticas desenvolvidas dentro deste ambiente e da aquisição valores e normas de comportamento já que eles também eram produzidos pela didática (ARRIADA; TAMBARA, 2012).

¹⁷²Natural do Rio Grande do Sul. Ficou conhecido pela produção de livros didáticos no período do Império e Primeira República

¹⁷³A autora investigou a representação de infância pelas propostas de Abílio, desta forma preferi utilizar os termos que ela utilizou na explicação, que se encontram entre aspas ao longo dos dois parágrafos e são encontrados na p. 213 da sua tese, com exceção da última referência. Cf. Valdez (2006).

Saindo da discussão dos bens materiais, é plausível afirmar que as aulas não contavam com uma boa estrutura como mesas, bancos – lembremos que elas eram ministradas no barracão dos imigrantes¹⁷⁴, assim é possível pensar como os saberes seriam transmitidos nestas aulas até o recebimento dos materiais e mesmo da materialidade necessária ao seu desenvolvimento. Pensando neste espaço, Ermel (2011, p. 30) que pontua “a inexistência de um espaço indicaria, à primeira vista, a consideração de que tal tarefa não seria necessária, ou a pouca importância a ela destinada”.

Porém neste caso específico, podemos destacar que o local interino é explicado pelo contexto de criação da colônia, mas além de inadequado (tanto pelo fluxo de pessoas como pela disponibilidade de bens para o desenvolvimento) é o que estava disponível no momento para os imigrantes, e apesar da situação e das diversas circunstâncias a se pensar e realizar como alimentação, habitação e outros bens de subsistência inicial para estes sujeitos, infere-se que eles estavam preocupados com a instrução dos filhos, já que utilizavam mesmo de forma provisória um espaço criado para outra função, ademais, dialogando com a taxa de alfabetização vemos que em sua maioria esses indivíduos tiveram acesso a alguma forma de escolarização, deste modo fica evidente que, no mínimo, gostariam do mesmo para seus filhos.

Nos anos seguintes, sem o aporte de recursos públicos para escolas, outras formas de escolarização precisariam se desenvolver. A educação familiar, transmitida pela própria família e a educação particular foram as possibilidades encontradas para suprir as necessidades e dados os vestígios que indicam essas práticas em Antônio Prado, podemos pensar que essas modalidades de escolarização emergiram

[...] quando [os imigrantes] se convenceram da impossibilidade de auxílio por parte do Governo, na construção de escolas ou na organização do ensino primário, tomaram a seu lado a solução do problema escolar. Algumas colônias construíram as escolas lentamente; outras, com desusado ardor; e quando não conseguiam o professor do Governo ou da Prefeitura, destacavam-no dentre os seus próprios elementos (GARDOLINSKI, 1977, p. 17).

Apesar de muitas lacunas documentais, foram localizados vestígios que remetem às escolas conforme brevemente exposto, essas mesmas escolas se caracterizariam como escolas étnicas isto é, escolas que “retratavam aspectos culturais importantes da respectiva etnia, como língua e costumes” (RECH; LUCHESE, 2018, p. 27), segundo Kreutz (2000, p. 160) “o Brasil foi o país com maior número de escolas étnicas na América”. Os autores D’Apremont e

¹⁷⁴ AHMJA. Ofício de 03 jul. 1890.

Gillonay (1976) citam incentivos à fundação de duas escolas polonesas em Antônio Prado através do Frei Honorato Jedlinski para poder atender aos filhos e imigrantes poloneses, mas também sabe-se¹⁷⁵ que anos depois alguns poloneses do local enviavam seus filhos para Alfredo Chaves na escola polonesa sob regime de internato.


Já no que se refere aos italianos, o autor Barausse (2017) expõe que Antônio Prado possuía uma escola italiana em 1891, constando uma também em 1894, já Ministero (1895) cita duas escolas subvencionadas pelo governo italiano em Antônio Prado em 1895 com 82 alunos matriculados, “sabemos que as escolas italianas foram organizadas a partir da ausência de um sistema escolar público no Brasil, ou seja, como resposta a uma necessidade das famílias de imigrantes” (BARAUSSE; LUCHESE, 2019, p. 178). Mesmo com apenas esses vestígios que pontuam escolas esparsas aqui e ali, certamente estes dados levam a crer que muitas eram as formas de escolarização nas linhas do interior da localidade que existiram, mas foram apagadas pelo tempo, pela ausência de documentação ou quaisquer outros fatores. Deste modo, pelos vestígios que nos restam concluo que havia algo mais, e não só aquilo o que consta registrado, mas há indícios de escolas étnicas e particulares neste período, talvez – e possivelmente, em maior quantidade do que localizei.

O desinteresse na escolarização de meninas também é outro ponto a ser discutido em Antônio Prado que segue o mesmo modelo nacional já que a sociedade brasileira priorizava a alfabetização ao homem, relegando à mulher aos afazeres domésticos e julgando assim a inutilidade em ler e escrever a esta (SILVA, 2010). Sobre este assunto, Panozzo (1996, p. 67) falando sobre o ensino em Antônio Prado, também apresenta um pensamento similar quando pontua que “às meninas, o ensino não lhes faria muita falta, [...] casariam e se dedicariam mais aos trabalhos domésticos ou à roça”.

Com um panorama desfavorável, tem-se ainda um registro neste período de Antônio Prado “colônia” que é uma correspondência¹⁷⁶ datada de 1890 da Comissão de Terras de Antônio Prado, o qual busca instigar a mudança da aula feminina do barracão, para que se torne no mínimo mista ou que se fornecesse livros em italiano para a professora dar aulas **aos filhos** dos colonos e em terceira hipótese, fornecesse livros em português e nomeasse o professor Sérgio para ensinar a língua nacional, o que confirma claramente o direcionamento dado à época para a instrução das mulheres.

¹⁷⁵ A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 22, n. 273, p. 2, 25 nov. 1905.

¹⁷⁶ AHMJA. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Ofício de 03 jul. 1890.





Desta forma, para elas nesse período outras modalidades de escolarização teriam que suprir a demanda ou estariam relegadas à ausência do ensino, e não é de se admirar que ao analisar a “taxa de alfabetização” tem-se a porcentagem de 49,67% de assinaturas de mulheres de modo que 72,03% dos homens assinavam, mostrando que a situação não se resume a um só discurso, mas advém de um longo período e apesar da “educação formal feminina não [...] [ser] uma preocupação durante quase três séculos [...] a partir do século XIX, mudanças significativas ocorreram no Brasil as quais lançaram um feixe de luz sobre a possibilidade de uma educação formal feminina” (ARAGÃO; KREUTZ, 2010, p. 108), situação que paulatinamente muda em Antônio Prado com a criação das escolas mistas, mas somente após 1912 é que se torna evidente essa mudança.

Para um comparativo, a autora Rech (2009) investigou o processo de escolarização em Caxias do Sul, e no período concernente ao estabelecimento, organização por meio da Comissão de Terras e primeiros anos, as suas investigações resultam em um panorama precário das aulas existentes que emergiram em Caxias do Sul, sendo oriundas de iniciativas privadas, havendo um período entre a criação da colônia até a emergência do ensino público, seguido de falta de verbas, com vestígios de escolas particulares e escolas étnicas que supririam as necessidades defasadas das aulas públicas, o que Jacques (2015) também atenta, explicando que a falta de escolas públicas levaria à alternativa de escolas como as criadas pela comunidade.

Cada localidade possui a sua especificidade, mas é possível notar uma similaridade entre a emergência da escolarização em diferentes regiões, sofrendo com a falta de investimentos públicos, seguido da emergência da educação familiar, escolas particulares e outras formas de escolarização para suprir essa ausência. Cabe destacar que em Antônio Prado, as diferentes formas de escolarização (que não a pública) perduram após a emancipação, mesmo em menor quantidade, mas ainda presentes ao longo da década de 1910, mostrando que não há uma ruptura fixa, de forma cronológica do desaparecimento dessas outras modalidades e que o desaparecimento seria gradativo. Em análise posterior com a emergência do ensino público infere-se que o encerramento dessas formas de escolarização, com exceção das escolas de cunho religioso, só seria completo a partir do momento em que a escola pública estaria em número suficiente para suprir as demandas escolares da localidade, situado aqui por volta de 1920, ao final do recorte temporal desta pesquisa.

Em se tratando de escolas de cunho religioso, as vejo como iniciativas de ensino, pois bem como outras emergências elencadas, a investigação mostrou que elas também foram iniciadas com vista a suprir a demanda das escolas públicas. Em Antônio Prado, a





escolarização de cunho religioso iniciou pelas Irmãs de São José de Moutiers em 1900, momento que foi precedido por pedidos de outros municípios da região para que as mesmas também fundassem colégios, conforme apontado por Luchese (2008), porém a expansão das escolas de cunho religioso não se restringe a esta congregação já que o final do século XIX e início do século XX se caracteriza pelo ingresso de muitas congregações religiosas no Estado (KREUTZ, 2004), e elas “tornaram-se conhecidas como centros de excelência no ensino [...]” (KREUTZ, 2000, p. 159).

De acordo com Barbosa (1980) seriam quatro Irmãs, Madre Maria Azélia, Ir. Vitória, Ir. Paula e Ir. Francisca que vieram a Antônio Prado a pedido do Padre Carmine Fasulo, chegando em 10 de novembro de 1900. A chegada¹⁷⁷ das Irmãs foi festejada com muita euforia conforme os relatos encontrados, sendo recebidas pela população local, autoridades e um cortejo de 80 a 100 Filhas de Maria. As Irmãs se estabeleceram provisoriamente na casa paroquial até que o prédio escolar fosse concluído, elas desenvolveram atividades a partir de 1900 e estariam fortemente presentes no ensino da localidade por longas décadas.

Em outubro de 1919 também foi acordado entre a comunidade e o Superior dos Irmãos Maristas a sua vinda para Antônio Prado a fim de que lecionassem. Eles chegaram em 13 de janeiro de 1920, sendo recebidos com foguetes, discurso da Intendência e banquete ao findar da tarde. Com o prédio ainda em construção, deram início à atividade escolar no prédio da Sociedade de Mútuo Socorro até a finalização da obra. Os registros mostram que o número de alunos para o ano letivo era de 17 crianças para a 1ª classe, 28 meninos para a 2ª classe e 18 pré-adolescentes para a 3ª classe, em sua maioria alunos oriundos do Colégio das Irmãs de São José (CASAROTTO, 1988). O prédio do Colégio foi finalmente inaugurado em 06 de junho de 1920, dia em que houve a celebração com benção solene e festividades. Os Irmãos Maristas ao longo dos anos seguintes receberiam uma grande quantidade de alunos e permaneceriam exercendo as atividades por 55 anos na localidade (BARBOSA, 1980).

No próximo subcapítulo, busco adentrar nas políticas públicas do ensino primário, que apesar de explorá-las no início deste capítulo, me limito ao território investigado para compreender como na então recém-fundada “colônia” e após emancipada Antônio Prado, ocorreu a emergência do ensino primário público, bem como a os períodos de estagnação e expansão do mesmo.

¹⁷⁷A chegada das Irmãs é contada em trechos de uma carta da Superiora Provincial e transcrita no livro D'APREMONT e GILLONAY, 1976, p. 171-174.



3.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO PRIMÁRIO

As políticas públicas do ensino primário são discutidas em um subcapítulo só para elas, tendo em vista não uma escolha ou prioridade, mas uma investigação que pende a modalidade pública em virtude da documentação coletada, não pelos acervos buscados, mas pelas lacunas e faltas de documentos que evidenciem o processo de outras modalidades de escolarização que foram desenvolvidas. Todas essas outras formas foram evidenciadas ao longo desta pesquisa, mas de forma incontestável é possível traçar a “história” da escolarização pública de modo sólido e assim, ela foi separada para a sua discussão neste subcapítulo.

Como já visto no subcapítulo anterior, a escolarização no local iniciou com a iniciativa dos imigrantes no barracão, seguido do “apoio” do governo quanto aos bens e plano de mudar as aulas particulares para públicas, concomitante ao período existiram as aulas particulares, aulas subsidiadas pelo Governo italiano e escolas étnicas. Pensando no contexto estadual, o período foi marcado por discussões, diagnósticos e possíveis soluções para a instrução pública, buscando diminuir o número de analfabetos pela “ampliação da rede escolar primária por diferentes regiões” (ERMEL, 2017, 97), mas é importante saber que apesar do discurso para a ampliação do ensino público, a situação entre 1890 e 1899 não era das melhores em Antônio Prado.

Os movimentos efetivos para a criação e manutenção de escolas públicas foram iniciados por meio dos editais de concursos para o provimento dos cargos de professores a partir de 1890¹⁷⁸. Existe um ofício¹⁷⁹ no mesmo ano que cita uma possível instalação das escolas públicas nas colônias, mas em nenhum momento até a data da emancipação há aulas fora da sede, com exceção de Nova Treviso apenas 1899¹⁸⁰.

A localidade vinculada à jurisdição de Vacaria até 1899 teria poucas aulas, que “seriam” suficientes já que era ainda uma “colônia”, compreensão um tanto impulsiva, mas não vejo como pontuar o raso interesse nas escolas públicas visto que em 1898 o local contava com duas escolas funcionando na sede¹⁸¹ e chegando a 1899 três escolas públicas que funcionavam, duas na sede e a já mencionada em Nova Treviso, isso para uma quantidade de 8.000 habitantes, um número que claramente é insuficiente para atender a população em idade escolar e quem dirá aos alunos espalhados ao longo do território e longe dos locais em que

¹⁷⁸ Acessados por meio da publicação em jornais da época.

¹⁷⁹ AHMJS. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Ofício de 03 jul. 1890.

¹⁸⁰ Já que em 1898 não há registro desta escola.

¹⁸¹ AHMAP. Quadro de escolas públicas da 1ª região escolar – advindo do Decreto n. 124c de 15 de janeiro de 1898. Folhas avulsas.

havia escolas. Dos vestígios localizados do período Antônio Prado “colônia”, temos o relatório do Estado em que consta a situação das escolas no município de Vacaria em 1898, dele transcrevo alguns trechos abaixo

É este talvez o maior município do estado, havendo nele poucas escolas, já pela extensão de seu território, já pela sua população. Quatorze são as cadeiras nele existentes, muitas das quais estão vagas, porque sendo a vida ali relativamente cara, o ordenado do mestre não dá para manutenção de uma família. [...] Dentro deste município existem oito povoados importantes, alguns mais prósperos e futuros do que a vila, que bem merecem escolas públicas. No núcleo Antônio Prado, populoso e rico, somente a sede tem escolas públicas; nas linhas nenhuma existe. Na sede estão os professores José Henrique Pereira Porto e d. Delphica Maeffer. Com o primeiro existe questão, queixas do Conselho Distrital sendo de necessidade removê-lo para a cadeira do Capão Alto [...] A professora da cadeira do sexo feminino acima referida tem escola frequentada e goza de estima por seu capricho.¹⁸²

Desta forma, é possível notar que a situação entre o início da criação da colônia no ano de 1886 até a emancipação em 1899 em Antônio Prado permanece estável e estagnada do ponto de vista da escolarização. Por este trecho também é possível inferir e compreender o deslocamento de professores oriundos de outros locais para o exercício, e que a questão salarial também pesava na questão do estabelecimento e fixação dos professores. Com a emancipação, como já explorado na discussão do contexto, após 17 dias o município ainda em fevereiro de 1899, um Decreto¹⁸³ determina quais escolas deveriam funcionar, sendo quatro distribuídas ao longo do território, são elas:

Quadro 2 - Decreto nº 233 de 28 de fevereiro de 1899

Numeração	Sexo	Local	Professor
1 ^a	Masculino	Vila	João Carneiro de Mesquita
2 ^a	Feminino	Vila	Delfina Maeffer
3 ^a	Masculino	Nova Treviso	Francisco Busato
4 ^a	Masculino	Castro Alves	Sem professor - vaga

Fonte: Elaborado pela autora com base no Decreto nº 233 de 23.02.1899 (AHMAP)

Antônio Prado no período foi destinado à 3^a região escolar e com outros municípios pertencia à sede de São João do Montenegro, tendo como inspetor Lucio Brasileiro Cidade, conforme elencado pela autora Ermel (2017) em relação aos dados provenientes de Relatórios da Instrução Pública. Através do governo estadual, o local receberia recursos para quatro aulas.

¹⁸²Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de julho de 1898. p. 520. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/163963>. Acesso em 15 jun. 2020.

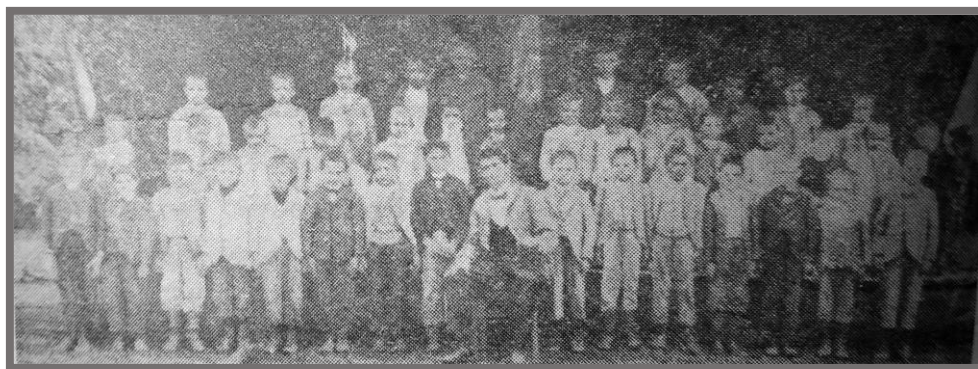
¹⁸³AHMAP. Decreto n. 233 determina as escolas que devem funcionar durante o corrente exercício na 3^a região. 28 fev. 1899.

Nos anos seguintes, a quantidade cresce e em 1903 a intenção era a instalação de 11 aulas, porém algumas estavam ainda vagas¹⁸⁴.

De 1903 a 1910, muitos são os editais de provimento do cargo de professor, dispensas e até recontração dos mesmos, trocas de numeração, localização das aulas e transformação das aulas masculinas ou femininas em aulas mistas, permanecendo a intenção do Governo de manter no mínimo de 6 a 11 aulas providas, mas não existindo uma constância e nem chegando perto desse número na maioria das vezes, essa sinuosidade caracteriza todo esse período. Ao analisar a documentação, acredito que o período se caracterizou como um “teste” onde eram instaladas aulas. Via-se a frequência e a forma do professor lecionar, decidia-se a manutenção da aula, fechamento ou deslocamento, mas cabe destacar que as transferências eram pautadas nas orientações estaduais que requeriam um número mínimo de alunos para a manutenção, e caso não atingido, eram realizados deslocamentos nas aulas¹⁸⁵.

A verificação que algumas aulas permaneciam apenas alguns meses funcionando leva a reflexão sobre como os alunos que a frequentavam eram afetados na aprendizagem já que o processo de ensino sofria com rupturas. Quanto aos professores, eles estavam sujeitos tanto a perderem o cargo como serem deslocados para outros locais. Dentre eles, se encontrava José Victor de Castro, que era professor da 1ª aula na sede da colônia, dele e alunos tem-se a fotografia abaixo.

Figura 17 - Professor José Victor de Castro e os seus alunos [ca. 1905]



Fonte: PANORAMA PRADENSE. Antônio Prado, p. 10, 10 nov. 1974.

A fotografia foi tirada por volta de 1905. O professor José Victor de Castro ao centro atuou na sede e tornou-se o primeiro inspetor escolar da localidade sendo nomeado em 1907¹⁸⁶. A fotografia nos mostra uma grande quantidade de alunos, na qual os meninos são posicionados de forma sistemática para a captura do retrato. A baixa qualidade,

¹⁸⁴A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 32, p. 1, 06 fev. 1903.

¹⁸⁵RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 89 de 02 de fevereiro de 1897. Reorganiza a instrução primária no Estado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100091>. Acesso em 30 jun. 2020.

¹⁸⁶A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 24, n. 25, p. 1, 29 jan. 1907.

principalmente por ter sido localizada em um jornal dificulta a análise de alguns detalhes, mas é possível ver a roupa formal do professor e a uniformidade nas vestimentas dos alunos.

No final de 1907, mais duas escolas são criadas por Decreto Estadual, a 12ª e 13ª aula. Com o afastamento do Intendente Innocencio de Mattos Miller, seu vice Cristiano Ziegler assume e após verificar a situação da escolarização, ao final de 1908 decide ir ao Palácio do Governo expor as condições do município¹⁸⁷, que possuía no momento 6 aulas públicas vagas, voltando a Antônio Prado com a promessa que no início do período escolar de 1909 isso seria resolvido, porém a situação permanece a mesma.

No que se refere à região de Nova Roma, Panozzo (1996) explica que o grau de instrução era baixo nas primeiras décadas e que as primeiras escolas surgiram em 1910. Porém essa informação pode ser repensada. É possível verificar que as atividades de escolarização foram precedidas por iniciativas privadas como a escola polonesa, educação familiar e possivelmente escolas particulares, além das políticas públicas já contemplarem mesmo que minimamente (com 1 aula) o local ainda na emancipação em 1899 e apesar das impermanências, Nova Roma contou com no mínimo 4 professores até 1910. O mesmo autor, anos depois retifica explicando que no ano de 1906 lecionou o professor Caetano Saretta, em 1911, Jacob Francisco Callegari, de 1912 a 1916 o professor Caetano Reginato e de 1917 a 1921 Albano Donadel (PANOZZO, 2016).

Com o contexto brasileiro de uma crise econômica e financeira que piorou após 1910, o Intendente Innocencio retorna ao cargo em 1910 e a escolarização é retratada¹⁸⁸ conforme explorado no contexto como um problema a ser resolvido, porque o Intendente via que eram necessárias mais escolas, principalmente em pontos longínquos do território. Acredito que a necessidade real também era de uma permanência na escolarização, pois o local ao longo dos anos não atingia o objetivo da quantidade de escolas com professores, pois se, no mínimo, em torno de 10 aulas fossem mantidas, não haveria tamanho foco conforme Innocencio deu em seus relatórios, e em alguns casos nessa década tem-se apenas 3 aulas funcionando, então realmente havia um problema a ser resolvido e não só referente à necessidade de expandir, mas principalmente de manutenção das escolas já criadas com professores fixos.

Do ponto de vista de Innocencio, tem-se também outro viés. O Intendente declarava que um motivo da deficiência na escolarização era a falta de professores qualificados, e que desta forma os “bons” professores trabalhavam em várias aulas, recebendo gratificações pelo

¹⁸⁷ GAZETA COLONIAL. n. 150, p. 2, 31 out. 1908.

¹⁸⁸ AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de novembro de 1911 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1912. Innocencio de Mattos Miller. Caxias do Sul: Typ. Mendes & Filho, 1912.

trabalho extra. Evidentemente se o problema era esse, ocorria em virtude da baixa remuneração, já que a maior parte dos professores precisava exercer outras atividades para ter um valor mínimo digno para seu sustento. Essa situação é explorada em um artigo do jornal *A Federação* quando afirma “[...] com o auxílio concedido pelo Estado só se pode obter professores desleixados ou incompetentes: que cuidem de tudo menos das aulas ou sejam náufragos da vida”¹⁸⁹.

A situação de permanências, rupturas escolares, pedidos de auxílio ao Governo Estadual e aguardo, permanece inalterada até Setembro de 1912, quando o Inspetor da Instrução Pública do Estado visita as escolas de Antônio Prado, a notícia da sua visita é retratada por um jornal com um tom de esperança, “espera-se que faça uma proposta ao Governo do Estado para aumentar o número [de escolas]”¹⁹⁰.


Três meses depois da inspeção é criado o Decreto nº 1895 de 23 de dezembro de 1912¹⁹¹, em que o Governo Estadual concede subvenções aos municípios para difundir o processo de escolarização de forma pública, mas apenas em populações rurais e de procedência estrangeira, sendo a condição para manutenção das aulas a comprovação de uma frequência escolar contínua. A subvenção concedida de 9:000\$000 para Antônio Prado é alta, sendo $\frac{3}{4}$ em comparação ao valor de Caxias, e é mais alta que a maioria dos municípios receberia.

Seria falho pensar que pedidos realizados pela municipalidade de Antônio Prado ao Estado contribuíram para o surgimento do Decreto. Possivelmente o Inspetor realizou verificação em todos os municípios e isso só foi feito em virtude da quantidade de solicitações deste e de outros locais, já que pelo Decreto, outros 50 municípios receberiam auxílio para a ampliação das aulas a partir de 1913. O destaque dado no Decreto para “populações rurais” e de “procedência estrangeira” liga a expansão de recursos escolares para a difusão da língua vernácula, adoção de valores, ordem e civilidade no País, por isso o foco em filhos de imigrantes e indivíduos que moravam no interior, ademais esta questão dialoga diretamente com o já explorado contexto nacional e estadual para a utilização da escolarização em prol de um objetivo e da criação de uma “nova nação”.

¹⁸⁹ A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 30, n. 246, p. 1, 23 out. 1913.

¹⁹⁰ IL COLONO. n. 28, p. 2, Caxias do Sul, 12 set. 1912.

¹⁹¹ Decreto nº 1895 de 23 de dezembro de 1912. In: Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1913. p. 288-290. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189956>. Acesso em: 25 jun. 2020.



Cabe pensar o motivo de um município pequeno – em comparação com outros da região colonial italiana, receber tantos subsídios para educação. Conforme pontuei é falho pensar na emergência do Decreto em virtude dos pedidos da municipalidade, mas promovo duas linhas de pensamento para responder à questão. O município possuía um número alto de imigrantes e descendentes, o que justifica o subsídio elevado - focado em populações estrangeiras, todavia este número não chegaria à quantidade de habitantes dos demais municípios (grandes), o que de certa forma descartaria esta hipótese. A segunda linha situa que a quantidade de subsídios estaria atrelada à Administração, vejamos que conforme pontuado por Biavaschi (2011), o Intendente Innocencio era pedinte e realizava troca de favores com o Governo Estadual, não me isento de ao me debruçar em seus registros me posicionar que é uma hipótese plausível a expansão da escolarização - em virtude dos subsídios, estar atrelada ao seu pedido e influência ao Governo, mesmo não encontrando registro deste fato em específico e sim de cartas e correspondências nos meses anteriores pedindo e quase “solicitando” resolver esta questão.

Trata-se de reflexões para a compreensão e evidentemente outras linhas podem ser traçadas. Até o período de 1913 em Antônio Prado tem-se uma situação que muda a partir de então, o que podemos ver no Relatório do Estado de 1913 que aponta como a escolarização pública estava em uma situação crítica até o momento e o quanto essas subvenções seriam necessárias, conforme a figura:




Figura 18 - Relatório do Estado sobre o ensino em Antônio Prado [1913]

Antonio Prado	
Ensino primario	
Escolas publicas 13: 2 urbanas, 11 ruraes.	
Providas 4: urbana masculina 1, ruraes feminina 1, masculinas 2.	
Vagas 9: urbana mixta 1, ruraes masculinas 6, mixtas 2.	
Matricula	150
Frequencia	96
Escolas subvencionadas pelo Estado 9.	
Subvenções concedidas: 15.	
Matricula	365
Frequencia	272
Escolas particulares, 2.	
Matricula	260
Frequencia	243
Matricula geral	775
Frequencia	611
População escolar que não recebe instrução ..	1.718

Fonte: Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1913. p. 333. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189956>. Acesso em: 25 jun. 2020.

Cerca de 1.718 alunos não tinham acesso às escolas públicas do município, essas aulas que estavam vagas, conforme é possível verificar, se localizavam principalmente no interior, o que de certa forma fez com que o Decreto nº 1895/1912, por dar ênfase em populações interioranas, fosse benéfico para a expansão do ensino da localidade. Assim, a partir de meados de 1913 acontece uma expansão sem precedentes de escolas e contratação de professores, o que não significa uma expansão permanente nos anos seguintes, pensando na perspectiva além da criação das escolas e na manutenção dos professores e deslocamento das aulas, que continuaram. No relatório anual de Innocencio ao final de 1913 podemos notar a dimensão que a escolarização toma quando ele afirma

Durante o ano findo funcionaram quatro professores contratados pela municipalidade. Em 1 de fevereiro último contratei mais quatro e atualmente tenho contratado doze professores ex-vid do decreto 1895 de 23 de dezembro de 1912, do governo do Estado; e estão funcionando como convem nos pontos de maior população escolar. Disponho de verba concedida para mais três aulas e ainda espero

obter para mais outras, que irei preenchendo ao passo que encontre pessoal adequado ao ensino.¹⁹²

Ademais, em 01 de setembro de 1913 é criado oficialmente o cargo de inspetor escolar do município¹⁹³, “considerando que o ensino municipal pelo desenvolvimento que atingiu necessita de inspeção assídua, que lhe assegure a disciplina e regularidade de funcionamento e boa técnica escolar”¹⁹⁴. As funções do inspetor seriam basicamente fiscais (ERMEL, 2017), como: visitar mensalmente as aulas municipais, verificando a assiduidade de professor e dos alunos, a qualidade do método de ensino, condições de ordem, higiene e moralidade da aula, reportando as aulas em um relatório que passaria à Intendência o andamento da fiscalização.

Porém, antes de 1913 já existia um controle e fiscalização, em meados de 1900, Firmino Luiz Gomes d’Abreu controla e acompanha os livros de frequência e atas assinando como “Presidente do Conselho Escolar”, mesma designação da qual em 1907 o Intendente Innocencio de Mattos Miller se intitula, no mesmo ano José Victor de Castro passa a ser inspetor da 25ª região escolar de 1ª entrância (Antônio Prado)¹⁹⁵. “O controle permanente e severo da educação pública foi um pressuposto claro da ação governamental, em termos educacionais, em nível estadual” (CORSETTI, 1998, p. 164), a mesma autora explica que o controle da educação pública no Estado iniciou ainda com discursos das reformas ao final do século XIX.

Ao me voltar às diretrizes estaduais e analisar os relatórios da Inspeção da Instrução Pública do Estado, pude verificar a ênfase no desenvolvimento de agentes inspetores em todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul no início do século XX. A inspeção escolar é justificada através dos mesmos, pois “auxiliará eficazmente a solução do importantíssimo problema da definitiva uniformidade do ensino rio-grandense, quer na sua parte técnica e pedagógica, quer na sua face administrativa”¹⁹⁶, o que de fato ao uniformizar e subordinar inspetores ao Governo estadual, reportando informações das mais diversas localidades traria ao Estado a possibilidade de centralizar e dar as características que lhes conviriam ao ensino público.


¹⁹²AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 2 de dezembro de 1913 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1914. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’ A Federação, 1914.

¹⁹³ Pela investigação pude listar alguns dos inspetores que atuaram na localidade: José Victor de Castro (a partir de 1907), Joaquim dos Santos Gama (de 1912 até no mínimo 1920), Antonio Tondello na 2ª seção (a partir de 1919).

¹⁹⁴Id Livro de atas 01.01.1911 a 01.12.1920, p. 17.

¹⁹⁵A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 24, n. 25, p. 1, 29 jan. 1907.

¹⁹⁶Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de setembro de 1906. p. 343. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175167>. Acesso em: 17 jun. 2020.




No caso de Antônio Prado, é possível ver que as características de um modelo pedagógico público, em todos os aspectos – criação de inspetores, aulas subvencionadas, livros que serão incorporados ao longo do período investigado, respaldados e apoiados por decisões advindas de uma regulamentação superior. Ademais, a própria emergência das atas, das frequências e dos relatórios da escolarização que foram produzidos pelos sujeitos de Antônio Prado e que se constituíram como *corpus* deste estudo emergem das orientações estaduais para a sua realização, partindo do planejamento do ensino em 1895 conforme pontuado por Corsetti (1998) e que tinha como base um controle e organização da educação pública, seguido dos diversos regulamentos ao longo dos anos seguintes que iriam fixar as normas para a educação.

Retornando ao panorama escolar da década 1910 em Antônio Prado, o mesmo pode ser assumido através das palavras do Intendente no trecho a seguir, onde apresenta que “a instrução pública, se bem que não alcance por enquanto a perfeição desejada, sendo o número de aulas ainda insuficiente, contudo o seu estado já é muito satisfatório em relação aos anos anteriores”¹⁹⁷, de fato essa fala sintetiza o momento. Innocencio ainda explica que o provimento foi paulatino “por não ser fácil encontrar pessoal apto”¹⁹⁸, porém é possível constatar pelos registros que as nomeações foram realizadas sempre nos meses anteriores ao início do período letivo, em sua maioria em Fevereiro e Julho, ocorridas uma após o outra, no mesmo dia, com nenhum candidato julgado inapto ao cargo, indicando certa urgência no preenchimento. O que talvez possa explicar a “falta de aptidão” é a rotatividade que ocorreria após essas nomeações, desta forma os indícios levam a crer que era fácil entrar no quadro de professores da mesma forma que era sair.

O Decreto nº 1.895, de 23 de novembro de 1912 fez com que a quantidade de aulas públicas ampliasse mais de 500%, e até o final de 1915 mais 7 aulas foram preenchidas e o número passaria a 22, sendo a despesa para a instrução pública equivalente a 1:200\$000. Através do relatório foi possível registrar um quadro estatístico que pode ser conferido abaixo.

¹⁹⁷AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 12 de outubro de 1914 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1915. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’ A Federação, 1915.


¹⁹⁸Id. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 12 de outubro de 1914 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1915. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’ A Federação, 1915.



Quadro 3 - Quadro estatístico do ensino primário público e particular [1915]

Numeração da aula	Localização	Professores	Classificação	Matrícula	Frequência
1 ^a	2 de Julho	Attilio Camozzatto	Subvencionada	31	24
2 ^a	Almeida	Verginia Deboni	Subvencionada	28	18
3 ^a	Nova Roma	Caetano Reginatto	Subvencionada	47	30
4 ^a	Candida	Miguel Frigotto	Subvencionada	51	34
5 ^a	Guerra	Maria Lunardi	Subvencionada	37	29
6 ^a	Nova Treviso	Albano Donadel	Subvencionada	33	28
7 ^a	21 de Abril	Antonio Camozzatto	Subvencionada	57	42
8 ^a	Almeida	Josephina Sega	Subvencionada	51	36
9 ^a	Ernesto Alves	Angelo Fanticelli	Subvencionada	55	32
10 ^a	Trajano	Arthur Bogoni	Subvencionada	31	22
11 ^a	Trajano	Orozimbo Zanetti	Subvencionada	52	37
12 ^a	Paranaguá	Guido Andreoni	Subvencionada	33	21
13	Candida	Marcelo Fianco	Subvencionada	27	20
14 ^a	2 de Julho	Pascoal Meneguzzi	Subvencionada	33	26
15 ^a	10 de Julho	Inez Mondadori	Subvencionada	51	36
16 ^a	Fagundes Varela	Carolina Pansera	Subvencionada	55	44
17 ^a	2 de Julho	Marcos Battistin	Subvencionada	31	24
18 ^a	10 de Julho	Amabilia Deluchi	Subvencionada	32	19
19 ^a	Silva Tavares	Antonio Tondello	Subvencionada	43	23
1 ^a	Vila (mista)	Normelia Saraiva	Municipal	25	21
1 ^a	Vila (masculina)	João Evangelista A. Saraiva	Estadual	79	56
1 ^a	Castro Alves	Carlos Mantovani	Estadual	57	39
	Vila	Irmãs de São José	Particular	266	197

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório da Intendência - 1915 (AHMAP)



Por meio do Quadro anterior é possível verificar que 1205 eram as matrículas e a frequência média dos alunos correspondia a 858, obtendo desta forma 71,20% de frequência dos alunos, o que é um número bastante alto de presença e que possivelmente foi aumentando conforme os anos, já que em 1918¹⁹⁹ a frequência média já correspondia a 78,59%. Refletindo sobre o motivo das faltas, Panozzo (1996, p. 67) explica que em Nova Roma “os alunos faltavam muito às aulas principalmente na sementeira e na colheita”, esses motivos de “trabalho” e “trabalho na roça” constam em registros dos livros de frequência, apesar de não impactar efetivamente na média de frequência de algum mês específico. Porém existiam outras razões, caso de “doença” também aparece frequentemente nos livros, e em uma das visitas do inspetor²⁰⁰, a falta dos alunos é apresentada como normal devido ao dia anterior ter festa religiosa na Capela.


Pelo “problema” do preenchimento ser em parte resolvido, as preocupações da Intendência²⁰¹ entre 1915 e 1917 foram as inspeções das aulas e a discussão de alguns pontos a serem instaurados na escolarização pública, como é o caso de prêmios em dinheiro aos professores que salientassem a disciplina, educação moral e cívica, que seria dado por meio da verificação na inspeção escolar e resultado dos exames finais, a ideia partiria do mesmo modelo já aplicado em outros municípios gaúchos. Há discursos da Intendência sobre a necessidade de criar um regulamento “simples e prático” para as aulas, intenção não concretizada, ao menos ao longo do período investigado. A discussão dessas duas questões nesse período deve ser analisada de forma racional e estabelecidas relações com outros discursos (CHARTIER, 2002a), o que nos leva ao mesmo ponto de objetivo aplicado com o Decreto de 1912, uma padronização, controle e a utilização da escolarização para o repasse de normas e valores.

No ano de 1919, o município contava com 21 aulas municipais subvencionadas que correspondia a matrícula de 724 alunos, mais duas aulas estaduais com 139 alunos e o Colégio das Irmãs de São José com 225 alunos. Quando findo a minha investigação no final do ano de 1920, o local possuía 2 aulas estaduais, 26 aulas subvencionadas, o Colégio das Irmãs de São José e o Colégio dos Irmãos Maristas, este último emergiu por meio de uma preocupação latente advinda de anos anteriores tanto por parte da Intendência como pela comunidade que era a criação de um Colégio para meninos na sede.

¹⁹⁹AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 12 de outubro de 1918 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1919. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’A Federação. 1919.

²⁰⁰Id. Livro Atas e visitas 02.03.1914-13.11.1944. Visita em 14.06.1919.

²⁰¹Id. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 09 de novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Casa de Correção, 1916.



Para fins de conhecimento em 1922, Antônio Prado foi um dos locais do Estado que apresentava mais elevado coeficiente de matrículas escolares relativas à população, com a marca de 100 a 150 alunos a cada 1000 habitantes²⁰², porém o histórico deixado nas décadas anteriores da falta de aporte escolar resultou em adultos com déficit de alfabetização, surgindo iniciativas para o ensino destes, além da expansão do ensino primário das crianças ser enfatizada e apresentar menor sinuosidade e uma permanência do recorte de 1920 em diante, ademais em 1926 também seria criado o grupo escolar Prof. Ulisses Cabral.

Porém, é necessário retornar brevemente para pontuar algumas informações desse período. Permanecia ainda a prática de transferências de professores, exonerações, mudança na localização das aulas e ausência das mesmas por um período. Apesar de todo o movimento e do Decreto da expansão da escolarização e subsídios sendo aumentados ao longo dos anos, é possível observar essas rupturas em alguns períodos pelos relatórios produzidos, como é o caso do Relatório do Estado²⁰³ em 1916, onde é exposto que entre 1915 e 1916 nada menos que 9 aulas das 12 estavam vagas no município.

A expansão, indubitavelmente, é um fato marcante e não podemos deixar de pontuá-la, porém a sinuosidade no deslocamento de aulas e professores ainda permanece. A exemplo, no período que se refere de 1916 a 1920, há deslocamento do professor da 2ª para 15ª aula, bem como duas vezes da 15ª para a 12ª e a própria localização da 2ª aula foi alterada. Ainda, é possível verificar nesse período 8 transferências de professores e 5 deslocamentos de aulas, isto para a análise de 4 anos de ensino de ensino público, motivo pelo qual enfatizo essa sinuosidade, que se verificada pelos discursos da Intendência, encontra-se em perfeita harmonia a contar pela expansão das aulas, porém torna-se necessário pontuar que além da expansão, existia essa característica latente que emerge com a leitura dos documentos e estudo das entrelinhas do processo de escolarização.

Ainda, para concluir este capítulo, estabeleci a quantidade de aulas ao longo do período. Alerto que apesar de estabelecer um quadro com os anos, existem demasiadas variações nas quantidades de escolas dentro de um mesmo ano, pois há uma instabilidade na sua permanência, conforme já pontuado, o que não invalida a percepção da ampliação da rede de escolas dentro do período temporal investigado. Separei as metas de criação e manutenção

²⁰²Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros na 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura, em 20 de setembro de 1922. p. 5

²⁰³Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice Presidente em Exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios de Interior e Exterior, em 1916. p. 329. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/192414>. Acesso em 07 jun. 2020.



das escolas das que foram realmente preenchidas, pois Antônio Prado possui a característica de ao longo do período estudado ter uma quantidade de aulas inferior ao proposto, desta forma para não distorcer as informações e trazer clareza ao que propriamente foi planejado e estabelecido, apresento essa diferenciação na Tabela a seguir.

Tabela 8 - Quantidade de escolas públicas no período 1899-1920²⁰⁴

Ano	Metas de escolas	Escolas preenchidas
1899	4 (N)	3 (N)
1900	9 (N)	5 (N)
1903	11 (N)	9 (N)
1904	11 (N)	3 (N)
1910	6 (M)	3 (M)
1911	11 (N)	4 (N)
1912	7 (N)	4 (M)
1914	2 (E) + 19 (S) + 1 (M) = 22	2 (E) + 12 (S) + 1 (M) = 15
1915	3 (E) + 20 (S) = 23	2 (E) + 19 (S) + 1 (M) = 22
1918	3 (E) + 22 (S) = 25	3 (E) + 22 (S) = 25
1920	2 (E) + 24 (S) = 26	2 (E) + 24 (S) = 26

Fonte: Elaborada pela autora (2019) com base nos documentos pesquisados ao longo da investigação e relatórios da Intendência.

Para analisar o mapa, as siglas se referem respectivamente às aulas estaduais (E); aulas municipais (M); aulas subvencionadas (S); e não é informado/não foi localizado o tipo de aula, apenas a quantidade (N). É possível verificar em alguns momentos como o caso do ano de 1903 que as escolas chegaram perto da meta de preenchimento estabelecida, ocorrida em virtude do Decreto nº 590 de 31 de janeiro de 1903²⁰⁵. Os preenchimentos do local ocorriam por dois motivos até 1912, por meio de Decretos estaduais que determinavam o número de escolas a funcionar que eram sucedidos por meio do concurso para o provimento de cargos.

Após esta data, em virtude do Decreto nº 1895 de 23 de dezembro de 1912 verifica-se que o provimento passou a ser por meio de nomeações que a própria municipalidade realizava de forma direta e rápida por meio de uma “comissão avaliadora” e exame do candidato, o que além de liberar recursos, acelerou o processo de contratação de professores oriundos da própria localidade, orientação que é pautada no Art. 2 do Decreto supracitado.

²⁰⁴ Observa-se que na própria documentação produzida pela Intendência há divergências na tipologia das escolas, desta maneira foi possível estabelecer a quantidade, mas existem documentos que divergem quanto à tipologia. Mesmo assim, optou-se pela sua produção e exposição para compreender melhor as dinâmicas da escolarização no período no que se refere às metas e aos preenchimentos.

²⁰⁵ Decreto nº 590, de 31 de janeiro de 1903. Fixa o quanto de subvenção concedida no corrente exercício. *In*: A FEDERAÇÃO. Organ do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 32, p.1, 06 fev. 1903.

Retornando às metas de preenchimento, é possível verificar a inconstância no caso de 1903, já que no ano seguinte há uma diminuição em 3 vezes do número de aulas. Outra informação também é fundamental para entender a dinâmica estabelecida, se para a Intendência a meta era de 11 professores municipais, a exemplo do ano de 1911, neste ano - e nos outros anos, pois a prática permanecia até o aumento das verbas, os 4 professores efetivos trabalhavam além do número de 4 aulas, desta forma eles “supriam” a necessidade das 11 aulas trabalhando em outras ainda vagas e por este motivo recebiam gratificações.

Apondo também que a Intendência dava gratificação ao Colégio das Irmãs de São José por meio dos recursos municipais, explicando que “tem remediado em parte a lacuna existente no ensino”²⁰⁶, o valor dessa gratificação variava conforme o ano, mas pensando no magistério, o dinheiro dado às Irmãs mantinha em alguns casos de três a doze meses o trabalho de um professor municipal, mas essa prática foi habitual em outros locais, “na zona colonial esse auxílio tem sido concedido a muitas aulas particulares, já estabelecidas e conceituadas, contando alguns anos de existência”²⁰⁷, conforme publicado em jornais da época.

Neste subcapítulo podemos compreender como se desenvolveu o ensino público da localidade de Antônio Prado e subvenções dadas pelo Governo Estadual. No próximo subcapítulo busco compreender se o ensino era para todos, exploro a questão de possíveis diferenças escolares entre nacionalidades e as diferentes modalidades de escolarização.

3.4 DIFERENÇAS NA ESCOLARIZAÇÃO: NACIONALIDADES E MODALIDADES

Neste subcapítulo busco analisar as diferenças de escolarização entre as nacionalidades presentes no quadro populacional do local e as modalidades escolares desenvolvidas no período com exceção do ensino público, pois ele foi discutido no subcapítulo anterior, entre as modalidades, exploro a educação familiar, particular, subvencionada pelo governo italiano e as escolas de cunho religioso que emergiram.

Compreendo que não é possível adentrar na discussão sem antes pontuar de forma breve alguns conceitos que irão emergir como é o caso de “identidade”, “etnicidade” e “italianidade”. Hall (2006, p. 8) destaca que conceituar identidade é “demasiadamente complexo”, visto que a identidade seria dinâmica e formada pelo coletivo, assumo esta

²⁰⁶AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 12 de outubro de 1918 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1919. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’A Federação. 1919.

²⁰⁷A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 30, n. 246, p. 1, 23 out. 1913.

concepção, por isso utilizo o termo “nacionalidade” quando falo da proveniência do sujeito²⁰⁸, e “identidade” para uma significação cultural que envolverá o conceito de representação do grupo (SILVA, 2000; CHARTIER, 1991b).

É possível pensar que a formação das identidades em Antônio Prado, conforme pontuado por Pazuch (2015, p. 125) não partiu de “uma transposição dos costumes [entre dois países], mas [através do] surgimento de uma nova identidade cultural formada pela geografia local e o transcorrer do tempo”, já que ela seria moldada neste espaço, propiciada pela instabilidade identitária do sujeito estar ausente do local de proveniência (SILVA, 2000) e construída pelos (novos) laços de sociabilidade (CHARTIER, 1991b), permanecendo “em processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2006, p. 38).

E entre as identidades, “a identidade étnica é a que responde de modo mais completo a essas necessidades porque o grupo étnico representa por excelência o ‘refúgio’ de onde não podemos ser rejeitados e onde jamais estamos sós” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 90). Os mesmos autores explicam que investigar a etnicidade é elencar o repertório de identidades que se encontram em condições pluriétnicas, o que remete ao conceito de “identidade étnica”. De acordo com critérios de inclusão e exclusão, o sujeito irá pertencer ou não, ao grupo (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998), todavia não é possível vê-la de forma fixa e classificatória, é preciso compreender que essa identidade é constituída e mantida de forma dinâmica.

O sentimento do pertencimento étnico emerge com “processo identitário étnico” e também a representação deste, como é o caso da “italianidade” por parte dos imigrantes italianos, porém é necessário ter ciência que “a consciência do pertencimento do eu a um grupo deriva do sentimento de pertencer simultaneamente a vários meios [...]” (MENIN; RELA, 2015, p. 901), o que traz novamente à tona a questão do social e da dinâmica. A identidade não estaria atrelada ao nascimento, apesar do lugar onde nascemos se constituir como uma fonte de identidade cultural (HALL, 2006).

Um exemplo sobre os conceitos discutidos são os sujeitos de Antônio Prado oriundos de diversas províncias como “lombardos”, “vênetos”, “trentinos”, que possuíam diferenças, mas que após o processo de migração e estabelecimento alguns se identificavam coletivamente em um sentimento de “italianidade”, derivado de uma representação comum ao território de proveniência - Itália, e que foi constituída com um propósito a fim de ligá-los neste meio e não emergiu do local, nem era fixa, desta forma, “não importa quão diferentes

²⁰⁸A exemplo das diferenças de escolarização entre nacionalidades, quando investigo poloneses, italianos, brasileiros, ou seja, sujeitos com diversas proveniências.

possam ser [...] uma cultura nacional busca unifica-los numa identidade cultural, para representa-los todos como pertencendo à mesma e grande família.” (HALL, 2006, p. 59), italianos em questão, apesar de sabermos que esta é uma representação, pois de fato adentraríamos em questões como o hibridismo cultural.

O estudo de uma população predominantemente formada por imigrantes consequentemente envolverá a questão das identidades, e no caso de escolarização, a emergência de escolas étnicas e a escolarização entre as diversas nacionalidades²⁰⁹ “italianos”, “poloneses” e “brasileiros”, o que nesta investigação trouxe muitas lacunas, mas também possibilitou encontrar vestígios interessantes sobre o processo. Sobre esta busca, é possível inferir que a ênfase na imigração e as dinâmicas de caráter educativo que acompanharam esse processo migratório se tornam um terreno fértil de investigação (BARAUSSE, 2019b) e não devem ser deixadas de lado em uma pesquisa com este objeto de estudo.

Tendo em vista esses pontos e pensando acerca das nacionalidades encontradas na localidade, à medida em que cada uma possui a sua especificidade, conforme verificado na “taxa de alfabetização”, o número de poloneses com analfabetismo em Antônio Prado era alto, e apesar de termos visto os fatores que podem ter levado a esse índice, o que chama a atenção é o aumento em três vezes da alfabetização nos polono-brasileiros, o que indica um movimento para a escolarização dos filhos de imigrantes.

Verificando o território e a disposição das aulas, existe na maior parte do tempo uma única aula pública localizada no entorno de Nova Roma, que não seria suficiente para o aumento da alfabetização nestas crianças. Em nenhuma fonte consultada do município é citada uma preocupação ou possibilidade de acesso de poloneses à escolarização – ou de qualquer outra nacionalidade, do ponto de vista político não há essa diferenciação, e quanto ao território, pensando em poloneses estabelecidos há inclusive a constante preocupação de manter ao menos uma aula na região que circunda Nova Roma.

Entretanto, sabe-se que apesar da falta de incentivos das autoridades competentes brasileiras, há um movimento de fundação de duas escolas étnicas polonesas por meio do Frei Honorato Jedlinksi (D’APREMONT; GILLONARY, 1976), porém os mesmos autores não deixam claro se os incentivos foram liberados e utilizados, mas compreendendo e inferindo que após a análise da “taxa de alfabetização”, principalmente com o incremento da

²⁰⁹Penso em “nacionalidades” conforme explica Hall (2006), utilizando-o de forma metafórica para a discussão a fim de identificar onde o sujeito nasceu, porém assim como o autor enfatiza, compreendo que o pertencimento e a identidade nacional não está atrelada ao nascimento.

alfabetização nos filhos de poloneses alguma forma, particular ou subsidiada pelos religiosos a exemplo, foi desenvolvida, deste modo, os indícios levam a crer em um processo de escolarização que foi criado e desenvolvido por e/ou para essa nacionalidade.

Quanto aos italianos, existem mais indícios, conforme explorado no subcapítulo das primeiras iniciativas de escolarização. Há registros de uma escola étnica em 1891 e uma em 1894 (BARAUSSE, 2017) após um ano. Ministero (1895) traz a informação de duas escolas étnicas subvencionadas pelo governo italiano em Antônio Prado, as quais contavam com 82 alunos.

Alguns anos depois, Petrocchi (1904) explica que várias eram as escolas públicas do local, mas elas não conseguiam cobrir a necessidade da população que se encontrava espalhada pelo território, apesar disso “é possível contar com **um par de modestas escolas italianas**, abertas nas linhas [...]” (1904, p. 16, tradução nossa, grifo nosso). Entre escolas italianas surgidas de forma particular isolada e escolas subsidiadas pelo governo italiano

Sabemos que as escolas italianas foram organizadas a partir da ausência de um sistema escolar público no Brasil, ou seja, como resposta a uma necessidade de famílias de imigrantes, de um lado. De outro, como decorrência das políticas italianas de acompanhamento dos seus emigrados (BARAUSSE E LUCHESE, 2019, p. 178).

Da investigação dos relatórios consulares fica latente o cuidado na manutenção da “italianidade” tanto pela língua utilizada no espaço escolar como pela cultura devido aos costumes incorporados e repassados de geração em geração, pontuado como “tradição inventada” de Hobsbwan e Ranger (2008). Alguns elementos da “italianidade” atravessam toda a investigação e estão presentes nas mais diversas fontes, como é o caso do relato da ex-aluna Bibiana S. Piccoli (1989) que estudou em Nova Roma no início do século XX por meio da “fala dialetal”, ou mesmo em registros como uma fonte consular que indica que no Colégio das Irmãs “se ensina nos dois primeiros anos em italiano, porque outra coisa não compreendem; o último ano se ensina em português” (PESCIOLINI, 1914, p. 60, tradução nossa).

Porém em uma reflexão breve sobre as aulas públicas, a questão de ensinar em italiano era muitas vezes mascarada, a normativa era do ensino em português, mas se os alunos e o próprio professor (que após a expansão do ensino no local era em sua maioria um agricultor, imigrante ou filho de imigrante, da própria localidade) possuíam dificuldade com o idioma, a realidade seria o ensino em dialeto, contrário ao que indicava as normas brasileiras.

Os relatos consulares da existência de escolas com características étnicas seguem no período em Antônio Prado, acompanhados por De Veluttis (1908), explicando a existência de duas escolas italianas mantidas por colonos em Antônio Prado. Após dez anos, a reflexão de Pesciolini (1914) remete a Petrocchi (1904) quando explica que existem escolas públicas que dão alguns resultados e *algumas escolas italianas*.


Quanto às escolas particulares isoladas, os autores Ribeiro e Pozenato (2004 p. 149) explicam que no nordeste no Rio Grande do Sul “a escolarização inicia com escolas particulares isoladas, sob a regência de um colono mais instruído ou que tivesse tido alguma experiência escolar na Itália”, e que ensinava no dialeto, geralmente na própria casa, ainda o professor responsável ensinava “o que sabia e como podia” (ADAMI, 197-, p. 2] e que este foi o “primeiro estágio da organização escolar da região colonial italiana” (RIBEIRO; POZENATO, 2004, p. 149). Pensando em Antônio Prado, as aulas iniciaram dessa forma – particular, ainda no barracão dos imigrantes, o que possivelmente passou para as casas depois que foram construídas as capelas ao longo das Linhas do interior. Mas

As escolas particulares, mesmo não recebendo subvenções do governo italiano, foram objeto de atenção dos agentes consulares. A escola era vista, pelos representantes do governo italiano, como uma instituição capaz de manter, por meio do ensino da língua (italiano ou fala dialetal), o amor e os vínculos com a pátria-mãe (RIBEIRO; POZENATO, 2004, p. 151).

Sem dúvida, a manutenção da “italianidade” era imprescindível aos olhos do governo italiano para que os imigrantes e filhos mantivessem o elo com a Pátria. Quanto às escolas subsidiadas pelo governo italiano, Ministero (1895) expõe que a Itália auxiliava 53 professores em 54 escolas étnicas no Estado do Rio Grande do Sul – lembrando que ao menos **duas escolas** se encontravam em Antônio Prado.

O Governo enviava materiais escolares através dos agentes para distribuição gratuita aos alunos mais necessitados, sendo estas escolas visitadas pelos agentes frequentemente e pelas sociedades italianas do local. Em virtude dessas visitas e dos relatórios produzidos, a recuperação dos vestígios expostos foi possível. As escolas eram subsidiadas pelo Governo somente se estivessem abertas há mais de um ano, ensinassem a língua italiana, enviassem periodicamente relatórios e mantivessem uma alta frequência de alunos.

Do conceito “escolas italianas”, Ribeiro e Pozenato (2004) explicam que tanto pertenciam aulas subvencionadas pelo governo italiano quanto às mantidas por associações italianas de mútuo socorro ou por agentes consulares. Lembremos que em 1911 a Sociedade de Mútuo Socorro foi criada na sede de Antônio Prado e que eram ministradas aulas em




italiano para os filhos dos associados. Os mesmos autores explicam que, em geral, as aulas apoiadas pelo governo italiano eram instaladas mais próximas à sede, cabendo o ensino rural aos próprios colonos, o que corrobora a reflexão de Pesciolini (1914) sobre a disposição dessas modalidades no território de Antônio Prado.

Deslocando-me à “educação familiar”²¹⁰, mesmo investigando o processo formal de ensino, verifico que em Antônio Prado a ausência principalmente nos primeiros anos da colônia de um local específico e de indivíduos que executassem a função de professor fez com que houvesse a necessidade de um repasse de saberes e conhecimentos escolares que foi realizada (ou havia a possibilidade de ser realizada somente) pelo núcleo familiar da criança, porém vemos apenas indícios desse processo em virtude da falta de documentos que o registrassem, como o caso de trechos de entrevistas em que moradores mais antigos afirmam que “nos primeiros tempos não havia escola. Muitos aprendiam alguma coisa de noite com alguém que sabia um pouco mais” (TURCHETTO; SARTORI; ZORASKI; CADONÁ, 198-).

O certo é que a responsabilidade de assumir o papel como professor pelo componente familiar ocorreu devido à ausência dos meios de aprendizagem, conforme já apontado, embasado também por trechos localizados como: “nas famílias nas quais o pai não se dispõe, de noite, ou no inverno, a ensinar a ler os filhos, estes crescem analfabetos” (PESCIOLINI, 1914, p. 60, tradução nossa), logo, apesar de não existir uma predominância dessa prática, certamente muitas famílias a realizavam para que seus filhos pudessem ter algum nível de instrução, o que também converge com o resultado da “taxa de alfabetização” já que apesar da ausência de escolas públicas, foi confirmada uma manutenção na instrução de pais e filhos, o que indica algum meio formal desse repasse. Ainda, sobre esta questão é possível refletir que apesar de ligada ao núcleo familiar, trata-se de um processo de incorporação de saberes relacionados à escola e por isso aqui discutido. Também cabe destacar que ao deslocar as crianças da “educação familiar” para a educação institucionalizadas, haveria um afastamento da cultura familiar e o surgimento das culturas escolares (JULIA, 2001).

No que tange aos brasileiros, é possível verificar por meio dos livros de frequência que as crianças estiveram presentes principalmente em escolas públicas, mas desde o primeiro registro em 1890, eles se encontram presentes em escolas particulares, porém a sua presença também corresponde principalmente às aulas da sede, o que corrobora com a minha conclusão que os brasileiros trabalhavam em locais públicos relativos à municipalidade,

²¹⁰Utilizo o termo “educação familiar” nessa discussão, exclusivamente quando me refiro aos ensinamentos de escrita e leitura repassados pelo núcleo familiar, compreendendo que o mesmo, pode também, por demais autores, referir-se à transmissão de valores, princípios, comportamentos para a formação do cidadão.



permanecendo assim estabelecidos principalmente na área urbana. Dos vestígios levantados, pensando nas escolas subsidiadas pelo governo italiano, escolas particulares isoladas e educação familiar, podemos pensar na seguinte configuração:

Quadro 4 - Disposição das aulas no território de Antônio Prado²¹¹

Sede da localidade	>	Escolas subsidiadas pelo governo italiano e por Associações
Entorno da sede	>	Escolas particulares isoladas
Locais distantes da sede	>	Educação familiar ²¹²

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Para estas três modalidades à disposição, pelos relatos, levam a crer que os subsídios italianos se concentravam em aulas localizadas próximas à sede da localidade, com uma, duas escolas subsidiadas e após a Sociedade de Mútuo Socorro, que coincide com a conclusão de Kreutz (2000, p. 168) “as escolas dos imigrantes italianos apoiadas pelo governo italiano eram aquelas que se localizavam mais em região urbana e nas sedes das colônias”. Por outro lado, as aulas particulares sempre retratadas como “algumas” ou “um par” estariam espalhadas pelo território possivelmente na zona rural ao longo das Linhas, em especial na sede das Capelas e quanto mais distantes, por falta das outras modalidades, a única forma de escolarização seria a “educação familiar”.

A análise destes relatos nos traz uma riqueza de informações acerca das modalidades de escolarização. A localidade caracteriza-se por possuir escolas étnicas italianas e polonesas já em 1891, 1894 e 1895, sendo que ao menos duas escolas étnicas foram subsidiadas pelo governo italiano, ao passo que nos anos seguintes de 1904 e 1908 existem relatos da presença de “escolas italianas”, referindo-se às escolas particulares isoladas criadas por imigrantes para os seus filhos, mas com características étnicas.

Em 1914, além da presença das escolas particulares é relatada a prática da escolarização familiar (PESCIOLINI, 1914), possivelmente presente ainda no início da colônia em 1886, mas citada apenas em 1914 e compreensível existir lacunas por se caracterizar como uma prática ocorrida dentro do núcleo familiar. Da análise destas modalidades, reforço que a investigação recaiu especialmente sobre as escolas italianas em

²¹¹Mesmo diferenciando por modalidades esta discussão, principalmente pensando na educação particular e familiar, exponho que existe uma complexidade de iniciativas que permitiriam aprofundar as formas de organização e compreender se estão atreladas. Exponho as possibilidades, mas me atenho ao que os documentos localizados e o *corpus* construído permitiram para esta discussão.

²¹²Reforço a utilização do conceito “educação familiar” pensando na educação (ensinamento de leitura e escrita) repassada pelo núcleo familiar aos filhos.

virtude de a localidade possuir quase 90% da população - conforme “taxa de alfabetização”, como italianos ou filhos de italianos.

Apesar de pensar em outras modalidades, compreende-se que as escolas públicas de caráter municipal e estadual também emergiam, os autores Rech e Luchese (2018) explicam que a passagem de escolas isoladas particulares para a escola subvencionada pelo governo local foi um processo bastante comum e característico do início do século XX no Rio Grande do Sul. Assim, as três modalidades discutidas deveriam suprir a necessidade de escolas públicas, como foi exposto, e conforme surgem e são ampliadas as aulas públicas, é possível notar o gradativo desaparecimento das primeiras.


Ainda refletindo sobre as modalidades, pensando em outras formas de escolas no período, estão presentes as escolas de cunho religioso, pertencentes nesse local a partir de 1900 pelas Irmãs de São José e no ano de 1920 pelos Irmãos Maristas. Porém, vale o alerta que essas escolas “não são lugares ‘profissionais’, nem ‘religiosos’, mas lugares no âmbito dos quais a religião (entre outras coisas) é escolarizada. O ensino [...] [religioso] não se reduz ao catecismo e, sobretudo, este catecismo é escolarmente transmitido, submetido à lógica escolar da transmissão dos saberes” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 28).

Mas esta questão levanta alguns pontos conflituosos, já que se pensarmos nas escolas públicas, a indicação era de um ensino primário laico e gratuito (JACQUES, 2015), advindo da separação Igreja-Estado com a Constituição de 1891, então penso nas relações que se estabeleceram como é o caso do Intendente que visita e participa das atividades de final de ano do Colégio das Irmãs de São José²¹³, prática comum não só nesse local como pontuado por Luchese (2008).

O ideal revolucionário de uma escola para a legitimação ideológica de um novo tempo encontrava pontos de divergência como a vinculação histórica da qual a Igreja representava (GIOLO, 1997) e aos ideais que ela assumia, como questões advindas de séculos anteriores do pensamento moderno. Mas apesar de questões conflitantes entre a Igreja e a Estado, “as razões de aproximação foram muito mais decisivas do que os motivos de distanciamento” (GIOLO, 1997, p. 155).

Neste ponto, podemos compreender a relação possivelmente tênue, estabelecida entre a Intendência e as Irmãs de São José, já que tomando palavras de Giolo (1997), o “projeto educacional”, aqui sendo a expansão do ensino, se caracterizou como o elo de aproximação, já

²¹³ANTONIO PRADO: Collegio S. José – Encerramento do anno escolar – Exames nas aulas estadoaes e municipaes. A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 291, p. 2, 14 dez. 1912.




que as Irmãs trabalhavam suprindo a defasagem do ensino no local, o que invariavelmente contribuía com a proposta educacional da Intendência, que inclusive subsidiava o Colégio, e que possivelmente cerrava os olhos para o tipo de formação e princípios repassados, ligando Igreja e Estado.

Corsetti (1998) situa que a influência da Igreja, na época, solidificou sua força no Estado, e foi fundamental para atingir populações coloniais, mas deixa claro que este campo foi marcado de conflitos, principalmente no ensino primário - que era o foco no período de interesse do Estado. Desta forma, “Estado e Igreja, mesmo mantendo públicas suas diferenças filosóficas, ajustaram-se num projeto educacional de largo alcance” (GIOLO, 1997, p. 312), o mesmo autor explica que por meio da educação, cada qual divulgava seus princípios e contribuía na formação social que pretendia seguir.

As escolas regidas por religiosos em Antônio Prado são evidenciadas, principalmente por memorialistas como Barbosa (1980) e Costa (2007) como importantes formas de ensino, a sua apresentação representa por vezes maior importância a elas do que qualquer outra modalidade. O que possibilita uma visão da realidade social (CHARTIER, 2002a), do que estes sujeitos compreendem e quais as suas prioridades, mas tratando-se de uma análise crítica é necessário pensar que esta e outras modalidades contribuíram cada qual à sua maneira com a escolarização, e mesmo os professores, que não é possível levantar os nomes, particulares de escolas isoladas são sujeitos que atuaram e merecem o crédito pela participação no processo de escolarização das crianças pradenses.

O capítulo como um todo introduziu ao trabalho o objeto principal proposto que foi o processo de escolarização, buscou compreender o contexto a nível regional, estadual e nacional, partindo à análise da taxa de alfabetização dos habitantes, neste entendeu-se que eram em sua maioria alfabetizados, tiveram contato com as primeiras formas de escolarização e os indícios sugerem que mobilizaram iniciativas para que seus filhos fossem alfabetizados, fato confirmado após a análise da emergência e das iniciativas de escolarização, majoritariamente desenvolvidas pelos próximos habitantes, seguiu-se a discussão das políticas públicas desenvolvidas que foram fundamentais para entender a dinâmica, o estabelecimento e a sinuosidade que a escolarização pública de Antônio Prado passou até meados de 1920 e por fim, neste último subcapítulo, deixando de lado a educação de forma pública, foram verificadas as diferenças de escolarização entre as nacionalidades e as modalidades escolares em que percebeu-se que existem especificidades que devem ser consideradas e que os elementos estão atrelados uns aos outros, como foi o caso da escolarização “não pública” em que modalidades foram desenvolvidas para suprir o aporte público.





No próximo capítulo, minha ênfase recai nos sujeitos escolares do local, olhando-os de uma perspectiva social, busco compreender quem eles são, as suas relações com a comunidade, os tempos e espaços que ocupam, as culturas que se estabelecem, as práticas que realizam, os saberes escolares e as representações que emergem.





4 A ESCOLARIZAÇÃO E OS SUJEITOS

Neste capítulo, com base no conjunto de dados sistematizados²¹⁴, serão analisados os sujeitos escolares, considerando como tais os que “vivenciaram cotidianamente o processo de escolarização [...] compreendidos aqui como os que construíram e, ao mesmo tempo, foram constituídos pelos fazeres e práticas escolares” (LUCHESE, 2008, p. 340), e que “dão vida a essa dinâmica” (BELUSSO, 2016, p. 77). A mesma autora define que sujeitos como o professor e o aluno podem ser considerados privilegiados no processo de ensino, porém todos os indivíduos que participaram das atividades devem ser considerados como tal, desta forma considere neste estudo os alunos, professores, inspetores, pais e autoridades que estavam inseridos nesse meio e participaram de forma direta ou indireta da escolarização, sendo chamados de “sujeitos escolares”.

Quando falamos em sujeitos escolares, é oportuno ressaltar que o seu estudo está diretamente ligado ao meio social, haja vista que são das relações entre os sujeitos, ou seja, da socialização entre eles, conforme pontuado por Faria Filho (2002) quando conceitua o termo “processo de escolarização” que este é estabelecido, vistos aqui a partir de uma construção coletiva (HALL, 2006) por um processo dinâmico envolvendo toda a vida escolar (VIÑAO FRAGO, 1995).

Porém, há de se ter em mente que ao mapear os “sujeitos escolares” é necessária certa cautela, se os categorizasse apenas por alunos, professores, inspetores, pais e autoridades e os investigasse dessa forma neste capítulo, estaria reduzindo a questão dos diferentes saberes e lugares em que cada um está vinculado, bem como as questões que emergem deles como práticas e representações. Desta forma, devido à complexidade procurei na maior parte das vezes agrupá-los pelas modalidades e/ou vestígios encontrados que remetam ao espaço, período que atuavam para então poder analisá-los.

Início duas listas dos nomes e idades de alunos, a primeira referente a uma escola particular, “improvisada” no barracão dos imigrantes da colônia, e a outra de uma lista de matrículas de alunos de uma escola pública do então município de Antônio Prado. O documento a seguir já foi citado e referenciado em trabalhos como o de Barbosa (1980) e Pazuch (2015) por ser uma das primeiras menções aos alunos de Antônio Prado, e que cito neste mesmo trabalho nos capítulos anteriores, mas que agora será visto sob o ponto de vista

²¹⁴Explico que o conjunto se refere às informações a partir dos documentos localizados, mas podem existir outras análises, tanto nesta fonte - pelas possibilidades desdobradas das culturas escolares, quanto em outras fontes de pesquisa. Logo, a discussão é pautada nas evidências que surgiram do *corpus* coletado.



dos sujeitos, já que como a história cultural propõe aos pesquisadores o olhar sobre os documentos deve ser encarado de diferentes perspectivas (BURKE, 1992; CERTEAU, 1982). O documento a seguir se refere à relação dos alunos da aula do professor Sérgio Inácio de Oliveira, na aula da sede em 1890.

Quadro 5 - Alunos do professor Sérgio Inácio de Oliveira - 1890

NOME	IDADE	FILIAÇÃO
Reginato Paolo	12	Reginato Antonio
Reginato Giovanni	10	Reginato Antonio
Reginato Pietro	9	Reginato Antonio
Reginato Ludovico	8	Reginato Antonio
Reginato Luigi	7	Reginato Antonio
Baldini Giovanni	12	Baldini Luigi
Mazziero Umberto	11	Mazziero Alessandre
Zoletti Giovanni	9	Zoletti Biaggio
Manoel Antonio de Oliveira	12	João Antonio de Oliveira
Santi Luigi	10	Santi Valentin
Santi Francesco	11	Santi Valentin
Slonghi Angelo	10	Slonghi Bortolo
Marcanzzone Luigi	11	Marcanzzone Gio Battista
Marcanzzone Santo	9	Marcanzzone Gio Battista
Giuseppe Antonio	13	Giovanni Rizzardo
Inuminato Prativiera	9	Prativiera Giovanni
Giacomo Forttunati	9	Giacomo Fortunatti
Agostine Fortunatti	8	Giacomo Fortunatti
Bove Luigi	9	Bove Giovanni
Bove Florindo	7	Bove Giovanni
Marroco Angelo	12	Marroco Domenico
Mondador Romolo	10	Mondador Emilio
Manoel Virgilio	11	Francisco Bueno
Manoel Enrico	12	Sérgio Ignácio de Oliveira
Ferdinando Giovanni	9	Ferdinando Mazziero
Ferdinando Ermenegildo	8	Ferdinando Mazziero
Zanardi Caetano	9	Zanardi Pietro
Emilio Prometteu	8	Bogui Prometteu
João Paim de Andrade	11	Diogo Paim de Andrade
Demetrio Paim de Andrade	9	Diogo Paim de Andrade
Antonio Paim de Andrade	8	Diogo Paim de Andrade
Alfredo Paim de Andrade	6	Diogo Paim de Andrade
Reginato Neno	7	Reginato Alessandre
Oralino Costa	8	Manoel Costa
Canova Ambrogio	9	Canova Giuseppe

De Boni Antonio	10	De Boni Giovanni
De Boni Oreste	8	De Boni Giovanni
Vittorio Prataviera	8	Zanella Prataviera
Roa Antonio	9	Roa Giuseppe
Jesuino de Oliveira	12	João A. de Oliveira
Caetano Bueno	9	Francisco Bueno
Giorgi Alessandre	10	Giorgi Giuseppe
Langaro Alberto	10	Langaro Florindo
Bee Antonio	8	Bee Luigi
José Diniz	9	Manoel Diniz
Abel Diniz	8	Manoel Diniz
Zoletti Antonio	7	Zoletti Biaggio

Fonte: Transcrito pela autora (2020) com base no documento AHMJSA. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Relação de alunos do professor Sérgio Inácio de Oliveira]. Ofício de 20 ago. 1890.

Partindo para a análise da lista de alunos, é possível verificar que as idades são as mais diversas, porém correspondem de 7 a 13 anos. Sabe-se, por meio da instrução proveniente da Lei nº 771, de 04 de Maio de 1871²¹⁵, que o ensino obrigatório aos meninos da escola pública era de 7 a 15 anos e apesar de estarmos falando da Lei para as escolas públicas mantidas pelo governo, não era o caso dessa aula no momento da emissão do ofício, que era particular, possivelmente apoiada financeiramente pelos imigrantes e residentes do local, porém apesar disso é importante notar que as idades correspondem à faixa etária indicada para o ensino público.

É possível pensar também que nem todos estavam no mesmo nível de aprendizagem e mesmo assim se encontravam na mesma sala, esta era a forma predominante de ensino no período, porém explicita também a dinâmica interna criada com vários níveis de aprendizagem, limitados à sala, a qual seria por excelência o ambiente escolar (ARRIADA; TAMBARA, 2012), e que neste caso incluiria as tantas outras atividades concomitantes dentro do espaço “barracão” dos imigrantes, estabelecendo uma relação da educação com as funções cotidianas destes imigrantes. Outro ponto é a questão das famílias, alguns pais tinham mais de quatro filhos estudando na mesma turma, além do próprio professor ser pai de um dos alunos, estabelecendo uma cultura característica nesse espaço.

Há de se pensar também na relação entre os próprios sujeitos pela língua que falavam, em como se comunicavam e mesmo nos alunos, filhos de italianos ou crianças italianas, para compreender o português e produzir saberes através da nova língua, “certamente, o

²¹⁵Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Lei nº 771 de 4 de maio de 1871. Cria o Conselho Diretor da Instrução Pública. Porto Alegre, RS, 1871.

estranhamento diário, para as crianças, resultou em dificuldades, em resistências, em negociações culturais, mas também em aprendizagens significativas” (LUCHESE, 2008, p. 422), ou seja, é possível compreender nesse caso que tanto o professor como os alunos precisaram criar uma forma de diálogo e que apesar das dificuldades deve ter produzido conhecimento e aprendizado.

A análise do funcionamento interno da escola conforme discutido é importante de acordo com Julia (2001), mas eu diria que na impossibilidade de analisar com maior profundidade, cabe ao pesquisador ponderar as diversas possibilidades que se abrem do funcionamento do local, mesmo que somente como aqui apresentado por uma “simples” lista de alunos com o nome de cada, idade e filiação. O documento a seguir se refere ao mapa anual da 13ª escola pública do sexo masculino, e apesar de eu manter a terminologia de “mapa”, não deixa de ser uma lista escrita pelo professor João Tavares de Carvalho em 1912 sobre a 13ª aula da Estrada Júlio de Castilhos.

Quadro 6 - Mapa anual de 1912 da 13ª escola pública

NOME	IDADE	FILIAÇÃO	GRAU DE ADIANTAMENTO	DATA DA MATRÍCULA
Attilio Bellé	11	José Bellé	3º	02 maio 1910
João Bellé	9	José Bellé	2ª	05 maio 1910
Humberto Marin	12	Isidoro Marin	2º	02 maio 1910
José Marin	11	Isidoro Marin	1º	04 maio 1910
Ricardo Marin	9	Isidoro Marin	2º	01 junho 1910
João Carra	14	Humberto Carra	1º	06 maio 1910
Pedro Carra	11	Humberto Carra	2º	06 maio 1910
João Basso	15	Jordano Basso	2º	02 outubro 1911
Ernesto Carra	9	Dario Carra	1º	01 fevereiro 1912
Antonio Carra	9	Dário Carra	1º	01 fevereiro 1912
Olivio Carra	9	Humberto Carra	1º	01 fevereiro 1912
Ilegível	9	Pedro Vedana	2º	04 maio 1910
João Balena	12	José Balena	2º	06 maio 1910
José Balena Filho	11	José Balena	2º	05 maio 1910
José Daniel	14	Thomas Daniel	2º	04 maio 1910
Sétimo Daniel	12	Thomas Daniel	2º	13 março 1911
Virginio Saugo	10	Antonio Saugo	1º	05 maio 1910
Angelo Riso	13	Francisco Riso	3º	02 maio 1910
João Bergamo	9	Domingos Bergamo	1º	14 fevereiro 1911
Ernesto Bergamo	8	Domingos Bergamo	1º	01 setembro 1911
Angelo Balena	11	Pedro Balena	2º	02 maio 1910
Alexandre Balena	10	Pedro Balena	2º	02 maio 1910
Francisco Balena	9	Pedro Balena	1º	01 junho 1910
Isidoro Balena	14	Pedro Balena	2º	02 maio 1910

Luiz Balena Primo	12	Pedro Balena	2º	02 maio 1910
André Arthuso	13	José Arthuso	1º	02 junho 1910
Victorio Arthuso	8	José Arthuso	2º	13 fevereiro 1911
Jacinto Forlin	13	Antonio Forlin	3º	02 setembro 1912
José Forlin	11	Antonio Forlin	2º	02 setembro 1912
Antonio Samistraro	12	Augustinho Samistraro	3º	02 setembro 1912
Afonso Samistraro	11	Augustinho Samistraro	2º	02 setembro 1912
Luiz Samistraro	8	Augustinho Samistraro	2º	02 setembro 1912
Pedro Dal Maso	10	José Dal Maso	2ª	02 setembro 1912

Fonte: Adaptado pela autora (2020) com base no documento: AHMAP. Mapa anual em 05 de dezembro de 1912 dos alunos que frequentaram esta aula durante este ano escolar (13ª escola pública – Estrada Júlio de Castilhos – Professor: João Tavares de Carvalho)

Ao contrário do quadro anterior, este último nos traz uma listagem da 13ª aula pública, do interior de Antônio Prado em um período que sucede a expansão do ensino, ela é uma parte de um documento extenso onde existem outras informações como nacionalidade, frequência, eliminação (causa), aproveitamento, conduta e observações.

Na margem inferior do documento²¹⁶ após a identificação da aula consta a seguinte informação “dos quilômetros 9 a 13 do município de Antônio Prado”, pensando na localização desta aula, é possível inferir que os alunos moravam no seu entorno, o que explica a grande quantidade de irmãos nesta listagem, já que as famílias enviavam à mesma aula, possivelmente a mais próxima, todos os seus filhos, sendo que nesta 33 alunos são filhos de 16 pais.

O quadro mostra uma permanência desta aula, já que há registros de “entrada” dois anos antes, porém documentalmente a escola foi criada em 1907 e no acervo pesquisado as frequências constam desde 1908, mas o mais surpreendente é o confronto desta lista com a de alunos de 1908²¹⁷ da mesma aula do professor João Pereira da Rosa. Ao passar 4 anos e mudança de professor, nada menos que **18 dos 33 alunos** desta lista estudavam em 1908 e permaneciam presentes na aula de 1912, muitos deles são os que possuem maior idade na listagem do quadro e de toda a forma ainda se encontram no 1º ou 2º grau.

Levando em conta que as aulas não foram interrompidas, já que as listas são sucessivas e ininterruptas, emerge o indicador que um ano letivo não correspondia a um ano no grau de adiantamento, a não ser que os alunos fossem reprovados constantemente o que

²¹⁶AHMAP. Mapa anual em 05 de dezembro de 1912 dos alunos que frequentaram esta aula durante este ano escolar (13ª escola pública – Estrada Júlio de Castilhos – Professor: João Tavares de Carvalho)

²¹⁷ Id. Livro de matrículas e frequência da 13ª aula pública – Estrada Júlio de Castilhos -1908 e 1909.

não consta nas listas, ao contrário de modo subjetivo, compreende-se que todos possuem boa frequência e em 1912 são citados²¹⁸ em sua maioria com “bom” aproveitamento. A questão da permanência desses alunos deixa lacunas.

Sobre o grau de conhecimento, o quadro mostra de modo geral que na turma, poucos estavam no 3º grau sendo em sua maioria uma turma de 1º ou 2º grau, o que levaria a crer que esses alunos recém iniciaram os estudos, ledô engano conforme discutido, muitos estavam ali há anos, e infelizmente as listas de 1908 até 1910 não trazem o grau para comparativo e evolução ao longo do período. Outra questão relativa ao grau é que muitos que estavam no 1º ano eram mais velhos do que alunos que estavam no 2º ano, mesmo em alguns casos de irmãos que foram matriculados juntos, o que indica que o grau seria em virtude dos saberes que cada sujeito produziu e da avaliação do professor perante o indivíduo, não equivalendo novamente ao ano.

Quanto à data da matrícula constante é possível verificar que muitos deles estudavam em anos anteriores, então essa data a depender do sujeito não é correta, mas é explicada pela mudança de professor, já que de acordo com os registros de frequência João Pereira da Rosa assinou o livro até Abril de 1910 e João Tavares de Carvalho assinou a partir de Maio de 1910, o que corresponde exatamente as primeiras datas de registros de matrícula que são transcritas no quadro. Este fato mostra que no momento de ingresso do professor - apesar de utilizar o mesmo livro nesse ano e ter a ciência de alunos já frequentando, foi “como se” uma nova aula iniciasse, registrando os “novos” alunos, e é exatamente esse seu ponto de vista registrado na listagem.

Por fim, foi possível verificar que os sujeitos analisados em ambas as listas são diferentes em virtude da escola, do espaço, das relações, do período e do contexto envolvido, sendo que cada configuração é diferente na produção de saberes e de como o sujeito escolar se caracteriza. Tendo em vista a apresentação sucinta da discussão desses sujeitos, o próximo subcapítulo tratará das relações entre a comunidade e as aulas, a fim de explicitar que os sujeitos deste espaço investigado estiveram em constante diálogo com o processo de escolarização do local, mas não só, apesar destes sujeitos serem analisados como “sujeitos escolares”, eles também eram sujeitos sociais e diante das duas perspectivas proponho o entrelaçamento do próximo subcapítulo.

²¹⁸AHMAP. Mapa anual em 05 de dezembro de 1912 dos alunos que frequentaram esta aula durante este ano escolar (13ª escola pública – Estrada Júlio de Castilhos – Professor: João Tavares de Carvalho).

4.1 RELAÇÕES DA ESCOLA COM A COMUNIDADE LOCAL

Para refletir sobre a comunidade e os sujeitos escolares, inicio pensando sobre qual é a comunidade ao qual falo, segundo Elias (1994) citado por Timm (2013, p. 85) diversos podem ser os significados utilizados para o uso do termo comunidade, entre eles “vida em comum e sociedade de indivíduos”, porém Timm (2013) faz o alerta de que não é tão simplória a definição, a autora se debruçou sobre o estudo da relação entre a comunidade e a escola e propõe a reflexão de que a


[...] comunidade engloba sim a questão de ser considerado um lugar calmo onde pessoas comuns convivem, mas isso não significa que pensem e sejam iguais, pelo contrário, apresentam suas características e pensamentos distintos, discordam, enfim. A comunidade é permeada, também, por ideias diferentes, e nas colônias de imigração italiana não foi diferente [...] (TIMM, 2013, p. 84-85).

Pelos autores, concluo que apesar de existirem sujeitos que compartilham de um espaço em comum, ao qual chamamos de comunidade, esta não seria uniforme, já que cada sujeito é diferente do outro, mas também é necessário ponderar que apesar das diferenças de cada um, eles são constituídos coletivamente pelas suas singularidades. Tendo em vista a complexidade de relações que vivencia uma comunidade, parto da reflexão sobre as relações entre a comunidade e a escola.

As investigações que entrelaçam esses elementos propiciam a “discussão sobre a internalidade dos processos educativos na conformação do corpo social e dos corpos individuais de professores e alunos” (VIDAL, 2005b, p. 52) já que

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa [ou de uma rede de escolarização] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influências. (MAGALHÃES, 2007, p. 70).

Buscando o elo entre a comunidade e o processo de escolarização bem como a compreensão de como a comunidade impactou na configuração da escola, procuro iniciar pensando que até o momento neste estudo, os indícios mostram que os sujeitos da comunidade foram os primeiros agentes no processo de escolarização e não instâncias superiores que fizeram emergir o mesmo, fato também confirmado por Timm (2013) em outros locais. E pensando na emergência, a reflexão sobre a configuração organizacional dessas comunidades é necessária, sendo possível afirmar que os imigrantes “foram




organizados de forma a favorecer a vida comunitária” (TIMM, 2013, p. 53), fato também destacado por Kreutz (2004) em que explicita a visão da comunidade do interior sob o ponto de vista dos núcleos, aqui tratados como capelas. Desta forma, é do cotidiano dessas capelas que surgiria o diálogo da necessidade da instrução dos filhos, sendo que cada família se organizaria e ajudaria, doando terreno, material, mão de obra e materiais necessários ao desenvolvimento do ensino (TIMM, 2013), e em se tratando de Antônio Prado, vemos vestígios que corroboram com os autores em outros trabalhos como o de Grazziotin e Ferreira (1984) que concluem que através de entrevistas, a capela doava o terreno e a comunidade auxiliava no que fosse necessário para que as escolas se desenvolvessem.

Vidal e Faria Filho (2005) também dialogam na ideia de uma escola “inicial” que funcionava em locais improvisados como igrejas, casas, dando ênfase a este vínculo escola-comunidade, ambos também atentam para a questão que denominam “rede de escolarização doméstica” que nada mais é do que o ensino por meio de uma escola particular, e eu diria também pela “educação familiar” ao qual já discuti, e finalizam explicando que algumas vezes esta rede era maior do que a rede pública estatal, que é o que as fontes indicam em Antônio Prado, ao menos até a expansão do ensino público, ligando assim a emergência das escolas com a comunidade.

Observando desta forma, podemos inferir que a escola se desenvolvia em conjunto com o meio social, bem como os elementos que dela compõem (VIDAL; FARIA FILHO, 2005). Parto então aos vestígios localizados, produzindo a discussão de duas formas, primeiro busco o levantamento de como a comunidade impactou no processo de escolarização de Antônio Prado, depois volto-me para os sujeitos escolares, dando ênfase aos professores da localidade, investigando as relações deles com o meio, tanto do ponto de vista por serem “sujeitos escolares” quanto “sujeitos sociais”.

Sabemos que a iniciativa e manutenção das escolas que iniciaram por meio da educação familiar e escolas particulares isoladas em Antônio Prado foram da própria comunidade como já tratado, ficando claro o impacto inicial da escolarização desses agentes, as ações realizadas por eles, nesses casos não foi documentada, mas através da emergência e permanência dessas escolas é possível inferir em como esses sujeitos, pais e professores estariam unidos em prol do ensino para as crianças desse local e que muito além de uma “neutralidade” ou uma “falta de importância ao ensino”, eles estiveram atuando efetivamente na concretude da escolarização do local.

Partindo à emergência das escolas públicas, é errônea a visão que as autoridades “decidiam” a instalação das aulas por si só, a comunidade local pedia e cobrava a sua



instalação, “eles faziam insistentes pedidos ao governo em favor de escolas públicas” (KREUTZ, 2000, p. 167), o mesmo autor explica que os motivos seriam para aprender o português, se adaptar e melhorar as relações com o contexto. Pazuch (2015, p. 150) explica que em Antônio Prado “as primeiras escolas rurais públicas surgiram por solicitação das próprias comunidades a partir de 1903”, alerta que não percebe, pela documentação encontrada essa mobilização tardia. O ano de 1903 foi retirado da obra de Barbosa (1980) em virtude da abertura de uma escola estadual, mas a mesma não era rural e sobre a datação, existiram inúmeros movimentos anteriores para criação das escolas, sendo um dos vestígios localizados em uma carta de 1899 com o requerimento da instalação de uma escola rural que confirma o interesse da comunidade, conforme transcrito abaixo:


Il. Im. Innocencio de Mattos Muller. Dmo. Intendente do Município de Antônio Prado. Nós abaixo assinados moradores da linha Amarello deste município, cientes que por intermédio de V. S. e Exmo. Governo deste Estado abrirá várias aulas públicas neste município, atrevemo-nos apresentar esta a V. S. pedindo que se dignei conhecer que também aqui nesta Linha precisa-se de uma aula a vista da quantia de filhos homens, de idade competente que nós temos, como que em seguida das nossas assinaturas mostramos. Portanto viemos rogar a V. S. que se dignei intervir com o Exmo. Governo do Estado onde nos serem auxiliados da grande obra benéfica que o nosso Dmo. Governo ousa conceder. Cientes que o alto patriotismo de N. S. não nos deixará por esquecidos antecipamos reconhecidas obrigações e nestes termos.²¹⁹

A carta termina com a assinatura dos pais com a quantidade de filhos, totalizando 58 possíveis alunos. Para os autores Ribeiro e Pozenato (2004), o interesse em escolas públicas seria relacionado a não precisar pagar o professor, motivo também sinalizado pela ex-aluna Bibiana Soldatelli Piccoli (1989), além da dificuldade de ter um professor para dar aulas nos locais isolados, ademais a escola representaria a rápida adaptação à cultura e relações de sociabilidade com outros grupos e mesmo com o poder público, porém isso não significava uma rejeição à pátria mãe conforme os mesmos autores pontuam, mas sim um “esforço de adaptação à nova realidade cultural” (RIBEIRO; POZENATO, 2004, p. 153).

Dos registros investigados, os indícios do requerimento de escolas e de professores por parte da comunidade permanecem mesmo após anos, verificado em uma troca de correspondências da Intendência, onde é exposto

Esta Intendência já obteve do Governo subvenção para cinco aulas municipais das quais 4 estão providas. Como são diversos os lugares em que os moradores reclamam professor, acho-me em dificuldade para satisfazer tão justa pretensão, atendendo à todos com igualdade. É portanto imprescindível que V. Ex. mande

²¹⁹AHMAP. Carta ao Intendente Innocencio de Mattos Miller em nome dos moradores da Linha Amarello. 12 set. 1899.



conceder-nos subvenção para mais cinco aulas, além da que já existe, pois só assim será possível atender a todas as reclamações [...]²²⁰

É possível notar de forma “indireta” por essa fonte oficial esses requerimentos, mesmo não havendo documentos localizados produzidos pelos sujeitos envolvidos da comunidade. O relato do Intendente expõe uma permanente atuação dos pais de alunos (possivelmente), para estas escolas e professores. Os mesmos indícios não se restringem a 1899, nem a 1912, ao final do período investigado também é possível verificar esta mesma questão. O exemplo a seguir é um trecho da carta do Intendente ao Secretario dos Negócios do Interior e Exterior

Atendendo ás continuas reclamações dos moradores das Linhas Carlos Leopoldo, Gustavo Vasa e Amarílio para que sejam criadas escolas naqueles lugares, onde existe uma considerável população escolar impossibilitada de receber os benefícios da instrução por falta absoluta de escola, resolvi criar três novas aulas [...]²²¹

Percebe-se novamente a “influência” da comunidade, cobrando pela instalação das escolas já em 1920. Indícios que nos levam a crer que ao longo de todo o período investigado, a comunidade exerceu seu papel no que tange à cobrança por uma escolarização pública da localidade. Por fim, cabe pontuar um último detalhe acerca destes pedidos expostos, a comunidade que requereu a escola na Linha Amarílio em 1899, também pediu a escola em 1920, conforme exposto, mostrando que os pedidos demoravam a ser realizados, e não seria uma outra escola, porque não existem vestígios da instalação de nenhuma escola, confirmando que a mesma não foi realizada de 1899 a 1920.

As iniciativas não eram somente provenientes de pedidos para a construção das escolas públicas, a comunidade também atuava de diferentes maneiras, as autoras Grazziotin e Ferreira (1984, p. 16) pontuam que “as próprias comunidades se interessavam pela organização e manutenção das suas escolas, para tanto faziam mutirões onde todos ajudavam com trabalho braçal, material ou mesmo dinheiro”. Foi o caso do Colégio dos Irmãos Maristas, conforme apontado por Casarotto (1988) em que a comunidade pediu a vinda destes para a instalação do Colégio e se reuniu em uma “comissão Pró-Colégio” doando o material e mão de obra para a construção do prédio.

Ainda de acordo com o autor, a “parte administrativa do Colégio ficaria a cargo: Prefeitura com verbas, Paróquia com auxílios e a Comissão com o resto dos encargos” (CASAROTTO, 1988, p. 16), vejamos a complexidade de relações estabelecidas para o

²²⁰AHMAP. Livro: Registro de correspondências da Intendência Municipal de Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913. Innocencio de Mattos Miller, n. 67, 16 ago. 1912.

²²¹Id. Carta endereçada ao Sr. Oswaldo Aranha, por Innocencio de Mattos Miller. 22 jan. 1920.



objetivo em comum que era a emergência desse Colégio na localidade, sujeitos de várias instâncias e toda a comunidade se reuniram para este propósito.

Por fim, um dos vestígios localizados que gostaria de expor foi encontrado no jornal *A Federação*. Ao analisar os relatórios dos inspetores estaduais sobre o ensino em Antônio Prado, o redator nos traz uma prática ocorrida em Nova Roma, “o professor, que já leciona há alguns anos na localidade, é muito conceituado e incansável no cumprimento do seu dever [...] para servir a uma população paupérrima vai dar **aulas noturnas gratuitamente**, a uma légua de distância do local da sua escola, a um grande número de **adultos**”²²².

Saliento a questão de um ensino para adultos, desenvolvido de forma particular e possivelmente solidária aos moradores, em um local provavelmente cedido por estes para que as aulas pudessem ser administradas, uma situação que demonstra a relação permanente entre comunidade-escola e consolida a figura do professor como um agente educativo da comunidade, ademais esta prática, executada de forma externa sob o viés da escola pública, ocorria em outros municípios conforme explicado por Possamai (2005), que levanta também a questão da falta de professores já que a atuação indica uma prévia falta de aporte escolar.

Sob outra perspectiva, volto à análise dos sujeitos escolares²²³. E não deixando de dar crédito aos professores que atuaram nesse local e período, elaborei dois quadros com base na documentação localizada ao longo pesquisa, porém tenho ciência de tantos que documentalmente não foram registrados ou foram apagados pelo tempo, desta forma, esta lista não é completa, existiram professores particulares e tantos pais e familiares que atuaram na transmissão dos saberes escolarizados e que não constam aqui, limito-me a registrar que ela foi realizada dentro do limite possível e da forma mais completa que me coube.

Quadro 7 - Relação dos professores de Antônio Prado 1890-1910

PROFESSOR (A)	ANOS QUE HÁ REGISTRO DO PROFESSOR ATUANDO	LOCAL
Sérgio Ignácio de Oliveira	1890	Sede
Genoveva Scotti	1890-1913	Sede
Florêncio José da Silva	1899, 1903, 1905	4ª aula – Castro Alves
	1909	8ª aula – Nova Roma
	>1920	Atuou em escola em 1926

²²²A FEDERAÇÃO: Organ do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 30, n. 246, p. 1, 23 out. 1913.

²²³Acabo neste caso específico reduzindo-os como “sujeitos escolares - professores” – todo e qualquer professor, contradizendo o que explico no início do capítulo das especificidades de cada um, justificando que não existe uma listagem de todos os professores, independente de como atuaram na localidade neste período e que ao agrupá -los, além da importância do levantamento, traria informações do período que atuaram, dos locais, para diálogo profícuo com o contexto e com o meio social.

João Carneiro de Mesquita	1899-1900	1ª aula - Vila
Delfina Maeffer	1898-1903	2ª aula feminina - Vila
José Henrique Pereira Porto	Até 1898	1ª aula masculina - Vila
Natalina Maeffer	1900	2ª aula – Vila
	1900, 1903, 1905, 1907-1910	5ª aula – 10 de Julho
Maddalena Meneguzzo	1902-1903, 1920 >	Vila (Estadual)
Maria Antonietta de Almeida	1903	6ª aula – Nova Roma
Luiza Prestes	1903	7ª aula – Subúrbios da Vila
Caetano Saretta	1903	8ª aula – Almeida Nova Roma?
João Brolhi	1903, 1904	9ª aula – Carvalho
Francisco Busatto	1899, 1900, 1903, 1905 1905	3ª aula - Nova Treviso 5ª aula - Suburbio
José Victor de Castro	1898-1903	1ª aula masculina – Vila (Estadual)
	1907	Inspetor escolar da região
Virgínia Barbosa de Oliveira	1905	7ª aula – 10 de Julho
Gaetano Boscato	Primeira década de 1900	Nova Roma (Particular ou subsidiada italiana)
Antonio Breda	Primeira década de 1900	Nova Roma (Particular ou subsidiada italiana)
Adélia de Figueiredo Menezes	1905, 1907	9ª aula – 21 de Abril
Dorvalino da Silva Cruz	1907	3ª aula – Nova Treviso
Licínio Oliveira Mendes Sobrinho	1907	6ª aula - Almeida
Luiz Machado Rosa	1907	6ª aula - Almeida 8ª – Nova Roma
João Pereira da Rosa	1908-1910	13ª aula – Estrada Júlio de Castilhos
Manoel Cardoso de Oliveira Sobrinho	1909	1ª aula - Vila
Claudino Antonio da Ventura Homem	1909	4ª aula – Nova Roma
Joaquim Borges de Castilhos	1909	10ª aula – Trajano 12ª
Alcides de Mattos Miller	1910-1914	1ª aula - Dois de Julho

Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base na documentação localizada ao longo da pesquisa.

Tem-se 26 professores em 20 anos de ensino, isto para uma localidade que possuía de forma fixa entre 3 a 9 aulas públicas no período, o que indica uma alta rotatividade e um

número de professores que permaneceram pouco tempo na escola que atuavam. Além disso é possível verificar que alguns assumiram e após alguns meses pediram licença ou foram exonerados. A lacuna que fica é o motivo, resposta que não foi localizada nos registros de Antônio Prado, mas deveria ser pautada no Decreto Estadual em que afirma que os motivos seriam “por conveniência do ensino, por acesso, por pena disciplinar, a pedido e por permuta”²²⁴.

Outro fato interessante é que neste primeiro período, ao contrário do que veremos após 1910, a maior parte dos professores públicos não é de origem italiana, o que para uma cidade com predominância de imigrantes chama a atenção, todavia pode ser vinculado ao fato de que as nomeações não eram promovidas pela municipalidade local, mas também emerge a questão de como Antônio Prado receberia facilmente um grande fluxo de professores, talvez a resposta esteja atrelada às questões elencadas por Biavaschi (2011) com relação à Administração de Innocencio, como as concessões pedidas para o Estado e “facilmente fornecidas”, soma-se a isso o coronelismo e clientelismo.

O período que chama a atenção se refere de 1905 a 1910, nele a quantidade de professores (homens) de origem lusa é expressivo, e apesar de não achar registros que mostrem alguma iniciativa (Decreto, pedido...) para tal, por meio da Intendência ou do Estado, julgo que deveria existir algum motivo para este preenchimento. Neste sentido, cabe a análise que as aulas preenchidas por esses professores não eram apenas “novas”, mas alguns deles preencheram aulas antes ocupadas, de toda a forma, mesmo que houvesse uma grande “leva” de professores chama a atenção serem todos homens e de origem lusa.

Deste quadro e do quadro seguinte, é possível verificar²²⁵ que muitos eram oriundos de outras localidades, passando por exames de suficiência em Porto Alegre, sendo habilitados e destinados às mais diversas regiões, entre elas Antônio Prado para a atuação e viriam à localidade, pois até o Decreto nº 1895/1912 não cabia à municipalidade a responsabilidade na admissão dos professores, quando ela passou a assumir em virtude do Artigo nº 2 do Decreto²²⁶, muda-se a forma de exame que seria realizada pela Administração do e no local,

²²⁴RIO GRANDE DO SUL. Decreto n° 89 de 02 de fevereiro de 1897. Reorganiza a instrução primária no Estado. Art. 60. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100091>. Acesso em 30 jun. 2020.

²²⁵Esta verificação é possível ao analisar os relatórios anuais do Estado com os exames de suficiência de professores. Para conhecimento, no ano de 1898, três professores que constam na lista viriam a trabalhar logo ou muitos anos depois em Antônio Prado, como foi o caso de José Victor de Castro, Bertha Hornos e Carlos Mantovani. Fonte: Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros [...] 1898.

²²⁶Decreto nº 1895 de 23 de dezembro de 1912. In: Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1913. p. 288-290 Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189956>. Acesso em: 25 jun. 2020.

possibilitando facilmente que sujeitos residentes no município assumissem a função de professores, o que muda consideravelmente o quadro escolar, já que os novos professores estariam no meio social, alguns possuiriam vínculos familiares, culturais, étnicos com os demais sujeitos escolares, criando outra dinâmica ao ambiente escolar. O próximo quadro se refere aos professores que atuaram entre os anos de 1911 a 1920.

Quadro 8 - Relação dos professores de Antônio Prado 1911-1920

PROFESSOR (A)	ANOS QUE HÁ REGISTRO DO PROFESSOR ATUANDO	LOCAL
Jacob Fernando Callegari	1911 e 1º semestre de 1912	3ª aula – Nova Roma
Miguel Frigotto	1912, 1915, 1917, > 1920	4ª aula subvencionada – Linha Candida
Caetano Reginatto	1912-1917	3ª aula – Nova Roma
João Tavares de Carvalho	1910-1912	13ª aula – Estrada Julio de Castilhos
Affonsina Villas Boas	1912	2ª aula
Maria Lunardi	1913, 1915, 1917, > 1920	5ª aula – Linha Guerra
Albano Donadel	1913, 1915	6ª aula – Nova Treviso
	1916 – 1917, > 1920	3ª aula subvencionada
Antonio Camozatto	1913, 1915, 1917	7ª aula– 21 de Abril
Josephina Segá	1913, 1915	8ª aula – Linha Almeida
	1916, 1917	14ª aula
Angelo Fantinelli	1913, 1915, 1917	9ª aula – Linha Almeida (Estrada Ernesto Alves)
Armando Pinheiro da Costa	1913	10ª aula – Linha Trajano
Orozimbo Zanetti	1913, 1915, 1918	11ª aula – Linha Trajano
Guido Andreoni	1913, 1915	12ª aula – Linha Paranaguá
	1919	6ª aula – Nova Treviso
	1919, >1920	11ª aula – Linha Trajano
Marcelo Fianco	1913	13ª aula – Linha Fagundes Varela
	1915, 1917	13ª aula – Linha Candida
Pascoal Meneguzzi	1914, 1915	14ª aula – Linha Trajano
	1915, 1917	8ª aula – Linha Almeida
	1920, >1920	24ª aula – Linha 2 de Julho
Arthur Bogoni	1914, 1915, >1920	10ª aula – Linha Trajano
Inez Mondadori	1914, 1915, 1917	15ª aula – Linha 10 de Julho

Carolina Pansera	1914, 1915, >1920	16ª aula – Fagundes Varela
Normelia Amorim Saraiva	1914	1ª aula - Sede – extinta em 1915
	1915	Vila
José Fialho de Vargas	1910-1913, 1916	1ª aula - Vila
João Evangelista Andrade Saraiva	1912, 1915 - 1917	Vila - Estadual
Carlos Mantovani	1915 - 1917	4ª aula Castro Alves - Estadual
João Baptista Marchesan	1915	13ª aula
Marcos Baptistin	1914-1917	17ª aula – Linha 2 de Julho
	1917	17ª aula - Gustavo Vasa
	1919, >1920	17ª aula – Gustavo Vasa
Amabilia De Luchi	1914, 1915	18ª aula – Linha 10 de Julho
Antonio Tondello	1914, 1915, >1920	19ª aula – Linha Silva Tavares
	1919	Inspetor escolar da 2ª seção – Linha Silva
Verginia De Boni	1914, 1915	2ª aula subvencionada – Linha Almeida
Thereza Antoniutti	1914, >1920	9ª aula – Linha Almeida
Attilio Camozatto	1915, 1917	1ª aula – Linha 2 de Julho
João Tondello	1916, >1920	22ª aula subvencionada
Isidoro Menegat	1916	12ª aula subvencionada – Linha Paranaguá
Ercilia Meneguzzo	1917	18ª aula subvencionada – Linha 10 de Julho
	1919	20ª aula subvencionada
Lysippo Lisboa	1910-1917	15ª aula subvencionada – 10 de Julho
	1912-1913	Linha Almeida
Emilio Mondadori	1917	2ª aula subvencionada – Linha Almeida e 15ª aula subvencionada – Linha 10 de Julho
Rosário Frigotto	1918	2ª aula que era Linha Almeida para Linha Candida
Aires Meneguzzo	1918	21ª aula – 2 de Julho
Stanislao Polesso	1918	4ª aula – Linha Almeida
Castorina Albernaz	1918, >1920	17ª aula – Gustavo Vasa
	1919	12ª aula – 21 de Abril
	1919	15ª aula – 10 de Julho
	1920	12ª aula – 21 de Abril
Erina Dal Molin	1919	13ª aula – Linha Candida
Dosolina Zatti	1919	14ª aula
Josephina Bernardi	1919, >1920	18ª aula – 10 de Julho
Angelina Mondadori	1919	12ª aula - Paranaguá
José Bogoni	1919	1ª aula subvencionada
Rosa Andreoni	1919, >1920	6ª aula subvencionada

Teresa Donadel	1919 >1920	➤ 20 em 21ª aula subvencionada
Justino Vieira Albernaz	1920 e >	7ª aula subvencionada
Corona Frigotto	1920	8ª aula – Linha Cândida
Bertha Hornos	1920 e >1920	23ª aula subvencionada – Linha Almeida

Fonte: Elaborado pela autora (2020) com base na documentação localizada ao longo da pesquisa.²²⁷

Os 48 professores supracitados trabalharam entre os anos de 1911 e 1920 em Antônio Prado. Através do quadro é possível verificar que o período ficou caracterizado pela inserção de imigrantes e filhos de imigrantes que moravam em Antônio Prado no quadro de professores da rede pública de ensino, conforme discutido anteriormente. Cabe destacar ainda que a maior parte dos residentes no local era destinada à atuação das escolas nas proximidades da Capela em que a família morava.

A expansão ocorrida após 1912 possibilitou a inserção de muitos homens e agora também de mulheres no magistério da localidade, mesmo período que Tambara (1998) identifica no Estado uma expansão e ampliação das vagas femininas para o magistério, “lecionar traduziu-se na saída para as mulheres que desejavam se dedicar a outras atividades, sem precisar abandonar o lar e os filhos, já que era possível trabalhar somente meio período” (ARAGÃO; KREUTZ, 2010, p. 110), o que paulatinamente afastou os homens que acabaram buscando outras profissões (JACQUES, 2015).

Pelos dois quadros nota-se também que apesar de muitas trocas, há permanências, muitos professores ficaram por um longo período atuando na localidade, é o caso de Florêncio José da Silva, Maddalena Meneguzzi e Genoveva Scotti que da temporalidade investigada foram professores por mais de duas décadas, já Miguel Frigotto entrou antes do Decreto nº 1895 de 23 de dezembro de 1912 e permaneceu ao menos mais de uma década, seguido de Maria Lunardi, Albano Donadel, Guido Andreoni, Pascoal Meneguzzi, Arthur Bogoni, Carolina Pansera, Marcos Baptistin, Antonio Tondello e Thereza Antoniutti que entraram logo após o Decreto e constam em registros²²⁸ atuando no ensino após 1920²²⁹.

²²⁷Na tabela quando consta **ano-ano** significa que há registros do professor atuar ao longo de todo o período datado, já quando é colocado **ano, ano** significa que no primeiro e segundo ano referenciados e apenas nestes foram encontrados registros da sua atuação. Já quando coloco >1920 quer dizer que há registros do professor atuar anos após o recorte desta pesquisa de 1920.

²²⁸ALMANAK LAEMMERT. Anuario comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo, edição para 1926. v. 4 – Estados do Sul, p. 850, Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1926.

²²⁹Para conhecimento alguns seguiram até a década de 1940 atuantes, assim como outros professores que entraram após 1915 permanecendo no quadro do ensino.

Mudando o olhar de investigação sobre o quadro de professores, penso nesses sujeitos de modo a vê-los como sujeitos sociais, que exerciam uma função na escolarização mas que possuíam vínculos, criaram relações com a comunidade de Antônio Prado e com outras localidades, afinal não posso limitá-los a sua função profissional e não rejeitando a história da escolarização a que me proponho, mas introduzindo outro nível de interpretação (BENSA, 1998), busco a valorização das relações desses sujeitos com o meio social trazendo a história deles e suas experiências sociais (BURKE, 1992), compreendendo que “as existências anônimas, os destinos ignorados se encontram também nos arquivos, como se os documentos [...] preservassem traços breves, fragmentados, poéticos das vidas singulares” (CHARTIER, 2019, p. 16), ademais esta redução de escala de observação permite “compreender como se constituem configurações e processos sociais, mediante o estudo intensivo e aproximado de seus movimentos, seus agentes e suas fontes” (AQUINO, 2019, p. 28).

Penso inicialmente na configuração das redes sociais desses sujeitos, o autor (SANTOS, 2018) denomina as mesmas como *modalidades constitutivas*, apontando que são elementos importantes a serem considerados tendo em vista que as redes sociais se formam pela multiplicidade destas relações. Assim, é possível pensar que o sujeito escolar – mesmo que eu utilize o termo “escolar” para designá-lo, não se restringe a tal, ele também possui relações econômicas, sociais, familiares. “É preciso perceber as relações estabelecidas, as redes firmadas. Mas essas redes só têm sentido por conta das pessoas que engendram as conexões, que dão liga para essa teia social” (SANTOS, 2018, p. 124) A discussão seguinte se situa nessa perspectiva.

Os professores de Antônio Prado escreviam constantemente cartas divulgadas por jornais e alguns eram inclusive redatores, como se fossem “portadores de informações” do meio social, vejamos que no jornal *O pradense*, fundado em 1916, escreviam os professores José Fialho de Vargas e João Evangelista Saraiva, este último é descrito por Barbosa (1980, p. 105) como “o comedido pregador de bons costumes e assuntos escolares”²³⁰. Muitas vezes, jornais externos com notícias de Antônio Prado como *A Federação* ou o *Il colono* advinham de uma correspondência enviada por eles. Reflito na “representação” de um professor que viria a ser “portador de informações” e mesmo do motivo porque eles se destacavam, seriam os saberes transmitidos em alunos insuficientes para que os mesmos utilizassem da escrita ou exercessem o direito e o despertar como “cidadãos” para que pudessem se pronunciar. Muitas reflexões surgem sabendo dessa relação social dos professores.

²³⁰Certamente eu conseguiria obter informações preciosas pelos escritos deste jornal, infelizmente nenhum acervo consultado e nem indivíduos em Antônio Prado souberam informar arquivos remanescentes do mesmo.

Também surgem inúmeros vínculos encontrados entre esses sujeitos e a municipalidade, a verificação desta ligação é pautada na explicação de Revel (1998, p. 25) já que “não basta que o historiador retome a linguagem dos atores que estuda, mas que faça dela um indício de um trabalho ao mesmo tempo mais amplo e mais profundo: o de construção de identidades sociais plurais e plásticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações”. Dos sujeitos, o professor Caetano Reginatto atuou como professor principalmente em Nova Roma, mas também foi agente do correio²³¹ passando a delegado²³², virando Intendente após Innocencio de Mattos Miller deixar o cargo (BIAVASCHI, 2011), já Joaquim Borges de Castilhos padeceu na mesa eleitoral por brigas políticas²³³, ou mesmo achamos José Victor de Castro escrevendo para o Governo sobre a situação política do município segundo informação de Biavaschi (2011, p. 180 apud Franco, 2008), que também atuou como escrivão do município²³⁴ encarregado da Estatística, por fim, José Fialho de Vargas foi secretário da Intendência ao mesmo tempo em que exercia a função de professor e nos anos posteriores a 1920 assumiria a direção do Grupo Escolar da localidade.

Cabe pensar no reconhecimento da comunidade sobre esses sujeitos, oralmente a professora Genoveva Scotti é lembrada como “precursora” e “professora italiana” do local e apesar de existirem poucos vestígios oficiais a seu respeito, a comunidade atualmente sabe da sua existência e em sua homenagem uma rua possui o seu nome, bem como escolas municipais que receberam o nome de professores deste período, são elas: Caetano Reginatto e José Victor de Castro. Também é possível ver que professores que atuaram poucos períodos no local e que foram para outras comunidades receberam escolas com seus nomes.

Sobre a atuação externa, é possível afirmar que em sua grande maioria, os professores que vieram para o município já tinham experiências anteriores na profissão atuando por um tempo no local e indo para outro seguir a mesma atividade: foi o caso de Claudino de Ventura Homem, que era paulista e lecionou em vários locais do Estado²³⁵, João Evangelista Andrade Saraiva em anos posteriores foi diretor de um Grupo Escolar em Lagoa Vermelha

²³¹ALMANAK LAEMMERT. Anuario comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo, para 1917. v. 2 – Estados, p. 3721, Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1917.

²³²Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 1920. p. 367. Parte I. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191570>. Acesso em 10 jun. 2020.

²³³O BRAZIL. Ano 2, n. 74, p. 1, 03 set. 1910.

²³⁴ALMANAK LAEMMERT. Anuario comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo, para 1917. v. 2 – Estados, p. 3721, Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1917.

²³⁵O CLã DOS “VENTURA HOMEM” NA HISTÓRIA DA BRIGADA MILITAR. ABC da Segurança Pública. n. 215, p. 9, maio 2013.

(BARBOSA, 1981), Sérgio Inácio de Oliveira atuava em 1898 em Bom Jesus²³⁶ e João Tavares de Carvalho que na década de 1920 atuou como professor de escola isolada em Ipê - RS²³⁷ - sendo que na década de 1930 exerceu a função de secretário do mesmo município, já as professoras Natalina e Delfina Maeffer oriundas de Porto Alegre atuaram em Antônio Prado, trazendo a família para exercer as atividades na área médica²³⁸.

Pensando em outra *modalidade constitutiva* de Santos (2018), como a familiar, concebo que as relações familiares ficam evidenciadas entre os sujeitos escolares, e a “inserção da rede familiar dentro da grande rede social se configura uma forma de respaldar de forma mais segura a busca de interesses e necessidades, tanto individuais, quanto de um grupo” (SANTOS, 2018, p. 90). Antonio Tondello casou com a sua ex-aluna Josephina Bernardi, que depois virou professora, ele irmão do professor João Tondello casado com a professora Thereza Antoniutti; “passar” a profissão ao filho também parecia algo comum no local, Michele Frigotto teve dois filhos, Rosário e Corona, que seguiram a profissão do pai, da mesma forma Maddalena Meneguzzo (nascida Maddalena Canale) e seus filhos Ercilia e Aires que também se tornaram professores, além de Castorina Albernaz (nascida Castorina Vieira) com seu filho Justino Vieira Albernaz, ambos professores.


Essas relações, mesmo não estabelecendo toda a “rede” da localidade devem ser levadas em conta quando pensamos na emergência do ensino, afinal através destes elementos, é possível refletir como estas redes influenciaram nas “aglomerações espaciais, **opções profissionais**, taxas de endogamia e esferas de sociabilidade próprias a cada grupo” (GUILHERME, 2019, p. 280, grifo nosso), estes sujeitos possivelmente motivaram uns aos outros para seguirem como professores.

A relação escola-comunidade por vezes fica marcada de forma subjetiva em uma pesquisa predominantemente documental, porém os “sujeitos escolares” viviam e estavam em um diálogo contínuo com o meio, e seus indícios emergem quando são principalmente abordados relatos e memórias como as trazidas autoras Grazziotin e Ferreira (1984) que, tratando dos professores, transcrevo abaixo:

²³⁶ AHMAP. Quadro de escolas públicas da 1ª região escolar – advindo do Decreto n. 124c de 15 de janeiro de 1898. Folhas avulsas.

²³⁷ ALMANAK LAEMMERT. Anuario comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo, edição para 1926. v. 4 – Estados do Sul, p. 850, Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1926.

²³⁸ LAITANO, Nicolau; LAITANO, Genaro. Primeira Diplomação Médicos pela Faculdade de Medicina/UFRGS. Disponível em: <https://www.amrigs.org.br/download/centromemoria/diplomacao.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.



O professor era muito considerado e estimado, participava de todas as atividades na comunidade. Auxiliava nas festas da capela, nas missas, nos enterros. Sua atividade extra-classe principal era ministrar o catecismo. Em alguns casos quando o padre não tinha condições de atender os enterros, ele representava o padre, e fazia as solenidades de sepultamento, orientado por um livro específico. Auxiliava em casos de doenças, e ajudava a resolver problemas familiares. (GRAZZIOTIN; FERREIRA, 1984, p. 19)

Diante desta perspectiva, é possível pensar na representação de um professor que era um sujeito na comunidade que auxiliava e colaborava com o meio social, sendo “uma referência” para os outros sujeitos, motivo pelo qual seria “estimado”. Entende-se pelos escritos das autoras que nas mais diversas atividades ele estava envolvido.

Em síntese, como visto, os pais pediam escolas, ajudavam na construção, os professores prestavam auxílio externo ao mesmo tempo em que eram a “voz” da comunidade, transmitiam informações e atuavam de diversas formas neste meio. A relação dos “sujeitos escolares - professores” com o meio é fundamental para compreender a dinâmica e a forma que se estabelece de ser o local denominado “escola”.

Neste subcapítulo realizei o recorte dos “sujeitos escolares” para uma ênfase em professores por dois motivos, em virtude da extensão que ele tomaria ao explorar todos os sujeitos e das escolhas para a construção da estrutura do trabalho, deixando claro que “sujeitos” como alunos e inspetores são analisados detalhadamente em outras partes. Através deste subcapítulo podemos verificar que o elo que liga os sujeitos com a comunidade é tênue, e investigar esta ligação mostrou as diversas relações estabelecidas e a necessidade de compreender a atuação deles com o meio. No próximo subcapítulo me volto às escolas, pensando na demarcação dos tempos e dos espaços destinado a elas.

4.2 DEMARCANDO OS TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Este subcapítulo trata da demarcação dos tempos e dos espaços escolares. Quando me refiro ao tempo, considero o “tempo disciplinar: horário de entrada, horário de aula, horário de intervalo, horário de saída” (ARRIADA, TAMBARA, 2012, p. 74) além do tempo social para a escolarização. Quando busco compreender os espaços escolares, os vejo tanto do ponto de vista da estrutura, arquitetura escolar bem como o espaço destinado à escolarização no município do ponto de vista espacial. Assim, inicio a reflexão sobre o tempo com a explicação dos autores Faria Filho e Vago (2001, p. 118)

[...] Os tempos escolares são múltiplos e, tanto quanto a ordenação do espaço, eles fazem parte da ordem social e escolar. Sendo assim, são sempre "tempos" pessoais e



institucionais, individuais e coletivos, e a busca para delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campanhas, deve ser entendida como um movimento que tem ou propõe múltiplas trajetórias de institucionalização.

Para Faria Filho e Vago (2001, p. 117) é possível refletir sobre as diversas formas de “pensar, organizar e usar o tempo na escola”, porém essa acepção trazida pelos autores também admite uma expansão de investigação ao olhar o tempo escolar não só de forma interna, mas também externa, pois como os mesmos admitem, estes tempos não podem “ser desligados das relações e dos tempos sociais” (FARIA FILHO; VAGO, 2001, p. 118). Sendo assim, ao pensar no tempo escolar de Antônio Prado, trago pontos possíveis, elencados por Luchese (2018) como: os horários das aulas, os dias da semana, a época que ocorria o período letivo, a frequência escolar, além das questões entre o interno e do externo da escola, pois são relações dialéticas (ERMEL, 2017).

Sob esta perspectiva, pensando do externo para o interno, sabemos pela investigação do contexto e de autores como Barbosa (1980) e Costa (2007) que as famílias de Antônio Prado de uma forma generalista podem ser caracterizadas pela grande quantidade de filhos, moradores principalmente do interior, católicos, dedicados ao trabalho e que realizavam atividades agrícolas. A grande quantidade de filhos significava um auxílio na lavoura através da mão de obra, os homens se dedicavam a essa atividade enquanto cabia às mulheres os afazeres domésticos, esse era o tempo social, de trabalho da maioria dos indivíduos.

Enviar o filho (a) à escola era despender o tempo de outras atividades que muitas vezes eram necessárias, o que demandaria que outras pessoas o executassem, o autor Tambara (1995, p. 313) deixa a questão clara quando explica “a escola era vista como um estorvo que subtraía força de trabalho da propriedade, e que, além disso acarretava dispêndio [...] Mas a escola também não deixava de ser vista como um instrumento de ascensão social, precipuamente quando a criança não apresentava aptidão necessária para o serviço da terra”. Estes elementos devem ser levados em conta, uma das “selecionadas” para estudar foi o caso da entrevistada Bibiana Soldatelli Piccoli²³⁹, que confirmou a prática dos moradores escolherem alguns filhos e acrescentou “todos não mandavam porque tinha que ajudar em casa, um tinha que ajudar em casa, outro porque era um pouco longe” (Bibiana Soldatelli Piccoli, 1989), confirmando em parte as afirmações de Tambara (1995). Claramente o tempo

²³⁹A entrevistada Bibiana S. Piccoli nasceu em 01 de agosto de 1901, estudou em Nova Roma na escola pública subvencionada e após passou pelo Colégio das Irmãs de São José na sede de Antônio Prado.

social dialoga com o tempo institucional e a depender da “importância” da atividade social, o tempo institucional era prejudicado.

Pensando na quantidade de alunos frequentando ou não as aulas públicas e particulares, na impossibilidade de levantar dados de anos anteriores em virtude da falta de estatísticas do município, no ano de 1915, o mesmo possuía 1.205 alunos de ambos os sexos matriculados equivalente a 13,9% por cento da população total do município, o que parece pouco. Porém, do recenseamento²⁴⁰ é possível verificar que existiam 1.852 indivíduos com as idades entre 7 a 14 anos no local, desta forma é possível afirmar que mais de 50% dos alunos em idade escolar tinham acesso às escolas públicas de Antônio Prado, visto que os indicadores eram completamente diferentes nos anos e décadas anteriores em que o déficit de escolas e vagas era grande.

Para Vidal e Faria Filho (2005), o espaço e o tempo se constituíram como grandes desafios para o País criar um sistema de ensino primário ou elementar que atendesse às necessidades quanto ao desenvolvimento social e, ou as exigências dos indivíduos. Atentar para estas questões possibilita analisar o processo de “produção, mudanças e permanências, contribuindo para descobrirmos infinitas possibilidades [...] *de fazer a* e *do fazer-se* da escola e dos seus sujeitos” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 44).

De fato, podemos pensar que o tempo institucional neste caso impõe do meio social uma organização para que as crianças pudessem comparecer à escola, logo o tempo “interno” definia também uma organização do tempo “externo” das famílias, mudança necessária ao tempo social em que estavam acostumados e que este tempo se caracterizaria como uma permanência apesar de possivelmente mudar seu horário ao longo dos anos, mas que seria uma constante para que a escolarização pudesse ocorrer. Tempo que remete diretamente à frequência escolar, e em se tratando da “rede de escolarização” pública do município é possível estabelecer algumas informações referentes à matrícula e frequência, considerando que matrícula é o número de alunos que foram matriculados para o ano de 1910 no município de Antônio Prado e a frequência é a média de alunos que participaram das aulas neste período.

Tabela 9 - Matrícula e frequência escolar do município para a década de 1910

Ano	Matrícula	Frequência média
1913	997	686
1914	1205	858

²⁴⁰AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 09 de novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.

1915	1205	861
1917	1137	870
1919	1034	825
1920	1168	942

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios anuais da Intendência (2020)²⁴¹

Nota-se uma permanência de alunos que mesmo matriculados não comparecem às aulas, girando em torno de 27% de ausência nos dados investigados. Nos anos anteriores a 1913 não há estatísticas escolares anuais que incluam todo o município, como as expostas acima realizadas pela municipalidade. Porém existem livros de frequências e matrículas arquivados de algumas aulas e breves descrições da Intendência, deles é possível fazer outra relação das frequências para um breve comparativo com a tabela anterior, que possibilita verificar também as especificidades de cada aula:

Quadro 9 - Matrícula e frequência escolar de algumas aulas da localidade

Ano	Aula	Matrícula	Frequência
1903 (até outubro)	2ª aula - Vila	26,4 (média)	25,7 (média)
1908 (2º semestre)	13ª aula – Estrada Júlio de Castilhos	36,1 (média)	28,5 (média)
1909		32 (média)	17,1 (média)
1910		31,5 (média)	22,1 (média)
1911		31,6 (média)	23,4 (média)
1912 (1º semestre)		26,25 (média)	18,5 (média)
1912	1ª aula – Dois de Julho	32 (total)	29 (máxima)
1912 (1º semestre)	3ª aula – Nova Roma	63 (total)	60 (máxima)
1912 (2º semestre)	Linha Almeida	28 (média)	22,5 (média)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos livros de frequência arquivados no AHMAP e nas descrições da Intendência (2020)²⁴²

Nota-se que a ausência das aulas sinalizada pela frequência difere bastante a depender de cada aula. Porém para um comparativo de todas as informações elencadas, o não comparecimento às aulas fica em aproximadamente 21 %, o que não deixa de ser um número aproximado dos anos seguintes de 27% se os relacionarmos. Mas a possibilidade de ver as especificidades de cada aula levanta inúmeras possibilidades de discussão.

A aula situada na sede possuiu no ano de 1903, 97,3% de alunos presentes, em contraponto a alguns anos das aulas do interior que chegaram ao mínimo de 53,4% entre

²⁴¹Os dados foram retirados dos Relatórios anuais da Intendência.

²⁴² As informações dos livros de matrícula e frequência estão organizadas em sua maioria com uma folha por mês, tabeladas por cada aluno com o calendário mensal conforme exemplo da Figura 18, assim realizei operações matemáticas para chegar à matrícula e frequência anual.

matriculados e frequentes, sem mais informações posteriores para comparativos, é possível ver que o número difere bastante e a única resposta que vejo para isso é a localização da aula.

Poderíamos pensar que o tempo ausente das aulas seria relacionado às atividades do meio social, o que explicaria relatos como o de Bibiana Soldatelli Piccoli (1989), explicando que em Nova Roma a ausência escolar era em virtude das atividades da casa ou pela aula ser longe demais, mas também questões como o auxílio na lavoura podem ser pensadas, o que explicaria o baixo déficit de alunos da sede, que em sua maioria possuiriam fácil acesso e pais que trabalhavam em comércio ou administração, fazendo com que as crianças pudessem se dedicar ao ensino. Desta forma, para uma reflexão acerca destas informações, trago a autora Ermel (2017, p. 45) explicando que:

A divisão do tempo escolar, assim como a organização racional do espaço coletivo e individual fazem da escola um lugar onde se adquirem uma especial importância a localização, posição, deslocamento, encontro dos corpos, o ritual e o simbólico, que jogam diariamente entre o que foi projetado e a forma de utilização por seus atores. (ERMEL, 2017, p. 45)

Que dialoga efetivamente com a questão da localização, do deslocamento dos alunos, e de forma geral podemos também através das conclusões realizadas refletir que cada aula possuía inúmeros elementos que a influenciavam, fazendo com que cada aluno tivesse um tempo de aprender diferente de outro, cada qual com suas especificidades.

Em se tratando do horário das aulas, os autores Vidal e Faria Filho (2005) apresentam que o período letivo dessa época era de 4 horas diárias, às vezes divididos em duas seções, duas horas de manhã e duas da tarde. Dos registros foi possível estabelecer que as aulas públicas de Antônio Prado iniciavam às 7 horas no verão e 8 horas no inverno²⁴³, e em um dos relatórios, uma das aulas encerrou às 10 horas²⁴⁴. Desta forma é possível que esta aula fosse organizada em dois turnos, já a ex-aluna Bibiana S. Piccoli (1989) explica que a sua aula em instituição particular era das 8 horas até o meio dia e complementa que o término era sucedido por brincadeiras, indicando que antes de voltarem para a casa existia um breve intervalo.

Um dos livros de frequência e matrículas arquivados²⁴⁵ indica também que a maioria das aulas públicas funcionaria 4 horas ininterruptas, entre 7h-11h ou entre 8h-12h, com folga nos domingos, feriados e dias santos, sendo que o ano letivo iniciava em fevereiro e encerrava

²⁴³AHMAP. Livro Atas e visitas 02.03.1914-13.11.1944.

²⁴⁴Id. Livro Atas e visitas 02.03.1914-13.11.1944. Visita na linha Almeida 07.05.1918.

²⁴⁵AHMAP. Livro de frequência da 13ª aula – Estrada Júlio de Castilhos – 1909.

ao final de novembro. A imagem a seguir é de um trecho da lista de frequência da aula mista da Linha Almeida do professor Lysippo Lisboa, referente ao mês de 1913.

Figura 19 - Frequência da aula da Linha Almeida do professor Lysippo Lisboa

Município de Antonio Prado

Aula Pública *municipal mista da linha Almeida Professor, Lysippo Lisboa*

Relação dos alunos matriculados e que frequentaram a aula durante o mez de Junho

Nº	NOMES	Culto	DIAS DO MEZ																															Comp.		Falta	Ob
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	H.	M.	H.	
1	Calibratto Salame	C	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	16	4
2	Leudério Salame	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	12	11
3	Pedro Salame	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	22	1	
4	Theodoro Salame	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	23	
5	Eduardo Salame	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	23		
6	Emelinda Salame	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	16	4	
7	Pedro Sirena	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	15	8	
8	Paco Sirena	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	15	8	
9	João Sirena	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	14	9	
10	Benjamin Basso	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	23		
11	Carolina Basso	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	20	3	
12	Pedro Dal Pozzo	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	18	5	
13	Joanna Dal Pozzo	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	21	2	
14	Regina Basso	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	16	4	
15	Victorio Espigoso	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	18	5	
16	Pedro Espigoso	"	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	t	15	8	


Fonte: AHMAP. Frequência da aula municipal mista da Linha Almeida do professor Lysippo Lisboa – junho de 1913.

Este registro²⁴⁶ encontra-se nas páginas de frequência da aula do professor Lysippo Lisboa para o mês de junho de 1913, que também corrobora as folgas apenas nos domingos e dias santos. Um tempo que determinava uma normatização do aluno e dos sujeitos que estariam vinculados a esta atividade, já que

As minúcias com que eram elaborados os calendários escolares, os programas, os horários, as atividades, constituem-se em exemplos mais do que evidentes que um dos papéis desempenhados pelas instituições escolares seria justamente normatizar e regular o processo educativo. Com base nesses elementos, estabeleciam-se os ritmos da escola [...] estruturou-se uma “cultura escolar”, que dividia e disciplinava o tempo na escola. (ARRIADA; TAMBARA, 2012, p. 74).

Pensemos agora sobre os espaços de escolarização, dando ênfase na localização das escolas já que foi um ponto elencado na frequência. Em se tratando de escolas rurais *versus*

²⁴⁶ Um adendo na análise deste documento, vejamos que os seis primeiros alunos listados possuem o mesmo sobrenome, seguido dos três alunos com sobrenome Sirena e dois Basso, a reflexão é como esta escola se caracterizava com a presença de irmãos, primos e sujeitos que possuíam relações familiares e ao mesmo tempo estabeleciam relações de aprendizado neste meio.




urbanas, penso nas diferenças entre ambas, tendo a ciência que as escolas rurais são as que pertencem à área externa da sede, do entorno e em lugares mais longínquos, porém localizadas dentro de Antônio Prado, já as escolas urbanas localizando-se na sede e proximidades. Trago um registro da Comissão de Terras ainda nos primeiros anos de estabelecimento dos imigrantes em que explicita uma acentuada diferenciação


Para as escolas das colônias não se precisa professores sábios nem normalistas, desde que o filho do colono pode aprender a ler uma carta e escrever outra, e a fazer as quatro operações aritméticas está feliz. Se os pais estiverem em condições de mandá-los aprender mais alguma coisa tem o direito de colocá-los na escola de Caxias ou outro lugar onde se poderão melhor instruir (AHMJSA, 1890, p. 2).

O tom preconceituoso e autoritário deixa claro como era dada atenção a uma escola localizada no meio rural e talvez pela época da carta poderia se referir a todo o território de Antônio Prado já que era uma colônia recém fundada, mas apesar da intenção de expandir o ensino, a forma que seria feita e a qualidade do mesmo não importava, porém isso denota também que independente da referência a ser todo o território ou não, o comparativo com Caxias indica o claro preconceito com os “colonos”, agricultores, que a eles bastaria uma instrução “básica”, desta forma não é de se assustar que a representação do “colono analfabeto” como já pontuado tenha se perpetuado. A aprendizagem defasada remete à mesma que ocorrera ao longo de todo o período imperial, algo que iria mudar lentamente ao longo da Primeira República.

Para finalizar, o mesmo ofício explica que “mediante uma mensalidade de 30 a 40\$000 é fácil obter professores [...] e, portanto, em vez de uma escola para tantas mil almas, pode-se ter três, quatro ou mais nos pontos onde a população for mais densa” (AHMJSA, 1890, p. 2). A redução dos recursos contribuiria para a expansão do ensino, independente da forma de aprendizagem que seria dada e a instalação ocorreria com esta mesma visão, uma escola na sede do município e em pontos onde existia maior quantidade de habitantes, isto seria o “suficiente”.

Ariès (1986) reflete que o tratamento das crianças antigamente era influenciado pelos interesses das classes privilegiadas, e transpondo este pensamento para o contexto brasileiro do período da Primeira República que corroborava o privilégio de uns e exclusão de outros e no caso da escolarização, priorizava o direito de crianças que moravam em centros e sedes das localidades, resultava na grande diferença de acesso e direitos entre alunos estabelecidos nas proximidades da sede com alunos do interior, além das dificuldades vistas anteriormente, da





distância dos alunos do interior, trabalho na lavoura, auxílio nas casas, tantos fatores que ampliam as diferenças em virtude da disposição das aulas no território que eram escassas.

Ainda no que diz respeito às diferenças nos espaços de escolarização, pensando em quantos alunos frequentavam o interior, sede e o colégio particular, é importante trazer algumas informações. Da indicação de 1.205 alunos matriculados em 1915, sabe-se que a matrícula no Colégio Particular das Irmãs de José correspondia a 263 alunos, equivalente a 21,82% do total de alunos do município, se somarmos a única aula pública da vila com 102 alunos que era estadual, este número sobe para 30,29% que corresponde às aulas localizadas no perímetro urbano da localidade.

Desta forma, pela matrícula a maior parte dos alunos de Antônio Prado (69,71%) frequentava as aulas localizadas no interior, o que não é tão surpreendente já que a maior parte dos habitantes morava no interior nesse período, porém é interessante pensar que essa maioria não era levada em conta quando o processo de escolarização priorizava a sede, colocando professores com menor estudo no interior entre outros elementos que novamente ampliariam as diferenças.

Pensar na disposição das aulas na trama urbana remete as informações dos autores Viñao Frago e Escolano (1998) quando definem que o projeto educacional diz respeito também ao espaço além da escola. A própria arquitetura escolar é um elemento do exterior, pensando nela, trago Luchese (2018), em que explica que uma investigação referente ao espaço escolar pode investigar onde a escola está situada, o prédio que a abriga, o tipo de construção, que tipo de espaço ele é, como funciona e como são utilizados os espaços de socialização. Ainda “a discussão sobre as edificações escolares se inicia no âmbito do patrimônio material (especialmente arquitetura e planejamento urbano) incorporando conceitos da cultura imaterial, dos bens intangíveis que esse espaço incorpora, ao longo de sua história” (ERMEL, 2017, p. 72).

Pensando nas possibilidades elencadas pelos autores, em Antônio Prado poucos são os registros fotográficos dos espaços “além” da escola, mas com o que temos é possível realizar algumas reflexões. Inicio sinalizando dois Colégios, das Irmãs de São José e dos Irmãos Maristas, apesar de não me aprofundar nestes, para em seguida falar sobre as aulas públicas. A fotografia seguinte é do prédio do Colégio das Irmãs de São José. Apesar de datar de um período posterior ao investigado, esta é a única fotografia localizada que mostra o prédio inteiro do Colégio, e por ter sempre a mesma estrutura entre os anos de 1900 a 1953 (excetuando os reparos), utilizo-o para a discussão.




Figura 20 – Colégio das Irmãs de São José [ca. 1935]



Fonte: Reprodução acervo Foto Bernardi

Posicionado na esquina, uma quadra da Praça e da Igreja, na área central da sede de Antônio Prado, o Colégio²⁴⁷ recebeu este local devido à doação do terreno, que antes de 1900 abrigava a antiga Igreja da localidade, a posição geográfica legítima a relação de autoridade perante a comunidade (HOBSBWAN, RANGER 2008), e sua imponência arquitetônica o consolida simbolicamente como um monumento do saber. De fato, o terreno possuía²⁴⁸ 44x54m, e quanto ao tamanho, sua estrutura em conjunto com a Igreja, pertencem a um dos prédios mais altos localizados na sede, sendo citados constantemente como um dos grandes monumentos do local²⁴⁹.

Com relação à socialização, sabe-se que o espaço externo do Colégio das Irmãs de São José era utilizado tanto nos momentos de intervalo como para idas ao banheiro, sendo amplo e possuindo até criação de porcos ao redor (BIBIANA S. PICCOLI, 1989). Já no que se refere à arquitetura do Colégio dos Irmãos Maristas, um registro no livro Tombo da localidade nos

²⁴⁷O Colégio das Irmãs de São José foi analisado de forma breve ao longo deste trabalho devido à riqueza de informações encontradas e por pertencer ao meu objeto de pesquisa de forma geral, porém não cabe a este trabalho a pesquisa detalhada dele, que seria suficiente para outra investigação de mesmo nível.

²⁴⁸ ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ANTÔNIO PRADO. Livro “Tombo da Paróquia 21.04.1907”.

²⁴⁹Como no jornal A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 26, n. 230, p. 1, 23 nov. 1909.

traz informações interessantes tanto em termos arquitetônicos como os bens materiais do Colégio:

Provisão de aprovação para a Comissão e licença de fabricar o Colégio do S. Cor. De Jesus Irmãos Maristas: 3 camas, uma mesa para cozinha, uma no refeitório, 18 cadeiras, 20 bancos, três escrivaninhas de professores, três quadros pedra pretos, 1 relógio de parede, (ilegível), 4 armários, 4 lavatórios, uma mesinha para a sala de visita. O edifício tem 40m de comprimento, 11m de alto, sendo a altura do 1º andar de 4m do segundo 3,50 e o teto 3,50, largura 10m a casa de habitação, 7m as aulas e dormitórios. Preço 21:850\$ só da casa que foi acabada em agosto de 1920 [...] (Livro “Tombo da Paróquia 21.04.1907”, p. 37).

Assim como as Irmãs, os Irmãos Maristas utilizavam o prédio como moradia, o edifício seria tão grande quanto o Colégio das Irmãs, notemos que ambos os colégios religiosos deste período correspondem à monumentos do saber, “representando” sua importância pelas características arquitetônicas que possuíam, singularidades que os fariam diferenciar-se das escolas públicas, ademais cabe pontuar que esta simbologia só seria acessível aos alunos que possuíam recursos financeiros, já que os colégios eram particulares, acentuando as diferenças de escolarização do local.


Sobre o espaço das aulas públicas de Antônio Prado, existem poucas informações concretas da arquitetura e do local destinado a elas, pelas especificidades do local, a questão arquitetônica difere muito das preocupações republicanas do período, que eram a prioridade de construção de grandes edifícios na área urbana das cidades (BENCOSTTA, 2001). Um dos únicos relatos das escolas públicas é de um inspetor citando que um dos locais seria “claro, arejado e espaçoso”²⁵⁰, no restante dos registros somente são citadas a Linha que foi instalada e numeração da aula, conforme adotei ao expô-las neste trabalho.

Porém, escritos posteriores²⁵¹ realizados nas décadas de 20 e 30 trazem informações de cada aula, correspondendo a mesma configuração²⁵² anterior a 1920, e nestes registros é possível verificar que todos os prédios constam como não sendo da municipalidade, União ou Estado, e sim sendo particulares, não alugados, cedidos gratuitamente, o que corrobora com o depoimento da ex-aluna Bibiana quando explica que a aula era em “uma casa particular, cederam uma peça e lá dava aula” (BIBIANA SOLDATELLI, 1989), já as autoras Grazziotin e Ferreira (1984, p. 22) explicam “os prédios escolares da época eram de madeira, tinham só uma sala de aula, cobertas de tabuinhas chamadas de *escandoles*. Este prédio, geralmente era

²⁵⁰AHMAP. Livro Atas e visitas 02.03.1914-13.11.1944.

²⁵¹AHMAP. Questionários denominados “caracterização geral do estabelecimento”. Folhas avulsas preenchidas. [192-] [193-].

²⁵²A confrontação foi possível já que cada aula consta o local e a numeração, correspondendo às aulas já criadas até 1920.





da comunidade, isto é, feito pelos integrantes da Capela, ou doado por alguma família”. Pode-se inferir que a situação das aulas públicas era modesta, e falando em termos arquitetônicos, seria demarcada por uma peça em que o espaço escolar seria predominantemente reduzido à sala de aula (VIÑAO FRAGO, 2005), ou no máximo a um prédio pequeno de alguns metros de extensão que teria apenas uma sala, sendo esta a “escola”.

Entendendo que esta é a configuração da maioria dos ambientes escolares aos quais analiso neste trabalho, também é possível inferir que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2006, p. 39), e por meio de tal sinalização é possível refletir na constituição do espaço “sala de aula” perante a sua definição, e que as ações dos indivíduos bem como a materialidade são fundamentais na compreensão da história deste espaço, ademais, voltando-nos à formação do mesmo, já indicado por Santos (2006, p. 39), podemos refletir que a ação realizada neste local “é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais” (SANTOS, 2006, p. 50), assim esta escola possuirá características próprias, constituindo-se de forma objetiva como um lugar determinado e de forma subjetiva, pelas marcas produzidas através das vivências neste local (VIÑAO FRAGO, 2005, p. 17).

Temos que ter em mente também que a construção de um espaço faria a escola cumprir “as funções sociais que lhe foram crescentemente delegadas” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 42), resultando também na produção das culturas escolares, seja ela sob várias perspectivas como a funcionalista, através da instituição transmitir uma cultura externa e da cultura sob o viés estruturalista produzida pela “modelização das suas formas e estruturas” (BARROSO, 2012, p. 2). O espaço no interior da localidade destinado às aulas em sua maioria seriam locais cedidos pelos moradores, sendo algo modesto, de toda a forma estabelecer o local como um espaço fixo voltado à escolarização efetiva a função social conforme apontada por Vidal e Faria Filho (2005).

Fazendo o elo com a socialização, é oportuno apontar vestígios que emergiram ao coletar as informações do AHMAP e da medição da “taxa de alfabetização”, nesta última, os residentes no interior de Antônio Prado na maioria das vezes reuniam-se para a cerimônia de matrimônio que era realizada pelo que se percebe a cada período em determinada Capela, sendo que o oficial se deslocaria para os atos e o local destinado eram **as escolas** do espaço comunitário da Capela. Com relação ao acervo investigado foi possível notar que as eleições do interior também eram realizadas no espaço destinado à escola. Estas práticas mostram que além da função social de aprendizagem, a “escola” era utilizada para outras atividades





relativas ao meio social. Com relação às suas distribuições geográficas, trago Viñao Frago (1993, p, 44, grifo nosso) que explica

A alfabetização é, em geral, um processo cumulativo, mas não linear e nem regular. Apresenta retrocessos e estancamentos que afetam grupos ou áreas de um modo e em tempo diferentes. É um processo irregular e errático. Ademais, **sua distribuição geográfica é irregular (mesmo que dentro de uma localidade ou comarca) e dispersa.**

Tendo em vista o destaque de Viñao Frago (1993) supracitado quanto à distribuição geográfica e acrescentando a autora Ermel (2011, p. 30) quando explica que “não apenas o espaço escolar, mas a sua localização e disposição na trama das cidades e povoados tem de ser examinada como um elemento curricular”, estabeleci a localização aproximada das aulas públicas em alguns períodos temporais para discussão, sendo a localização aproximada, pois as fontes estabelecem “Sede” “Linha Almeida” “Nova Roma”, porém conforme Adami [19-] as aulas públicas eram instaladas na sede de cada légua ou capela, desta forma segui esta orientação para precisar a localização. As aulas que foram pintadas em verde correspondem às do sexo masculino, marrom às de sexo feminino, rosa aulas vagas e lilás aulas mistas.


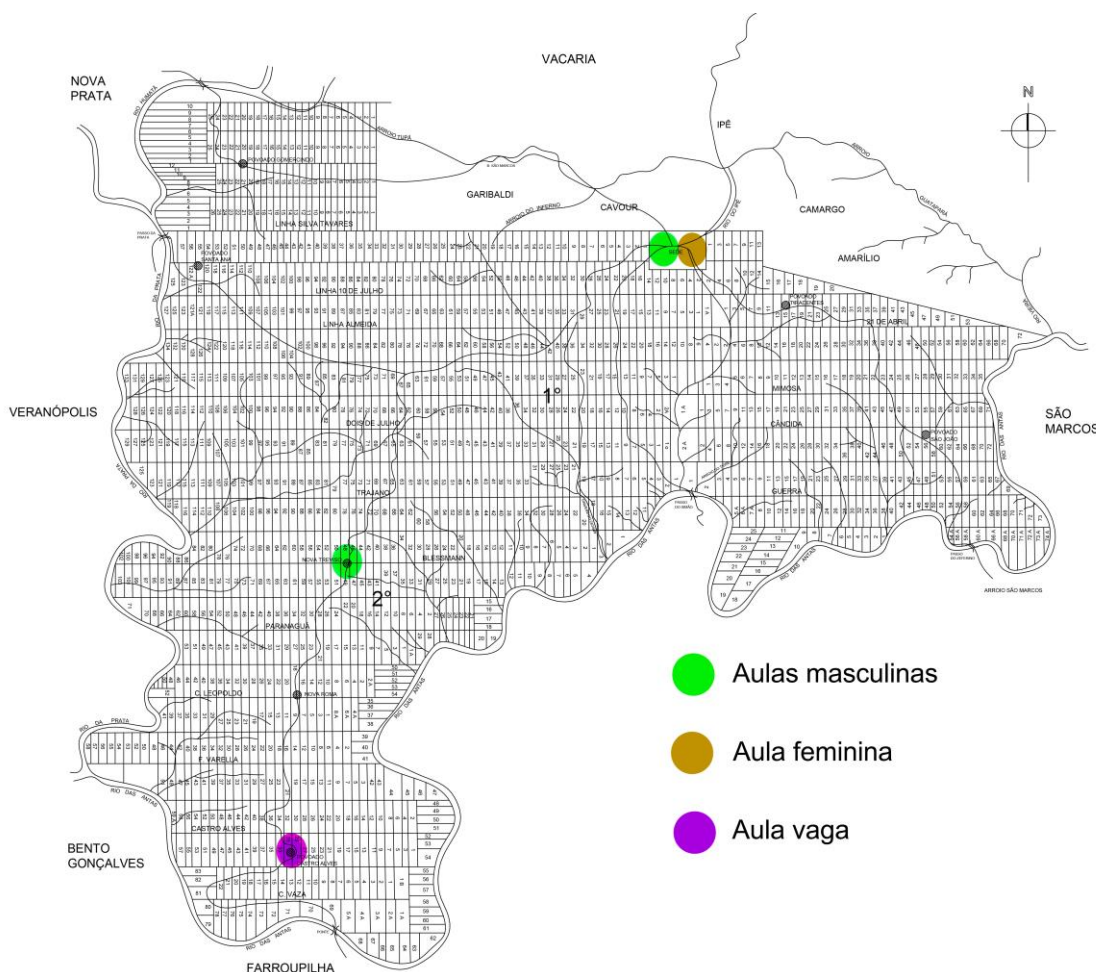


Figura 21 – Localização das aulas – 1899



Fonte: Adaptado de Secretaria do Planejamento – Prefeitura de Antônio Prado e Relatório de 1915²⁵³

Os quatro pontos do mapa mostram que a escolarização pública municipal foi iniciada por duas aulas, uma masculina e outra feminina na sede, e mais uma em Nova Treviso, e ainda a 4ª aula estava vaga no povoado de Castro Alves²⁵⁴. Para ser 1899, devemos levar em consideração que há mais de 10 anos a localidade já existia, e sob a jurisdição de Vacaria, a escolarização pública permaneceu por este tempo com foco na sede, já que até 1898 apenas duas aulas funcionavam na sede, uma masculina e outra feminina pelos professores José

²⁵³AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.

²⁵⁴Id. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.

Henrique Pereira Porto que após 1898 foi substituído por José Victor de Castro além de Delfina Maeffer²⁵⁵.

Vemos também que essas são as primeiras ações do então município para que as aulas fossem distribuídas ao longo do território. Mas cabe entender afinal que escolas são estas. As escolas a que me refiro nestes mapas, públicas, iniciadas de 1890 a 1899 trouxeram ao local uma nova forma aprendizagem que agora possuía procedimentos e regras, “pouco e pouco consolidava-se **uma forma dada de ser escola**, que estabeleceria os protocolos da instituição de modo socialmente impactante” (BOTO, 2005, p. 62, grifo nosso), apesar da autora explicar o surgimento das escolas modernas, podemos fazer uma analogia da sua explicação com o surgimento delas em Antônio Prado.

Passa-se então de uma aprendizagem elementar conduzida por um professor/pai de uma casa ou espaço dinâmico para um modelo engendrado de prescrições, e de uma “cultura familiar de um grupo, para uma cultura global e social” (BARROSO, 2012, p. 3), fazendo a escola assumir o papel de transmissora, “mediadora” como o autor expõe, com horários a cumprir, disciplinas, métodos, técnicas (BOTO, 2005), local apropriado e tempos específicos (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001), “uma rede completa e complexa” (ARRIADA; TAMBARA, 2012, p. 74), sendo que a escolarização brasileira foi progressivamente assumindo essa característica no período, passando da casa para o Estado (ERMEL, 2017).

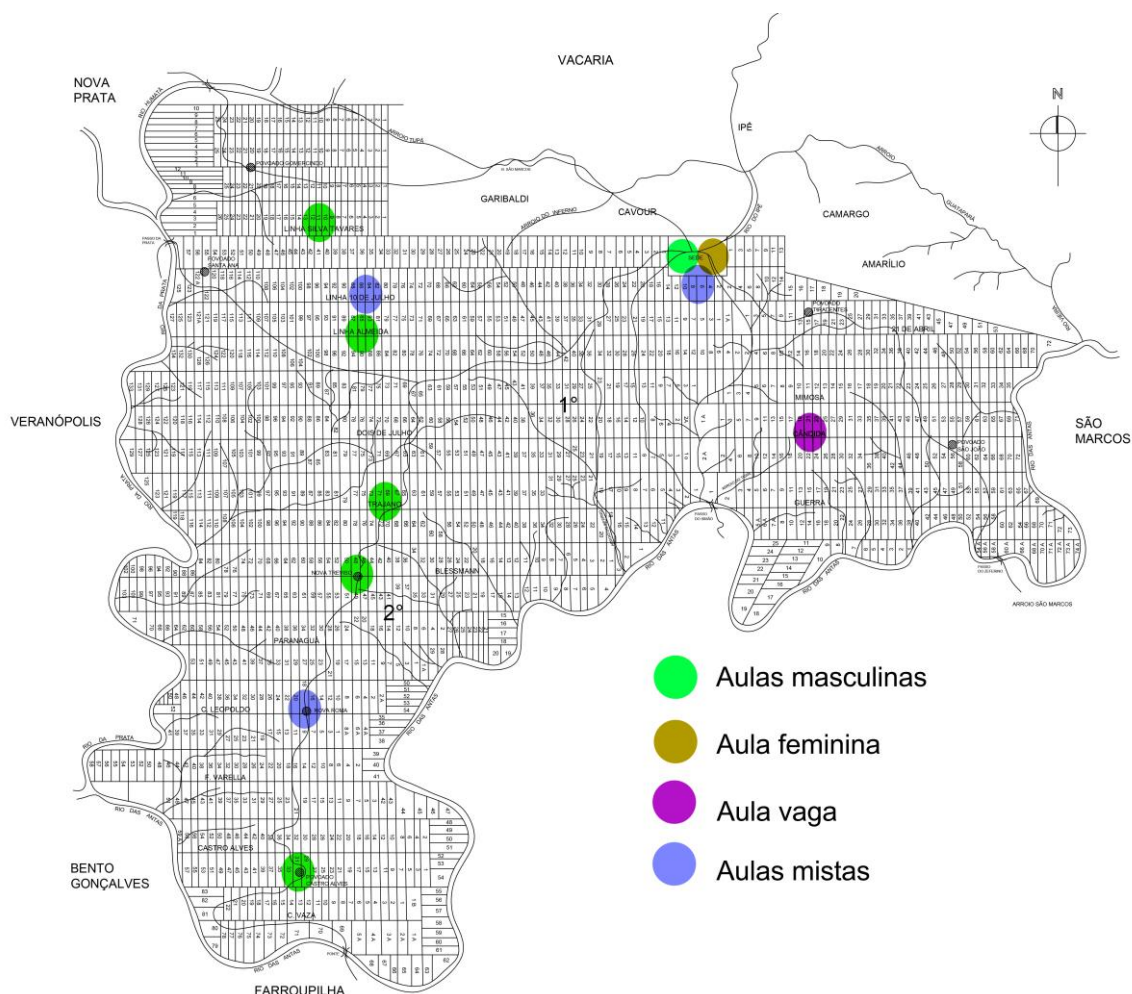
Neste aspecto, Boto (2005) explica que organizar a rede de educação é demarcar o seu lugar social e neste período fica marcado em Antônio Prado esta característica, não só porque as escolas foram surgindo devido à emergência da colônia, mas porque era um momento de adaptação dos sujeitos a este meio e à uma forma escolar, enquanto modelo, configuração já existente, como campo específico “separado das outras práticas sociais [...] vinculada à existência de saberes objetivados” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 28).

Do mesmo mapa, é possível refletir que até esse período não são registradas mais aulas públicas, o que evidencia a falta de aporte escolar e a distribuição na trama urbana mostra que o foco eram espaços com maior quantidade de habitantes, porém nada menos que 20 quilômetros separam a sede de Nova Treviso, um trajeto longo e com muitas linhas e Capelas para que o aluno pudesse se deslocar às aulas, desta forma o desenvolvimento de outras modalidades como foi o caso das já discutidas aulas subvencionadas pelo governo italiano, aulas particulares e educação familiar preencheram essas lacunas nesse período.

²⁵⁵ AHMAP. Quadro de escolas públicas da 1ª região escolar – advindo do Decreto n. 124c de 15 de janeiro de 1898. Folhas avulsas.

Após algum tempo, no Relatório da Inspeção da Instrução Pública do Estado²⁵⁶, o movimento escolar para o ano 1902 em Antônio Prado era de 4 professores efetivos de Antônio Prado sendo a população escolar de 347 alunos, um número bem baixo a comparar com o crescente aumento da população, ademais cabe pontuar que destes 252 eram meninos e apenas 95 eram meninas. A próxima figura é da localização das aulas públicas após 4 anos do mapa anterior, para o ano de 1903.

Figura 22 - Localização das aulas - 1903



Fonte: Adaptado de Secretaria do Planejamento – Prefeitura de Antônio Prado e do Jornal A Federação²⁵⁷

Com quatro anos de emancipação do município, o mapa mostra uma expansão da escolarização pública ao longo do território e principalmente em locais situados nos centros

²⁵⁶Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 20 de agosto de 1903. Anexos finais. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175170>. Acesso em 27 jun. 2020.

²⁵⁷Decreto nº 590, de 31 de janeiro de 1903. Fixa o quanto de subvenção concedida no corrente exercício [...] In: A FEDERAÇÃO. Organ do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 32, p.1, 06 fev. 1903.

das capelas, coube ao Decreto nº 590 de 21 de janeiro de 1903²⁵⁸ determinar quais escolas deveriam funcionar em Antônio Prado, dele transcrevo os professores e a localização:

1ª aula, sexo masculino, professor José Victor de Castro, na vila. 2ª aula, sexo feminino, professora Delfina Maeffer, na Villa. 3ª aula, sexo masculino, professor Francisco Busatto (art.36), em Nova Treviso. 4ª aula, sexo masculino, professor Florencio José da Silva, (art.36), na Linha Castro Alves. 5ª aula, mista, professora Natalina Maeffer (art.36). 6ª aula, mista, professora Maria Antonietta de Almeida e Silva em Nova Roma. 7ª aula, mista, professora Luiza Prestes, subúrbios da Vila, 8ª aula, sexo masculino, professor Caetano Saretta, Linha Almeida (art.36), 9ª aula sexo masculino, professor João Brolhi, Linha Carvalho (art.36), 10ª aula, masculino, vaga na Linha Trajano. 11ª aula, masculino, vaga Linha Candida. ²⁵⁹

Além da difusão do ensino, a prioridade foi a instrução do sexo masculino, que corresponde a maior parte das aulas criadas, três aulas são mistas, uma no centro era destinada às meninas e outra que seria masculina estava vaga no momento. Cabe pontuar que a expansão do ensino em 1903 fez necessária a compra de móveis para equipar as escolas, que foi feita pela Intendência e indenizada pelo Estado²⁶⁰.

As aulas supracitadas foram preenchidas, porém menos de um mês depois inicia-se²⁶¹ a instabilidade através da mudança de aulas e saída de professores, prevalecendo novamente a característica da ausência de escolas e professores, sendo que os que já atuavam supririam na medida do possível as demandas, atendendo mais escolas e recebendo gratificação por isso. No ano seguinte, para conhecimento, emerge novo concurso para o provimento das aulas, sendo que oito delas já estavam vagas novamente. O edital²⁶² de 1905 repete da mesma forma o anterior com a localização e oito aulas vagas, indicando que não ainda não estavam preenchidas.

Em se tratando do contexto para uma compreensão geral, a comunidade ainda trabalhava na abertura de estradas²⁶³ para o pagamento dos lotes, recebendo apenas a alimentação, o o restante descontado da dívida e o ano de 1903 foi ainda época de eleição municipal, resultando na reeleição²⁶⁴ do Intendente Innocencio de Mattos Miller.

²⁵⁸Decreto nº 590, de 31 de janeiro de 1903. Fixa o quanto de subvenção concedida no corrente exercício [...] *In*: A FEDERAÇÃO. Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 32, p.1, 06 fev. 1903. E confirmada a instalação pelos relatórios da Intendência.

²⁵⁹ A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 32, p. 1, 06 fev. 1903.

²⁶⁰ Id. Porto Alegre, ano 20, n. 68, p. 2, 21 mar. 1903.

²⁶¹ Id. Porto Alegre, ano 20, n. 47, p. 2, 23 fev. 1903; Id. Porto Alegre, ano 20, n. 220, p. 2, 21 set. 1903.

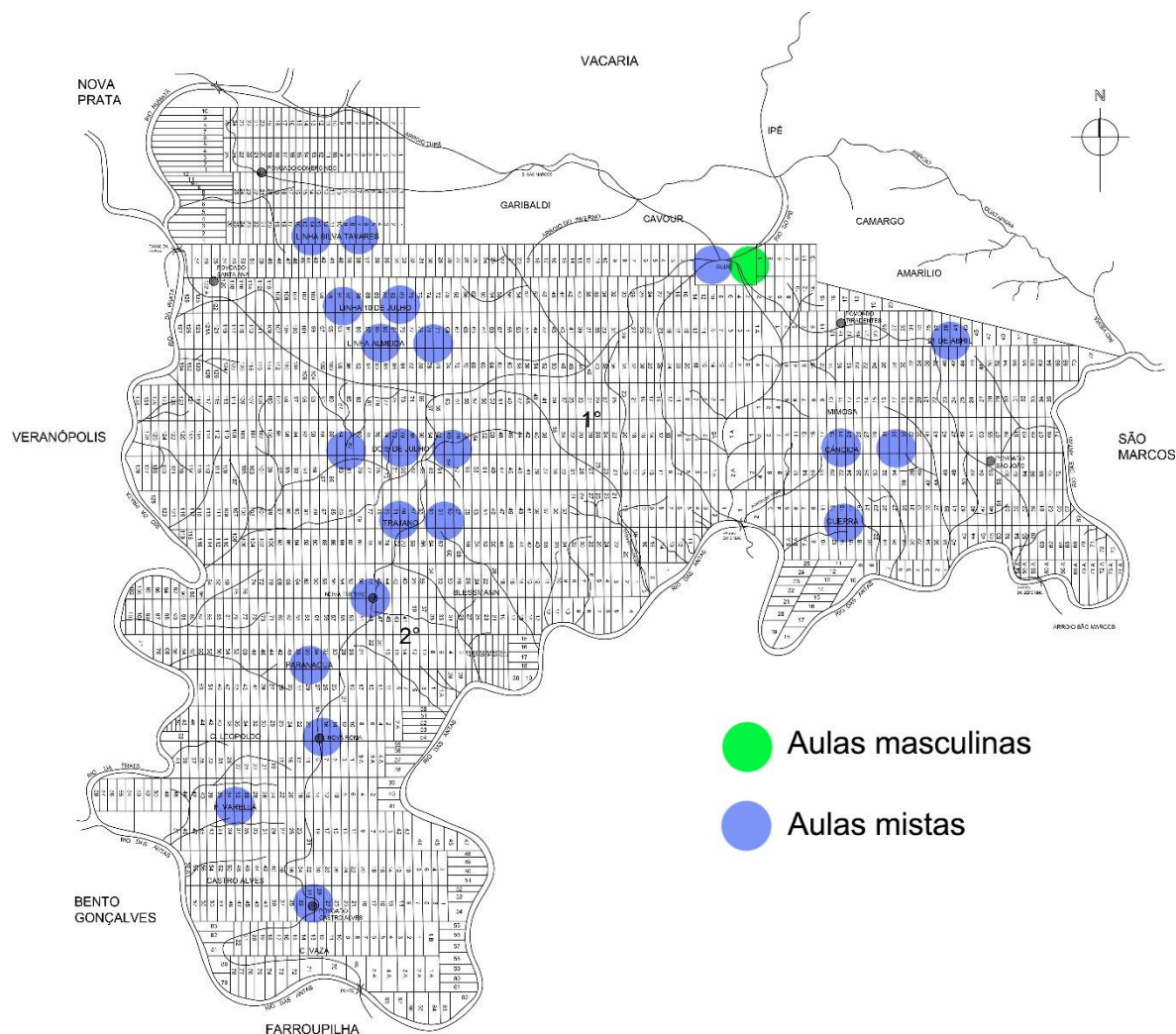
²⁶² Id. Porto Alegre, ano 22, n. 101, p. 3, 29 abr. 1905.

²⁶³ Id. Porto Alegre, 23 abr. 1903, p. 2.

²⁶⁴ Ibid.

Não sendo possível a realização de um mapa com a localização das escolas no período aproximado de 1910 devido à documentação, o próximo mapa mostra a localização das aulas após 12 anos do mapa anterior.

Figura 23 - Localização das aulas – 1915



Fonte: Adaptado de Secretaria do Planejamento – Prefeitura de Antônio Prado e do Relatório de 1915²⁶⁵

Além da expansão do ensino público é possível confirmar a abertura de novas aulas nas proximidades de outras já existentes, possivelmente devido à grande demanda já que somente uma aula em cada centro da Capela não supria a necessidade de toda a população do entorno, não que esta população estivesse aumentando já que os números confirmam uma estagnação populacional, mas sim, o atendimento dado pelas escolas públicas agora incluiria

²⁶⁵AHMMap. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.

uma quantidade maior de alunos do interior que antes estavam desassistidos por esta modalidade de ensino.

Também chama atenção a mudança pela quase totalidade das aulas em 1915 se tornarem mistas, sendo as já existentes modificadas para tal. Paulatinamente em Antônio Prado a introdução das meninas no quadro da escolarização pública ocorreu e com esta mudança é também possível refletir que

A intensificação das demandas escolares, compostas por uma população estudantil que testemunha a ida das meninas, juntamente com os meninos para escola, representa a incorporação de um princípio no qual a instituição pública republicana assegura o direito das crianças meninas adquirem conhecimento que as instruísem, ao menos em seus níveis mais elementares, em igualdade de condições àquela instrução destinada aos meninos. (BENCOSTTA, 2005, p.73).

Que é verificada pela primeira vez de forma mais “homogênea” após a expansão da escolarização, em parte graças à criação de aulas pós Decreto nº 1895 do ano de 1912 verificado pelo mapa de 1915. Também há de se pensar que a medida de tornar as escolas mistas reduzia custos para a manutenção do ensino separado, além de poder incluir mais alunos com a escassez de professores.

Refletindo a respeito da localização das aulas e das comunidades que eram e não eram atendidas, é possível inferir que ao longo do período estudado a municipalidade priorizou a colocação das aulas em locais com maior concentração de habitantes, mesmo que a pós-emancipação contasse com um ínfima quantidade de aulas, elas eram posicionadas e deslocadas se necessário para os pontos com maior quantidade de alunos, e que posteriormente com a disponibilidade de mais aulas, seriam criadas nos locais em que apenas uma não seria suficiente. Os critérios para a tomada de decisão permaneceram não registrados, mas de forma subjetiva os relatórios indicam que as informações do Inspetor e da frequência das aulas é que seriam fundamentais para a tomada de decisão.

A década de 1910 foi marcada pela diminuição do déficit de escolas na localidade, mostrando que a escolarização deste período apesar de um contexto conturbado, com dificuldades, estagnações e suspensão de alguns serviços no local não diminuíram o processo de escolarização, e que em Antônio Prado surpreendentemente o motivo da ampliação das aulas foi justamente esta impermanência no contexto, servindo à escolarização pública um processo que permaneceria ao longo e após a década de 1910, tendo o objetivo de inculcar valores, como a difusão da língua vernácula, amor à Pátria, que sob a lente de Hobsbwan e Ranger (2008) refletiriam na “invenção da tradição”.

No próximo capítulo procuro compreender as práticas, os saberes, as representações que se estabeleciam com o ambiente escolar, as culturas escolares envolvidas nestes processos de escolarização, a visão e posição dos sujeitos, a relação da escola com a comunidade, a estrutura dentro da escolarização, bem como elementos resultantes deste cotidiano escolar.

4.3 PRÁTICAS, SABERES ESCOLARES E REPRESENTAÇÕES

Este subcapítulo trata das práticas, saberes escolares e das representações, buscando compreender a dinâmica estabelecida dentro do ambiente escolar. Os três elementos (práticas, saberes e representações) são entrelaçados ao longo da discussão, mostrando serem indissociáveis na investigação. Desta forma, situando como eixo os vestígios que emergiram na pesquisa, pude dar ênfase em algumas informações, entre elas surgem especificidades no que tange as escolas “não-públicas”, como o estudo paralelo de saberes religiosos e adição de atividades manuais, bem como foi possível a discussão sobre algumas atividades festivas. No que concerne ao ensino público, a investigação mostrou que em todo o período estudado a ênfase foi dada ao ensino cívico, mas os vestígios destes por serem em maior número promoveram a discussão acerca da materialidade, condutas, forma de avaliação entre outros elementos, conforme discuto a seguir.

Não é possível uma discussão pormenorizada de cada elemento em virtude da quantidade e das especificidades que emergem deles, porém, ao elencá-los, o situo como um primeiro passo para o estudo, já que as informações coletadas se encontravam dispersas nas mais diversas fontes. Iniciando a discussão sobre a investigação dos saberes, é possível inferir que eles trazem informações não só sobre os conteúdos e as práticas do interior das escolas, mas também abrem vestígios sobre o cotidiano de cada uma delas, das *normas e práticas* (VIÑAO FRAGO, 1995), da forma que o saber foi repassado e “seria” incorporado, além da socialização já que ela “é, portanto, indissociável da natureza escritural dos saberes a transmitir” (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 29).

Desta forma estudá-los abre a compreensão sobre a vida escolar destes sujeitos, ou eu poderia pensar em uma investigação com o termo *escolarização social*, conforme cunhado por Faria Filho (2007), das relações que se estabelecem neste ambiente, além de toda a cultura escolar (VIÑAO FRAGO, 1995). Ainda,

A escola e a pedagogização das relações sociais de aprendizagem estão ligadas à constituição de saberes escriturais formalizados, saberes objetivados, delimitados, codificados, concernentes tanto ao que é ensinado quanto à maneira de ensinar, tanto

às práticas dos alunos quanto à prática dos mestres (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001, p. 28).

Refletindo acerca da complexidade de investigação, pensando sobre os saberes em Antônio Prado, é necessário ter ciência que existem diferenças dos mesmos a depender da escola, desta forma, retomando conforme já explorado, as primeiras aulas desenvolvidas pelos professores Sérgio Ignácio de Oliveira e Genoveva Scotti, modalidades particulares, desenvolvidas no barracão dos imigrantes em 1890 priorizavam os livros do autor Abílio conforme já explorado e que na mesma década emergiram ao menos duas aulas subvencionadas pelo governo italiano, realizadas em língua italiana com leitura, escrita, gramática, primeiras operações de aritmética, história (especialmente a italiana), geografia (italiana e americana) (MINISTERO..., 1895).

Concomitante a estes movimentos e paulatinamente, emergiram as aulas públicas. Em virtude da documentação, não é possível discutir sobre os saberes ministrados na fase Antônio Prado ‘colônia’ mas voltando-se às escolas em um período posterior, transcrevo²⁶⁶ os materiais utilizados em uma delas, localizados no inventário²⁶⁷ da 5ª aula pública mista dos anos de 1907 e 1910.

Quadro 10 - Objetos da 5ª aula pública mista de 1907 a 1910

	Móveis	Objetos	Material didático/livros
1907 ²⁶⁸	8 classes com os respectivos bancos	1 cabide 1 quadro negro com o respectivo cavalete	1 caderno de papel mata borrão 1 mapa dos Estados Unidos do Brasil por E. Levasseur 5 terceiros livros de leitura “O Rio Grande do

²⁶⁶A transcrição foi adaptada às normas da língua vigente, porém dei prioridade à transcrição completa do documento por compreender que as especificidades de cada ano poderiam revelar informações acerca dos objetos da aula, desta forma apesar da ortografia estar corrigida, todo o quadro foi transcrito do documento original com base nos registros da professora Natalina Maeffer.

²⁶⁷O inventário está registrado nas primeiras 5 páginas das 50 disponíveis. O livro apresenta no seu interior, na página inicial, assinatura do presidente escolar Innocencio de Mattos Miller, que também era o Intendente do município. Ele explica que o livro serviria para o inventário da 5ª aula, finalizando com a explicação que rubricaria todas as páginas, o que de fato aconteceu. À primeira página, a professora Natalina inicia com o título “Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em novembro de 1907” seguido da lista dos materiais, nome do município, data e sua assinatura, este formato segue para o ano de 1908, depois, as páginas contêm respectivamente a lista da distribuição de objetos aos alunos, inventário de 1909, distribuição aos alunos de 1909, relação de objetos recebidos em 1910 e inventário de 1910. A lista dos objetos é escrita com um item a cada linha, ao longo das páginas. Por vezes, Natalina especifica alguns itens, em outras vezes sua descrição é genérica. A análise trata dos objetos do ponto de vista da professora, não tendo eles diretamente à minha frente, nem através de imagens, ou ilustrações, apenas a sua descrição no caderno de inventário, mas compreendo que esta é uma representação do objeto por parte da professora e que apesar de ser um fenômeno subjetivo, não pode ser compreendido de forma individual (ALVES, 2010, p. 116), pois envolve processos de construção com o meio em que ela se encontra.

²⁶⁸AHMAP. Livro inventário 01/02/1909 a 28/02/1910. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 30 de novembro de 1907. p. 1

	1 banco para talha 1 mesa 1 armário	1 estrado 4 ardósias já usadas	Sul” 4 cartilhas mestra por um professor Alguns livros usados
1908 269		1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 tinteiro para mesa 6 ardósias 1 maço de giz 2 latinhas de tinta em pó 6 tinteiros para as classes 1 caixa de pena para ardósias 12 canetas 6 lápis 1 caixa de pena de aço 4 réguas métricas	1 caderno de papel Mata borrão 12 terceiros livros O Rio Grande do Sul por J. Pinto. 4 livros para a escrituração da aula 1 resma de papel 12 educação moral e cívica por H. Ribeiro 6 História do Brasil por J. Von Franchenberg 5 seletas em prosa e verso por Alfredo Clemente Pinto 8 terceiros livros de leitura – Por Hilario Ribeiro 12 histórias do Rio Grande do Sul por João Maia 6 tabuadas metódicas por I. J. Lopes 6 primeiras aritméticas por José Theodoro de Souza 6 gramáticas portuguesas por Bebiano de Almeida 12 cartilhas primárias por um professor R. Grandense 8 segundos livros de leitura por um professor Rio Grandense 4 manuscritos 6 leituras escolhidas por A. C. Pinto 6 geografias elementares por João Von Franchenberg
1909 270	8 classes com os respectivos bancos 1 banco para talha 1 mesa 1 armário	1 cabide 1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 estrado 1 tinteiro para mesa 6 ardósias usadas 1 latinha com tinta em pó 6 tinteiros para as classes 8 penas para ardósias 6 canetas 3 lápis 15 penas de aço 4 réguas métricas	3 folhas de papel mata borrão 1 mapa dos E. U. do Brasil por E. Levasseur 15 terceiros livros de leitura – O R. G. do Sul J. Pinto Guimarães 8 cartilhas mestras – por um professor R. Grandense Alguns livros usados 4 livros para a escrituração da aula 12 cadernos de papel alonasso 12 educação moral e cívica por Hilário Ribeiro 6 Histórias do Brasil por J. V. Franchenberg 5 seletas em prosa e verso por A. C. Pinto 18ª edi. 8 terceiros livros por Hilário Ribeiro 11 histórias do R. G. do Sul por João Maia 6 tabuadas metódicas por Isidoro José Lopes 2 primeiras aritméticas por José Theodoro de Souza Lobo 4 gramáticas portuguesas por Bebiano de Almeida

²⁶⁹ AHMAP. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 20 de junho de 1908. p. 1v.


²⁷⁰ Id. Livro inventário 01/02/1909 a 28/02/1910. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 10 de fevereiro de 1909. p. 2v e 3.

			<p>3 segundos livros de leitura por um professor R. Grandense 4 manuscritos –Letras Manuscritas 6 leituras escolhidas por A. C. Pinto 6 geografias elementares por J. V. Franchenberg</p>
1910 271	<p>8 classes com os respectivos bancos 1 banco para talha 1 mesa 1 armário</p>	<p>1 cabide 1 quadro negro com o respectivo cavalete 1 estrado 1 tinteiro para mesa 14 ardósias – 4 já usadas 2 caixas com giz 1 lata de tinta em pó 18 tinteiros de vidro para as classes 1 caixa de penas para ardósias 24 canetas de latão (ilegível) 12 lápis 1 caixa de penas de aço 11 canetas para penas de aço 12 esponjas 9 régua métricas</p>	<p>8 folhas de papel mata borrão 1 mapa dos E. U. do Brasil por E. Levasseur 8 terceiros livros de leitura – O R. G. do Sul (já usados) 15 cartilhas mestras – por um professor R. Grandense Muitos livros em mal estado 4 livros para escrituração da aula 1 resma de papel 8 educação moral e cívica (já usados) e 4 por Hilário Ribeiro 9 Histórias do Brasil – sendo 3 já usadas por J. V. Franchenberg 11 seletas em prosa e verso – A C. Pinto 20 terceiros livros de leitura por Hilário Ribeiro 15 História do R. G. do Sul por João Maia 13 tabuadas metódicas por um professor R. Grandense 6 primeiras aritméticas por Souza Lobo 14 segundos livros de leitura por um professor R. Grandense 6 manuscritos 6 geografias elementares por J. V. Franchenberg 1 livro para canto 6 livros de exercícios para aprender a língua portuguesa por (ilegível) 8 geografias do R. G do Sul por Henrique Martins 14 gramáticas 1º e 2º curso por A. C. Pinto 8 mundo infantis por Fanny Romagnoli e Sylvia Albertoni 6 trechos escolhidos por João Maia 6 aritméticas de Trajano 12 pequenas geografias por De J. M. Lacerda 12 pequenas histórias do Brasil por De J. M. Lacerda 6 geografias elementares por Souza Lobo 1 segundo livro de leitura O R. G. do Sul</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base no livro inventário 01/02/1909 a 28/02/1910 do AHMAP (2020)

Fica evidente o crescimento de número de livros fornecidos. Os móveis são permanentes: a mesa da professora, carteiras e respectivos bancos, além do armário, o estrado,

²⁷¹AHMAP. Relação dos móveis e mais objetos escolares na 5ª aula pública mista em 28 de fevereiro de 1910. p. 4v e 5.



cavalete para o quadro negro e o cabideiro, indicando que permaneceram os mesmos, constituindo um bem material “permanente” dessa escola. A organização da sala se configura e como afirma Meda (2015, p. 9) possibilita pensar as relações “originárias com as práticas as educativas reais realizadas em sala de aula”. Neste sentido, há uma adição de materiais com o passar dos anos, principalmente quanto aos livros didáticos e este aumento coincide com a expansão da escolarização em Antônio Prado. Em poucos anos, as condições das escolas, mesmo as rurais, com vários adiantamentos em uma mesma turma e uma única professora puderam introduzir novos saberes e tiveram suas práticas, por vezes, moldadas por esta cultura material (VIDAL, 2009, p. 26).

O inventário listado anualmente permite a compreensão que a sua obtenção parte de uma lista em 1907 “básica” para o funcionamento da escola, que já inclui todo mobiliário, indicando o mesmo como necessário para as atividades e que o incremento gradual e troca de livros deu-se para o aprimoramento desta escola. Compreendendo que “tomados como materialidade, esses objetos não apenas favorecem a percepção dos conteúdos ensinados [...], mas sobretudo suscitam o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola” (VIDAL, 2005b, p. 64) e para isso “adquirem realce os usos, os modos como os sujeitos lidaram com os materiais que foram distribuídos e/ou impostos a eles, perceptíveis nos vestígios do tempo por vezes inscritos nos espaços estratégicos do poder” (VIDAL, 2005b, p. 65).

Com o anseio de compreender acerca destes objetos, móveis e seus usos, discorro sobre o que os vestígios nos trazem. Referente ao mobiliário, o fornecimento dos mesmos pelo Estado do Rio Grande do Sul, no período até 1912, foi em parte realizado pela Casa da Correção. Justificado que a mobília produzida pela mesma seria enviada aos lugares de fácil acesso e que se não fosse possível, a localidade deveria fabricar os próprios móveis, reduzindo assim os custos do Estado²⁷². Todavia, há registros²⁷³ da importação de móveis e objetos escolares para o Rio Grande do Sul, porém não sabemos se chegaram a Antônio Prado e mesmo que não possa estabelecer com precisão a proveniência do mobiliário, existem elementos e indícios para a compreensão deles.

Um ponto que destaco é a ausência de referências no Arquivo Histórico sobre a mobília por parte da municipalidade, contrastando com as inúmeras trocas de informações sobre os materiais didáticos – que discorro mais adiante. A interdição da cultura local parece ser a

²⁷² Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 20 de agosto de 1902. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174187>. Acesso em: 01 jun. 2020.

²⁷³ A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 213, p. 1, 10 set. 1912.



explicação, já que era corriqueiro a própria comunidade realizar inferências para a construção da escola, então por que não o poderia fazer no caso do mobiliário. Outro indício localizado se refere ao pagamento de um transporte

Solicitou-se do secretário dos negócios da fazenda o pagamento, aos Srs. Felisberto Porfírio de Souza e C. da importância de 122\$500, proveniente do transporte de móveis escolares para as aulas públicas dos municípios de S. João de Montenegro, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, **Antonio Prado** e Vacaria. (grifo nosso)²⁷⁴

Provavelmente este foi um dos fornecimentos de móveis escolares para as escolas públicas no recém criado município de Antonio Prado – RS- e que vinha da Capital. O caminho era longo com uma íngreme subida da serra. Já em 1903 um registro de jornal consta "mandou-se indenizar a intendência municipal de Antônio Prado da quantia de 1:221\$500, proveniente do fornecimento de móveis às escolas públicas daquele município"²⁷⁵.


Conforme já apontado é possível que a maioria dos móveis escolares fossem neste período resultado da fabricação dos materiais no próprio local, já que conforme o Relatório Estadual de 1902 existia a alternativa da fabricação dos mesmos para a redução de custos do Estado. A distância e as condições do caminho a percorrer, afinal Antônio Prado se localiza há 182 quilômetros da capital, tornavam conveniente a fabricação da mobília na própria localidade. Todavia, também existiram fornecimentos anteriores do próprio Estado, levando a crer que não houve neste período uma única forma de incremento da materialidade das escolas públicas do município. De um lado, permanecem lacunas, de outro, como afirmam Miglioranza e Possamai (2020), desde o início do período republicano, o Estado foi responsável pelos materiais das aulas públicas, incluindo a seleção e distribuição do mobiliário, ao menos em parte delas.

No caso de Antônio Prado, muitos dos prédios escolares e o próprio terreno são doados à municipalidade. O que indica a interdição – ao menos em parte – das famílias, na construção e no fornecimento da mobília. E apesar de simples, resolviam o problema da falta de local para funcionamento das escolas. Na lista do inventário não há indicativos de especificidades destes móveis, levando a crer nesta hipótese, que é apoiada pela oralidade²⁷⁶. A convergência de informações parece indicar que a urgência no estabelecimento das escolas poderia ser um fator para que os móveis fossem fabricados pelos próprios habitantes ou

²⁷⁴ A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 17, n. 30, p. 2, 06 fev. 1900.

²⁷⁵ Id Porto Alegre, ano 20, n. 68, p. 2, 21 mar. 1903.

²⁷⁶ Cf. Grazziotin e Ferreira (1984, passim). As autoras também pontuam que a mobília seria bastante rudimentar e escassa nas escolas do interior.




encomendados no local pela municipalidade, já que em confronto com relatórios estaduais existia uma demora no fornecimento deles. Assim, a produção e a circulação dos móveis mudavam, a depender das situações.

Por fim, quanto ao mobiliário, fica evidente que na aula listada do inventário, ele estaria sendo utilizado desde a abertura da escola em 1900 - apesar da introdução de novos materiais didáticos. Desta forma, cabe refletir que os objetos trariam outro “fazer” escolar e o mobiliário precisaria, conforme necessário, ser adaptado ao que a escola se propôs, questão que dialoga com as movimentações no Estado para a troca do mesmo ocorrida em 1907, por ser “julgado em desacordo com as prescrições da ciência” (MIGLIORANZA; POSSAMAI, 2020, p. 520) e sua permanência nesta escola, através do inventário, pode ser compreendida “apesar de a defesa de sua necessidade aparecer nos discursos, quando as fontes trazem dados sobre o provimento das instituições descortina-se um cenário que indica uma realidade defasada, se comparada à do ideal defendido” (KINCHECKI; SOUSA; SILVA, 2019, p. 16).

Quanto à utilização, ao relacionar o inventário da 5ª aula mista e o estudo Arriada, Nogueira e Vahl (2012) é possível notar inúmeras similaridades entre a sala de aula de Antônio Prado e as referidas pelos autores. A exemplo, pensando sobre os bancos, relacionando a quantidade de alunos, no mínimo 18 crianças frequentavam essa aula e temos no período 8 classes com os respectivos bancos, mostrando uma utilização conjunta de várias crianças, que ao utilizá-lo juntavam os corpos, implicando também na prática do professor, e na ausência de questões higienistas que se mostrariam importantes vinculadas as carteiras individuais de estudo (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012), o que de certa maneira faz com que objetos e móveis do interior da sala de aula possam ser vistos como dispositivos, que conforme pontuado por Chartier (2012) resultam nas práticas pedagógicas.

E se “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais” (SANTOS, 2006, p. 43), e aos alunos, o “espaço escolar, rigidamente ordenado e regulamentado, tentará inculcar-lhes valores, padrões, normas de comportamento” (ARRIADA; NOGUEIRA; VAHL, 2012, p. 51), que podem ser lidas por meio destes objetos, como é o caso também da utilização do estrado que facilitaria o controle do professor sobre o aluno.

No que tange aos livros e sua origem, sabe-se que o pagamento do transporte em Antônio Prado era feito pela Intendência, porém é possível verificar que a conta era dirigida ao Estado, especificamente à Inspeção Geral da Inspeção Pública para reembolso. Em um dos



registros²⁷⁷ em 1905 foram transportados 17 caixotes de livros que partiram de São Sebastião para Antônio Prado, ao final de 1910 foi realizado outro transporte e mais um pedido de reembolso, agora os materiais eram nove caixotes de livros que pesavam 410 kg de materiais²⁷⁸, o pedido finaliza com o requerimento de reembolso a José Miller e Irmãos²⁷⁹. Possivelmente entre esses materiais, estavam os que foram destinados à 5ª aula mista da professora Natalina Maeffer.

Há ainda registros arquivados do município de uma grande quantidade de gráficas oferecendo livros didáticos, mostrando que havia uma grande circulação e troca de materiais, corroborada pelo inventário transcrito ao sinalizar mudanças constantes de títulos e autores. Todavia, a professora Natalina Maeffer sinaliza que ainda existia a prática da reutilização dos materiais de um ano para outro, pois alguns deles constam como “usados” na lista, o que retoma a fala de Kinchescki, Sousa e Silva (2019, p. 16) sobre uma “realidade defasada”.

Quanto aos saberes desses materiais, um ponto chama a atenção. Primeiramente cabe salientar que os vestígios localizados não se limitam à lista do inventário, a exemplo em 1915, o secretário da Intendência e professor José Fialho de Vargas realiza a anotação, “entre as aulas municipais distribuí por vossa ordem aritméticas intuitivas de F. M. Acierno, e o livro de leitura “Pátria”, como meio de incremento ao ensino cívico”²⁸⁰. Em outro registro tem-se a informação “foi distribuído um mimoso hino escolar em homenagem ao heroico patricio Bento Gonçalves, bela produção musical e literária editada pelo Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, e gentilmente oferecido a Intendência por aquela benemérita associação, com o altruístico fim de contribuir para uma educação cívica da atual geração infantil.”²⁸¹.

O que claramente se sobressai é a orientação em prol de um ensino cívico, de amor à Pátria. No caso do inventário, é possível ver diversos livros com esta temática e se os deslocarmos para a reflexão produzida por Chartier (2012) em que os considera como “dispositivos” para a aula, vemos a sua assimilação quando os mesmos são utilizados e “incorporados” pelos alunos ao declamar poesias e versos cívicos no final de cada ano letivo, no momento de avaliação dos mesmos.

Corsetti (1998) explica que os livros aprovados para adoção oficial nas escolas públicas do Estado no início do século XX foram um instrumento para a concretização da

²⁷⁷ AHMAP. Livro de correspondências da Intendência de 11.02.1899 a 10.02.1913. Correspondência de 29 de abril de 1905. p. 6.

²⁷⁸ Ibid. Ato n. 29.

²⁷⁹ Sinaliza-se aqui a possível relação com o Intendente Innocencio de Mattos Miller.

²⁸⁰ AHMAP. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916, p. 19.

²⁸¹ Ibid, p. 8.

política positivista, conforme foi possível verificar pelas anotações do secretário e professor José Fialho de Vargas, além dos livros contidos no inventário. Custo baixo, unidade doutrinária, metodológica e preocupação com consciência sanitária eram as principais características, seguida da preparação do aluno para o mercado de trabalho como as atividades manuais (CORSETTI, 1998).

Sobre os elementos elencados por Corsetti (1998), é possível verificar vestígios da sua aplicação em Antônio Prado no trecho seguinte de um jornal, “em quase todas as aulas há o ensino cívico, são ministradas lições de canto, ginástica e trabalhos manuais. [...] Em Nova Roma, município de Antônio Prado, o professor é um brasileiro nato, formado em filosofia, segue bom método e observa o modo simultâneo”²⁸². Quanto a eles, Souza (2000) afirma que a escolarização ao longo do século XIX viu a introdução de elementos além do conhecimento científico, citando os que estavam presentes em Antônio Prado como o canto, a ginástica e a música, e “iniciava-se, assim, um ensino de viés positivista e evolucionista, enfatizando muito mais a formação científica do que a humanística, cujo lema era modernizar o Estado e preparar os cidadãos para enfrentar o progresso na ordem social estabelecida.” (JACQUES, 2015, p. 54).

Partindo para os saberes das escolas públicas, primeiramente sabe-se que “a escola primária tem por fim promover e dirigir simultaneamente o desenvolvimento moral, intelectual e físico das crianças, durante a idade escolar, e ministrar-lhes conhecimentos úteis à vida”. Diante deste conceito do que é e qual a finalidade das escolas da época em que discuto, localizado no Art. 1 do Decreto nº 239 de 5 de junho de 1899, é possível compreender que os saberes estariam diretamente vinculados aos objetivos propostos.

E sabe-se que a aprendizagem das crianças, neste período, se situava na memorização - através de perguntas e respostas, o que nos mostra indícios de algumas práticas pedagógicas, o que conforme Chartier (2007) não é possível esclarecer a real efetivação das mesmas e sim constatar-las através da finalidade, neste caso memorizar para passar pelo exame remete à constante ida e vinda do aluno em uma ação de incorporar a lição.

Quanto à avaliação dos mesmos, os exames eram as principais formas para aprovação do aluno, sendo realizados ao final do ano com a presença do professor, inspetor e alguns cidadãos que compunham a “comissão examinadora”, em sua maioria funcionários públicos ou o próprio Intendente, conforme Graziotin e Ferreira (1984), a Comissão atendia 4 escolas por dia, e ao final dos exames de cada aula eram escolhidos os alunos que se destacavam.

²⁸² Não foi possível verificar se as turmas eram seriadas para a verificação do método. Fonte da citação: A FEDERAÇÃO: Organ do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 30, n. 246, p. 1, 23 out. 1913.

Muitas das atas redigidas mostram que quando o aproveitamento era considerado no mínimo “razoável”, a comissão se dava por satisfeita e assim encerrava a avaliação. Entre os itens examinados eram analisadas as escritas e cadernos de caligrafia, leitura dos 1º, 2º, 3º e 4º livros, seleta e manuscritos, seguido pelo exame de aritmética através das quatro operações e de geografia²⁸³. Em alguns casos, são citados declamação de poesia e saudação ao Intendente, quando ele estava presente.

O método de ensino era verificado pelo inspetor, em uma das aulas o inspetor Joaquim dos Santos Gama explica que o método era o intuitivo²⁸⁴, muito utilizado no país ao longo do período²⁸⁵ e que pressupõe “uma abordagem indutiva pela qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato” (SOUZA, 2000, p. 12). Souza (1998, p. 22) explica que o método foi considerado “o elemento de renovação do ensino da época”. O inspetor também registrou suas impressões explicando ser o “melhor método” aplicado apesar dos alunos serem todos “principiantes”, ao final do relatório, ele destaca que na maioria das vezes a aprendizagem é descrita com dificuldades devido à falta de bens materiais como livros, classes e bancos. Assim, conclui-se que mesmo que a legislação aponte a utilização do método, abre-se a questão da formação dos professores para a aplicação e de subsídios para contribuir com a sua prática.

Quanto ao modo do professor ensinar, a supervisão do Inspetor Escolar atribuía e corrigia as condutas do professor, que vinham por meio de “recomendações”, muitas vezes pedindo maior ênfase no ensino cívico, e imposição aos alunos para desenvolver um “espírito de amor à pátria”²⁸⁶. Há de se considerar a apreensão do professor pela visita do inspetor escolar, pois a depender da sua avaliação, a escola continuaria ou não funcionando. Notei²⁸⁷ que algumas vezes o professor não sabia justificar o motivo das faltas ou da dificuldade de aprendizagem dos alunos e que alegava ao inspetor ser um dia diferente do normal, mas que o restante dos dias tudo ocorria de forma tranquila e conforme o regulamento, o que indica possivelmente a apreensão deste professor na resposta.

Perante as autoridades municipais, ainda a figura do professor público de Antônio Prado pode ser descrita de duas formas, os relatórios o trazem como indivíduos muito importantes que disseminam o conhecimento, em uma das passagens Innocencio declara

²⁸³AHMAP. Livro Atas e visitas 02.03.1914-13.11.1944.

²⁸⁴Ibid. Visita em 07.05.1918.

²⁸⁵ Nos Relatórios Estaduais e Decretos é possível verificar a ênfase na aplicação do mesmo pelos professores, a exemplo, no Decreto Estadual n. 89 de 02 de fevereiro de 1897, que reorganizou a instrução primária do Estado, consta “será constantemente empregado o método intuitivo” (p. 164)

²⁸⁶Ibid. Visita de 14.06.1919.

²⁸⁷AHMAP. Livro Atas e visitas 02.03.1914-13.11.1944.

“quanto a mim tenho muita satisfação em externar o meu louvor a esses bons servidores pela dedicação que todos eles têm demonstrado no desempenho da sua elevada e dificultosa missão”, da mesma forma, muitos são vistos como desqualificados ou que não se dedicavam o suficiente para ensinar os alunos.

Quanto a estes registros da municipalidade, Giolo (1997, p. 315) faz o alerta “por certo, não devemos deixar-nos levar pelas artimanhas do discurso oficial. Os positivistas foram mestres do discurso...”, ademais, é necessário criar uma certa distância ao analisar este discurso, e ter em vista que esta representação “permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais” (CHARTIER, 2009, p. 49), sendo assim, é possível verificar que a depender do contexto a Intendência mudava a sua visão e o seu discurso.

Ainda, em se tratando da conduta, mas voltando-se aos alunos das aulas públicas, sob a visão do professor, já que o mesmo o classificava nos relatórios mensais entre “ótimo, bom, médio a ruim”, a ação de o categorizar possivelmente passava apenas pela sua percepção, pois não há registros de exames a não ser os exames no final do ano, desta forma ao colocar uma classificação no aluno, o professor “julgava-o” adequado ou não, ao ambiente escolar.

Mas olhando sob outro viés, a ação poderia perpassar todo este contexto, como é o caso de um dos registros encontrados, o livro é da aula feminina da sede entre 1899 e 1903²⁸⁸ da professora Delfina Maeffer, que em 1899 os alunos são registrados com boa conduta ao longo do ano, já de 1900 até 1903, os registros da conduta somem e retomam em alguns meses, sendo deixados a maioria em branco ou com um “B” (bom) para todos, indicando que a questão do preenchimento, neste caso específico, se trataria mais da normatização para o professor apresentar às autoridades do que um controle efetivo da sua conduta.

Porém, a relação de respeito do aluno com o professor deveria ser seguida, caso contrário condutas punitivas eram infringidas, Corsetti (1998) explica que o cotidiano neste período nas instituições escolares do Estado foi marcado pela relação professor-aluno, dando ao docente a autoridade para agir como tal, incluindo castigos físicos e que foram sendo substituídos ao longo do tempo pelo controle disciplinar²⁸⁹. Vemos então a marca da autoridade como uma “representação” que se estabelece pelas práticas cotidianas.

Diante de todas as discussões realizadas, também é possível pensar na contratação de professores, somado a pontuação de Julia (2001) por se tratar de um ponto importante de

²⁸⁸ AHMAP. Livro Ponto e frequência. 15 maio 1899- 31 outubro 1903.

²⁸⁹ Pelos Decretos do Estado, na virada do século, as condutas punitivas deveriam ser principalmente advertências particulares e públicas, seguido da privação do intervalo e detenção na escola de 1 hora após o horário de aula (Decreto nº 130, de 22 de janeiro de 1898).

estudo. Assim como os exames finais dos alunos em Antônio Prado, existia uma “comissão avaliadora” para a contratação dos professores, que o julgava “habilitado” ou não para o cargo. A avaliação consistia apenas em verificar o conhecimento do possível professor.


Esta avaliação para a aprovação incluía a análise da oralidade do professor, seguido de exame escrito em “[...] ditado, leitura, aritmética, análise gramatical, geográfica [...]”²⁹⁰ ao fim da aprovação, para assumir o cargo era feito o registro do contrato do candidato com os direitos e deveres. A forma que ensinavam se estabelecia através destes dispositivos de “direitos e deveres” que fixavam os controles e a normatização das ações, estabelecidos pelos gestores do Estado (CORSETTI, 1998). As obrigações do professor²⁹¹ de acordo com os registros do livro de contrato de Antônio Prado eram:

- a) Apresentar todos os meses à Secretaria da Intendência o mapa demonstrativo da frequência dos nomes do número em ordem, da matrícula e presença diária dos alunos;
- b) Apresentar trimestralmente um mapa da matrícula com os nomes e filiação dos alunos;
- c) Ter em seu poder os livros de matrícula de frequência e de visitas abertos e rubricados pelo Intendente;
- d) Aceitar independente de recompensa dos pais as crianças pobres, sendo no caso de dúvida quanto a este estado resolvida a questão pelo Intendente ou Subintendente, decisão a que se submeterá o professor;
- e) Sujeitar-se às disposições que em regulamente, portarias escolares baixarem do Intendente bem como às do Decreto nº 1895 de 23.12.1912 e demais decisões;
- f) Ter como rescindido do pleno direito o presente contrato toda vez que o Intendente por motivos justificáveis, assim, a entender, resolução que será logo comunicado ao interessado.

Destas obrigações, percebeu-se pelo *corpus* que ao menos algumas delas eram seguidas, como é o caso das rubricas, encontradas em todos os livros de matrículas do período, porém a exemplo, não foi possível estabelecer a periodicidade de apresentação de mapas e frequências já que há lacunas e apenas alguns dos livros foram arquivados no Arquivo Histórico de Antônio Prado.

²⁹⁰AHMAP. Livro laudos de exames de candidatos ao magistério 30.01.1918 a 30.04.1919.

²⁹¹Id. Livro: Contrato de professores – 01.06.1914 a 01.02.1923.



Corsetti (1998) explica que a formação dos professores era realizada pela Escola Normal de Porto Alegre ou nas Escolas Complementares, locais que não aguentaram a demanda da expansão, acontecendo um empobrecimento qualitativo do trabalho docente. A decisão do provimento de cargo por meio de concursos foi uma política educacional do governo para uma “certa purificação do quadro docente” (GIOLO, 1997, p. 359) já que conforme o mesmo autor pontua, grande parte dos professores não pertencia ao quadro efetivo e por meio do concurso mostravam se eram mesmo qualificados, o que gerou um problema tendo em vista a grande quantidade de reprovações.

Não existem muitas informações sobre a formação dos professores de Antônio Prado, mas os registros de nomeações²⁹² possibilitam a compreensão que não era necessária uma formação para assumir a função, haja vista que a análise era feita apenas com base no conhecimento teórico e na verificação da escrita dos conteúdos, mesma explicação feita por Grazziotin e Ferreira (1984, p. 18), ou como as autoras explicam “a seleção era feita a nível de quem tinha um melhor conhecimento das matérias básicas”, o que Arriada e Tambara (2012) pontuam como elemento fundamental para a atuação nas séries iniciais. Porém, cabe sinalizar que Grazziotin e Ferreira (1984) explicam que em Antônio Prado, mesmo com esta seleção, previamente o candidato recebia um convite para participar da mesma.

Um aluno de Antônio Prado que aprendia o conteúdo e se destacava pelas habilidades conseguiria ser aprovado pela “comissão avaliadora” e assumir como professor, como o caso da professora Josephina Bernardi, que foi aluna do professor Antonio Tondello, passando pela “comissão avaliadora” e assumindo como professora na 18ª aula da Linha 10 de Julho em 1919, bem como possivelmente tantos outros professores que estudaram no local e posteriormente assumiram a função, porém existem questões também ligadas ao meio como os vínculos familiares que auxiliam para que o sujeito entrasse nesta profissão, no caso dela, ela se casaria com o seu ex-professor. A fotografia seguinte é de Josephina em frente à escola que dava aula.

²⁹²AHMAP. Livro Registro de Nomeações 27.08.1907-01.07.1914.



Figura 24 - Professora Josephina Bernardi em frente à escola [1920]



Fonte: Acervo da família Bernardi

Os acessórios, conforme explica Burke (2004) reforçam a auto representação na imagem, assim é possível pensar nos livros, na bandeira, e mesmo na postura séria da professora que remete ao ideal proposto pelo modelo educacional do período, mostrando a “conduta adequada”, a representação do ideal docente. Na mão esquerda de Josephina se encontra o livro de frequência dos alunos, e na mão direita a bandeira do Brasil com os escritos de ordem e progresso.. É possível destacar também a simplicidade da estrutura arquitetônica da escola rural, com pedras como base, além da escada improvisada para subir até a porta.

Pensando no preenchimento feminino dos cargos, como foi o de Josephina, os autores Tambara (1998) e Corsetti (1998) explicam que o mesmo era visto como uma “nobre missão” para as mulheres, todavia ambos afirmam ser possível confirmar que a entrada das mulheres no mercado deu a possibilidade do pagamento de salários mais baixos que o dos homens, e

apesar de ter prestígio social não tinha reconhecimento econômico, situação que Corsetti (1998) caracteriza como precária, todavia “por diminuta que fosse a remuneração, sempre significava uma complementação, senão, às vezes, a principal fonte, da renda familiar” (TAMBARA, 1998, p. 39-40).

A mesma autora alerta que eram comuns diferenças entre a própria categoria e/ou a depender da localização da aula que o professor (sede ou interior) lecionava (CORSETTI, 1998). Em Antônio Prado não foram localizadas diferenças, os professores recebiam o mesmo valor independente de gênero e localização das aulas, ao menos é o que os registros oficiais indicam. Sobre os valores, documentalmente desde 1912, o pagamento de um professor municipal em Antônio Prado correspondia a 600\$000 reis anuais, ou 50\$000 mensais, valor que permaneceu inalterado até 1920 conforme os contratos de professores²⁹³, e que na maior parte do período foi pago em prestações trimestrais, sendo o mesmo salário de um inspetor municipal.

Porém, muitas vezes o professor recebia atrasado seu pagamento, foram localizados inúmeros registros de correspondências da Intendência pedindo à Instrução Pública a ordem de pagamento dos professores, um deles é do professor Jacob Fernando Callegari, que merece ser registrada pela extensão que tomou. Nomeado²⁹⁴ em maio de 1911, ele ficou responsável pela 3ª aula municipal em Nova Roma, seu pagamento deveria ser em Agosto, mas em Novembro a Intendência alertava²⁹⁵ que o pagamento dele, pelo Estado, ainda não havia chegado. Em fevereiro de 1912 novamente há um registro de correspondência, “não havendo a Coletoria recebido ordem do pagamento do professor Jacob Callegari, tomo a liberdade de dirigir-me mais uma vez a V. Ex. pedindo a referida ordem...”²⁹⁶ em junho de 1912 há o registro²⁹⁷ de exoneração de Jacob Fernando, **a seu pedido**. Não há registros futuros de Jacob Fernando como professor. A atuação curta dele, bem como tantos outros que assumiram o cargo e ficaram pouco tempo, encontra entre uma das explicações possíveis, salários baixos, atrasos e falta de pagamentos.

Era também comum a gratificação, iniciada ainda na emancipação, dada aos professores que remediassem a falta de outros em aulas vagas²⁹⁸, que correspondia a 30\$000

²⁹³AHMAP. Livro: Contrato de professores – 01.06.1914 a 01.02.1923.

²⁹⁴ Id. Livro Registro de Correspondência da Intendência Municipal Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913. Ato n. 37 de 01 de maio de 1911.

²⁹⁵ Id. Livro Registro de Correspondência da Intendência Municipal Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913. Ato n. 53 de 23 de novembro de 1911.

²⁹⁶ Ibid. Ato n. 54 de 23 de fevereiro de 1912.

²⁹⁷ Ibid. Ato n. 62 de 10 de junho de 1912.

²⁹⁸ Id. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de novembro de 1911 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1912. Innocencio de Mattos Miller. Caxias do Sul: Typ. Mendes & Filho, 1912.

até 1912 e após 50\$000 mensais, mesmo valor do que outros locais do Estado²⁹⁹, quantia equivalente a outro contrato, recebendo desta forma o valor em dobro, porém o professor não poderia contar com esta gratificação de forma fixa, e nem a Intendência gostaria, apesar desta prática permanecer ali e no Estado e constar nas atas de criação das aulas de Antônio Prado³⁰⁰, já que a mesma era descontada da verba “eventual” o que possivelmente indica que os responsáveis gostariam de sanar esta questão.

Em um comparativo³⁰¹ com os dados de relatórios municipais, o Intendente Innocencio de Mattos Miller recebia dos anos de 1904 a 1918 o valor anual de 3:000\$000 que foi alterado para 4:600\$000 em 1919, o subintendente no mesmo período recebia a quantia de 1:800\$000 subindo para 3:000\$000, e o mestre de música e o encarregado do telefone recebiam até 1918 respectivamente 840\$000 e 600\$000.

Corsetti (1998) investigou no Estado que o porteiro do Gabinete do Presidente do Estado possuía sempre salário superior ao dos professores primários e a baixa remuneração é descrita em muitas pesquisas que investigam o final do século XIX e início do século XX como é o caso de Adami [197-] que transcreve ofícios de trocas de professores em Caxias do Sul devido ao baixo salário, o que me leva a crer que o valor dos professores era uma questão delicada ao longo de todo o período investigado e em diversos lugares.


Afastando-nos da discussão sobre a escolarização pública, temos ainda a emergência das escolas religiosas³⁰², das Irmãs de São José em 1900 e dos Irmãos Maristas em 1920. Nestas, os alunos além dos saberes correspondentes às disciplinas também recebiam a educação religiosa, rezavam no início das aulas, praticavam diariamente o catecismo (BIBIANA S. PICCOLI, 1989) e participavam ativamente de atividades de cunho religioso da localidade, como é o caso do Colégio Marista, que em Maio de 1920 por ser o mês de Maria, após as aulas da tarde, os alunos recitavam o terço acompanhados das famílias (CASAROTTO, 1988), sendo por vezes a religião entrelaçada aos saberes e a própria avaliação, como é o caso da ex-aluna Bibiana (1989) que explica que as Irmãs de São José cobravam o que o Padre dizia nas missas e caso não soubesse, o aluno estaria de castigo, aqui percebe-se que a atividade se enquadraria neste caso como um dispositivo pedagógico.

²⁹⁹A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 30, n. 246, p. 1, 23 out. 1913.

³⁰⁰ARQUIVO HISTÓRICO DE ANTÔNIO PRADO. Livro de atas 01.01.1911 a 01.12.1920.

³⁰¹Os relatórios municipais acessados estão referenciados ao final deste trabalho do acervo AHMAP, intitulados “Relatório apresentado ao Conselho Municipal com a Lei do Orçamento do ano seguinte” entre os anos de 1905-1920.

³⁰²Abordo-as brevemente, pois meu foco de estudo se situou na escolarização pública, todavia aponto que as possibilidades de investigação e discussão trariam aberturas para novos estudos de mesmo nível. Desta forma, busquei pontuar informações encontradas sem me ater em ampliá-las para não sair do meu escopo apesar de trazer brechas para instigar futuras pesquisas aos interessados pela temática.





Além da leitura, escrita e atividades de cunho religioso, também elenco outras atividades desenvolvidas nas escolas religiosas como tocar instrumentos musicais, declamação de versos em outras línguas e ensino de bordado, realizadas no Colégio das Irmãs (BIBIANA S. PICCOLI, 1989). Casarotto (1988) ainda destaca atividades realizadas no ano de 1920, no Colégio Marista, como a pontuação do final de ano aos alunos com cartão cor de rosa (correspondente a nota 10), caso levassem amarelo significava alerta e branco significava expulsão do Colégio, o autor expõe que no ano específico todos tiraram rosa, além disso explica a prática de futebol com bolas de espuma em um campo improvisado, atividades que mostram especificidades de cada ambiente escolar e a maneira que a escolarização era desenvolvida.

Diante desta perspectiva, Bencostta (2007) explica que os registros feitos pelas práticas cotidianas são menosprezados e acabam sendo destruídos, mas se conservados, eles contribuem na compreensão da “cultura escolar”, é o caso do registro do final de ano do Colégio Marista supracitado, descrito por Casarotto (1988), mostrando que somente a ação realizada já nos traz vestígios da dinâmica deste espaço escolar, que neste caso permitiu a compreensão que aos alunos caberia a busca pelo cartão cor de rosa, situado como um elemento para a aprovação de todas as atividades realizadas no ano letivo, ademais como o mesmo foi divulgado nas atividades de final de ano, cabe elencar a provável divulgação coletiva dos resultados, o que coloca em análise a expectativa dos alunos, a tensão dos pais pelo mesmo e tantos outros elementos passíveis de discussão que emergem. As práticas também revelam as representações assumidas, tanto por quem registra caso seja o autor da prática como pela “representação” do momento retratado

As representações são vistas como matrizes geradoras de sentidos, condutas e práticas sociais. São como uma rede de aspectos que levam a significações, os quais proporcionam a integração dos sujeitos diante de algo que explique, expresse ou traduza o real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo através das representações. (ARAGÃO; KREUTZ, 2010, p. 107)

Neste caso, partindo ao exemplo da prática de futebol dos alunos, o registro mesmo que posterior por Casarotto (1988) traz o elemento campo “improvisado”. Problematizo a necessidade de citá-lo e situo que ao utilizá-lo o mesmo representa o contexto, produz um sentido alinhando às discussões de Aragão e Kreutz (2010), já que o alerta é relativo à uma precariedade das condições das atividades dos alunos e necessidade de um lugar que foi, ou não, posteriormente adquirido, representando o mesmo pela linguagem.





Poderíamos dizer que o estudo das representações está diretamente vinculado às questões subjetivas que emergem das fontes que foram consultadas, pensando especificamente neste trabalho. Desta forma é necessária sensibilidade ao abordá-las. A seguir exponho práticas, festividades e vestígios que emergiram e que podem ser vinculadas às elas, seja pelos escritos, fontes e fotografias localizadas.

Partimos ao encerramento do ano letivo de 1912³⁰³ no Colégio das Irmãs de São José. Durante três dias, foram conduzidos pelos alunos 15 teatros e 26 musicais, além de contos patrióticos e exposição de trabalhos, essas atividades contavam com a presença das autoridades e famílias dos alunos, as “...festividades difundiam os valores da escola, mas também possuíam uma finalidade social que era mostrar para a comunidade o bom cumprimento das suas funções educativas” (JACQUES, 2015, p. 178), justificado na presença de sujeitos além dos alunos e professoras.

A quantidade de atividades chama a atenção, algumas das peças foram *Maria Stuart*, *I cattivi compagni*, *Fabiola o la chiezza delle catacombe*, *O photographo em apuros*, e musicais como *Les jeunes vertueuses*, *Tändeln und Scherzeu*, meus oito anos, *Réve d'un ange*. Os teatros em sua maioria eram desenvolvidos com 9 alunos participando, apesar de uma das peças ter o envolvimento de 44, como foi o caso de “Os pequenos philosophos”. Os musicais eram realizados com instrumentos como o piano, mandolin e violino. Em todas as atividades ocorre divisão por sexo, não incluindo ambos e no caso dos musicais, tocar piano era realizado apenas pelas meninas.

A descrição detalhada da festividade levanta reflexões sobre a divisão dos alunos, além das representações que podem ser problematizadas, como é o caso da “delicadeza” necessária para a prática do piano pelas meninas, das relações com a comunidade local que se encontra presente e valida as atividades escolares, além dos sujeitos que representam instâncias como o Prefeito e o Pároco, que testemunhavam e de certa maneira “julgavam” as atividades desenvolvidas, mostrando que a atividade educativa necessitava ir ao encontro dos propósitos impostos no meio social e que o seu desenvolvimento deu-se de acordo com essas relações. Para ilustrar, a seguir uma fotografia do Colégio das Irmãs e dos alunos, localizada no museu do município.

³⁰³ANTONIO PRADO: Collegio S. José – Encerramento do anno escolar – Exames nas aulas estadoaes e municipaes. A Federação: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 291, p. 2, 14 dez. 1912.



Figura 25 - Alunos no Colégio das Irmãs de São José [1915-1920]



Fonte: Museu Municipal Centro Cultural Padre Schio

Tirada na frente do Colégio das Irmãs de São José, a fotografia nos mostra um local bastante simples, e apesar de localizado na sede, é rústico, de madeira, ainda com chão batido. Quanto aos sujeitos, percebe-se a presença de diferentes idades, e como as Irmãs também aparecem, possivelmente estão presentes todos os alunos que o frequentavam nesse dia. Há uma separação entre meninas e meninos para tirar a fotografia.

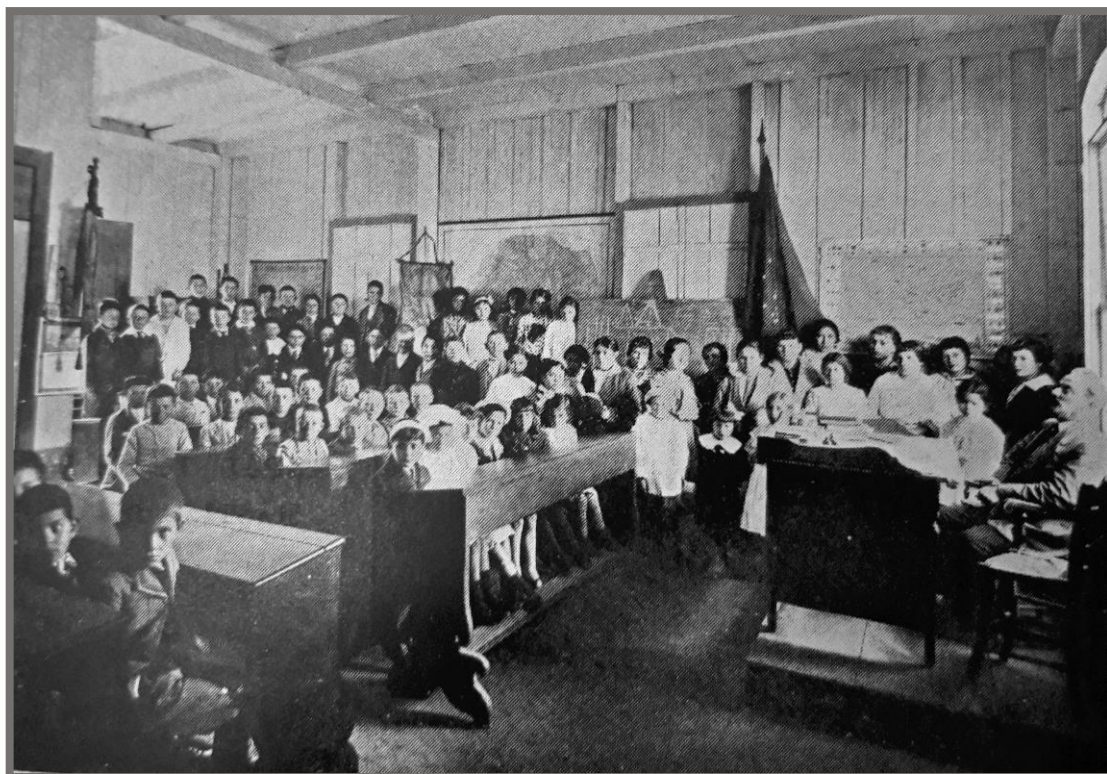
Os alunos, por ser um Colégio pago, deveriam pertencer a uma boa condição econômica corroborado pelas roupas que usavam, quanto a estas, as Irmãs permaneciam através do vestuário a representar sua posição religiosa, o que impunha também um certo “respeito”. A representação da ex-aluna Bibiana Soldatelli Piccoli (1989) sobre a professora no Colégio das Irmãs de São José explicando que eram “boazinhas” apoia a representação da “bondade para com os alunos”, ainda mais de uma perspectiva religiosa. Em se tratando ainda dessa entrevista, saliento que ela apresentou também algumas práticas do cotidiano dessa escola

Nós almoçávamos no Colégio, elas fritavam a polenta nossa e cada um dava a sua cesta. Não tinha nem um galpão nem nada. Era debaixo de uma árvore tinha umas tábuas a gente sentava e almoçava lá. Depois vinha uma Irmã, essa Irmã tinha duas horas de descanso do meio dia até as 2h. Ali ensinava bordar, contava histórias. Ai


uma Irmã ficava junto com nós. E se a gente queria dar uma saidinha tinha que pedir para a Irmã se deixava sim ou não. E dava uma saidinha até chegar as duas horas, até as cinco horas depois das cinco horas a gente ficava duas por dia varrer a aula deixava tudo em ordem e depois nós íamos para casa. (BIBIANA SOLDATELLI PICCOLI, 1989)

Certamente dos elementos expostos por Bibiana emergem informações interessantes sobre as relações dela com a turma e professoras, cabe pontuar o espaço do Colégio para este almoço, as relações que se estabelecem para que a Irmã “deixe” as crianças darem a “saidinha”, o horário extra classe em que a Irmã ensinava a bordar e as crianças ouviam histórias e mesmo o estabelecimento do rodízio de alunos que notoriamente ao final das aulas varriam o espaço e o deixariam limpo, informações que diretamente influenciariam na forma desses alunos se portarem já que um “mau comportamento” acarretaria na impossibilidade de sair, assim como a higiene do local visto que eram os próprios alunos que o limpavam, o que traz questões como imposição de normas, valores e costumes. A seguir conferimos uma fotografia localizada no livro *O Rio Grande do Sul Colonial* (1918) que não especifica o local, mas traz inscrito que seriam “alunos de um Colégio de Antônio Prado”.

Figura 26 - Alunos de um Colégio de Antônio Prado [ca. 1917]



Fonte: Livro *O Rio Grande do Sul Colonial* (1918), p. 275.



Penso que poderia ser o Colégio das Irmãs de São José pelo termo “Colégio”, mas não há indícios que sustentem minha afirmação. A publicação do livro exalta a obra republicana em diferentes municípios, então seria voltada mais à escolarização pública do que privada. Neste caso, tomo a imagem como materialidade de uma cultura escolar, independentemente do local. Ao observar a fotografia, no canto direito há um homem, com postura séria “analisando” os alunos, talvez pertencente à municipalidade, estando presente na fotografia para possivelmente assegurar e marcar que o ensino seria “aprovado”. Cabe destacar a junção para que todos os alunos “coubessem” no ângulo da fotografia e os materiais disponíveis na aula, como bandeiras e mapas, sinalizando uma disponibilidade de materialidade para o desenvolvimento deste ensino.

Ainda que permeadas pelas especificidades de cada local, cabe discutir que mesmo assim existem pontos de diálogos entre as aulas de Antônio Prado, como é o caso das escolas subvencionadas pelo governo italiano, que por serem em língua italiana, com conteúdos referentes à Itália, instigavam à “italianidade” e a manutenção do elo com a Pátria. Da mesma maneira, os conteúdos das escolas públicas igualmente visavam um ardor e respeito ao Brasil, mostrando que ambas, além dos saberes administrados, possuíam uma intenção para e com a aplicação da escolarização, que era o estabelecimento de vínculos a serem assimilados pelos alunos.

Até mesmo aspectos como a arquitetura escolar, a apresentação dos objetos e materiais, como é o caso da fotografia anterior mostrando através da posição dos bancos - virados todos em direção à mesa do professor, a organização da escola e uma determinada configuração na maneira de ministrar as aulas trazem informações sobre as práticas cotidianas “que constituem” as culturas escolares. Cada qual a sua maneira, dentro deste arcabouço que é a escolarização de um município, realidades diferentes, saberes, práticas que constituíam e modificavam-se constantemente a depender da aula investigada. Neste sentido, trago uma fotografia da turma do professor Florêncio José da Silva da aula pública de Castro Alves.


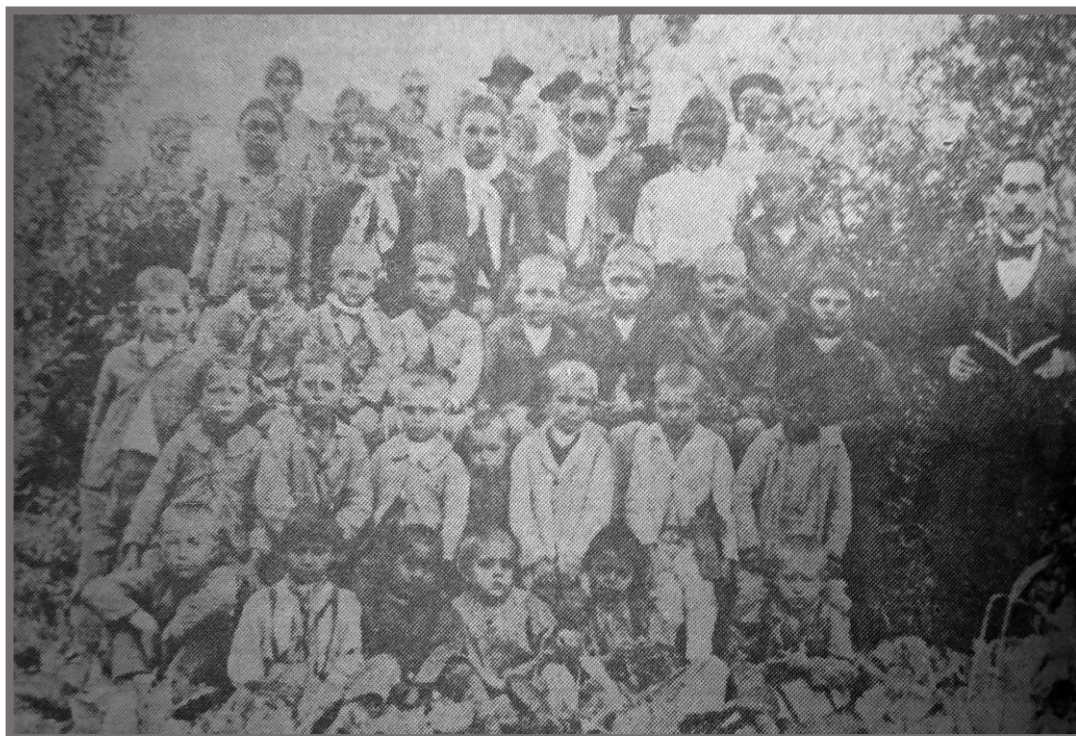


Figura 27 - Professor Florêncio José da Silva e seus alunos [19-?]



Fonte: PANORAMA PRADENSE. Antônio Prado, p. 10, 10 nov. 1974.

A imagem mostra os alunos e o professor Florêncio José da Silva da aula masculina pública em Castro Alves possivelmente em meados do século XX. Os quase 30 alunos que aparecem na fotografia usam roupas simples e pertencem a uma aula pública e rural. O professor segura o livro na mão e bem vestido posa para a fotografia no canto direito. É possível notar certa homogeneidade relativa aos alunos e apesar das particularidades como a posição de cada sujeito para a captura, mostra a representação de uma “turma da escola pública de Castro Alves”, e que por algum motivo não utilizaram a instalação da escola, decidindo assim “representar” a escola e sua função (VIDAL, 2005b) através deste retrato.

Em se tratando da representação entre os sujeitos escolares, existem diferentes perspectivas a serem abordadas, a primeira que chama a atenção é a generalização dos inspetores acerca dos alunos, na visão deles, ou os alunos sabiam, não sabiam, ou estavam aprendendo, não existiam “diferenças” de aprendizagem entre os alunos da mesma turma, além do inspetor colocar a responsabilidade no professor, como é o caso de alunos ao chegarem atrasados, a culpa seria do professor que não foi severo o suficiente para fazer o aluno aprender o horário correto.

Tem-se ainda a visão dos pais e alunos, onde é possível perceber que ambos prezavam a figura do professor, conforme conta a ex-aluna de Nova Roma e do Colégio São José,

Bibiana S. Piccoli (1989), porém a mesma relata que o professor em Nova Roma era brabo, chegava a bater nos alunos e que caso os pais soubessem diziam que algum motivo havia para o professor tomar esta atitude, finalizando pela explicação que os pais não procuravam a escola por isso.

Desse modo é possível pensar na autoridade que o professor representava assumindo o papel de responsável pelo aluno e de detentor da informação já que transmitia o conhecimento, evidenciado também nos relatórios da inspetoria quando utilizam o termo “discípulos” aos alunos³⁰⁴. Arriada e Tambara (2012) explicam que a figura do professor era inquestionável, pois caberia a ele ordenar e dirigir e aos alunos obedecer e aprender. Representação que emerge no trecho do inspetor estadual transcrito no jornal *A Federação* onde explica que o professor de Nova Roma “...já leciona há alguns anos na localidade, é muito conceituado e incansável no cumprimento do seu dever”³⁰⁵.

Além das representações é possível pontuar valores que permeiam o meio e a escolarização do período, na maioria das vezes registrado pela oralidade. Quanto a ele, Thoen (2011) alerta ao pesquisador para estar atento às lembranças orais, pois elas são constantemente reelaboradas, em parte esquecidas e que não são o passado, mas constituem-se como o presente do entrevistado.

A professora Bibiana S. Piccoli (1989) refere-se a alguns elementos da “tradição inventada” (Hobsbawn e Ranger, 2008) como os meninos serem instruídos para o trabalho e as meninas para os afazeres domésticos tendo em vista que “eram do lar”. Ainda é possível ver algumas marcas subjetivas da “vergonha” ao falar o dialeto, gerando um complexo de “inferioridade e medo, fazendo com que falantes da língua se sintam ignorantes” (PAZUCH, 2015, p. 69) e um discurso que diminui a importância do passado pois este não “seria mais importante”, elementos que corresponderiam a uma “identidade” que foi deixada para trás.

Neste capítulo abordei as práticas, saberes escolares e representações. Foi possível verificar alguns vestígios, da seleção evidencio a materialidade, dela foi possível compreender como seriam as práticas dentro do espaço escolar, o trajeto dos livros e do mobiliário, tanto pela Intendência na aquisição como pela utilização efetiva por parte da professora e alunos. Neste mesmo sentido, cabe pontuar as dificuldades e reutilização dos materiais e ponderar a inferência da comunidade. Outro ponto relevante foi a postura do professor e avaliação dele por parte dos inspetores. Por fim, os achados mostram diferentes culturas escolares que se colocaram neste espaço e tempo.

³⁰⁴AHMAP. Livro Atas e visitas 02.03.1914-13.11.1944.

³⁰⁵A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 30, n. 246, p. 1, 23 out. 1913.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou como se desenvolveu o processo de escolarização na localidade de Antônio Prado – RS – entre os anos de 1886 a 1920. Escrever sobre a temática de escolarização deste período, conforme explicado por Luchese (2008) se trata de um trabalho minucioso em que o pesquisador necessita ter ciência das perdas de possíveis documentos, dos indícios não localizados, fragmentados e dos sinais que aparecem ao longo da trajetória.

Nesta perspectiva, apresento a conclusão tendo ciência de sua provisoriedade, já que o fim da escrita não estabelece o fim do estudo, do esgotamento da temática, nem mesmo de uma história. Seria possível continuar a investigação, realizá-la com outras fontes ou mesmo trabalhar sob outras perspectivas e com novas perguntas de pesquisa. Exponho “um dos” processos de escolarização, e apesar de me referir ao longo da discussão “ao” processo, friso que ele não é único, mas o resultado da linha investigativa que assumi.

Como objetivos da pesquisa, propus a realização da taxa de alfabetização dos habitantes, compreender a emergência, constituição das escolas e suas especificidades, além de investigar quais foram os sujeitos envolvidos na escolarização como os professores, estudantes, inspetores e suas culturas, buscando deles estabelecer uma pesquisa que pudesse responder acerca do desenvolvimento da escolarização no local e período.

Sobre o contexto histórico, foi possível perceber algumas características. A colônia, estabelecida em 1886, recebeu rapidamente um grande fluxo de imigrantes, em sua maioria italianos, e foi emancipada após 13 anos, chegando a ter 8.000 habitantes. Com a virada do século XX, iniciou-se um período de crise e êxodo, culminando em dificuldades nos diversos setores e, lentamente, a recuperação ocorreu com a entrada da década de 1920. Também destaco o coronelismo na longa atuação de Innocencio como Intendente, fato que certamente cabe uma investigação futura à parte. Pude perceber que os anos iniciais e a consolidação do local, já nas primeiras décadas como município, envolveram um processo dinâmico, inicialmente com a Comissão de Terras e após com o Governo local, questões que determinaram uma trajetória na história do município.

Sobre o meu objeto de pesquisa, mediante o *corpus* documental, o que ficou evidente na análise foi o processo escolar vinculado às iniciativas públicas, não somente pelas fontes disponíveis, mas por posteriormente compreender que quaisquer outras iniciativas estariam atreladas a ela. É possível definir períodos da escolarização pública, o primeiro de 1886 a




1899, em Antônio Prado “colônia”; o segundo de 1899 a 1912, quando a escolarização passa a ser gerida pelo município recém emancipado e vai até a emergência do Decreto de 1912; e por fim, a terceira, de 1912 a 1920. Discorro sobre as características de cada período a seguir.

Do período de Antônio Prado “colônia” até 1899, notou-se que três aulas públicas funcionavam ao longo de 13 anos, logo não seriam suficientes para preencher a demanda, caracterizando o período pela falta de aporte público escolar. Com a taxa de alfabetização, constatei que os habitantes tinham algum nível de alfabetização e devido à manutenção da taxa pelos seus filhos, foi possível verificar modalidades de escolarização “não públicas” sendo desenvolvidas. A emergência e permanência da educação familiar, particular, subvencionada pelo Governo Italiano e escolas étnicas – que foram modalidades emergentes neste período – supostamente supriram o déficit das escolas públicas. Percebeu-se ainda que a comunidade teve uma importância no desenvolvimento da escolarização, estando interessada e engajada nas diversas formas de desenvolvê-la, com o apoio de materiais, mão de obra e também cobrando a instalação de escolas públicas.

No segundo período, de 1899 a 1912, o cenário se modifica com a pós-emancipação. Percebem-se iniciativas e subsídios do Estado para a escolarização pública, todavia, há uma sinuosidade constante na expansão e muitas das escolas são abertas, deslocadas e fechadas, bem como os professores requeridos e despedidos. De todas as impermanências, este soa como um período de instabilidade na escolarização. Emerge também o Colégio das Irmãs de São José que foi uma referência no ensino particular confessional da localidade no contexto. Nesta fase o município começa a sofrer com o êxodo da população e uma crise financeira se instaura, impactando inúmeros setores.


A década de 1910 é marcada pela estagnação do município, a tensão da Primeira Guerra Mundial é sentida e pode ser percebida nos discursos deixados pela municipalidade do período. A julgar pela situação, a escolarização não teria chão para se desenvolver, o que se mostra contrário. Este terceiro período da escolarização pública, entre 1912 a 1920, é marcado pela emergência do Decreto Estadual nº 1895/1912 que dele, e a partir de então, surgem subsídios financeiros. Nestes movimentos perceberam -se a criação e manutenção das escolas públicas que se consolidam e, ao mesmo, tempo modificam-se, não apenas por acontecimentos locais, mas também por políticas estaduais e nacionais.

Ao aproximar-se dos anos de 1920, o município recupera-se lentamente das dificuldades, e a escolarização, se comparado à 1912, quadruplica em número de aulas públicas, logo, o destaque deste último período foi a expansão no número de escolas e indícios de permanências nas ações desenvolvidas. Permanecem características do ideal



republicano que objetivavam inculcar valores e utilizar a escolarização com essa finalidade. Concomitante, as modalidades “não públicas” deixaram de existir nessa última fase, assim, o processo de escolarização, se pensado como um dado lugar, girou em torno da escolarização pública.

Pensando nos sujeitos e nas escolas públicas de Antônio Prado, sem ater-se à discussão pelos períodos, foi possível identificar traços das culturas escolares. Foi analisada a marcação dos tempos e espaços escolares, constatando-se dificuldades relacionadas à localização das aulas, falta de materiais, repetição de alunos, padronização no modelo e na constituição da forma de ser das escolas, que também trouxe à tona as práticas desenvolvidas, saberes e representações. Deles, alguns traços foram elencados, nuances das culturas escolares das aulas públicas de Antônio Prado, conforme quadro a seguir:



Quadro 11 - Processo de escolarização

PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

SUJEITOS	ESPAÇOS E TEMPOS	SABERES E MATERIAIS
<p>PROFESSORES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença de professores de outras localidades na primeira metade do período investigado; • Inserção de sujeitos do local após Intendência assumir a seleção, no segundo período; • Relações familiares entre eles; • Baixos e padronizados salários, independente da localização da aula. • Representados pela Intendência a depender da finalidade do discurso. <p>INSPETORES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuavam no controle das práticas do professor. <p>ESTUDANTES:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adaptação à língua; • Viviam o cotidiano do espaço escolar, por vezes com irmãos e comunidade da capela; • O deslocamento das aulas impactava o aprendizado. <p>PAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em sua maioria eram alfabetizados, tinham interesse na escolarização dos filhos e atuaram diretamente no processo. 	<ul style="list-style-type: none"> • A modalidade (educação familiar, particular e aulas subvencionadas pelo Governo Italiano) está atrelada à disposição das aulas públicas no território; • Pensando no espaço geográfico é possível ver a expansão da escolarização no período, apesar de períodos de sinuosidade; • Quanto mais próximo da sede, mais escolas disponíveis; • Muitos dos prédios e terrenos são doações da comunidade para a municipalidade desenvolver as aulas; • A marcação do tempo e de como seria o cotidiano se define ao longo do período, contando com referências externas (orientações estaduais e nacionais); • O tempo na escola seria condicionado pelas atividades de trabalho e sexo da criança - principalmente no interior da localidade, resultando na frequência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências de reutilização de materiais escolares; • Participação da comunidade na produção dos bens materiais; • Saberes pautados nos ideais do período, com normas e valores a inculcar; • As representações dos sujeitos condicionavam as práticas; • Os saberes, por vezes, eram priorizados em escolas próximas à sede; • Percebem-se inúmeras culturas escolares ao longo do período; • Colégios religiosos possuíam práticas relacionadas à religião e que também eram incluídas como parte das práticas escolares.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)



O quadro resume as evidências no que se refere aos “sujeitos”, “espaços e tempos” e “saberes e materiais”. Delas, verificam-se algumas características e especificidades. Todavia elas não se separam, a exemplo, a modalidade está atrelada à disposição, mas também aos saberes já que se percebeu que dependia do local da aula o saber ministrado. O processo de escolarização como um todo foi dinâmico e envolveu inúmeros elementos.

Percebo que enfatizar os sujeitos trouxe uma visão interessante de análise, visto que foi possível compreender a vida na escola e fora dela, as relações sutis que poderiam passar despercebidas como é o caso dos laços familiares que possivelmente foi um fator para que alguns dos sujeitos ingressassem na profissão docente. Pensar a exemplo nos pais trouxe à tona a confirmação que eram alfabetizados, estavam cientes da escolarização e lutavam por condições de acesso aos filhos. Professores públicos que eram retratados de uma forma pela Intendência tinham jornadas duplas e defasagem de salário, com obrigações a cumprir, sendo observados por inspetores e pelo Intendente. Alunos que reutilizavam materiais necessitavam entender a língua portuguesa e repetiam de ano em virtude dos deslocamentos das aulas.

De uma forma geral, se fosse necessário sintetizar o processo de escolarização de Antônio Prado entre 1886 e 1920 em breves palavras, é possível demarcar que os subsídios estaduais foram fundamentais para o desenvolvimento que engatinhava no período colônia e pós-emancipação e, segundo, que a falta de políticas públicas definiu o desenvolvimento de outras formas de escolarização. E que de toda a forma, não foi linear conforme vimos ao longo do estudo.

O recorte final, referente à emergência do Colégio Marista em 1920³⁰⁶, simboliza o término da escolarização iniciada em 1886, entendido como um fechamento das primeiras iniciativas, emergências e processos para que a escolarização pudesse finalmente partir à permanências, período que pode ser investigado em trabalhos futuros, mas que certamente terá diferentes características no processo de escolarização. Percebo que a escolha de recorte em 1920 mostrou-se adequada por outros motivos além da temática escolarização. Novos sujeitos entrariam na municipalidade após 1922, além de brigas e desavenças políticas emergirem.

Chego a este momento percebendo que consegui preencher algumas lacunas sobre a escolarização de Antônio Prado e compreender como foi o desenvolvimento da mesma neste período. Deixo registrado os apontamentos e lacunas para as futuras pesquisas. Seria possível

³⁰⁶Apesar da escolarização pública ser priorizada e o seu recorte final se referir ao Colégio dos Irmãos, que era particular, viu-se o processo de escolarização de uma forma geral, assim a emergência do Colégio impactou a escolarização pública e demais modalidades, de forma a poder utilizar este como recorte.





adentrar e investigar outras fontes para priorizar os processos de escolarização não formais da localidade. As escolas religiosas necessitariam e teriam conteúdo para uma análise específica, até mesmo uma continuidade do período de escolarização após 1920, a história de vida dos professores também poderia ser aprofundada, as práticas escolares vivenciadas, assim como o processo escolar entre poloneses e italianos. A nível histórico, questões como investigações sobre a municipalidade do período possibilitariam discussões interessantes, haja vista uma Administração quase ininterrupta de 24 anos no poder, ou mesmo desconstruções de uma história “estabelecida” seriam proficuas como é o caso do “pioneirismo” dos poloneses.

Por fim, fica registrado o desenvolvimento do processo de escolarização de Antônio Prado – RS, como diria Burke (2004, p. 8) com “conclusões gerais (por mais provisórias que sejam)” neste recorte espacial e temporal proposto, construído com base nos pressupostos da História da Educação e História Cultural. E dentro das limitações, encerro o mesmo, apesar de compreender que muito ainda pode ser construído, mas tendo a ciência de estar contribuindo com a história da educação e dos processos de escolarização aos quais me propus.





REFERÊNCIAS

1 – LIVROS E CAPÍTULOS:

ARANHA, Graça. **Antonio Prado no Império e na República: seus discursos e actos**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1929.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AQUINO, Israel da Silva. Tecendo um mundo desigual: análise de redes de compadrio na freguesia de Viamão (1759-1769). *In*: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maria Ines. **Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios**. São Paulo: Oikos, 2019. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/new/obra/index/id/946>. Acesso em: 20 jan. 2020.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1982.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Antônio Prado e sua história**. Porto Alegre: EST, 1980.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Nova História de Lagoa Vermelha**. Porto Alegre: EST, 1981.

BARBOSA, Fidélis Dalcin. **Semblantes de pioneiros: vultos e fatos da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1961.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. p. 68- 76. *In*: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. *In*: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas. A experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 39-76.

BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida. **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: EdUNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.



CASAROTTO, Cadorna Marcilio. **Antônio Prado: 50 anos de presença Marista**. Porto Alegre: Dimensão, 1988.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002a.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. *In*: CHARTIER, Roger. **História da vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991a. p. 113-162.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: UFRGS, 2002b.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000, 2 v.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COSTA, Rovílio. **Povoadores de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2007.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: UCS, 1976.

DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Correio Riograndense, EDUCS, 1984.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. *In*: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (org.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-36.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. Entre relógios e tradições: elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais. *In*: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (org.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 117-136.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. *In*: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História e Historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 77-98.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio**: o dicionário de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANZINA, Emilio. **Gli italiani al nuovo mondo**: l'emigrazione italiana in America 1492-1942. Milano, Itália: Arnoldo Mondadori, 1995.

LIMA E FONSECA, Thais Nívia de. História da Educação e História Cultural. *In*: VEIGA, Cynthia Greive; LIMA E FONSECA, Thais Nívia. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 49-76.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Colônia Caxias**: origens. Caxias do Sul, RS: Edições EST, 1993.

GARDOLINSKI, Edmundo. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [Regional], [1958].

GARDOLINSKI, Edmundo. **Escolas da colonização polonesa no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: UCS, 1977.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. História e historiografia das instituições escolares: aspectos conceituais, teóricos e metodológicos. *In*: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele (org.). **Instituições, histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018. p. 23-53.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul**: evolução histórica. Caxias do Sul: EST/UCS, 1977.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. *In*: GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Desafios da historiografia: convite à investigação coletiva local/regional sobre a história da educação brasileira. *In*: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele, (org.). **Instituições, histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018. p. 11-17.

GUILHERME, Regina Zimmermann. A trajetória do Marmorista Italiano Leone Lonardi em Porto Alegre (1927-1961). *In*: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maria Ines. **Variações da Micro-História no Brasil**: temas, abordagens e desafios. São Paulo: Oikos, 2019. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/new/obra/index/id/946>. Acesso em: 20 jan. 2020.

GUZZO, Valdemir. **Antônio Prado**: religião, política e etnias no conflito de maio de 1936. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terrence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

INÁCIO FILHO, Geraldo; SILVA, Maria Aparecida da. Reformas educacionais durante a Primeira República do Brasil (1889-1930). *In*: SAVIANI, Demerval (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória, ES: EDUFES, 2011. p. 217-250.

KRAMER, Anamaria de Lemos (org.). **Raízes de Vacaria**. Porto Alegre: EST, 1996.

KREUTZ, Lúcio. **Professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Pelotas: Seiva, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990a.

LE GOFF, Jacques. A história nova. *In*: LE GOFF, Jacques (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990b. p. 25-64.

LUCHESE, Terciane Ângela. História das instituições escolares, um olhar teórico-metodológico. *In*: LUCHESE, Terciane Ângela; FERNANDES, Cassiane Curtarelli; BELUSSO, Gisele, (org.). **Instituições, histórias e culturas escolares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018. p. 55-68.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Estado e Políticas da educação no Império Brasileiro. *In*: SAVIANI, Demerval (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória, ES: EDUFES, 2011, p. 153-186.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MARIN, Iraci José. **Imigrantes poloneses afundados num mar italiano**. Caxias do Sul: Maneco, 2014.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de; COSTA, Valesca Brasil. Educação profissional e ensino secundário: a criação da Escola Polivalente de Osório – RS no contexto das reformas educacionais da década de 1970: influências teóricas e políticas. *In*: RIPE, Fernando; SOUZA, José Edimar de; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena (org.) **História e Historiografia da Educação no Rio Grande do Sul**: instituições, culturas e práticas educativas. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 49-64.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde *et al.* Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018. Disponível em: http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/09/otlet_tratado_de_documenta%C3%A7%C3%A3o.pronto.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da Educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2003.

PANOZZO, João. **Nova Roma do Sul: a construção social de um espaço.** Caxias do Sul, RS: EDUCS; Nova Roma do Sul, RS: Prefeitura Municipal de Nova Roma do Sul, 1996.

PANOZZO, João. **No coração da colônia: Nova Roma do Sul |125 anos de história.** Caxias do Sul: AMZ, 2016.

PESCIOLINI, Ranieri Venerosi. **Le colonie italiane nel Brasile meridionale.** Torino: Fratelli Bocca, 1914.

PFROMM NETTO, Samuel; ROSAMILHA, Nelson; DIB, Cláudio Zaki. **O livro na educação.** Rio de Janeiro: Primor, 1974.

PIAZZA, Cleodes Maria; RIBEIRO, Júlio. **Anotações de literatura e de cultura regional.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005.

POSENATO, Júlio (org.). **Antônio Prado: cidade histórica.** Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

POSSAMAI, Paulo César. **Dall'Itália siamo partiti: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945).** Passo Fundo: UPF, 2005.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista - Campus Marília, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. **Antônio Prado: A história viva de um povo.** Antônio Prado: Gráfica Leão, 1988.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Júlio; POZENATO, José Clemente; (org.) PROJETO ECIRS. **Cultura, imigração e memória: percursos & horizontes: projeto ECIRS 25 anos.** Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

REVEL, Jacques. "Microanálise e construção do social" *In:* REVEL, Jacques (org.) **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Rodrigo Luis. **Tramas enlaçadas: política, religião e educação no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX.** Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América.** Porto Alegre: EST, 1979.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In:* SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Katharyn. **Identidade e diferença.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOCIÉTÉ DE PUBLICITÉ SUD-AMERICAINE MONTE DOMEQ & CIE. **O Rio Grande do Sul colonial.** Barcelona, Espanha: Thomas, 1918.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul: 1875-1975**. Caxias do Sul: UCS, 1976.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e educação: A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Pelotas: Universitária, 1995.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; GIMENEZ, José Carlos. Educação e Pesquisa: fontes e documentos. *In*: CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Alínea, 2012. p. 109-126.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. *In*: VEIGA, Cynthia Greive; LIMA E FONSECA, Thais Nívia de. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 13-48.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. *In*: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005a.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005b.

VILLA, Deliso. **Storia Dimenticata**. Vicenza: U.T.Vi., 1997.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Alfabetização na sociedade e na história: vozes, palavras e textos**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

VINÃO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e a disposição física da direção escolar na escola graduada. *In*: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). **História da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-47.

2 – DISSERTAÇÕES, TESES, MONOGRAFIAS, ARTIGOS, OBRAS PROVENIENTES DE ANAIS, SEMINÁRIOS, E-BOOKS E PESQUISAS DO MEIO ACADÊMICO ONLINE:

ALVES, Cláudia. Educação, memória e identidade: dimensões, imateriais da cultura material escolar. **História da Educação**. Pelotas, n. 30, p.101-125. jan./abr. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28914/pdf>. Acesso em: 07 maio 2020.

ARAGÃO Milena; KREUTZ, Lúcio. Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. **Revista Conjectura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 3, p. 106-120, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/515/400>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no séc. XIX. *In: Educação*. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p.73-88. jan./abr. 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/10352>. Acesso em: 06 abr. 2020.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar; TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. Acervos escolares: espaço de salvaguarda e preservação do patrimônio histórico-educativo. *In: Revista Didática Sistemática*, v. 14, n. 2. 2012. p. 15-29. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/2533>. Acesso em: 11 maio 2020.

ARRIADA, Eduardo; NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; VAHL, Mônica Maciel. A sala de aula no século XIX: disciplina, controle, organização. **Conjectura: filosofia e educação**. Caxias do Sul, n. 2, v. 17, p. 37-54, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/1649>. Acesso em 11 maio 2020.

ASCENZI, Anna; BARAUSSE, Alberto; LUCHESE, Terciane Ângela; SANI, Roberto. History of education (or connected or entangled) histories between local and transnational perspective. A research <<agenda>>. *In: History of Education & Children's Literature*, XIV, 2 (2019) p. 227-262.

BARAUSSE, Alberto. Da «Associazione nazionale per soccorrere i missionari italiani» á «Italica Gens». As associações fio governativas e o desenvolvimento das escolas e da língua italiana no Brasil entre o século XIX e XX. *In: XIII CIHELA 2018. Políticas, espacio publico y disputas en la Historia de la educaion en America Latina*, 2018. Montevideu (Uruguay). **Anais...** [S.l.:s.n.], 2018.

BARAUSSE, Alberto; LUCHESE, Terciane Ângela. Uma história da educação dos (i)migrantes italianos entre o local e o transnacional: entrecruzando documentos e olhares investigativos. p. 171-203. *In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maria Ines. Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios*. São Paulo: Oikos, 2019. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/new/obra/index/id/946>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BARAUSSE, Alberto. As fontes para uma história das práticas educativas nas escolas italianas no Rio Grande do Sul (Brasil): da colonização ao período varguista. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 126-153, set./dez. 2019a. Disponível em:

<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723820442019126>. Acesso em: 27 jan. 2020.

BARAUSSE, Alberto. La scuola in Colonia. Maestri rural e memorie dell'emigrazione veneta in Rio Grande do Sul (1875-1898). In: **Venetica**. Rivista degli Istituti per la storia della Resistenza di Belluno, Padova, Treviso, Venezia, Verona e Vicenza, 2019b, ano 33, n. 57. p. 91-122.

BARAUSSE, Alberto. Le scuole italiane nel Rio Grande do Sul attraverso le carte consolari tra la fine dell'impero e l'inizio della Repubblica (1875-1893). In: RUGGIERO, Antonio de; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; BARAUSSE, Alberto. **História e narrativas transculturais: entre a Europa mediterrânea e a América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Caxias do Sul: EDUCS, 2017. p. 195-248.

BARROSO, J. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. **Princípios Gerais da Administração Escolar**, v. 1, 2012. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf Acesso em: 27 mar. 2020.

BELUSSO, Gisele. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS: histórias de sujeitos e práticas (1922-1954)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1430>. Acesso em 16 jan. 2020.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). **Educar em Revista**, [S.l.], v. 17, n. 18, p. 103-141, dez. 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32820>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BERNARDI, Manuela; LUCHESE, Terciane Ângela. A taxa de alfabetização em Antônio Prado, Rio Grande do Sul (1895-1920). **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 56. p. 1-26. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/20030>. Acesso em 14 set. 2020.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Coronelismo na região colonial italiana: Antônio Prado (1903-1928). **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 171-186, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2617/0>. Acesso em: 31 mar. 2020.

BOTO, Carlota. Histórias, ideias e trajetórias da cultura escolar: um desafio metodológico. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2005.

CHARTIER, Anne-Marie. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 1 [3], p. 9-26, 16 fev. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38731>. Acesso em 02 jul. 2020.

CHARTIER, Anne-Marie. Os cadernos escolares: organizar os saberes, escrevendo-os. **Revista de educação pública**. v. 16, n. 32. set./dez. 2007, p. 13-33. Cuiabá: EdUFMT, 2007. Disponível em:

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/viewFile/542/462>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 maio 2019.

CHARTIER, Roger. Entre memória e esquecimento: as temporalidades da história, das mídias e das experiências. In: **Revista Brasileira de história da mídia**. v. 8, n. 2, jul./dez. 2019, p. 8-24. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/9838>. Acesso em: 31 mar. 2020.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Italiani a Porto Alegre: l'invenzione di una identità. **Altreitalia**, v. 25, n. Jul./Dez., 2002.

CORSETTI, Berenice. **Controle e Ufanismo** - A escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). Santa Maria: UFSM, 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.

DESTRO, Martha Rosa Pisani. **Memoria, cultura e educação**: o imigrante italiano em São Paulo. 1994. 2v. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253852>. Acesso em: 06 jan. 2020.

ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS ORIGINÁRIOS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 17., 2006, Antônio Prado; GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lucia Maciel. ANTÔNIO PRADO PREFEITURA MUNIC. **Anais...** Porto Alegre: EST, 2008, p. 139-166.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **O “gigante do alto da bronze”**: um estudo sobre o espaço e arquitetura escolar do Colégio Elementar Fernando Gomes em Porto Alegre/RS (1913-1930). 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/3679>. Acesso em: 11 set. 2019.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo**: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928). Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7337>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FACHIN, Gabriela. **"Imigração italiana na colônia Conde D'Eu e a Società Italiana di Mútuo Soccorso Stella D'Itália"**. 2016. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 28 nov. 2016. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/handle/10737/1554>. Acesso em: 06 jan. 2020.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; RESENDE, Fernanda Mendes. História da educação e estatística escolar: o processo de escolarização em Minas Gerais no século 19. **Rev. bras. de Est. pedag.**, Brasília, v. 80, n. 195, p. 197-211, maio/ago. 1999. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/976/0>. Acesso em: 06 jun. 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30 n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, Porto alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401>. Acesso em: 01 nov. 2019.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?. **Educ. Soc.** [online]. 2002, v. 23, n. 81, p. 21-47. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100003. Acesso em: 02 nov. 2019.

FILIPPON, Maria Isabel. **A casa do imigrante italiano, a linguagem do espaço de habitar**. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) - Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/241>. Acesso em 08 jan. 2020.

GASTAL, Susana; BEBER, An. Maria Costa; SÁ, Felipe Zaltron de. Gastronomia da italianidade: diversidade, tradição e inovação em Antônio Prado, Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 5, 21 ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/12541>. Acesso em: 15 nov. 2019, p. 21-34.

GIOLO, Jaime. Estado, **Igreja e Educação no RS da Primeira República**. 1997. f. 429. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 1997.

GRAZZIOTIN, Ligia Maria Meyer; FERREIRA, Isabel Zaccani. “A educação em nossos municípios”. Trabalho apresentado para a disciplina História da Educação II do curso de Pedagogia da Universidade de Caxias do Sul. 1984.

GUZZO, Valdemir; DOTTI, Corina Michelin. **Antônio Prado, 1936**: as ocorrências de 25 de maio. 1998. Monografia (Especialização em História Regional: o homem e a cultura) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1998.

JACQUES, Alice Rigoni. **O ensino primário no colégio Farroupilha**: do processo de nacionalização do ensino à LDB nº 4.024/61 (Porto Alegre/RS: 1937/1961). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6455>. Acesso em: 14 abr. 2020.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de história da educação**. n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 28 maio 2019.

KINCHECKI, Ana Paula de Souza; SOUSA, Gustavo Rugoni de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Objetos da escola: modernidades que (im) portam! **Plures Humanidades**, v. 1, n. 1, p. 6-21, 2019. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/479/358>. Acesso em: 08 maio 2020.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Rev. Bras. Educ.** 2000, n. 15, p. 159-176. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LETTI, Nério. Tropeirismo em Antônio Prado e Vacaria e nos Campos de cima da Serra. *In: ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS ORIGINÁRIOS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA*, 17., 2006, Antônio Prado, RS.; GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lucia Maciel. **ANTÔNIO PRADO PREFEITURA MUNIC. Anais...** Porto Alegre: EST, 2008. p. 47-52.

LIA, Cristine Fortes. História das religiões e religiosidade: contribuições e novas abordagens. **Aedos**, n. 11, v. 4, p. 549-563. set. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/31208>. Acesso em: 10 set. 2019.

LIMA, Gisele Alves de. **Culturas e práticas escolares do curso complementar no Colégio São José, Vacaria/RS (1931-1944)**. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/4833>. Acesso em 02 jan. 2020.

LUCHESE, Terciane Ângela. Escolas étnico-comunitárias italianas mantidas por Associações de Mútuo Socorro: circulação e produção cultural da “italianità”. **Anais do V Congresso Internacional de Filosofia e Educação**. Caxias do Sul, RS, 2010. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/eventos/cinfe/artigos/arquivos/eixo_tematico3/Escolas_etnico_comunitarias_italianas_mantidas.pdf. Acesso em: 07 jan. 2020.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O Processo Escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS - 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita**. 2008. 495 f. Tese (Doutorado em Educação) - UNISINOS, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2068>. Acesso em: 08 jan. 2019.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **His. Educ.** 2014, v. 18, n. 43, p. 145-161. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/09.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

MAGALHÃES, Justino. A construção de um objeto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. *In: Revista Educação Unisinos*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2007, v. 11, n. 2, maio-ago., p. 69-74. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5694> Acesso em: 27 jan. 2020.

MALIKOSKI, Adriano. **Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, (1875-1939)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/929>. Acesso em: 03 fev. 2019.

MEDA, Juri. A “história material da escola” como fator de desenvolvimento da pesquisa histórico-educativa na Itália. *In: Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 30, p. 07-28, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816302015007>. Acesso em 08 jun. 2020.

MENIN, Izabel Cristina Durli; RELA, Eliana. Avós em Experiências: A memória cotidiana, o espaço da sala de aula e o fazer pedagógico no ensino da história. *Revista do Lhiste*, v. 2, p. 897-914, 2015.

MIGLIORANZA, Cristiane Indiara Vernes; POSSAMAI, Zita Rosane. “De acordo com a moderna pedagogia”: as lições, as coisas e a materialidade na Instrução Pública do Rio Grande do Sul (1891-1928) *Cadernos de História da Educação*, v. 19, n. 2, p. 513-534, mai./ago. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/54498/28860>. Acesso em 07 maio 2020.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *Cad. ANPED*, Caxambu, p.7-64, 13-17 set. 1992. Trabalho apresentado na 15ª reunião anual da ANPED. Porto Alegre: 1993. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/caderno_anped_no.5_set_1993.pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

PANIZ, Silvio. *A fonologia do Talian, o Vêneto-rio-grandense falado na cidade de Nova Roma do Sul*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2005. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/tede/229>. Acesso em: 02 jan. 2020.

PAZUCH, Giovane. *Imigração italiana na colônia de Antônio Prado - RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12901>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf Acesso em: 27 jan. 2020.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? *Educar em Revista*, [S.l.], v. 17, n. 18, p. 13-28, dez. 2001. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32815/20799>. Acesso em: 20 maio 2019.

RECH, Gabriela. *O processo de escolarização entre os imigrantes italianos no município de Caxias do Sul 1875-1945*. 2009. Monografia de Pós-Graduação (Especialização em História Regional) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2009.

RECH, Gelson Leonardo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Escolas italianas no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

RELA, Eliana; IOTTI, Luiza Horn Iotti. **Retratos Santa Lúcia do Piaí: paisagens**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. Disponível em:

https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook_sta_lucia_2.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento. Aventuras modernas e as desventuras pós-modernas *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 309-328.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa.

Tempo. 2009, v. 13, n. 26, p. 32-55. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>. Acesso em 17 fev. 2020.

SILVA, Thiago Fernando Sant'Anna e. **Gênero, história e educação: a experiência de escolarização de meninas e meninos na província de Goiás (1827 - 1889)**. 2010. 240 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8651>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. O povoamento indígena na região de Antônio Prado. *In*: ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS ORIGINÁRIOS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 17., 2006, Antônio Prado; GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lucia Maciel. ANTÔNIO PRADO PREFEITURA MUNIC. **Anais...** Porto Alegre: EST, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção da escola primária no Brasil. **Cad. CEDES**. 2000. N. 51. p. 9-28. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

TAMBARA, Eleomar. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. **História da Educação**. Pelotas: ASPHE / FaE / UFPel, n. 3, abr. 1998. p. 35-458. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30720>. Acesso em: 23 mar. 2020.

THOEN, Carla Fernanda Carvalho. **Representações sobre etnicidade e cultura escolar nas antigas colônias de imigração italiana do nordeste do Rio Grande do Sul: (1905-1950)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/538>. Acesso em: 05 fev. 2019.

TIMM, Jordana Wruck. **A relação escola/comunidade na região das antigas colônias italianas, nordeste do Rio Grande do Sul, 1915 a 1960**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/461>. Acesso em: 05 fev. 2019.

TROMBINI, Janaíne. **Imigrantes italianos e seus descendentes na microrregião oeste do vale do Taquari: história ambiental e práticas culturais**. 2016. Dissertação (Mestrado em

Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2016. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/handle/10737/1599>. Acesso em: 27 fev. 2020.

VALDEZ, Diane. **A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1892)**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252383>. Acesso em: 12 mar. 2020.

VELHO, Angela. Antônio Prado: três momentos importantes da sua história. *In: ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS ORIGINÁRIOS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA*, 17., 2006, Antônio Prado; GUZZO, Dirce Brambatti; BACCARIN, Onira; BARROSO, Véra Lucia Maciel. **ANTÔNIO PRADO PREFEITURA MUNIC. Anais...** Porto Alegre: EST, 2008, p. 139-166.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41. jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf>. Acesso em 08 jun. 2020.

VINCENT, David. Alfabetização e desenvolvimento. **Ver. Bras. Educ.** [online]. 2014, vol. 19, n. 58, p. 539-560. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782014000800002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23 out. 2019.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, jun/2001, p. 7-47. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n33/n33a02.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: Posibilidades, problema, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas: SBHE, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/FRAGO.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Culturas escolares y reformas (sobre la naturaleza histórica de los sistemas e instituciones educativas). **TEIAS**. Revista da Faculdade de Educação da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ: Faculdade de Educação. Ano 1, n. 2, jul./dez. 2000, p. 116-134. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23855>. Acesso em: 28 jan. 2020.

3 – DEMAIS REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

ANTÔNIO PRADO (RS). Cartório de Registro Civil de Antônio Prado. Microfilme de registros de 1895-2003. **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/search/catalog/263342?availability=Family%20History%20Library>. Acesso em: fev./jun. 2019.

ANTÔNIO PRADO (RS). Cartório de Registro Civil de Antônio Prado. Certidão de nascimento de Emílio Sostizzo. Registro em: 05 maio 1896. *In: ANTÔNIO PRADO*. Cartório de Registro Civil de Antônio Prado. Microfilme de registros de 1895-2003, **FamilySearch**. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-365G-P?i=136&cc=1582573>. Acesso em: 16 abr. 2020.

BIBLIOTECA ELETRÔNICA CIENTÍFICA ONLINE. SciELO. Página inicial. Disponível em: <https://www.scielo.org/>. Acesso em: dez./jan. 2019.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Portal de Periódicos. 2019. Página inicial. Disponível em <https://www.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: dez./jan. 2019.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Disponível em: <http://inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3>. Acesso em: 25 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Brasil). **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. 2019. Página inicial. Disponível em <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: dez./jan. 2019.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Memória e preservação**: Antônio Prado. Brasília: DF. Programa Monumenta, 2009. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Memoria_e_Preservacao.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Hemeroteca**, 2019. Página inicial. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: fev./abr. 2019.

LAITANO, Nicolau; LAITANO, Genaro. Primeira Diplomação Médicos pela Faculdade de Medicina/UFRGS. Disponível em: <https://www.amrigs.org.br/download/centromemoria/diplomacao.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. **Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami**, 2019. Página inicial. Disponível em: <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/>. Acesso em: 03 abr. 2019.

4 – ACERVOS PESQUISADOS, JORNAIS, DOCUMENTOS E MANUSCRITOS:

Arquivo Histórico Municipal de Antônio Prado (AHMAP):

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Ata da instalação da Intendência da Vila de Antônio Prado. 25 mar. 1899.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Carta resposta ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil por A. Gomes de Barros. n. 4. p. 19-20. *In*: Livro Registro de Correspondência da Intendência Municipal Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Carta ao Intendente Innocencio de Mattos Miller em nome dos moradores da Linha Amarílio. 12 set. 1899.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Carta endereçada ao Sr. Oswaldo Aranha, por Innocencio de Mattos Miller. 22 jan. 1920.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Cópia da ata n. 372 de 22.10.1892. Criação do distrito de paz na colônia de Antônio Prado e n. 66 de 26.09.1894 alteração do ato n. 372. [s.d.]

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Decreto nº 233 determina as escolas que devem funcionar durante o corrente exercício na 3ª região. 28 fev. 1899.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Frequência da aula municipal mista da Linha Almeida do professor Lysippo Lisboa – junho de 1913.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Italica Gens: federazione per l'assistenza degli emigrante transoceanici. Ano 3. n. 10-11, out-dez. 1912.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro: Registro de correspondências da Intendência Municipal de Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913. Innocencio de Mattos Miller, n. 67, 16 ago. 1912.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro de atas 01.01.1911 a 01.12.1920.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro Atas e visitas 02.03.1914-13.11.1944. / Visita na linha Almeida 07.05.1918 / Visita em 14.06.1919.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro: Contrato de professores – 01.06.1914 a 01.02.1923.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro inventário 01/02/1909 a 28/02/1910. Relação dos objetos existentes na 5ª aula pública mista em 30 de novembro de 1907. p. 1 / 20 de junho de 1908. p. 1v. / em 10 de fevereiro de 1909. p. 2v e 3. /28 de fevereiro de 1910. p. 4v e 5.


ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro laudos de exames de candidatos ao magistério 30.01.1918 a 30.04.1919.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro de matrículas e frequência da 13ª aula pública – Estrada Júlio de Castilhos -1908 e 1909.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTONIO PRADO. Livro Ponto e frequência. 15 maio 1899- 31 outubro 1903.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro Registro de Correspondência da Intendência Municipal Antônio Prado de 11.02.1899 a 10.02.1913. / Correspondência de 29 de abril de 1905. p. 6. / Correspondência de 29 de abril de 1905. Ato n. 29. / Ato n. 37 de 01 de maio de 1911. / Ato n. 53 de 23 de novembro de 1911. / Ato n. 54 de 23 de fevereiro de 1912. / Ato n. 62 de 10 de junho de 1912.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Livro Registro de Nomeações 27.08.1907-01.07.1914.



ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Mapa anual em 05 de dezembro de 1912 dos alunos que frequentaram esta aula durante este ano escolar (13ª escola pública – Estrada Júlio de Castilhos – Professor: João Tavares de Carvalho).

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Manuscrito de indústrias e profissões de 1900.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Recenseamento efetuado em 15 ago. 1913. Documento avulso.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1905 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1906. Innocencio de Mattos Miller. [S.l.:s.n.].

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de novembro de 1911 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1912. Innocencio de Mattos Miller. Caxias do Sul: Typ. Mendes & Filho, 1912.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 2 de dezembro de 1913 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1914. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' A Federação, 1914.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 12 de outubro de 1914 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1915. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' A Federação, 1915.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 9 de novembro de 1915 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1916. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Casa de Correção, 1916.


ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 5 de novembro de 1917 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1918. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' A Federação, 1918.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 12 de outubro de 1918 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1919. Innocencio de Mattos Miller. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' A Federação, 1919.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 19 de outubro de 1919 e Lei do Orçamento para o Exercício de 1920. Innocencio de Mattos Miller. Caxias do Sul: Typ. Mendes & Filho, 1919.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Relatório da Repartição de Estatística de Arthur Candal apresentado em 26 de julho 1919 para Protasio Antonio Alves. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d' A Federação, 1919.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Respostas dadas pela Prefeitura Municipal de Antônio Prado aos quesitos formulados pelo Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística do Serviço Nacional de Recenseamento. 28 mar. 1942.



ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Quadro de escolas públicas da 1ª região escolar – advindo do Decreto n. 124c de 15 de janeiro de 1898. Folhas avulsas.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. Questionários denominados “caracterização geral do estabelecimento”. Folhas avulsas preenchidas. [192-] [193-].

Paróquia de Antônio Prado:

ARQUIVO DA PARÓQUIA DE ANTÔNIO PRADO. Livro “Tombo da Paróquia 21.04.1907”.

MONUMENTO AO PADRE ALEXANDRE PELLEGRINI. Explicação sobre a origem e vida de Alexandre Pellegrini. Localizada ao lado da Igreja Paroquial de Antônio Prado.

Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA):

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Demonstrativo de conta em nome de Romualdo Alessandri pelo fornecimento de medicamentos aos imigrantes enfermos do Barracão]. Demonstrativo de 05 dez. 1889.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Livro de correspondências expedidas para os escritórios das Colônias São Marcos e Antônio Prado - 07/02/1891 a 29/12/1891. Não paginado. Correspondências de 16 fev. 1891; 27 fev. 1891; 10 out. 1891; 04 dez. 1891.


ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Mapa estatístico de imigrantes entrados durante o 1º trimestre de 1892 em Caxias e no núcleo de Antônio Prado.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Contrato para a construção de um barracão na sede da Colônia Antônio Prado]. Ofício de 20 jul. 1887.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Comunicado referente a nomeação de um capelão para Antônio Prado]. Ofício de 12 mar. 1888.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Comunicado de intercepção da Estrada Vacaria a Antônio Prado em virtude de varíola]. Ofício de 20 ago. 1888.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Providências para evitar a comunicação entre Vacaria e Antônio Prado]. Ofício de 30 ago. 1888.



ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Recomenda a realização de concorrência para a construção de Igreja e Escola]. Ofício de 24 set. 1888.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Comunica o extravio da planta e orçamento da Escola]. Ofício de 25 out. 1888.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Solicita uma pessoa para o registro civil]. Ofício de 06 nov. 1888.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Nomeação de Edmundo Jubim de Savoia para o cargo de médico]. Ofício de 17 jan. 1889.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Nomeação de Tedoldi Martino para o cargo de enfermeiro]. Carta de 17 jul. 1889.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Recomendações aos imigrantes]. Ofício de 02 ago. 1889.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Relação de suprimentos aos doentes]. Ofício de 29 set. 1889.


ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Comunica a ida de imigrantes e concessões dadas]. Ofício de 15 fev. 1890.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Nomeação de José Bechtinger para o cargo de médico]. Ofício de 20 fev. 1890.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Relação de objetos socilitados por professores]. Ofício de 22 abr. 1890.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Solicita liberação de objetos para as aulas]. Ofício de 01 maio 1890.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Informa que os colonos utilizam suas próprias ferramentas nos trabalhos de abertura de estrada]. Ofício de 23 maio 1890.



ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Solicita aula masculina ou mudanças nas aulas já existentes]. Ofício de 03 jul. 1890.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Relação de alunos do professor Sérgio Inácio de Oliveira]. Ofício de 20 ago. 1890.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. Recenseamento de imigrantes poloneses da colônia de Antônio Prado – Linha Castro Alves e Gustavo Vaz. 1890.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Reclama das condições de povoamento e desenvolvimento dadas]. Ofício de jan. 1891.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Solicita estabilidade fiscal nas Linhas]. Ofício de 14 fev. 1891.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Comunica atraso no trabalho devido à falta de objetos]. Ofício de 09 mar. 1891.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI. Arquivo da Diretoria da Colônia Caxias e da Comissão de terra e Medição de Lotes. [Informa despesas]. Ofício de 12 jun. 1891.

JORNAIS:

Todos os arquivos listados abaixo com exceção do jornal PANORAMA PRADENSE, arquivado no AHMAP, foram consultados em:

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca**. 2019. Página inicial. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: fev./abr. 2019.

O endereço eletrônico não é padronizado para o acesso aos jornais por este motivo não foi inserido na referência, ainda alguns elementos essenciais não são informados nos jornais consultados e por isso não foram inseridos, como é o caso de autor e alguns títulos de artigos.

ALMANAK LAEMMERT. Anuario comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo, para 1917. v. 2 – Estados, p. 3721, Rio de Janeiro: Officinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1917.

ALMANAK LAEMMERT. Anuario comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo, edição para 1926. v. 4 – Estados do Sul, p. 850, Rio de Janeiro: Officinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1926.

ANTONIO PRADO. **A Federação:** Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 16, n. 186, p. 1, 15 ago. 1899.

CONSTRUCÇÃO DE ESTRADAS. **A Federação:** Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 94, p. 2, 23 abr. 1903.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 17, n. 30, p. 2, 06 fev. 1900.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 32, p. 1, 06 fev. 1903.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 47, p. 2, 23 fev. 1903.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 68, p. 2, 21 mar. 1903.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 220, p. 2, 21 set. 1903.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 22, n. 101, p. 3, 29 abr. 1905.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 22, n. 273, p. 2, 25 nov. 1905.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 24, n. 25, p. 1, 29 jan. 1907.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 26, n. 215, p. 1, 16 set. 1909.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 26, n. 230, p. 1, 23 nov. 1909.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 28, n. 265, p. 4, 18 nov. 1911.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 57, p. 4, 07 mar. 1912.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 213, p. 1, 10 set. 1912.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 30, n. 246, p. 1, 23 out. 1913.

A FEDERAÇÃO: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 32, n. 39, p. 6, 16 fev. 1915.

ANTONIO PRADO: A eleição – agressão – assassinato e ferimentos – civilismo assassino. **A Federação**: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 27, n. 61, p. 1, 14 mar. 1910.

ANTONIO PRADO: Collegio S. José – Encerramento do anno escolar – Exames nas aulas estadoaes e municipaes. **A Federação**: Orgam do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 29, n. 291, p. 2, 14 dez. 1912.

PADRE CARMINE NO <FORMIGUEIRO>. **Orgam do Partido Republicano (RS)**. Caxias do Sul, ano 2, n. 71, p. 1, 13 dez. 1903.

ANTONIO PRADO. **A opinião pública**. Pelotas, ano 12, n. 60, p. 1, 13 mar. 1908.

ANNUARIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL para o anno de 1889. Porto Alegre: Gundlach & Cia, p. 219, 1888.

SOTTOSCRIZIONE PRO-VITTIME DEL TERREMOTO DELL'ITALIA CENTRALE. **Città di Caxias**. 29 mar. 1915. Não paginado.

ANTONIO PRADO. **Gazeta Colonial**. p. 2, 13 fev. 1909.

ANTONIO PRADO fa progressi da gigante. **Il colono**. n. 42, p. 2, Caxias do Sul, 28 dez. 1912.

ANTONIO PRADO. **Il colono**. n. 42, p.2, Caxias do Sul, 08 jan. 1914.

ANTONIO PRADO. **Il colono**. n. 43, p. 2, Caxias do Sul, 13 jan. 1916.

COOPERATIVA AGRICOLA. **Il colono**. n. 41, p. 2, 16 dez. 1911.

FUNZIONAMENTO DELLA COOPERATIVA. **Il colono**. n. 32, p. 2, 18 out. 1912.

GAZETA COLONIAL. n. 150, p. 2, 31 out. 1908.

IL CINEMATOGRAFO. **Il colono**. n. 37, p. 2, Caxias do Sul, 23 nov. 1912.

IL COLONO. n. 1, Caxias do Sul, 01 jan. 1898.

IL COLONO. n. 28, p. 2, Caxias do Sul, 12 set. 1912.

IL COLONO, n. 33, p. 1, Garibaldi (Conde D'Eu), 06 nov. 1913.

LA TRASMIGRAZIONE II. **La Libertà**. Garibaldi, ano 1, n. 50, p. 1, 19 fev. 1910.

Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado Antonio Augusto Borges de Medeiros na 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura, em 20 de Setembro de 1922. p. 5.

O BRAZIL. Ano 2, n. 74, p. 1, 03 set. 1910.

FACTOS E OCORRÊNCIAS: Imprensa. **O exemplo:** jornal do povo (RS). p. 2, 03 dez. 1916.

ANTÔNIO PRADO: Como ele foi, como ele é. **Panorama Pradense**. Antônio Prado, ano 2, n. 1, p. 8-9, 30 jul. 1972.

CARTA DE UM IMIGRANTE ITALIANO. **Panorama Pradense**. Antônio Prado, p. 4-5, fev. 1985.

NOSSO PASSADO HISTÓRICO. **Panorama Pradense**. Antônio Prado, n. 114, p. 4, fev. 1984.

PANORAMA PRADENSE. Antônio Prado, p. 10, 10 nov. 1974.

Relatório apresentado ao Ilm. E Exm. Sr. Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça 3º Vice-Presidente por S. Ex. o Sr. Dr. Rodrigo de Azambuja Villanova 2º Vice-Presidente. p. 82, 27 out. 1887.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. **Almanak litterario e estatístico da Província do Rio Grande do Sul**. Pelotas, RS: 1889. Tiragem anual.

ESTATISTICA DEMOGRAPHICA: quadro estatístico da população e densidade demográfica do Estado (por município). **Staffeta Rio Grandense**. Ano 10, n. 30, p. 1, 31 out. 1918.

O CLÃ DOS “VENTURA HOMEM” NA HISTÓRIA DA BRIGADA MILITAR. ABC da Segurança Pública. n. 215, p. 9, maio 2013.

Documentos e manuscritos:

ADAMI, João Spadari. **Início do magistério da colônia Caxias:** 2ª via. Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul, manuscrito, obras raras. [197-?].

ANTONELLI, Pietro. Lo Stato di Rio Grande do Sul e l’Emigrazione italiana. Bollettino del Ministero degli affari esteri. n. 144, série 7, jun. 1899. p. 223-240 Tipografia del Ministero degli affari esteri. Roma: 1899. *In:* HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas:** Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo I. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 228-245.

BOLLETTINO DELL’EMIGRAZIONE. **Legislazione sull’emigrazione e sull’immigrazione:** legge e regolamento sulle terre pubbliche dello Stato di Rio Grande del Sud (Brasile). n. 11, 1906.

CIAPPELLI E. Lo Stato di Rio Grande del Sud (Brasile) e l’immigrazione italiana. BE. p. 48-59, 1903, n. 4, III. *In:* HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas:** Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo II. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 361- 373.

CIAPPELLI, E. Lo Stato di Rio Grande del Sud. 1905, n. 12, p. 875-954. *In*: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas**: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo III. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 530-609.

DE VELUTTIS, Francesco. Lo Stato di Rio Grande del Sud e la crisi econômica durante l'ultimo quinquennio. *Emigrazione e colonie*. Ministerio degli affari esteri, v. 3, parte 1, 1908, p. 283-359. *In*: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas**: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo IV. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 699-775.

MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI. Bollettino del ministero degli affari. Parte amministrativa e notiziario. n. 40, série 13, Tipografia di Gabinetto del Ministero degli affari esteri. Roma: jan. 1895, p. 84-87. *In*: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas**: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo I. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 196-200.

PANTANO, Edoardo. Condizioni presenti dell'emigrazione italiana (Parte I). BE. p. 7-39, , n. 11, 1904. *In*: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas**: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo III. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 386-418.

PETROCCHI, L. Le colonie italiane del distretto di Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul). BE. p. 15-16, 1904. *In*: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas**: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo II. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 379- 380.

PETROCCHI. Le colonie italiane del distretto di Bento Gonçalves (Rio Grande del Sud). BE. p. 623-635, 1905, n. 8, III. *In*: HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; ROMANATO, Gianpaolo. **Fontes Diplomáticas**: Documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Tomo III. 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/editora/e-books/historia-e-imigracao/>. Acesso em: 04 abr. 2019, p. 516-528.

5 – LEIS, DECRETOS E RELATÓRIOS ESTADUAIS:

BRASIL. Decreto nº 9.886, de 07 de março de 1888. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1888**. Brasil, v. 1, parte 2, p. 248. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.044, de 22 de setembro de 1888. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1888**. Brasil, v. 2, parte 2, p. 248. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10044-22-setembro-1888-542833-publicacaooriginal-52347-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 1.829, de 09 de setembro de 1870. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 31/12/1870**. Brasil, v. 1, p. 89. Disponível em:
<http://legis.senado.leg.br/norma/543582/publicacao/15631205>. Acesso em: 03 nov. 2019.

Decreto nº 590, de 31 de janeiro de 1903. Fixa o quanto de subvenção concedida no corrente exercício. *In: A FEDERAÇÃO*. Organ do Partido Republicano (RS). Porto Alegre, ano 20, n. 32, p.1, 06 fev. 1903.

Decreto nº 1895 de 23 de dezembro de 1912. *In: Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1913. p. 288-290. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189956>. Acesso em: 25 jun. 2020.*

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Lei nº 771 de 4 de maio de 1871. Cria o Conselho Diretor da Instrução Pública. Porto Alegre, RS, 1871.

Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de julho de 1898. p. 520. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/163963>. Acesso em 15 jun. 2020.

Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 20 de agosto de 1902. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174187>. Acesso em: 01 jun. 2020.


Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 20 de agosto de 1903. Anexos finais. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175170>. Acesso em 27 jun. 2020.

Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 15 de setembro de 1906. p. 343. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175167>. Acesso em: 17 jun. 2020.

Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1913. p. 333. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/189956>. Acesso em: 25 jun. 2020.

Relatório Apresentado ao Ex. Snr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice Presidente em Exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 1915. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/192415>. Acesso em 13 jun. 2020.

Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, Vice Presidente em Exercício do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antônio Alves, Secretário de Estado dos Negócios de Interior e Exterior, em 1916. p. 329. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/192414>. Acesso em 07 jun. 2020.



Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 1920. p. 367. Parte I. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191570>. Acesso em 10 jun. 2020.

Relatório apresentado ao Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 1920. p. 284. Parte II. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191570>. Acesso em: 12 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n°89 de 02 de fevereiro de 1897. Reorganiza a instrução primária no Estado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100091>. Acesso em 30 jun. 2020.


RIO GRANDE DO SUL. Decreto n° 130, de 22 de janeiro de 1898. Aprova o regimento das escolas elementares do Estado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100094>. Acesso em 30 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n° 239 de 5 de junho de 1899. Aprova o programa do ensino elementar e complementar. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100095>. Acesso em 15 jul. 2020.

6 - ENTREVISTAS:

PICCOLI, Bibiana Soldatelli. **Entrevista oral**. [S.l.], 04 out. 1989. Entrevista concedida a Liane Beatriz Moretto Ribeiro. Instituto de Memória História da Universidade de Caxias do Sul. Projeto ECIRS – A influência da Escola na vida cultural das comunidades rurais.

TURCHETTO, Joana Barea; SARTORI, Armelinda Tonet; ZORASKI, Alice Sonda; CADONÁ, Antonio. PASUCH, Antonio. **Entrevistas orais e transcritas**. [S.l.] [198-] Entrevistas com moradores entre 60 a 90 anos concedida aos alunos da Professora Jaqueline Terezinha Borella no projeto “História da Educação no município – Linha Paranaguá – Poente”. Arquivadas por “Histórico das comunidades – pesquisas” no AHMAP.



Instrução publica

A instrução primaria, é o problema que mais deve interessar a boa administração, porque della depende toda a felicidade do nosso paiz, della depende a grandeza da nossa patria, della depende a gloria do nosso querido Rio Grande do Sul.

Criar, animar, impulsionar a instrução é o maior beneficio que pode fazer um bom governador. E esta, o digno Intendente de Antonio Prado não tem descurado por um só momento. Ha dois annos, em 1912, existiam apenas 3 aulas estaduais, 4 aulas subvencionadas e um collegio monastico. Actualmente ha: 19 aulas subvencionadas, 1 aula municipal, 2 estaduais e um collegio muito frequentado, dirigido por Irmãs de S. José.

A matricula deste anno é a seguinte: nas aulas municipaes e subvencionadas è de 803 alumnos e a frequencia é de 566; nas aulas estaduais è de 136 e a frequencia 93. O collegio de S. José tem uma matricula de 263, e uma frequencia de 197 internos e externos.

Em todos estes estabelecimentos ensina-se a lingua vernacula.



*trimestrae
rege, min
namente
matriculas
fessor, a
pas das
ber:
1º - Apu
facia da
hivo da freq
de ordem
na dos a
2º - Apu
trimestrae
trricula e
felicitação
do Rio de
3º - Tu
devida or
de frequen
Bicados
4º - Ab
penta dos
pobres, re
quants
hao pelo is
decisão u
ferrora.
5º - Sup
regulame
Paisarem*

vá viu vivi

viva vi viva

vá vai vi
via viu
vivi vivia
viveu viva
uva viuva



Estado do Rio Grande do Sul

Escritorio do Engenheiro - Chefe da Comissão de
Medição de Lote, pro nuncio Antonio Prado
22 de Abril de 1890

Ao cidadão Inspector Especial
 das Terras e Colonização

Transmittindo ao vosso poder a
inclusa relação dos objectos pedidos
pelos professores das aulas do sexo
masculino e feminino em "Rote-
rnis Prado", cabe-me vos informar
que julgo necessarios os mesmos
objectos.

Saudes e Fraternidade

Theodor F. F. F.



de Salve 13 di S
res Viva il nostro Arc
ra, anni Becher!º
Sr. ANTONIO PRADO
Ispettore scola
il Signor Ispettore Gen
ca Istruzione contin
disseninate per le line
la Villa.
o. Si spera che vogl
Governo dello Stato
numero.
E. I delegati della co
mani partiranno per
go Stato i Signori Vin
te, nio Zanotto e João
tr: parte, come delegati
Vi locale, alla grande
i: vista che sarà tenuta